



Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Inês Ferreira Fernandes

**Dois olhares sobre o jornalismo em áreas de
conflito armado: o jornalístico e o militar**

Kosovo – 1999/2001

**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em
Comunicação Social**

Orientadora:

Professora Doutora Maria da Conceição Pequito Teixeira

Maio de 2009

**A meu pai,
pela saudade**

**A minha mãe e irmã,
pelo carinho e apoio**

**«Solo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente,
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente.
Solo le pido a Dios
Que el engaño no me sea indiferente,
Si un traidor puede más que unos cuantos,
Que esos cuantos no lo olviden fácilmente.»
(León Gieco)**

Agradecimentos

Enquanto seres humanos vivemos num modo de socialização plena: não somos pequenas ilhas desertas, supremas de conhecimento e moral, mas antes partes de um continente, integrados nas nossas comunidades e em constante interacção com os nossos pares. Aquilo que fazemos e quem somos é fruto de um contacto directo com os que nos rodeiam e tocam a nossa existência – a presente dissertação é reflexo claro dessa realidade: alcançá-lo foi um processo que dependeu, e muito, da ajuda de muitas pessoas, a quem os singelos agradecimentos que agora se apresentam não fazem jus. Gostaria pois de agradecer a algumas pessoas que tocam a minha vida: à minha mãe e irmã, para quem é este trabalho e sem o apoio, incentivo, sustento e carinho das quais seria impossível apresentar esta dissertação final; à minha restante família, amigos – sejam os de há já vinte anos ou de há apenas um ano, sejam os que estão perto ou os que se encontram longe – e colegas de faculdade a quem agradeço o apoio incondicional e a ajuda preciosa para levar a bom porto a concretização deste estudo. Um agradecimento muito especial aos Professores pelos valiosíssimos conhecimentos, incentivo, apoio e orientação, nomeadamente à Professora Doutora Maria da Conceição da Silva Pequito Teixeira, a minha orientadora, cuja paciência, esforço e trabalho foram fundamentais para a realização deste trabalho; ao Professor Doutor João Bettencourt da Câmara, pelo privilégio de ser Sua discente e poder aprender constantemente com os seus profundos conhecimentos, que foram essenciais à definição e prossecução deste projecto de investigação; assim como o apoio da Professora Doutora Maria de Lurdes Fonseca – que numa fase inicial e específica o trabalho se prestou prontamente para me ajudar; ao Professor Doutor Marcos Farias Ferreira, cujos esclarecimentos foram essenciais à delimitação do enquadramento histórico; e ao Professor Doutor Rui Brites, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, de quem os conhecimentos, esclarecimentos e ajuda no âmbito da análise de dados qualitativos e *software* específico foram fundamentais na realização da parte prática do trabalho. Aos meus entrevistados o meu mais profundo agradecimento pelo entusiasmo com que abraçaram este projecto, e a disponibilidade com que responderam às minhas questões quer pertençam ao ramo militar, quer sejam profissionais da comunicação social.

Gostaria ainda de agradecer aos membros do Ministério da Defesa Nacional, do Estado-Maior General das Forças Armadas, respectivas bibliotecas e aquartelamentos, assim como das redacções e órgãos de comunicação pelo cuidado e prontidão com que atenderam os meus pedidos. E ao mesmo tempo agradecer a disponibilidade e amabilidade com que os funcionários, sobretudo, das bibliotecas e centros de investigação me receberam, nomeadamente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto de Ciências Sociais, do Instituto de Altos Estudos Militares e da Biblioteca Nacional.

A todos os que aqui constam, e aos que por lapso não se encontram mencionados, o meu mais profundo *obrigada* pela ajuda, apoio e por tocarem a minha existência, pois são parte inalienável de quem sou hoje, e de quem serei no futuro.

Índice

	Páginas
Introdução - - - - -	5
Capítulo I: Enquadramento temático - - - - -	10
A. Conceptualização - - - - -	10
1. O problema de pesquisa - - - - -	10
2. O projecto de investigação: as perguntas de partida e complementares - -	13
3. A operacionalização de conceitos - - - - -	16
Dos conflitos armados à guerra - - - - -	17
Do jornalista - - - - -	27
Capítulo II: Enquadramento teórico - - - - -	56
A. A profissão de jornalista em áreas de conflito armado: aproximação histórica ao caso português - - - - -	56
B. A relação das Forças Armadas com os Órgãos de Comunicação Social: a comunicação no Exército Português - - - - -	69
C. A propaganda e a operação <i>Joint Endeavour</i> - - - - -	72
D. O conflito do Kosovo: do desmembramento da Jugoslávia à declaração unilateral de independência - - - - -	79
E. A intervenção militar no Kosovo: da campanha aérea da NATO ao Plano Ahtisaari - - - - -	87
F. A presença portuguesa no Kosovo: resenha histórica das Forças Nacionais Destacadas - - - - -	91
Capítulo III: Enquadramento metodológico - - - - -	95
A. A análise documental - - - - -	100
1. Análise de fontes primárias - - - - -	101
2. Análise de fontes secundárias - - - - -	102
B. A pesquisa qualitativa - - - - -	103
1. Um método: a entrevista qualitativa - - - - -	104
2. Uma técnica: a análise de conteúdo e o <i>MAXqda</i> - - - - -	108
Capítulo IV: A análise dos dados - - - - -	116
A. A apresentação dos resultados - - - - -	116
B. Conclusões gerais - - - - -	151
Considerações finais - - - - -	156
Bibliografia - - - - -	157
Anexos - - - - -	165

Introdução

A “aldeia global”, tal como Marshall MacLuhan a definiu, implica o crescimento e o desenvolvimento das sociedades a um ponto em que a distância entre os indivíduos seria medida em termos relativos, em que, teoricamente, todos os habitantes estão ligados entre si, se conhecem, partilham interesses, vivências e valores, em que a igualdade entre os seres humanos seria alcançada, e o equilíbrio social seria pleno. Ao olharmos em redor constatamos que, meio século depois estamos bastante longe dessa realidade: o distanciamento entre os indivíduos é mitigado pelas novas tecnologias, mas o afastamento social continua bastante acentuado.

Socialmente os seres humanos defendem um contacto mais directo entre sociedades, uma fusão de culturas e uma abertura de mentalidades; apresentam a internet, os telemóveis, as novas tecnologias, como potenciadores da interacção humana, como veículos de informação, como estradas do conhecimento, mas relegam para segundo plano o facto de que a interacção directa se estabelece com um aparelho electrónico, mecânico, que oculta em si uma crescente falta de contacto real – cria-se uma realidade virtual de suposta partilha e convivência. O futuro passará, necessariamente, pela utilização e o recurso às novas tecnologias, pelo domínio da comunicação, mas estamos ainda longe de compreender a verdadeira dimensão que esta nova realidade terá para o meio social. O reflexo desta ambiguidade social é a permanência de problemas antigos, de desentendimentos com moldes seculares, da contínua primazia da necessidade do contacto físico – no fim, a verdade, é que pouco se alterou, e o que mudou nem sempre foi benéfico.

Estas alterações sociais são o reflexo da designada sociedade da informação, herdeira da sociedade industrial, em que os activos populacionais se referem, essencialmente, a indivíduos que trabalham no sector terciário das actividades humanas, em que o satélite *Sputnik* abriu as portas às comunicações globais¹, em que o mundo se começou a moldar numa base económica, teoricamente, bem sustentada, e num ténue relacionamento entre estados e governos, numa suposta paz.

Parte fundamental de todo este processo relacional entre indivíduos e do seu equilíbrio é a comunicação, sobretudo a comunicação social. Já por muitos considerada como um quarto poder, a comunicação social, os seus meios, órgãos e profissionais assumiu, a par com o desenvolvimento da sociedade da informação, um papel fundamental na vida das pessoas em qualquer parte do mundo. Quando, no pós-II Guerra Mundial, a mente das pessoas se abriu ao mundo, ao que se passava em seu redor; quando, ao longo do conflito do Vietname, as populações, sobretudo norte-americana, questionaram as decisões dos seus governantes, por vezes baseadas em informação difundidas pelos órgãos de comunicação social – começou-se então a perceber o verdadeiro poder dos meios de comunicação, até aí vistos como meios de

¹ CÂMARA, João Bettencourt da, *Telecomunicações e desenvolvimento humano* [Texto policopiado], Conferência de abertura do dia mundial das telecomunicações, Lisboa, 1993, pp. 82-83

informação, sobretudo de camadas mais eruditas, ou então como mais uma engrenagem da máquina de propaganda, ou censura. Deste modo, os órgãos de comunicação começaram a atingir audiências maiores, aumentaram as suas tiragens, apareceram publicações especializadas, mas também periódicos e revistas com um público-alvo mais explícito, que adaptaram os seus conteúdos aos seus leitores, ouvintes ou telespectadores. E é nos telespectadores que reside um dos maiores fenómenos de sempre na área da comunicação: com o nascimento da televisão o mundo torna-se *realmente mais pequeno*, entra pela casa de cada um, todos os dias, de forma precisa, dispensando por vezes a necessidade de saber ler, abrindo o mundo da informação a, virtualmente, toda a população. Toda esta turbulência que se cria em torno da comunicação social incute-lhe funções e valores específicos que moldam a sociedade, ao mesmo tempo que demonstram uma clara valorização, até sobrevalorização, à profissão e seus membros: ao jornalismo e aos jornalistas.

Ainda que as funções associadas à comunicação social e seus profissionais se encontre, nos tempos que correm, numa clara mutação – de uma função social passamos agora a veicular-lhe uma clara função económica – a verdade é que esta nova instituição assume, a par de outras, um claro papel na sociedade, que por ela lhe foi atribuído e que a ela se reporta. Esta ideia de que as organizações ou instituições possuem um claro impacto nas sociedades em que se encontram é amplamente defendida e estudada pelo *novo institucionalismo*². O designado *novo institucionalismo* é herdeiro do *velho institucionalismo*, mas diferem pelo pressuposto de influência: enquanto os estudiosos do *antigo institucionalismo* consideravam que os indivíduos actuavam unicamente de forma individual e em benefício próprio, o *novo* assume a necessidade de analisar e estudar as organizações em profundidade de forma a melhor compreender qual o papel que ambos, organizações e indivíduos, têm na sustentabilidade um do outro. O *institucionalismo* pode ser analisado à luz de diferentes correntes como o *institucionalismo histórico*, *empírico* e *sociológico*, sendo neste último que nos debruçamos. Assim sendo, teóricos como Parsons, descendentes de Durkheim e Weber, começam a interessar-se por compreender a dinâmica de actuação das organizações e seus membros em sociedade. Deste modo, Parsons estuda, sobretudo, as funções que cada organização e sociedade têm que cumprir para manter a sua existência e legitimar a sua permanência no social. Ao existirem um conjunto de funções a ser necessário cumprir, então os indivíduos unem-se em organizações, com funções específicas e valores a defender. Eisenstad foi um dos precursores do *novo institucionalismo sociológico* e analisou não só os valores e funções das organizações, mas também o grau de aceitação dos mesmos. Para este teórico conforme seja o nível de aceitação assim será o de institucionalização, pelo que quanto mais um conjunto de valores é aceite por um grupo, maior a possibilidade que o mesmo grupo tem de se tornar numa instituição, assim como maior será a influência dessa mesma instituição na sociedade em que se insere. Este processo seria, naturalmente, *filho* do tempo, crescendo os níveis de aceitação com a passagem do tempo. Deste modo, as instituições diferiam das organizações ao possuírem um conjunto de valores e funções que as legitimaria na sociedade,

² PETERS, Guy B., *El nuevo institucionalismo*, Editorial Gedisa, S.A., Barcelona, 1999;

ao mesmo tempo que seriam detentoras de um elevado grau de organização e estrutura: «As instituições consistem em estruturas e actividades cognitivas, normativas e reguladoras que brindam estabilidade e significado ao comportamento social.»³. Assim, seriam as instituições que moldariam o comportamento social, ao serem portadoras de um conjunto de valores, legitimados, que transportariam à sociedade.

É esta função institucional que o jornalismo e os jornalistas acabam por assumir tornando-se numa instituição legitimada na e pela sociedade, portadora de valores de justiça e respeito, ao mesmo tempo que difunde informação e conhecimento a uma sociedade que, por isso mesmo, lhe atribui um novo poder. Ainda assim, é periclitante a situação desta instituição e dos seus membros, pois ainda que definida em sociedade, a verdade é que a instituição sofre mutações ao longo do tempo que não lhe permitem ser reconhecida e estabelecida de forma definitiva, prova do qual são as metamorfoses das funções assumidas e as alterações constantes que o jornalismo tem vindo a sofrer. De facto, esta é uma das instituições que já sofreu do melhor e do pior que possui o crescimento tecnológico: se por um lado lhe deu um espaço enorme de crescimento, por outro criou um novo tipo de jornalismo popular que retira funções e credibilidade aos seus membros.

Estas transformações e ténues linhas definidoras que envolvem o jornalismo e os jornalistas tornam, nos tempos que correm, importante tentar compreender a sua verdadeira função e legitimação social. Ainda que a complexidade da ocupação pudesse, por si, justificar a existência de um trabalho exaustivo que se debruça-se sobre o seu papel na sociedade, dentro do *novo institucionalismo* e da construção das profissões, optámos no trabalho que se apresenta, fazer recair sobre o jornalismo em áreas de conflito armado.

Como dissemos anteriormente, as transformações sociais que ocorreram nas últimas décadas tornaram o ser humano um pouco mais alerta sobre o que se passa à sua volta, e são os grandes temas, como a economia e os conflitos, que tomam grande parte da sua atenção, pois são dos factores que maior impacto causam no seu dia-a-dia. Numa lógica de *efeito borboleta*, as populações mundiais começaram a tomar consciência que, nos tempos que correm, a existência de um conflito em qualquer parte do mundo tem influência directa na sua vida devido à crescente interdependência social que se criou: ainda que não sejam aceites reconhecidamente as diferenças entre as sociedades e culturas, a verdade é que a dependência que existe entre mundo ocidental e oriental, norte e sul, países desenvolvidos e em desenvolvimento, capitalismo e comunismo, é, actualmente, a base da existência humana, sendo para tal de suma importância compreender a dinâmica de cada país por si, e de todos no seu conjunto.

Parte integrante desta dependência está a influência que os conflitos têm a nível local e internacional pela afectação que incute ao quotidiano mundial. Assim sendo, o crescendo de necessidade de informação relativa a estes fenómenos, cujos moldes podem ainda obedecer à mais básica luta por territórios, exige aos órgãos de comunicação mundiais a manutenção nas suas agendas destas temáticas, levando muitas vezes a pedidos quase inconcebíveis aos seus

³ Cf. in Scott, cit. in. , Idem, Ibidem, p. 159 (tradução livre);

profissionais de se deslocarem para zonas do globo em que o nível de vida se tornou reduzidíssimo, os perigos aumentaram, a segurança diminuiu e a sobrevivência se tornou parte integrante do quotidiano.

Numa lógica de tentar compreender a dimensão deste fenómeno e de o integrar nas sociedades actuais, encetámos a elaboração desta investigação, reflectida na presente dissertação de mestrado. Mais do que descobrir novos fenómenos, procurámos compreender o que existe, enquadrá-lo na sociedade portuguesa, e defini-lo num dos moldes que pode assumir: o relacionamento com as Forças Armadas, parte presente e integrante dos conflitos. Não procurámos compreender o impacto que o jornalismo em áreas de conflito armado tem para a sociedade, nem tão pouco definir a legitimação desta ou outra categoria do jornalismo nas sociedades actuais, mas tão-somente, compreender a dinâmica do fenómeno, e os seus possíveis contributos para os indivíduos em sociedade.

Este trabalho nasce, por isso, de uma curiosidade e necessidade de conhecimento e compreensão de um dos maiores fenómenos da comunicação social dos últimos anos, não numa lógica altruísta de dar a conhecer aos demais, mas sobretudo numa necessidade pessoal de responder a um dos instintos mais básicos do ser humano e, como tal, do investigador: querer saber mais e conhecer melhor a actividade do jornalista em áreas de conflito armado.

«Ante cualquier situación arriesgada un periodista no debe hacerse el héroe. Hay que recordar una verdad histórica: las guerras puede que las ganen los héroes muertos, pero la historia siempre la escriben los cobardes vivos. Saber perder hoy significa la oportunidad de poder ganar mañana.»⁴

⁴ RODRÍGUEZ, Pepe, *Periodismo de investigación: técnicas y estrategias*, Editora Paidós, Barcelona, 1994, p. 183;

Capítulo I: Enquadramento temático

A. Conceptualização

Na fundação de uma qualquer investigação encontra-se, invariavelmente, a curiosidade e o ímpeto humano de descobrir algo de novo sobre a sua natureza. Numa busca constante pelo conhecimento damos muitas vezes por nós em situações empreendedoras de descoberta e realização pessoal que se reflectem em projectos e estudos de carácter académico, social e profissional. No trabalho que aqui se apresenta debruçamo-nos sobre a investigação social, onde encontramos a nossa orientação académica.

Para Carlos Diogo Moreira a investigação social «como a própria expressão sugere, diz respeito à descoberta e conhecimento do universo humano»⁵ sendo assim possível encará-la como uma tarefa cujo objectivo é o de revelar e dar entender o meio em que cada indivíduo nasce, se desenvolve e se insere. Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto tentam ir mais longe nesta definição afirmando que a «(...) ciência é também procurar *soluções* para problemas»⁶, alargando o espectro das ciências, sociais ou ditas exactas, para um ramo mais alargado de investigação que não se remete essencialmente à descoberta e ao enriquecimento de conhecimentos, mas também a uma necessidade de procurar e encontrar formas de resolver questões e problemáticas que afectam a vivência diária do ser humano.

A natureza de qualquer projecto de investigação social impõe a necessidade de levar a cabo um conjunto de etapas que passam, necessariamente, pela construção de um problema de pesquisa. A sua edificação não só permite, desde logo, arquitectar todo o processo de trabalho, como também dar a conhecer aquilo que nos propomos estudar, revelando a pertinência do estudo em si.

1. O problema de pesquisa

O universo da comunicação é cada vez mais sinónimo de jornalismo e grupos *média*, resumindo-se muitas vezes a esta dualidade aquilo que se reflecte como a complexidade de um dos mais básicos instintos do ser humano. Mas o mundo da comunicação vai muito além desta aproximação simplista e representa, efectivamente, um dos campos mais complexos das ciências sociais e humanas apresentando assim um sem número de âmbitos de análise, de campos de investigação e áreas de acção.

Etimologicamente, comunicar significa colocar em comum, divulgar e dar a conhecer algo, sejam dados de índole mais pessoal ou factos de carácter social, tornando a comunicação parte fundamental do ser humano. E se comunicar faz parte de cada um de nós,

⁵ MOREIRA, Carlos Diogo, *Planeamento e estratégias de investigação social*, Edições ISCSP, Lisboa: 1994, p.19;

⁶ Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, «Uma visão global sobre as ciências sociais», in SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (organizadores.), *Metodologia das ciências sociais*, Biblioteca das ciências do homem, Edições Afrontamento, Porto: 2005, p.12;

então o processo comunicacional faz parte integrante e inalienável da natureza social do ser humano que, através dos diferentes tipos de linguagem, transmite por distintos suportes tudo aquilo que possa ser considerado informação – dados recolhidos e processados da sua experiência pessoal ou considerados de interesse comum. Esta diversidade e importância da comunicação ficam patentes na imperiosidade que existe em fazer uso da mesma em todos os âmbitos da vida em sociedade, e até mesmo da vida individual, percorrendo ramos tão diversos como a economia, a política, o entretenimento ou a informação.

Elemento essencial de cada ser humano, a informação constitui-se como um conjunto de dados fornecidos ao indivíduo através dos diferentes canais⁷, sendo uma das bases para a convivência social. Revestindo-se de muitas formas, a informação pode chegar ao sujeito através da escrita – como sejam livros, enciclopédias ou jornais –, da oralidade – através de um diálogo ou de um monólogo –, e da imagem – recorrendo a uma fotografia ou a um vídeo. Mas independentemente da sua natureza, a informação chega-nos muitas vezes através do jornalismo, isto é, através de meios de comunicação social, cujos profissionais têm como objectivo primordial a recollecção e tratamento da informação de forma a divulgá-la – recorrendo para tal aos canais acima identificados.

O âmbito do jornalismo é, por si só, bastante complexo, atingindo todos os parâmetros da vida do indivíduo, e tornando-se, nos dias de hoje, parte da sua existência, percorrendo as áreas sociais e privadas de cada ser, tocando necessariamente as suas perspectivas da realidade, ajudando à sua construção, conhecimento e compreensão. E numa *sociedade da informação*, como é comumente designada, os indivíduos tornam-se ávidos de conhecimento, exigentes na qualidade do que é transmitido e conscientes do seu papel, quer como produtores quer como destinatários de informação. Esta dinâmica de exigência reflecte-se através do aumento das fontes da informação, e dos seus receptores, sendo necessário criar padrões de fiabilidade cada vez mais estritos, que são acompanhados pela urgência e *immediatez* – uma situação que atribui aos profissionais da comunicação uma pressão cada vez maior, mas que não lhes permite descurar do facto de que o que é transmitido tem, necessariamente, que ser verdadeiro.

Ora, esta imponência da veracidade, inalienável à prática do *bom jornalismo*, torna imperativo que cada órgão de comunicação leve os seus profissionais a irem mais longe pela busca de histórias, a serem originais no que reportam, a correrem riscos e a irem além fronteiras em nome da informação. Circunstâncias que contribuem para a criação de um preceito que encara o jornalista como o *aventureiro* e o *viajante*, que percorre terras de ninguém para nos poder aproximar, dar notícias de outros mundos e revelar aquilo que os outros não querem tornar público – uma ideia que, na realidade, não poderia estar mais longe da verdade e que se opera como uma concepção do jornalismo passível de se verificar nas suas diferentes vertentes, quer no âmbito da sociedade nacional, quer no universo que pode ser a informação internacional e seus distintos ramos – imprensa, televisão, rádio e,

⁷ Os canais da comunicação são, no entender das diferentes teorias, a linha de contacto entre o emissor e o receptor, constituindo-se, como tal, no meio através do qual é transmitida a mensagem.

actualmente, internet. Ainda assim, este tipo de pressão é mais evidente no campo do jornalismo internacional, sobretudo quando este se opera em regiões de conflito armado, pois o *voyeurismo* humano, o desejo e anseio pelo desconhecido e o subterfúgio no conhecimento, tornam os públicos mais exigentes neste domínio, justificando esta actuação – o que é nacional já nós conhecemos, o que é estrangeiro é o que nós queremos conhecer, sobretudo se for uma guerra (uma concepção que vem ser reforçada pelo conceito de Marshall MacLuhan de “Aldeia Global”)⁸.

Numa sociedade ideal, os conflitos armados não fariam parte do quotidiano; contudo o social em que nos movimentamos está longe de ser ideal, e as *guerras* são parte integrante do dia-a-dia de muitas pessoas. De facto, vivemos num crescendo de violência que encontra, muitas vezes, um justificativo em si própria, num círculo quase fechado de prepotência e força. Ter contacto com esta escalada de violência só é possível, para aqueles que não vivem dentro dela, através dos meios de comunicação social e dos jornalistas que se movimentam nestes territórios numa busca pela informação, e muitas vezes pela verdade (uma vez que neste âmbito se criam por vezes autênticas máquinas de propaganda política e militar, e se torna muito ténue a linha que separa o verdadeiro do falso, o real do construído).

Na realidade, a constância na agenda política internacional da resolução de conflitos e de lutas contra o terrorismo impõe-se, claramente, na esfera do jornalismo. De facto, o *agenda-setting* que se cria actualmente dentro do mundo da comunicação é condicionado pela agenda política, e sobretudo, a agenda política internacional. Neste âmbito, os órgãos de comunicação são levados a mostrar às suas audiências aquilo que se supõe ser o desejo das mesmas, criando um alinhamento informativo bastante centrado em guerras e conflitos armados, independentemente da natureza e localização dos mesmos, ainda que, na actualidade, seja de notar uma ligeira alteração desta tendência. Esta presença constante dos conflitos nos meios informativos leva as direcções dos grupos de *média* a enviar para o local os seus jornalistas, respondendo assim às exigências das audiências. Esta situação é uma mais-valia para a sociedade, que assim adquire um conhecimento mais fidedigno do que a rodeia, mas apresenta-se também como alimento à ideia utópica do jornalista *herói*. Um alimento que se pode revelar contraproducente, sobretudo no que diz respeito aos limites da segurança física e psicológica dos jornalistas – colocando-se a questão perene de se o valor da informação justifica os riscos que se correm?

Mas, o que leva os jornalistas a aceitar este tipo de *missões*? Porque é que arriscam a vida para informar? E como se revela o trabalho dentro de um campo cada vez mais minado de riscos? Quais as relações que se estabelecem com os distintos actores, sobretudo os militares? De um modo geral, como se constitui esta profissão que já faz parte do quotidiano informativo há cerca de cem anos?

⁸ A percepção histórica de que os conflitos/guerras mudam e moldam o mundo leva a que exista um interesse cada vez mais reforçado por este tipo de circunstâncias.

É nesta problemática que se debruça o nosso trabalho, centrando-se na tentativa de compreender melhor a profissão de um jornalista que se vê enviado e envolvido em áreas de conflito armado, clarificar o tipo de funções que se desempenham no local, e ao mesmo tempo procurar entender como se estabelecem as relações com os distintos membros da comunidade internacional que se vêem envolvidos neste tipo de situações, nomeadamente os agrupamentos militares.

Dada a natureza da agenda internacional, a presença de forças de intervenção e manutenção de paz em locais de conflito é cada vez mais eminente e necessária, incluindo das Forças Armadas portuguesas⁹ – uma situação que se vê acompanhada pela comparência de autênticos batalhões de jornalistas, que procuram responder às exigências dos seus públicos. Esta dinâmica exige da parte dos diferentes profissionais uma convivência e cooperação que nem sempre se revela fácil: de um lado as máquinas de propaganda e censura político-militar impostas pela política e a impenhência da segurança; do outro, a exigência constante à liberdade de imprensa e o refúgio na Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo direito à informação.

Estudar a face do jornalismo em áreas de conflito armado, as suas vantagens e desvantagens e caracterizar a mecânica das relações entre jornalistas e militares são, pois, objectivos a que nos propomos dar resposta. Mas acima de tudo, perceber o lugar que ocupa ou poderá ocupar esta profissão em pleno século XXI.

2. O projecto de investigação: as perguntas de partida e complementares

Como foi estabelecido anteriormente, e tal como será possível compreender melhor na epígrafe do enquadramento metodológico, a investigação social é um edifício em construção cujo sucesso depende de um projecto que seja, desde a sua fundação, claro, conciso e objectivo, sendo para tal necessário proceder à sua sistematização. Assim sendo, na construção de um processo de investigação urge a necessidade de estabelecer com clareza a problemática sobre a qual se debruça o estudo, ao mesmo tempo que se torna indispensável delimitar quais os pontos de actuação do mesmo.

Numa lógica de edificação faseada de qualquer projecto é necessário definir uma problemática de estudo tendo sempre em linha de conta a necessidade, inerente a toda a investigação social, de existir uma clara pertinência no mesmo. Seguindo esta linha de pensamento, os autores do *Manual de investigação em ciências sociais*¹⁰ propõem aquela que é a mais comum orientação de investigação social: a de fazer reflectir a problemática de pesquisa numa pergunta de partida, que vai não só guiar todo o trabalho, mas também expressar as preocupações que o norteiam. Ao fazer reflectir todo o projecto numa pergunta, é necessário ter em linha de conta que a mesma seja “cientificamente consequente”¹¹, isto é, no

⁹ A presença de Portugal nas principais organizações internacionais, como as Nações Unidas e a NATO, torna óbvio o envolvimento militar português.

¹⁰ QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, LucVan, *Manual de investigação em ciências sociais*, Colecção Trajectos, Edições Gradiva, Lisboa: 2003. p.32;

¹¹ MOREIRA, Carlos Diogo, *op. cit.*, p.21;

momento em que se formula a questão ser capaz de identificar, desde logo, quais os conhecimentos que será possível adquirir com a resposta à mesma, e como consequência com o trabalho formulado.

Deste modo, e no que à presente análise diz respeito, fazer reflectir numa pergunta de partida aquilo que nos propomos estudar é também uma forma de dar a conhecer, num primeiro momento, a direcção do nosso estudo e a sua relevância para o campo da investigação social. Tal como ficou estabelecido na epígrafe anterior, a esfera de actuação em que nos encontramos é a do jornalismo, e mais precisamente o jornalismo em áreas de conflito armado. É numa tentativa de compreender como se enquadra este tipo de jornalismo dentro do panorama mais amplo da profissão, assim como qual a sua natureza e actuação dentro da sociedade actual que se debruça o nosso trabalho.

De uma forma mais ou menos clara a nossa pergunta de partida reflecte-se assim em – **Como equacionar o jornalismo em áreas de conflito armado nas sociedades contemporâneas?** Pretendemos com esta pergunta e com o nosso trabalho, chegar a uma definição mais clara daquilo que é o jornalismo em áreas de conflito, numa sociedade contemporânea pontuada e, de alguma maneira, familiarizada com este tipo de revoluções bélicas. Sendo o jornalismo uma parte importante da vida em sociedade é pois necessário compreender qual o papel que o mesmo representa para os indivíduos, assim como tentar perspectivar a sua presença no nosso quotidiano, sobretudo num ponto tão específico como o dos conflitos, na sua maioria não generalizados¹². Qual a importância deste tipo de jornalismo e a sua relevância para o ser social é pois um dos grandes objectivos a que nos propomos, assim como compreender a própria dinâmica que a profissão assume no local, as suas características e a sua natureza nas sociedades de hoje, sendo fulcral compreender as relações que se operam entre os diferentes actores. Para tal recorremos a um conjunto de entrevistas a alguns dos protagonistas da profissão – os jornalistas – e alguns dos actores inalienáveis neste tipo de cenários – os militares – pois são estes que permitem dar continuidade à profissão.

Na prossecução da pesquisa social que se apresenta, e no seguimento da orientação de Quivy e Campenhoudt que anteriormente apresentámos, seria natural que a acompanhar esta pergunta de partida se encontra-se um conjunto de hipóteses cuja aceitação ou refutação ajudariam a dar resposta ao problema que nos propomos estudar. De facto, na maioria das investigações sociais esse seria o passo seguinte uma vez que se entendem as hipóteses como a forma mais clara e concisa de dar a conhecer não só o que se pretende estudar, mas também a orientação do projecto. Contudo, a assunção de que qualquer investigação social só terá cabimento se seguir o rumo traçado pelas hipóteses é, em si, redutor, uma vez que tanto a

¹² É necessário ter em linha de conta que, com o aparecimento de blogues se questiona cada vez mais qual o papel que o jornalismo representa para a sociedade actual – chega-se mesmo a identificar uma crise na esfera do jornalismo (que se reflecte sobretudo com um constante desaparecimento de alguns meios de comunicação e o aumento do desemprego).

formulação da pergunta de partida como das hipóteses ou perguntas complementares terão, necessariamente, que atender à própria natureza do estudo e do objecto que se pretende conhecer.

Assim sendo, e tendo em conta que este trabalho se centra essencialmente na compreensão e conhecimento da profissão do jornalista em áreas de conflito, a orientação que tomámos na elaboração do projecto reflecte-se na necessidade de criar três perguntas complementares e não hipóteses, cujas respostas nos poderão permitir fazer uma extrapolação para a sociedade daquilo que é a profissão em si. Estas perguntas complementares debruçam-se sobre diferentes aspectos da profissão, quer no que diz respeito ao trabalho em campo, como ao relacionamento com diferentes actores, ao mesmo tempo que tentam justificar a existência da categoria profissional em si, e que contribuem claramente para dar resposta à nossa pergunta inicial.

Num primeiro plano, encontramos a pergunta – **Quais os atributos considerados mais relevantes para o exercício da profissão de jornalista em áreas de conflito?** – Com o intuito de desenhar uma caracterização da profissão *per si*, esta questão complementar procura compreender quais os atributos necessários para o desenvolvimento da actividade, assim como a importância que os mesmos possam assumir no superar de determinadas situações num local para a maioria desconhecido, em momentos de pressão, assim como quais os reflexos que toda esta conjuntura terá para o trabalho final do jornalista, e para a sua construção pessoal.

A segunda questão complementar procura não só descrever as condições profissionais e pessoais no campo de batalha, mas também, e de forma essencial, dar a conhecer quais as principais mais e menos valias que esta profissão apresenta não só para o indivíduo enquanto profissional, mas também para a sociedade que usufrui e se constitui como o principal alvo do seu trabalho (sendo que aqui se poderá encontrar a verdadeira génese da profissão na sociedades actual) – **Quais as condições actuais para o exercício do jornalismo em áreas de conflito: principais vantagens e principais desvantagens?** – De algum modo torna-se cada vez mais necessário justificar a existência e pertinência deste trabalho, assim como de legitimar perante as direcções o investimento que esta área acarreta¹³.

Por fim, e tendo em linha de conta que o desenvolver desta profissão só faz sentido e só é possível através de uma relação com os actores no terreno, parece-nos de extrema importância tentar compreender o tipo de relacionamento que se estabelece entre os jornalistas e os militares, pelo que procuramos entender se – **Em áreas de conflito as forças armadas destacadas têm uma postura mais ou menos aberta face aos profissionais da Comunicação Social (jornalistas)?** O sentido que se encontra nesta pergunta complementar está subjacente a toda uma conjuntura mundial na qual os principais actores no terreno

¹³ Sobretudo tendo em conta o domínio que as agências desempenham neste âmbito do jornalismo.

acabam por ser os militares, os habitantes locais e os jornalistas, que como uma verdadeira tribo se deslocam para o local. Assim, e estando toda a operação dependente das forças armadas, nacionais e internacionais, é imprescindível compreender como se estabelece a transmissão de informações entre estes dois grupos profissionais, pois só através desta comunicação humana é possível dar uma imagem mais clara e precisa do conflito, e assim entender qual o futuro desta profissão e o seu lugar na sociedade – será que sem os militares a informação é veiculada e, se assim é, é esta informação mais veraz ou não (?), ou seja, qual o papel real que os militares assumem no momento da elaboração do trabalho jornalístico¹⁴.

Ao estarmos perante um projecto de investigação assumidamente descritivo da profissão do jornalista em áreas de conflito armado, e dada a impossibilidade de fazer alargar o espectro da pesquisa a todos os jornalistas portugueses no activo que tenham estado em qualquer conflito do mundo, foi ainda necessário, aquando da construção deste trabalho, definir um conflito no qual tenham estado jornalistas e militares portugueses, e que pudesse servir de enquadramento ao estudo. Deste modo, e depois de termos entrado em contacto com o Ministério da Defesa Nacional, optámos pelo conflito do Kosovo, essencialmente por três razões: ser um conflito onde, até à actualidade, existem Forças Nacionais Destacadas, sendo este o maior contingente português no estrangeiro; ser um conflito amplamente mediatizado; e o facto de este ser um conflito que possui uma grande actualidade política – em Novembro de 2007 terminou o prazo para a assinatura do denominado Plano Ahtisaari, e em Fevereiro de 2008 o Kosovo auto-declarou-se independente da Sérvia. Esta actualidade acabou por se verificar como um impedimento à exequibilidade do estudo, pois não permitiria uma definição temporal clara, pelo que decidimos fazer recair o nosso trabalho ao período de 1999 a 2001: do momento em que se inicia o conflito com a intervenção internacional, até ao momento em que o governo português se viu obrigado a reduzir, provisória e drasticamente o número de efectivos na região (devido à intervenção em Timor-Leste).

Deste modo, o corpus de estudo remete-se não só para o jornalismo em áreas de conflito armado, mas também para o conflito específico que foi o Kosovo, nos períodos de 1999-2001, sendo a este hiato de tempo que fomos buscar os profissionais do jornalismo e do Exército para as nossas entrevistas.

3. A operacionalização de conceitos

No equilíbrio de um estudo científico encontramos não só a sua pertinência para a sociedade, mas também a necessidade de coerência, objectividade e clareza. Tendo presente que qualquer investigação social aprovada pela academia se torna importante para o esclarecimento daquilo que é o mundo que nos rodeia, é fulcral fazer justiça ao universo académico e tornar todo e qualquer trabalho não só inteligível para os pares, mas também para o público em geral.

¹⁴ Importa aqui referir que, tal como será possível compreender na análise das entrevistas aos jornalistas, o seu trabalho nem sempre está dependente dos militares, mas é necessário perceber se quando tal acontece, se as Forças Armadas se tornam pró-activas para com o trabalho jornalístico.

Regendo-nos, claramente, pelos ideais de que todo e qual quer trabalho deve ser apreendido por todos aqueles que, tal como nós, se norteiam pela necessidade constante de conhecimento e tendo como base fundamental do nosso trabalho as regras da investigação social, consideramos necessário criar uma estrutura conceptual que irá não só auxiliar a uma melhor compreensão do campo de estudo em que nos encontramos, mas que também contribui para saciar essa sede de desconhecido. Esta estrutura de conceitos procura assim clarificar não só a esfera de localização do nosso trabalho – o jornalismo e os conflitos armados –, como também colaborar para a sistematização da informação que existe sobre o tema – de algum modo contribuir para uma percepção mais exacta dos fenómenos *per si* (e não necessariamente da sua correlação).

Nesta lógica, e tendo em conta os fundamentos do nosso trabalho, os conceitos sobre os quais nos debruçamos são, exactamente, os **conflitos armados** versus a **guerra** – cujas características que de seguida vamos observar nos permitirão compreender que uma não é a mesma coisa –; e as diferentes designações que vulgarmente são utilizados para determinar os profissionais da comunicação que operam nestas áreas do globo, e cuja definição nos possibilitará antever que na realidade um **jornalista** não é sinónimo de **repórter**, de **enviado** ou de **correspondente** e vice-versa, como tem vindo a ser dado a entender.

Como em qualquer investigação e nas suas diferentes fases, é necessário tomar decisões de caminhos a seguir, e a operacionalização de conceitos não é excepção, pelo que ao tentar clarificar as distintas designações propomo-nos também adoptar aquela que nos parece mais correcta, não só para o estudo em causa, como também para uma utilização mais alargada na esfera da nossa área de estudo.

Dos conflitos armados à guerra

Nas sociedades contemporâneas, em que a carreira militar já não se constitui como um claro sinónimo de *status* social, e em que o número de guerras ou conflitos armados se apresentam em franco declínio¹⁵, tentar compreender a sua dinâmica e características é fundamental para um trabalho que se proponha estudar qualquer facção dos mesmos.

Estudados dentro das teorias das relações internacionais, da ciência política, da sociologia ou da polemologia¹⁶, os conflitos e guerras pontuaram desde sempre a evolução humana e constituíram-se desde os primórdios como factor de crescimento e desenvolvimento social e político.

¹⁵ De acordo com o *Human security report 2005*, apesar da percepção generalizada de que os conflitos armados terão aumentado nas últimas décadas, a verdade é que desde o fim da Guerra Fria tem-se vindo a assistir a um rápido declínio do número de conflitos, assim como do número de mortes por conflito. A existência de uma percepção errada dos factos deve-se essencialmente a três razões: a atenção que os meios de comunicação atribuem aos novos actos de violência em detrimento do fim de alguns deles; a maioria dos novos conflitos deflagrou em países do leste europeu o que advém do desmembramento da União Soviética, e que por isso merece mais atenção da opinião pública e dos *média*; e a não existência de estatísticas oficiais relativas às tendências mundiais da evolução dos conflitos. A toda esta situação junta-se ainda a “nova natureza” dos conflitos/guerras, que será possível compreender mais adiante neste trabalho.

¹⁶ Mais adiante será possível compreender o surgimento da polemologia, assim como as diversas teorias que estão associadas à mesma e que têm por essência o estudo das causas da guerra.

Dentro das diferentes áreas de estudo que podemos encontrar a este respeito, a dificuldade de compreender onde termina o conflito e onde poderá ter início a guerra, assim como as suas definições, demonstram a tangencia que existe entre estes fenómenos, tornando ainda mais difícil uma clara e correcta distinção. Tentar compreender as diferenças é ainda mais complicado quando a natureza violenta de um conflito, dentro das relações internacionais, o tornam um claro sinónimo de guerra.

De facto, entendemos o **conflito** como sendo um confronto entre um ou mais indivíduos/entidades numa tentativa de aceder a recursos, em regra, escassos: “Existe um acordo sobre o facto de que o Conflito é uma forma de interacção entre indivíduos, grupos, organizações e colectividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos”¹⁷ – torna-se assim claro que a necessidade humana de adquirir bens, alimentos ou território está na origem de um conflito. Contudo, esta definição um tanto simplista apenas contempla o tipo de intervenientes – consoante os actores do confronto, este pode ser entre indivíduos, entre entidades, ou entre entidades e indivíduos (determinando assim o âmbito nacional ou internacional da alteração) –, a intensidade e os objectivos dos conflitos, não chegando a contribuir para uma clara distinção entre os conflitos e as guerras. Na realidade, tanto um como outro possuem intervenientes com objectivos específicos, que actuam com a intensidade necessária para alcançar os seus fins. Deste modo, a semelhança de circunstâncias leva a que, quando Jean-Baptiste Duroselle classifica os conflitos de acordo com a motivação dos actores, essa mesma classificação possa ser estendida às guerras, pois também estas se podem revestir de um carácter territorial ou não territorial, com intuítos económicos, ideológicos, de poder ou nacionalistas¹⁸.

Motivações	
<u>Conflitos não territoriais</u> 1) <i>Conflitos de motivação económica:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição ou defesa de uma vantagem económica; 2) <i>Conflitos de motivação ideológica:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Expansão religiosa; • Expansão revolucionária; 3) <i>Conflitos de motivação de poder:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança; • Prestígio; • Defesa do direito internacional; • Defesa dos cidadãos no estrangeiro. 	<u>Conflitos territoriais</u> 1) <i>Conflitos de motivação económica:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Territórios com recursos potenciais; • Territórios com recursos reais; • “Espaço vital”; 2) <i>Conflitos de motivação ideológica:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Cruzada e conquista; • Conquista revolucionária; 3) <i>Conflitos de motivação de poder:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Bases; • Espaço; • Linhas de defesa; • Ânsia de prestígio e de dignidade; 4) <i>Conflitos de motivação nacionalista:</i> <ul style="list-style-type: none"> • Língua, raça e etnia; • Vontade das populações; • “Direitos históricos”.

Tabela 1 - Tipologias de conflitos: não territoriais e territoriais - tipos e subtipos

¹⁷ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de política*, Editora Universidade de Brasília, Brasília: 2004, p. 225;

¹⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Tout empire périra : théorie des relations internationales*, Armand Colin Éditeur, Paris: 1992, p. 216 ;

No seguimento da sua teoria, o autor apresenta também um conjunto de razões para o deflagrar de um conflito, que na mesma linha de raciocínio podem ser aplicadas às guerras do mesmo modo que o são aos conflitos¹⁹:

1. *Deflagração por decisão*: na qual um dos actores toma a resolução de intervir, considerando que a tensão existente não se deve prolongar por mais tempo, reivindicando os seus direitos (esta situação não está dependente de pressões externas);
2. *Deflagração por ocasião*: é um conflito que tem origem nas circunstâncias que se vivem no momento, quer por ser considerada a melhor conjuntura para a sua resolução, quer pela existência de condições externas;
3. *Deflagração por repercussão*: constitui-se como uma reacção a um conflito eminente, no qual o receio pelas consequências desconhecidas leva um dos actores a reagir por antecipação;
4. *Deflagração por maturação*: esta última tipologia prende-se com o crescendo de uma determinada situação que, ainda que estável por algum tempo, leva à insurgência de um dos actores.

As circunstâncias típicas ou atípicas de um indivíduo ou grupo de indivíduos estão pois na origem de um conflito, independentemente da natureza do mesmo, sendo que a existência dos três principais factores acima indicados são essenciais para determinar se uma alteração é, na verdade, um simples desentendimento ou de facto um conflito ou guerra.

O que distingue, de acordo com a maioria dos autores, estas ocorrências é a existência ou não de um claro e voluntário recurso à violência, assim como a sua intensidade. Queremos com isto dizer que a violência é um factor determinante para definir e distinguir um desentendimento de um conflito/guerra.

A possibilidade de um conflito não recorrer à violência física e armada é, na realidade, aquilo que o distingue de uma guerra. Portadores de características, motivações e origens semelhantes, os conflitos e as guerras acabam por se diferenciar pelo armamento e pela violência de carácter físico (isto porque a violência psicológica pode não ser considerada uma ameaça com efeitos imediatos, mas sim usada num contexto de tirania do medo que tem um efeito mais retardado).

Distintas do que foram as descobertas e as conquistas, as **guerras** dos tempos modernos revestem-se de um conjunto de circunstâncias e características que as tornam singulares em si mesmas e entre si. Apesar das suas particularidades as guerras – conflitos com recurso à violência – sempre pontuaram e fizeram parte da história da humanidade²⁰, dando origem à polemologia.

Neste âmbito, Adriano Moreira começa por considerar a guerra como uma “subida aos extremos” na qual «Os Estados recorrem à guerra para *salvaguardar os seus interesses*

¹⁹ Idem, Ibidem, pp. 209-211 ;

²⁰ MOREIRA, Adriano, *Teoria das relações internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996, p. 82;

legítimos ou ilegítimos, para *exaltar valores morais ou espirituais*, para *impor o triunfo de grupos étnicos* que se consideram superiores, para *modificar a ordem* política e social internacional.»²¹ Esta definição, para além de fazer referência a objectivos de guerra com um claro vínculo não territorial – dentro da teoria de Duroselle – chama também à atenção de uma característica mais particular das guerras: os seus intervenientes são entidades políticas, mais explicitamente os Estados. Uma ideia que ganha sustentação na opinião dos autores do *Dicionário de relações internacionais*: «Não se trata de qualquer conflito armado entre grupos organizados, mas sim, apenas entre unidades políticas»²². Quer isto dizer que tanto a opinião expressa por Adriano Moreira, como dos associados de Fernando de Sousa, as guerras são vistas como um conflito no qual os intervenientes são, em regra, entidades políticas – o que torna determinante a violência física e armada, e o tipo de intervenientes como factores caracterizadores e diferenciadores da guerra.

Naquela que é uma das definições mais conhecidas do termo guerra, Carl von Clausewitz determina-a como «um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade»²³, sendo que esta violência é, necessariamente, física e é vista como um meio para atingir um fim: a subjugação do rival. Esta teoria da guerra desdobra-se em diversas vertentes que permitem compreender melhor a sua natureza, nomeadamente a existência para o autor de três tipos de acções recíprocas: o uso ilimitado da força – que é feito pelo recurso à inteligência, que quando utilizada na sua plenitude se constitui como uma vantagem para com o adversário, levando ao ditado de leis e formas de actuação cada vez mais extremas e à imposição de limites cada vez mais elevados²⁴; o objectivo de desarmar o inimigo – o intuito é o de colocar o adversário em clara desvantagem definitiva perante o nosso poderio, e no circuito da guerra o melhor exemplo desta situação é o desarmamento, pelo que Clausewitz considera necessário colocar o inimigo nestas condições para que exista uma verdadeira desvantagem; e o máximo desenvolvimento de forças – isto é, calcular os meios de que o inimigo dispõe (que é possível reflectir em números), e ao mesmo tempo, ter em consideração a sua força de vontade (que é desconhecida para os demais). Estes três factores dão origem a três extremos distintos que contribuem para a prossecução da subjugação do inimigo à nossa vontade: a utilização da força deve ser efectuada de tal modo que leve tanto o adversário como a nós próprios a situações de extremos quando nos propomos a responder de forma recíproca à força do outro; a necessidade de ver desarmado o outro leva-nos ao segundo extremo, que se pode reflectir numa aniquilação do inimigo, pois vemos no armamento a imposição de uma força que é necessário aniquilar; por fim, o desenvolvimento

²¹ Idem, Ibidem, p. 83;

²² SOUSA, Fernando de (dir.), *Dicionário de relações internacionais*, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira: 2005, p. 93;

²³ CLAUSEWITZ, Carl von, *Da guerra*, Editora Universidade de Brasília, São Paulo: 1979, p. 73;

²⁴ “Como o uso da força física na sua integridade não exclui de modo nenhum a colaboração da inteligência, aquele que se utiliza sem piedade desta força e não recua perante nenhuma efusão de sangue ganhará vantagem sobre o seu adversário se este não agir da mesma forma. Por este facto, ele dita a sua lei ao adversário, de modo que cada um impele o outro para extremos nos quais só o contrapeso que reside do lado adverso traça limites.” – In CLAUSEWITZ, Carl von, *Da guerra*, Editora Universidade de Brasília, São Paulo: 1979, p. 74;

das forças de cada um dos actores do conflito leva a que esse acto seja visto como uma competição que é levada, por cada um, ao extremo.

A utilização da guerra é vista pelo autor como um acto não isolado que se apresenta como uma acção política por outros meios, isto é, a guerra não é fruto do acaso, mas sim de um conjunto de circunstâncias e de conhecimentos que se têm dos respectivos adversários²⁵. A ideia de que a guerra se constitui como uma acção política foi já referido anteriormente, mas na evolução do conceito de Clausewitz é referido não só como indicador dos actores intervenientes, mas também dos objectivos, ou seja, a facção política das guerras está dependente de ser ou não um objectivo político e da sua força enquanto tal. Nesta medida, é necessário ter em linha de conta que, ainda que o objectivo político condicione a dimensão da acção militar, a sua importância está dependente da existência ou não de factores de tensão noutras esferas da sociedade: «Quanto mais indiferentes forem as massas e menos fortes as tensões que, noutros domínios, existem também nos dois Estados e nas suas relações, tanto mais o objectivo político será um factor dominante enquanto medida, e decisivo por si mesmo. Em certos casos, ele chega a constituir o único factor decisivo.»²⁶ Deste modo, o objectivo de guerra está dependente do objectivo político, e como tal, se o segundo se for debilitando o primeiro também, dando término ao conflito.

E se o objectivo da guerra se encontra nos factores políticos, os seus meios na violência armada, o seu intuito pode muito bem ir além da subjugação ao poder. De facto, como refere Adriano Moreira, a evolução histórica da guerra levou a que, de um momento em que a cedência por parte do inimigo era suficiente, se tenha evoluído para um estágio no qual a eliminação efectiva do opositor seja considerada como fim último do confronto. Desta maneira, podemos assistir a uma «eliminação da estrutura político-jurídica» – obrigando o Estado vencido a abdicar da sua identidade jurídica; ou uma «eliminação física do povo adversário»²⁷ – numa eliminação indiscriminada de populações civis inocentes, dentro da ideia hitleriana de solução final.

A acompanhar as tentativas de definições anteriores e numa lógica de melhor compreender o fenómeno da guerra, nasceu no seio da ciência política a *polemologia*. De acordo com Adriano Moreira²⁸ foi Gaston Bouthol quem definiu a polemologia enquanto disciplina que se dedica ao estudo das causas da guerra. As teorias desta nova disciplina vão desde a assimetria de poderes, passando pelo nacionalismo, o darwinismo internacional ou o erro de percepção e que iremos tentar compreender melhor de seguida.

A presidir todas estas teorias está a consideração base de que as guerras se constituem como «hostilidades entre Estados ou grupos sociais conduzidas por forças armadas

²⁵ Esta ideia vem no seguimento da padronização de conflitos de Duroselle, sendo que é possível integrar este conceito nos conflitos de deflagração por maturação.

²⁶ CLAUSEWITZ, Carl von, *op. cit.*, pp. 80 e 81;

²⁷ MOREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 85;

²⁸ No seguimento da conceptualização dos conflitos e das guerras parece-nos essencial fazer referência à polemologia, sendo que para tal vamos seguir o pensamento e a sistematização que Adriano Moreira faz na sua obra: MOREIRA, Adriano, *op. cit.*, pp. 217-228;

que manejam a organizada violência possível»²⁹ – mais uma vez temos presente os factores entidades políticas e violência armada como fundamentais para as guerras. Contudo, as teses da polemologia debruçam-se, na sua essência, sobre a fundamentação *per si* das guerras.

Assimetria de poderes – as teorias em torno da assimetria de poderes entre Estados reveste-se da ideia de que é necessário e fundamental uma superioridade de uma entidade política face a outra. Deste modo, encontramos a justificação de algumas guerras dentro da ideia de que é necessário a um dos intervenientes atingir um grau de excelência face a outro de forma a atingir o seu fim, seja ele qual for. Dentro desta teoria existe uma variante «(...), sustentada por Organski, é chamada teoria *power-transition* da guerra. Insiste em que o facto determinante não são as *assimetrias estabelecidas*, mas sim as *assimetrias emergentes e em evolução*, evolução cujo ritmo pode inclinar os Estados a desafiar o *status quo*»³⁰ – assim sendo, podemos identificar, também, como factor determinante para a guerra a necessidade que certos Estados possuem de desafiar a ordem estabelecida, baseando-se na sua própria supremacia em crescimento, numa tentativa de alcançar uma posição mais eminente.

Nacionalismo – quando fazemos referência às guerras de índole nacionalista é necessário ter em consideração que o termo *Nação* pode ser tido no seu sentido mais lato – pelo qual a mesma é tida como um grupo de pessoas com um passado e um presente histórico comum que procura a constituição de um Estado independente –; mas também que a identificação de um grupo étnico, cultural e religioso, ou do «povo do Estado sem Nação»³¹, é feito como um mesmo sinónimo, quer exista ou não uma expressão clara de uma necessária independência política. Deste modo, o nacionalismo pode ser subdividido em *irredentismo* e *separatismo*.

- a) Irredentismo – é considerado como uma luta pela reunificação de um povo numa só Nação (dentro da significação de que este grupo se constituiu como um povo de um Estado, mas cuja identificação nacional não é para com o mesmo), designando-se de «irredento a um território onde está estabelecida uma parte do grupo, e que este considera perdido ou arrancado pela força por uma soberania ilegítima»³²;
- b) Separatismo e independência – toma-se por base um grupo que quer ser separado do Estado ao qual pertence, tornando-se assim independente e dando origem a uma nova entidade política, para a qual possuem uma clara aptidão (é este o caso do Kosovo – que já conseguiu a sua independência – e também do País Basco em Espanha – que continua numa luta constante desde sempre apelidada de separatismo basco).

²⁹ MOREIRA, Adriano, *op. cit.*, p. 217;

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 218;

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 218;

³² Idem, *Ibidem*, p. 218;

Darwinismo internacional – pela teoria de Darwin, as espécies evoluem através de uma luta constante que leva à sobrevivência do mais forte ou apto, dando origem a uma selecção natural das espécies. A teoria da polemologia toma por base este pressuposto, alargando ao ser humano esta capacidade selectiva, tornando a guerra como parte integrante e forma legítima de selecção dos seres humanos mais aptos. A mais clara referência histórica que é possível fazer a este nível é a da solução final hitleriana que procurava a limpeza étnica e a supremacia da raça ariana, tida como perfeita, dando assim origem a uma hierarquia europeia liderada pelos arianos.

Erro de percepção – fruto essencial da evolução e revolução tecnológica e das comunicações, a teoria do erro de percepção baseia-se na ideia de «(...) o chamado Estado *espectáculo* aparecesse como a expressão das técnicas usadas na implantação da *imagem* desejada pelos líderes, pelas instituições políticas, e pelos Estados nas relações internacionais.»³³ Deste modo, cria-se nas populações adversárias uma ideia errada do seu próprio executivo, dando origem a crises de confiança e crença política, enfraquecendo o Estado – o que origina um aumento da credibilidade do país que leva a cabo esta campanha.

Competição armamentista – desde sempre que os diferentes Estados se têm organizado numa corrida constante pelo armamento, e se com o fim da II Guerra Mundial vemos aparecer um sem número de acordos internacionais de não proliferação de armamento, sobretudo nuclear, a verdade é que tal não impede o seu aumento e desenvolvimento – com o aparecimento de armas químicas, que criam todo um novo conceito de guerra. Tidas como uma das razões para a guerra, as armas são também sinónimo de poderio e supremacia de uma entidade política face a outra, levando à criação de um estado de alerta baseado no medo: «Durante o último meio século, a competição armamentista entre os dois blocos traduziu-se, por um lado, na estabilidade pelo medo recíproco, e no desenvolvimento não apenas de *armas estratégicas*, mas também das capacidades de desenvolver a *guerra bacteriológica* ou a *guerra química*, fazendo aumentar enormemente os riscos da guerra por simples erro humano ou deficiência técnica.»³⁴ Este novo tipo de munições e armas escapa mais facilmente ao controlo dos acordos, ao mesmo tempo que é acompanhado por um crescendo do mercado ilegal de armas, constituindo-se como uma verdadeira ameaça na criação de guerrilhas e grupos armados de difícil controlo.

A fuga para a frente – esta teoria baseia-se na causa da guerra anunciada por Péricles, que via a existência e recorrência a um conflito externo para a resolução de um qualquer conflito interno. Contudo, como aponta Adriano Moreira são raros os casos em que esta situação se verifica, sendo que o contrário é bem mais comum, isto é, é mais normal que um

³³ Idem, Ibidem, pp. 220-221;

³⁴ Idem, Ibidem, p. 222;

conflito com origem interna capte a atenção externa (ou internacional) e leve a uma intervenção, como é o caso dos conflitos na ex-Jugoslávia, entre eles a questão do Kosovo.

O instinto de agressão – parte integrante da natureza humana, a agressão de um adversário é vista como uma das principais causas da guerra uma vez que apesar da evolução humana em si e dentro da sociedade, a verdade é que o instinto mais básico para a violência está presente no quotidiano humano. Este ataque constante vê-se reduzido a partir do momento em que o adversário demonstra algum nível de submissão, ao mesmo tempo que é alimento para o desenvolvimento do armamento para alcançar de forma cada vez mais rápida e eficaz este nível de superioridade.

Os ciclos de guerra e paz – esta tese da polemologia encontra nos exemplos de áreas como a economia uma base clara para a conceptualização da guerra e da paz como uma actividade humana de carácter cíclico, sendo uma necessidade geracional. Contudo, é difícil chegar a consenso quer em relação aos períodos cíclicos, quer no que diz respeito às causas da guerra, sendo por tal difícil fazer jus à teoria.

O complexo militar-industrial – com laivos um tanto ou quanto conspirativos (mas não de descartar por completo), esta teoria baseia-se na fundamentação de que existem grupos e interesses político-militares que levam à manutenção, aumento ou até criação de tensões entre os diferentes inimigos de forma a retirar daí algum tipo de benefício económico – «Tal espécie de grupos seria composta por *militares profissionais*, *donos e administradores* de indústrias militares, *funcionários* cujas carreiras estão ligadas às despesas militares, *pessoal político* cujo eleitorado tem interesse em projectos de defesa. A solidariedade e força destes grupos seriam apreciáveis, e apelam para valores como o *patriotismo* e a *segurança nacional*, usando várias organizações que funcionam como aparelhos ideológicos.»³⁵

O Malthusianismo – sob a égide da teoria do economista Malthus – «(...) a população cresce em progressão geométrica e os recursos alimentares em progressão aritmética (...)»³⁶ – a tese do malthusianismo implica uma necessidade de ajustar o crescimento populacional com os recursos existentes, levando a que por muitos a guerra seja encarada como o fiel da balança, essencial para o equilíbrio entre norte e sul, entre população e recursos.

As teorias apresentadas e resumidas por Adriano Moreira no âmbito da polemologia procuram assim dar uma explicação o mais plausível possível para as causas da guerra, tentando encontrar na história o sustento para um acto que se tem vindo a propagar ao longo

³⁵ Idem, Ibidem, p. 225;

³⁶ Idem, Ibidem, p. 226;

dos séculos³⁷. Contudo, no período do fim da II Guerra Mundial e da Guerra Fria foi possível assistir a um aumento crescendo do número de conflitos armados em todo o mundo – em grande parte fruto da tensão entre os dois blocos (ex-URSS e Estados Unidos da América) – a verdade é que essa é uma tendência que tem vindo a apresentar uma clara inversão: apesar de tensões existentes em todo o mundo, o número de conflitos tem vindo a diminuir. Essa parece ser a conclusão mais importante do *Human security report 2005*³⁸, que indica como ponto de viragem o início da década de 1990: desde 1950 que o número de conflitos tinha vindo a aumentar, mas em todo o mundo desde 1992 esta tendência apresenta mudanças substanciais. Esta diminuição do número de conflitos é acompanhada pela redução do número de mortes³⁹, mas ao mesmo tempo com a mudança das tácticas e da natureza da guerra.

Para o mundo actual, o *Human Security Report 2005* apresenta dois tipos de conflitos armados: as designadas guerras civis de baixa intensidade – que se constituem como a maioria e que têm origem em países em desenvolvimento, e cujas características passam essencialmente pela luta de grupos armados mal formados e pequenos, que ainda que com um carácter de brutalidade exacerbado, não provocam um elevado número de mortos; e as guerras ditas *assimétricas* – que ao contrário das anteriores envolvem países desenvolvidos, organizados em coligações (muitas delas lideradas pelos Estados Unidos da América), que fazem uso de armamento de alta tecnologia para subjugar inimigos bem mais fracos (como é o caso do Kosovo ou do Iraque e Afeganistão), e que por isso mesmo, são conflitos que decorrem em curtos espaços de tempo e com reduzidas baixas, militares ou civis (quando comparadas com as guerras do período anterior à guerra fria).

A acompanhar estes dois tipos de conflitos estão mudanças ao nível da organização e recrutamento militar que se verificam em todas as partes do mundo. Um dos fenómenos que é apontado pelo relatório é o aumento do número de crianças soldado, que se estima representem cerca de 300 mil combatentes em mais de 75% dos conflitos em todo o mundo. Apesar de declarado ilegal em 2000 pela Convenção do Direitos da Criança das Nações Unidas, e encarado como crime de guerra desde 1998 pelo Estatuto do Tribunal Criminal Internacional, o número de crianças utilizadas em ataques terroristas e operações suicidas tem vindo a aumentar indiscriminadamente em termos de idade e sexo, chegando a ser identificadas crianças com 13 anos em ataques suicidas de organizações como o Hamas. As crianças são vistas como mão-de-obra barata⁴⁰ e descartável, capaz de fazer uso de armas cada vez mais leves e fáceis de manusear, e que se constituem como um aumento do número de efectivos militares em luta.

³⁷ “A guerra é ainda um instrumento de resolução dos conflitos pela força, mas a sua explicação causal e a racionalização do seu uso continuam obscuras.” – In MOREIRA, Adriano, *Teoria das relações internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996, p. 228;

³⁸ AA.VV. «Human security report 2005», disponível em <http://www.humansecurityreport.info/index.php?option=content&task=view&id=28&Itemid=63>, consultado a 16 de Junho de 2008;

³⁹ Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde, patentes no *Human Security Report 2005*, em 1998 houve 588,000 mortos, um número que em 2002 era de apenas 172,000.

⁴⁰ Algumas, senão a maioria, destas crianças são raptadas, compradas aos pais, ou criadas em doutrinas de predisposição para a luta.

Por outro lado, vê-se assistir ao aumento de grupos paramilitares – forças armadas que não se encaixam nem no estatuto de polícias nem de militares, mas que podem derivar de ordens directas de um governo ou de autênticos exércitos privados (livres de regras legais, que respondem apenas a si próprios e que chegam a construir verdadeiros campos de concentração). Deste modo, é possível criar forças militarizadas que são fáceis de treinar, baratas e que requerem um reduzido apoio logístico. Mas a grande vantagem política inerente aos grupos paramilitares é o facto de existirem à margem do controlo do estado, o que faz com que, mesmo quando os governos requerem os seus serviços, são também capazes de se alienarem das responsabilidades da violação de direitos humanos perpetrados pelos paramilitares.

Na actualidade é também possível assistir ao fenómeno do *outsourcing* e da privatização da guerra, isto é, a recorrência por parte dos executivos, a grupos privados de segurança e trabalhos militares. Estas empresas oferecem serviços que vão desde a consultadoria de estratégia militar ao frete de aviões e pilotos para verdadeiras operações de guerra.

A esta nova realidade vêm juntar-se questões como as dos genocídios e limpezas étnicas que assolam diferentes partes do globo – o caso mais mediático é, até aos dias de hoje, o Ruanda – e que inspiram a comunidade internacional a operar militarmente sob as asas protectoras do Humanismo Militar. Com o pretexto de proteger os habitantes de um país de serem alvo da privação, por parte dos seus congéneres, dos direitos humanos que lhe são devidos e reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, um grupo de estados ou organização internacional intervêm pela força e de forma unilateral, ignorando por vezes normas internacionais⁴¹. Este foi o caso da intervenção aérea da NATO no Kosovo, e que levantou uma série de dúvidas a nível internacional sobre a legitimidade da intervenção à revelia das decisões das Nações Unidas⁴² – o que leva os estudiosos das relações internacionais a questionar a necessidade de *uma nova ordem mundial* e a necessidade de uma hipotética reestruturação do Conselho de Segurança da ONU.

O aparecimento de preocupações humanitárias dentro da égide das guerras e dos conflitos armados representam uma perspectiva daquilo que se supõe serem as novas guerras, cujos objectivos tendem a evoluir de problemas de espaço e território, para situações de cariz cultural e humanitário – a esta realidade vem juntar-se aquilo que são a escassez de recursos naturais. Tal como ficou dito anteriormente, os conflitos tendem a surgir na luta pela posse de determinados recursos, que são actualmente associados a problemas como a falta de água e alimentação – uma realidade que se prevê exacerbar no futuro e que é vista já como o espectro das guerras de anos vindouros.

⁴¹ GOODMAN, Rayn, «Humanitarian intervention and pretexts for war», disponível em http://repositories.cdlib.org/berkeley_ilw/fall2004/2, consultado a 16 de Junho de 2008;

⁴² Como será possível compreender melhor através do Enquadramento teórico que se segue, a decisão 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas é posterior à intervenção dos países da NATO em território kosovar.

A identificação dos conflitos armados com as guerras, e as crescentes mudanças internas que se operam nos mesmos, reflectem uma tendência mundial de atenuamento daquilo que é conhecido como a violência generalizada e que deu origem a grandes conflitos como a I e a II Guerras Mundiais. Se de momento se operam decréscimos substanciais na escalada de prepotência e tirania, isso não é sinónimo de défice de atenção por parte dos *média*, pelo contrário, é a própria natureza dos conflitos que, acompanhada pela nova realidade jornalística, leva a uma cobertura cada vez maior por parte dos meios de comunicação de actos de violência.

Esta necessidade ditada pelo mercado e pelas audiências de transmitir informação de actos de guerra leva, como já foi dito, a que cada vez mais os grandes grupos da informação desloquem para o local os seus profissionais. Contudo, e pelo que foi exposto anteriormente, é difícil qualificar o tipo de conflito que é coberto em dada altura, não só pelo facto de que a natureza de cada um está inerente às características que assume, aos objectivos dos seus participantes e aos actores envolvidos *per sí*, mas também pelo facto de que, no mundo actual, alguns destes conflitos evoluírem tornando-se parte do panorama internacional e, como tal, daquilo que é a designada guerra⁴³.

Ora no âmbito que nos propomos estudar, é imperioso tentar compreender qual a melhor expressão a utilizar, que estará não só em consonância com o nosso objecto de estudo, mas também com a realidade. No caso específico do Kosovo, que teve início com um confronto, pela defesa de um território, de um grupo de indivíduos (a maioria albanesa na região) contra uma entidade governamental – o governo da Sérvia – seria legítimo fazer uso da expressão *conflito armado*. Contudo, a evolução desta oposição levou à necessidade de se operar uma intervenção de carácter internacional e como tal ao envolvimento de um conjunto de Estados – representados tanto pela NATO como pela ONU – incutindo-lhe assim os contornos essenciais de uma guerra.

Pelo que ficou dito, será legítimo fazer uso das duas expressões, mas a necessidade de existir coerência e concisão no trabalho que se apresenta leva-nos a decidir optar pela designação mais abrangente de **conflito armado**, uma vez que o confronto foi alvo de cobertura mediática tanto enquanto conflito – antes mesmo da intervenção da NATO – como enquanto guerra – após os bombardeamentos e a resolução da ONU.

Do jornalista

O jornalismo e os jornalistas são vistos nos tempos que correm como fonte de informação ou conhecimento e que, por essa razão, desempenham uma função dita social de elevada importância para as sociedades contemporâneas, estando as suas funções submersas no manto da objectividade, da imparcialidade e, acima de tudo, da verdade. Contudo, a evolução das sociedades e a viragem para uma realidade cada vez mais comercial levam a

⁴³ Passam de confrontos entre indivíduos e entidades, para conflitos de cariz político – e o envolvimento dos órgãos políticos é, como foi dito, parte fundamental da definição de guerra.

evoluções nos fundamentos da profissão, assim como dos objectivos da mesma, originando nos últimos anos uma alteração clara daquilo que é a orientação das redacções.

Parte fundamental do quotidiano, o jornalismo toca os mais diversos aspectos das sociedades em que vivemos, desde a política ao entretenimento, da economia ao social, em âmbitos tão distintos como o nacional e o internacional, sendo por isso uma ocupação com um crescendo dinamismo. Mas, o que qualifica o jornalismo? E quais as características que o transformam numa profissão? Ou será que não pode ser considerado uma profissão na verdadeira e lata asserção da palavra?

Numa tentativa de enquadrar o jornalismo e o jornalistas deparamo-nos com a dificuldade de, tal como acontece com muitas outras ocupações, não ser possível determinar se nos encontramos efectivamente perante uma profissão, pelo que recorreremos ao mundo da sociologia das profissões, numa tentativa de resolução deste problema.

A evolução da sociologia das profissões está marcada pela existência de duas correntes teóricas essenciais: a funcionalista e a interaccionista; que foram seguidas por um período de apertadas críticas e, posteriormente, sucedidas por teorias ligadas ao poder do profissional que nos acompanham até aos dias de hoje.

As diferentes ocupações que cada indivíduo desenvolve no seio de uma sociedade são parte fundamental das características e do comportamento que o mesmo desempenha, assim como delimita a imagem que tem da sociedade e que de si projecta para os outros: «O tipo de ocupação, o ofício ou a modalidade de trabalho são elementos básicos da diferenciação das pessoas, por afectarem por forma decisiva as atitudes, os comportamentos e os modos de vida. A actividade exercida determina os esforços e os ritmos de vida, molda a personalidade, afecta o padrão das relações sociais, define a inserção das pessoas na colectividade e assim, genericamente, condiciona toda a visão do mundo, das coisas e das pessoas por que cada um se guia na sua acção. As condições em que se exerce a actividade, o nível de rendimentos que por ela se alcança, delimitam em larga medida a posição social dos activos e das suas famílias.»⁴⁴ Deste modo, e já num meio em que claramente as pessoas são valorizadas pela actividade que desenvolvem, assim como o posto que ocupam dentro da pirâmide social, podemos distinguir três sectores essenciais de ocupações: o sector primário – o qual se dedica essencialmente à agricultura e actividades similares; o sector secundário – onde se encontra a área industrial, dos *blue collars*; e o sector terciário – também considerado como o sector dos serviços, onde o trabalho realizado não exige um elevado esforço braçal, mas sim intelectual, os chamados *white collars*.

Ora, se tentarmos já a este nível enquadrar a actividade jornalística, podemos claramente fazê-la recair no âmbito do sector terciário, onde as acções dependentes do intelecto são rainhas. Este sector incute ainda um cariz de reconhecimento social bastante acentuado, sendo associado muitas vezes com aquilo que são a classe média e média alta,

⁴⁴ BARATA, Óscar Soares, *Introdução às Ciências Sociais, volume 2*, Bertrand Editora, Lisboa, 2002, p. 131;

visto que atribuem um rendimento bem mais elevado que os trabalhos dos outros sectores, e como tal uma qualidade de vida bem mais digna e distinta: «Estas funções, mesmo as menos remuneradas, andam em regra ligadas a um estatuto bastante diferente do das actividades manuais. O trabalho é mais leve, e em regra realizado em escritórios ou em locais caracterizados por maior limpeza e conforto do que o comum das oficinas. Mesmo quando a sua posição na hierarquia da organização em que se insere é modesta, o trabalhador que exerce estas funções tem mais fácil acesso às pessoas de níveis mais elevados. A sua forma de vestir no trabalho é aliás pouco diferente da das pessoas com rendimentos mais altos. O trabalho altamente especializado deste sector requer naturalmente instrução adequada, que em regra se obtém nas universidades. Mas mesmo quando o posto de trabalho é de vendedor ou de empregado de escritório ou de funcionário de secretaria exigem-se conhecimentos literários de certo nível e uma aptidão para tratar com cortesia e afabilidade com pessoas de diferentes camadas sociais. A estabilidade do emprego é em regra maior do que a dos trabalhadores manuais, e tradicionalmente a remuneração é feita em termos diferentes. Enquanto os manuais são muitas vezes pagos à hora, ao dia, à semana ou à quinzena, os trabalhadores não manuais são em regra pagos ao mês. Também para muitos o posto de trabalho insere-se numa carreira. A remuneração, baixa de início, aumenta com a idade. Os anos mais avançados da vida activa, que para o operário são anos de declínio de forças e muitas vezes de redução de rendimentos, são para o terciário anos de maior remuneração e prestígio.»⁴⁵

Esta definição de Óscar Soares Barata⁴⁶ não só delimita as principais características do trabalho do sector terciário como também vai ao encontro de uma particularidade das teorias funcionalistas da sociologia das profissões, isto é, a da enumeração de um conjunto de atributos essenciais à ocupação para que a mesma seja considerada uma profissão.

«É no paradigma funcionalista que se inscrevem (mesmo sem explicitamente o dizerem) as mais frequentes classificações sobre as actividades de trabalho, nomeadamente ao afirmarem que só pode ser considerada profissão aquela que possuir um conjunto bem preciso de 'traços' ou atributos.»⁴⁷ – como ficou dito anteriormente, a teoria funcionalista da sociologia das profissões baseia a sua conceptualização na enumeração de atributos específicos que são, não só facilmente observáveis, mas também vinculativos para os profissionais, criando-se assim uma mais clara separação entre as ocupações e as profissões. Esta lista de atributos acaba por fazer valer a ideia de que existe um tipo ideal de profissão, como nos diz Maria de Lurdes Rodrigues, ao mesmo tempo que determina a existência de profissões consideradas *menores* «Encontrados os traços e definido o *ideal tipo*, as profissões existentes são classificadas no que respeita às suas características, ao seu modo de funcionamento e organização, com o objectivo de verificar em que medida se aproximam ou

⁴⁵ Idem, Ibidem, pp. 166-167;

⁴⁶ O autor faz ainda referência à *Classificação Nacional das Profissões* da década de 1970 onde é possível encontrar, desde logo, uma alusão aos "Trabalhadores dos transportes e comunicações", em que os mesmos representam 123,2 milhares de trabalhadores, Ibidem, idem, pp. 135 e 136;

⁴⁷ FIDALGO, Joaquim, *O jornalista em construção*, Porto Editora, Coleção Comunicação, Porto, 2008, p. 16;

afastam do modelo; e assim, num mesmo passo, surgiram associadas ao conceito de profissões *novas noções*, como “semiprofissão”, “quase profissão” e “não profissão”, para classificar grupos ocupacionais que se afastam do tipo idealmente definido, bem como *escalas* para medir quanto profissionalismo possuíam determinadas ocupações.»⁴⁸

No topo da lista de atributos, independentemente do autor, podemos encontrar a formação, isto é, o conhecimento teórico e prático específicos são fundamentais na construção de uma profissão, e são um elemento que está patente nas ideias de todos, ou quase todos, os teóricos do funcionalismo. Podemos demarcar Carr-Saunders e Wilson como os primeiros funcionalistas que iniciaram a sua teorização com a preocupação em delimitar ou conceptualizar os traços que permitem determinar aquilo que se entende por profissão. Assim sendo «uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais»⁴⁹, derivando da necessidade de existência de serviços especializados – numa lógica de satisfação do cliente; a organização em associações profissionais – vinculando aos seus membros um conjunto de regalias e protecções de acordo com o seu estatuto; e a necessidade imperiosa de existir uma formação específica – através da constituição de um *corpus* teórico particular⁵⁰. Denota-se aqui, e desde logo, a importância e a relevância que o conhecimento possui para a possibilidade de uma ocupação ascender ao estatuto de profissão, ao mesmo tempo que permite aumentar o espectro de ocupações que o podem vir a ser.

Assumindo a linha de Carr-Saunders e Wilson da importância dos estudos, Parsons foi outro sociólogo que desenvolveu trabalho no âmbito da sociologia das profissões. Começando por determinar que um profissional não é só, e apenas, um trabalhador em busca de benefícios próprios, mas antes, um prestador de serviços ao serviço dos seus clientes, numa atitude quase altruísta, mas simultaneamente bastante díspar: «o papel dos profissionais exerce-se na relação com os clientes e é a sua reciprocidade assimétrica (conhecimento/ignorância) que permite a sua institucionalização (autoridade/confiança).»⁵¹ Deste modo, as funções desempenhadas pelos profissionais estariam pontuadas por três parâmetros: «dupla competência, pela articulação do saber prático (...) com o saber teórico (...); competência especializada, fundada numa especialização técnica que limita a autoridade do profissional (...); desinteresse ou desprendimento, pela articulação da norma da neutralidade afectiva com o valor da orientação para os outros, do interesse empático para com o cliente»⁵². Ainda na linha de pensamento de Parsons, é de destacar a necessidade de existência de um conjunto de conhecimentos que possuíam o aval do grupo de profissionais, que também o controlavam, e que era reconhecido plenamente pelo Estado. Este processo de legitimação das profissões torna, para Parsons, fundamental o papel das universidades no decurso da formação dos profissionais.

⁴⁸ RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Sociologia das profissões*, Edições Celta, Oeiras, 2002, p. 7;

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 8;

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 8;

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 9;

⁵² Idem, *Ibidem*, p. 10;

Para além de Carr-Saunders, Wilson e Parsons, podemos ainda destacar, nesta linha de pensamento, as teorias de Goode, que nos finais da década de 1950 determina a existência de traços centrais e traços derivados das profissões. Os traços centrais seriam a existência de um *corpus* teórico e de um código de valores; os traços derivados passariam pelo «controlo sobre os padrões de educação; funções de socialização; prática profissional exercida sobre a forma de licenças; controlo sobre as admissões; elevados rendimentos, poder e prestígio; ausência de mecanismos de avaliação e controlo fora da profissão, identidade profissional baseada num estatuto para toda a vida»⁵³, deste modo o conhecimento fica mais uma vez cimentado como a base de uma profissão, do qual derivam benefícios como o controlo, níveis de rendimento e qualidade de educação. Este autor introduz ainda o conceito de *continuum* que se entende como sendo uma escala que vai desde os “não profissionais” aos “profissionais”, de uma forma algo evolutiva.

Muitos outros autores procuraram elaborar teorias no âmbito do funcionalismo, como sejam Millerson, Maurice ou Chapoulie, sendo que apesar de não ser possível encontrar as mesmas listas de atributos, o “saber científico e prático”, o “ideal de serviço”, “o reconhecimento social” e “as instituições profissionais como resposta a necessidades sociais”⁵⁴, constituem o fio condutor da grande maioria das suas teses. Maria de Lurdes Rodrigues destaca ainda a existência de um conjunto de elementos estruturais basilares aos grupos profissionais, que são as instituições de ensino superior, as associações de profissionais e a existência de um sistema de licenças que salvaguardam a legitimidade, responsabilidade e importância das profissões. As profissões encontrariam legitimação através de um «*altruísmo institucionalizado* (...) o que distingue as profissões das restantes ocupações é a institucionalização do altruísmo, realizada através do sistema de recompensas, cuja particularidade consiste em fazer coincidir o “dever” com o “ter” – o prestígio, a estima, os rendimentos e a autoridade, distribuídos de acordo com o cumprimento das expectativas normativas associadas ao papel».⁵⁵ De um modo geral, e nas ideias de Dubar & Tipier, citados por Joaquim Fidalgo, a importância das profissões, na esfera do funcionalismo, para as sociedades contemporâneas, e como tal a sua legitimidade, assentaria em três pilares: «o desenvolvimento, a restauração e a organização das profissões estão no cerne do desenvolvimento das sociedades contemporâneas; porque elas asseguram uma função essencial: a coesão social e moral do sistema social; e representam, por esse facto, uma alternativa à dominação do mundo dos negócios, do capitalismo concorrencial e da luta de classes.».⁵⁶

Podemos pois concluir que no ponto de vista funcionalista uma profissão só existe quando assume um conjunto de atributos que passam essencialmente pela existência de um conjunto de indivíduos que desenvolvem a mesma actividade, se enquadram na esfera de uma associação, possuem uma formação de nível superior específica e aprofundada, ao mesmo

⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 11;

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 13;

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 14;

⁵⁶ FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, pp. 16-17;

tempo que se cimentam na sociedade perante o papel/função altruísta que desenvolvem na mesma, numa lógica profissional → cliente.

Ao mesmo tempo que se desenvolvem as bases do funcionalismo, vemos crescer as teorias do interaccionismo, tornando contemporâneos os autores de ambas as conjecturas.

No que diz respeito à teoria interaccionista é possível fazer um paralelo com o interaccionismo simbólico da Escola de Chicago, ao considerar bem mais relevante a conjuntura que deu origem ao nascimento de uma profissão – o processo como é identificado por Joaquim Fidalgo⁵⁷ –, bem mais do que reconhecer as características particulares e comuns às mesmas.

Dos principais autores do interaccionismo podemos destacar Hughes, que apresenta a necessidade de existência de um conjunto de condições específicas para o exercício de uma actividade profissional, as quais ficam condensadas nos conceitos de *licença* – entendida como uma permissão de cariz legal que é atribuído a determinados indivíduos e não a outros e que lhes delega competências para o legítimo para a prática da profissão; e *mandato* – sendo este percebido como uma obrigação de levar a cabo o exercício da função que lhe foi atribuída⁵⁸. Deste modo, e como refere Joaquim Fidalgo, fica evidenciado como para Hughes e os seus seguidores a preocupação recaía mais na necessidade que cada ocupação tem de se tornar profissão, e como tal de todos percalços que a mesma pode encontrar no caminho, ao invés de dar preponderância a características ou atributos.

Ainda que os conceitos de *licença* e *mandato* reúnam em si as bases mais relevantes da teoria de Hughes, tanto Maria de Lurdes Rodrigues, como Joaquim Fidalgo, fazem ainda referência à existência, para o teórico, de três condições essenciais ao exercício da profissão «a existência de uma autorização legal e de um mandato sobre certos saberes ‘sagrados’, a existência de instituições que protejam o diploma dos profissionais e mantenham esse seu mandato, a existência de carreiras, enquanto espaços de diferenciação/hierarquização, mas também enquanto espaços de socialização (pois ao mandato se associam uma filosofia e uma visão do mundo).»⁵⁹ – mesmo considerando as teorias interaccionistas como estando ligadas à lógica de processo de Joaquim Fidalgo, esta ideia de que são necessárias condições especiais para o exercício de uma actividade profissional não deixa de ter algumas semelhanças com o funcionalismo e os atributos destacados pelos seus autores; esta ideia de similitude entre as duas teorias fica mais clara com a referência que Hughes faz à importância que as escolas e a aquisição de conhecimentos específicos têm para a constituição de uma profissão (um atributo base nas distintas teses funcionalistas): «Hughes identifica as escolas e os professores como instituições centrais nos processos de profissionalização, uma vez que, nos conflitos de disputa de áreas de trabalho entre grupos ocupacionais, o recurso mais importante é o aumento dos níveis de qualificação, a instituição de currículo. A formação e as escolas transformam-se, efectivamente, em instituições que atribuem licenças para trabalhar numa ocupação,

⁵⁷ Idem, Ibidem, p. 21;

⁵⁸ RODRIGUES, Maria de Lurdes, *op. cit.*, p. 15;

⁵⁹ FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, p.22;

estabelecendo a distinção entre os verdadeiros profissionais dos leigos.»⁶⁰. Esta quasi complementaridade entre os teóricos de uma e outra vertente e das suas ideias acaba, claramente, por dar origem a estudos de autores como Bucher e Strauss, que procuraram delimitar as tangências e convergências que existem entre as duas correntes.

Contudo, apesar das quase óbvias semelhanças que ficam patentes na exposição anterior, não podemos esquecer que em todo o caso as teorias e os teóricos são distintos, e se os funcionalistas vêem as profissões como blocos identitários que buscam, no seu desenvolvimento e crescimento, uma espécie de bem comum ao grupo; na perspectiva interaccionista, em que os indivíduos lutam para destacar a sua ocupação como profissão, a realidade é bastante distinta, existindo por isso conflitos e lutas de identidade profissional não só para com a sociedade em que se inserem, mas também dentro dos próprios grupos ocupacionais – os indivíduos agem pela prossecução do estatuto profissional⁶¹. Esta situação nasce da diversidade de parâmetros de formação, de aplicação de metodologias e técnicas, e até mesmo de interesses individuais distintos, nascendo deste modo aquilo a que Richardson designou de segmentação profissional, que pode ser vista como uma segmentação de base – vertical ou horizontal; e de relação entre os segmentos – subsidiária ou independente⁶².

Numa lógica sintética, Dubar & Tripier apresentam quatro princípios essenciais e orientadores da perspectiva interaccionista: «os grupos profissionais (...) são processos de interacções que conduzem os membros de uma mesma actividade de trabalho a auto-organizar-se, a defender o seu território e a sua autonomia, a proteger-se da concorrência; a vida profissional é um processo biográfico que constrói as identidades ao longo de todo o desenrolar do ciclo de vida (...); os processos biográficos e os mecanismos de interacção funcionam numa relação de interdependência (...); os grupos profissionais procuram sempre fazer-se reconhecer pelos seus parceiros, desenvolvendo retóricas profissionais e buscando protecções legais.»⁶³

Ora, pelo que ficou exposto, e ainda que seja desde logo possível encontrar algumas convergências entre as duas teorias, a verdade é que o interaccionismo, tal como a própria expressão sugere, exige da parte dos indivíduos uma interacção clara, não só com a sociedade, como também dentro do próprio grupo, que irá determinar a validade da profissionalização de determinada ocupação. Mais do que tentar identificar as características de uma profissão, os interaccionistas apresentam uma lógica mais pró-activa da parte dos profissionais, que procuram um espaço legal e social para a legitimação da sua actividade, sendo sempre relevante a história de vida de cada indivíduo e do grupo, não só para a imposição social, no caso do último, mas também para a referência e relevância individual dentro do grupo.

A existência de toques nas duas teorias poderá estar relacionada com a contemporaneidade dos estudos, mas também pela complexidade que assume tentar

⁶⁰ RODRIGUES; Maria de Lurdes, *op. cit.*, pp. 16-17;

⁶¹ FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, p. 22;

⁶² RODRIGUES, Maria de Lurdes, *op. cit.*, pp. 19 – 20;

⁶³ FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, pp. 23-24;

compreender o espaço que ocupam as profissões dentro das sociedades, assim como a sua legitimidade dentro das mesmas, pois só detendo legitimidade é que uma profissão se pode constituir no seio de qualquer sociedade.

Apresentadas que estão as duas principais teorias da sociologia das profissões, e que dominaram os estudos até por volta de 1960, convém compreender que as mesmas não estiveram livres de críticas. Na verdade, já na segunda metade do século XX vemos surgir um rol de objecções às interpretações que as duas teorias abordam, ao mesmo tempo que crescem as ideias que equiparam o crescimento, desenvolvimento e importância das profissões face às ocupações, com o poder que as mesmas podem assumir dentro das sociedades em que se inserem, nascendo assim as teorias do poder, com as principais perspectivas de Johnson, Freidson e Larson.

As décadas de 1970 e 1980 foram profícuas em críticas aos trabalhos desenvolvidos até então no âmbito da sociologia das profissões. No âmago destas objecções estavam, essencialmente, as ideias defendidas pelos funcionalistas. Tal como refere Maria de Lurdes Rodrigues⁶⁴, as primeiras críticas surgiram com o crescendo fenómeno do *antiprofissionalismo* – em que se assiste a uma reivindicação de um estatuto assumido sob o apanágio do profissional, mas que mais não é do que uma forma de alienação da restante sociedade, ao mesmo tempo que permite a manutenção de um estatuto pré-determinado e associado à profissão, per si –, e com o aumento da consciencialização de que este monopólio das profissões possui um impacto essencial à vida económica e dos mercados.

Estas duas circunstâncias fazem nascer um conjunto de investigações que se debruçam sobretudo nas teorias funcionalistas – sendo o próprio interaccionismo uma crítica ao funcionalismo – e que procuram assim identificar quais os principais argumentos teóricos apresentados até então que são passíveis de questionamento. Deste modo, vemos surgir estudos como o de Chapoulie, que já em plena década de 70 elabora um conjunto de pesquisas em torno do termo profissão. De facto, a utilização da expressão profissão diverge de acordo com as zonas do globo em que são utilizadas, o que está intrinsecamente associado com a semiologia e dinâmica signo/significado que existe de acordo com as línguas. Assim sendo, se para os europeus profissão pode também designar ofício, na vertente anglo-saxónica a mesma palavra reporta-se apenas para profissionais com um conhecimento de nível superior. Ora, esta ideia não é acompanhada pelos funcionalistas, antes pelo contrário, o tipo ideal de profissão é construído através de um conjunto de atributos, o que confere ao termo uma ideia de conceito e não de significado. Este pensamento de Chapoulie vem acompanhado pelos de Freidson, que determinam que «o termo profissão aparece associado tanto à designação de categorias jurídicas (médicos e engenheiros) e de categorias administrativas (professores do ensino secundário), como de categorias de facto (por exemplo, os informáticos, reconhecidos

⁶⁴ RODRIGUES, Maria de Lurdes, *op. cit.*, pp. 35-45;

como tal e que se reconhecem, mas cujas fronteiras são ambíguas);[...]»⁶⁵, ou seja, a mesma designação é utilizada de forma algo aleatória e não corresponde efectivamente aquilo que se deveria determinar como profissão. Mas, exactamente no seio da designação de profissão funcionalista, ocorre uma incongruência difícil de explicar: na tentativa de operacionalizar o conceito de profissão faz-se a indicação de que a mesma vem associada a um conjunto de conhecimentos e um nível de formação por si só bastante difusos, ou seja, como Wilensky refere, é difícil determinar quais os limites superiores de uma determinada formação para que a mesma permita o acesso à profissão para a qual foi constituída, sendo bastante complicado encontrar e identificar tal limite.⁶⁶ A não existência de uma meta específica a alcançar para a aquisição de um grau de excelência de conhecimentos teóricos e práticos, estabelece que os mesmos sejam adquiridos numa sequência lógica, pré-determinada através do grupo profissional – mesmo que seja necessário criar este conjunto de saberes do zero. Esta determinação, ao ficar a cargo dos membros da profissão leva a que o corpus de estudo seja decidido em prol de um objectivo: o de reconhecer uma ocupação como profissão, incutindo-lhe uma autonomia específica, característica das profissões. Esta ideia foi defendida por Freidson, mas já antes tinha sido referenciada por Hughes, e traz a cada profissão a possibilidade de ser exclusiva a quem detenha tais saberes: «Assim, as formações longas e práticas selectivas repousariam não exclusivamente sobre exigências técnicas, mas permitiriam evitar a divulgação dos saberes entre os não profissionais e modificar as identidades sociais dos candidatos à profissão, garantindo ideológica e praticamente a posse de saberes e de competências particulares em certa área de actividade.»⁶⁷

Assim sendo, uma das principais críticas observadas ao modelo funcionalista foi a da simples assumpção de que o conhecimento é basilar na construção de uma profissão, de uma maneira algo empirista, sem questionar qual é exactamente a importância e relevância desse conhecimento, nem como se constitui ou constrói.

Para além das questões inerentes ao conhecimento, Maria de Lurdes Rodrigues faz ainda referência a duas críticas aos estudos das profissões que tinham sido desenvolvidos até meados do século passado: a ideologia que existe por detrás das profissões; assim como a a-historicidade dos modelos teóricos apresentados até então. No que diz respeito à primeira crítica, relaciona-se com a existência de uma influência e controlo subjacentes às profissões, que as mesmas adquirem pelo simples facto de assim serem consideradas, e que lhes permitem assumir algum controlo político e social no meio em que se inserem, sendo o mesmo utilizado em benefício próprio, e não de uma forma algo altruísta, como Parsons deu a entender. Esta situação leva Gyarmati a considerar que as profissões se desenvolvem num sistema de quasi mandarato, caracterizado pela elevada margem de autonomia no funcionamento das actividades de cada profissão, assim como um superintendência absoluta

⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 37;

⁶⁶ «Esta dificuldade leva autores como Greenwood (1957), Perrucci e Gerstl (1969), Moore (1970) e Hall (1975) a considerarem que a definição de profissão e dos seus atributos é uma questão de grau ou de escala, uma diferença quantitativa mais do que qualitativa, medida pelo número de anos de formação.» *cit. in*, Idem, Ibidem, p. 38;

⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 38;

sobre quem e como entra no seio da actividade: «E, justamente, a razão pela qual as profissões são alvo de críticas relaciona-se com o facto de o poder acumulado e as prerrogativas especiais de que usufruem serem utilizados em proveito próprio e não em proveito da colectividade. O autor formula mesmo a hipótese de que o lugar que lhes é atribuído na divisão social do trabalho não só não é indispensável ao bom funcionamento e à realização das actividades, como constitui um obstáculo que impede a maioria da população de ter normal acesso aos serviços que prestam.»⁶⁸ Toda esta situação e conjuntura acabam por ir contra as ideias apresentadas e defendidas pelos funcionalistas no âmbito do profissionalismo, visto que o mesmo deixa de existir e torna-se utópico nestas circunstâncias.

No que concerne à a-historicidade do modelo, Maria de Lurdes Rodrigues refere-se essencialmente às objecções apresentadas por Johnson em relação ao funcionalismo – dizendo que o modelo destes autores, ainda que considere a constituição das ocupações como profissões enquanto processo evolutivo e cronológico, não tem em linha de conta a existência de factores históricos influentes no procedimento; e ao interaccionismo – que toma a conjuntura de criação de uma profissão como sendo a consciencialização do grupo da sua condição profissional, ignorando todas as circunstâncias históricas e sociais que levaram a essa situação.

Todas estas críticas de que são alvo os dois modelos teóricos originam uma mudança na abordagem que é dada à análise e estudo das profissões, levando os estudiosos futuros a centrar o objecto de estudo da sociologia das profissões «na questão do estatuto e dos jogos sociais que permitem, na interacção com um conjunto de *partenaires*, a sua conquista e protecção»⁶⁹, como foi defendido por Paradeise.

Este mudar de face no estudo das profissões, fruto de aferradas críticas, leva ao surgimento de novas teorias, das quais destacamos a de Johnson – que se refere às relações de poder que se constituem entre profissionais e Estado; de Freidson – que nos reporta para a questão do controlo do trabalho; de Larson – que se debruçou sobre o profissionalismo e a questão dos mercados ditos fechados.

As ideias e teorias defendidas por Johnson reportam-nos para uma relação Profissionais/Estado que se sustenta na ideia de que com o crescimento e desenvolvimento dos grupos profissionais, a sua capacidade de auto-regulação e auto-controlo foi-se esbatendo e substituindo por uma vertente corporativista, dando ao Estado maiores poderes de controlo sobre as profissões. Esta relação implica, necessariamente, uma partilha efectiva do poder, na qual a selecção dos seus membros obedece a critérios pré-estabelecidos muito rigorosos, e pela qual é atribuído um *status* social elevado a quem nela participe e intervenha – uma situação que contribui para uma interdependência entre estas profissões ligadas ao Estado e o próprio Estado: «Para Johnson, o principal recurso ou fundamento do poder profissional resulta da contribuição do grupo profissional para as *funções globais do capital*, quer dizer, a posição

⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 41;

⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 44;

de uma ocupação na divisão do trabalho é função da sua contribuição para as funções globais do capital, à produção de lucro, à realização do capital e à reprodução das relações sociais que asseguram a manutenção do modo de produção capitalista, devendo a explicação do domínio de umas ocupações sobre outras ser procurada nos laços que a unem à classe dominante.»⁷⁰ Quer isto pois dizer, que a balança de poder que se cria entre as profissões e o Estado está dependente dos contributos de capital que essa mesma profissão possa oferecer ao Estado, assim como do benefício social que esta situação possa atribuir ao grupo de profissionais.

Os estudos de Freidson, por seu lado, desenvolveram-se até à última década do século XX e vêm confirmar a tese do “paradigma de poder” assumido pelas profissões. Sustentando-se numa tríade de autonomia, *expertise* e credenciais, o poder profissional constituir-se-ia através do direito que determinado grupo adquire para a realização, formação e controlo de acesso de determinada profissão: «A análise de Freidson sobre o poder profissional centra-se nas vantagens (*autonomia* e poder sobre o próprio trabalho) conferidas por monopólio do conhecimento (*expertise*) e por *gatekeeping* (*credenciais*), que são os principais recursos ou fontes do poder profissional, isto é, criam a base de grande parte dos poderes profissionais, incluindo o mais fundamental deles, que é a capacidade de definir a forma como o trabalho deve ser realizado – este controlo sobre o trabalho, ou autonomia técnica, é o mais amplo e fundamental dos poderes profissionais.»⁷¹ Nas fundações da construção e manutenção deste poder profissional estariam, com refere Joaquim Fidalgo, a confiança que o público tem para com determinada ocupação, e que lhe permite ascender a uma profissão de plenos poderes; e a existência de uma garantia de atribuição de credenciais de conhecimento por parte de instituições específicas e competentes para tal: «Não se trata, para os profissionais, apenas de deter conhecimentos científicos e técnicos adequados, mas também de os afirmar como socialmente relevantes e de garantir que, no contexto de uma autonomia profissional tipo por essencial, se encarregará de os controlar e auto-regular.»⁷² Indo além da constituição do poder profissional, e já em anos mais recentes, Freidson debruça-se sobre a criação de um modelo de profissionalismo, definindo três tipos essenciais de controlo sobre o trabalho, como referem Dubar & Tripier – analisados por Joaquim Fidalgo: «o controlo pelos gestores (característico da **burocracia**), o controlo pelos consumidores (característico do modelo liberal de **mercado**) e o controlo pelos próprios trabalhadores (característico do **profissionalismo**).»⁷³ Este poder e controlo estabelecem-se, obviamente, em correlação com o aval do Estado, que ao reconhecer que determinada profissão possui uma mais-valia social, assim como um quadro de valores e uma ética essenciais para a sociedade, lhes atribui e delega um conjunto de poderes relacionados, essencialmente, com a auto-regulação e autocontrolo dos membros da actividade profissional.

Já no que diz respeito aos estudos de Magali Larson, esta autora procurou ir mais fundo na compreensão do «paradigma de poder», relacionando-o com as teses marxistas e

⁷⁰ Idem, Ibidem, pp. 49-50;

⁷¹ Idem, Ibidem, p. 51 – realces da autora;

⁷² FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, pp. 29-30;

⁷³ Idem, Ibidem, p. 30 – realces do autor;

weberianas, «tenta uma síntese das teses marxistas e weberianas na sua análise das profissões – estuda-as como grupos de interesses ligados ao sistema de classes da sociedade capitalista e analisa a profissionalização como um projecto de mobilidade colectiva no qual as ocupações tentam conseguir não apenas posições económicas, mas também estatuto social e prestígio.»⁷⁴ Deste modo, os grupos profissionais e a profissionalização das ocupações revestem-se, sobretudo, de um cariz *egoísta* e não *altruísta*, como o deu a entender Parsons, isto é, os grupos e seus membros procuram alcançar um vasto conjunto de benefícios pessoais, como o incremento da influência na esfera social e económica, indo além da simples relação e prestação de serviço ao cliente defendida pela teoria funcionalista. Esta conjuntura permite a criação de um monopólio da actividade profissional, como o referem Joaquim Fidalgo e Maria de Lurdes Rodrigues; um monopólio que se alcança através de um acérrimo controlo do acesso à profissão e de um proteccionismo de mercado exacerbado, debaixo da alçada de que estamos perante uma necessidade incontornável para a sociedade – o que justifica ainda todos os benefícios que decorrem da situação profissional, e que são coadjuvados pelo apoio do Estado.

Dentro das investigações de Larson podemos ainda encontrar um conceito base designado de **projecto profissional**: «Trata-se de nomear o processo histórico pelo qual certos grupos profissionais conseguem objectivamente estabelecer um monopólio sobre um segmento específico do mercado de trabalho e fazer reconhecer a sua *expertise* pelo público, com a ajuda do Estado. Mais do que de ‘projectos individuais’, trata-se de estratégias colectivas. (...) É uma estratégia histórica de constituição de um mercado profissional, e não de exercício individual de uma actividade profissional.»⁷⁵ Uma situação que leva a um encerramento económico e cultural das profissões, limitando, necessariamente o acesso às mesmas. Cria-se assim aquilo a que Larson designou de *mercado profissional* e que pode ser entendido como uma «forma particular de mercado (ou segmento de mercado) do trabalho no qual um serviço só poder ser comprado ou vendido a um profissional que pertence, também ele, a um mercado fechado e específico de trabalho.»⁷⁶ – um mercado que conferem uma elevada autonomia, uma vez que ao torna-se tão cerrado em si mesmo não torna-se impermeável ao controlo externo, e que possui toda a benesse do Estado para que assim aconteça e proceda. Este monopólio, quer do membro do grupo profissional no mercado de trabalho, quer do serviço que presta, transmite um incremento no *status* social, pelo que ao construir-se um **projecto profissional**, o mesmo se faz tendo em conta a mobilidade social, quer do indivíduo quer do grupo de actividade a que pertence – sendo necessário um elevado grau de *expertise* para aceder ao grupo e como tal a todos os benefícios que dele decorrem: «A análise de diversos projectos profissionais sugeria claramente que eles visavam todos criar um mercado institucional protegido de trabalho ou de serviços para indivíduos cuja competência devia ser também institucionalmente demonstrável.»⁷⁷ Necessidade de elevados

⁷⁴ RODRIGUES, Maria de Lurdes, *op. cit.*, p. 54;

⁷⁵ Cf. in Dubar & Tripier, *cit. in*. FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, pp. 31-32;

⁷⁶ FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, p. 32;

⁷⁷ Cf. in Larson, *cit. in*. FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, p. 33;

níveis de saberes confere às escolas, universidades e instituições de ensino superior, um papel fundamental na construção deste projecto e das profissões, relançando a importância referida por funcionalistas e interaccionistas que têm o corpo de conhecimentos.

Críticas à parte, os modelos teóricos da sociologia das profissões apresentados até este momento demonstram a presença de uma linha condutora de análise que comprova a existência de um conjunto de pontos tangentes entre os teóricos, mas simultaneamente de uma dificuldade comum: a de realmente compreender e definir o âmbito das profissões, assim como o campo de estudo deste ramo da sociologia. Assim sendo, importa referir a teoria sistémica de Andrew Abbot que se centra na «necessidade, em seu entender, de compreender a própria dinâmica da competência no contexto da prática profissional, o que implica focar os estudos mais no próprio trabalho dos profissionais e menos nas suas estruturas organizacionais»⁷⁸ – o que traz uma nova abordagem à investigação no âmbito da sociologia das profissões.

Os estudos de Abbot começam por se centrar em críticas às profissões e à profissionalização, decalcando das mesmas cinco pressupostos essenciais à sua formulação teórica, e que passamos a enumerar de acordo com as palavras de Maria de Lurdes Rodrigues: «1 – o estudo das profissões deve centrar-se nas áreas de actividade sobre as quais detêm o direito de controlar a prestação de serviços – *jurisdições* –, isto é, no tipo de trabalho que desenvolvem e nas condições de exercício de actividade, e não apenas nas suas características culturais e organizativas; 2 – as *disputas*, os *conflitos* e a *competição* em áreas jurisdicionais constituem a dinâmica do desenvolvimento profissional, pelo que a história das profissões é a história das condições e consequências da apresentação de reclamação de jurisdição, por parte dos grupos ocupacionais, sobre áreas de actividade que já existem, são criadas ou estão sob o domínio de qualquer grupo; 3 – as profissões existem no conjunto do sistema ocupacional e não como entidades isoladas, pelo que a sua abordagem deve considerar o *sistema de interdependência* que caracteriza as relações entre os grupos profissionais; 4 – o principal recurso na disputa jurisdicional, e a característica que melhor define profissão, é o *conhecimento abstracto* controlado pelos grupos ocupacionais: a abstracção confere capacidade de sobrevivência no competitivo sistema de profissões, defendendo de intrusos, uma vez que só um sistema de conhecimento governado por abstracção permite redefinir e dimensionar novos problemas e tarefas; 5 – os processos de desenvolvimento profissional são *multidireccionais*, não se podem sustentar as teses de tendência (profissionalização e desprofissionalização).»⁷⁹

Como ficou exposto pela autora, Abbot centra, desde logo, a sua investigação nas *jurisdições* – entendidas como a ligação entre a profissão e o trabalho *per se*, sendo que é a análise deste fenómeno, como o mesmo se cria e constitui, se desenrola e se reflecte na

⁷⁸ FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, p. 37;

⁷⁹ RODRIGUES, Maria de Lurdes, *op. cit.*, pp. 94-95;

sociedade, e influencia a história das profissões, que domina a investigação do autor.⁸⁰ Ao associar as *jurisdições*, com as fontes de mudança *interiores* e as fontes de mudança *exteriores* ao sistema profissional, Abbot cria as bases e níveis de análise do seu corpo teórico.

A natureza do trabalho, essencial às *jurisdições*, poderá ser determinante no estabelecimento da existência, ou não, de vulnerabilidades de uma profissão face a outra. Visto que todas as profissões se debruçam sobre problemas humanos, individuais ou colectivos, objectivos ou subjectivos, é a resolução correcta dos mesmos que permite determinar a manutenção de uma profissão, ou o seu extermínio. Deste modo, o autor indica três processos essenciais à resolução eficaz dos problemas: o *diagnóstico*, a *inferência* e o *tratamento* do problema. Se por um lado o diagnóstico e o tratamento podem ser entendidos como uma simples gestão da informação – da recolha de informação que leva ao diagnóstico, e do tratamento da informação relativa à resolução do problema –, a inferência já exige um conjunto de conhecimento mais específico e apurado, pois é através deste acto que se faz a ligação entre os outros dois, sendo necessário para tal a constituição e aquisição de um conhecimento académico que permita conectar as pontes, por vezes obscuras, que ligam o momento do diagnóstico de um problema ao alcance da sua solução. Este conhecimento é determinado por teóricos e académicos específicos para cada profissão, e que estabelecem uma consistência teórica para a resolução dos problemas que os clientes colocam aos profissionais: «(...) o *conhecimento académico* é um elemento-chave do sistema; o carácter abstracto⁸¹ do sistema de classificação, do sistema de conhecimento que formaliza o saber - fazer profissional é ditado pelos académicos, cujo critério não é o da clareza prática e da eficácia, mas o da consistência lógica e da racionalidade.»⁸² - importa, contudo, referir que a importância atribuída por Abbot ao conhecimento não se reflecte unicamente na necessidade de legitimar a profissão, mas também, e acima de tudo, como factor fundamental no desenvolver de novas soluções para problemas já existentes. Ainda que a *jurisdição* seja capaz de legitimar em si a existência de uma profissão – uma vez que uma *jurisdição* viável é sinónimo de uma resposta positiva ao problema dos clientes – a verdade é que, tal como refere Abbot, é necessário existir um aval positivo por parte da sociedade face a uma nova profissão, sendo por isso necessário que a mesma se legitime em três campos essenciais: a nível legal, perante a opinião pública, e consoante o mercado em que se insere.

Ao fixar legalmente uma *jurisdição*, determinada profissão está a restringir a sua área de actuação ao acesso de outras profissões ou ocupações, reclamando para si toda a área de actuação que se refira à mesma. Esta fixação poder ser total – na qual a profissão encerra em si a autoridade de desempenhar determinadas funções, e que se fundamenta no conhecimento académico e abstracto, essencial à resolução dos problemas; por subordinação – ideal para uma profissão de *jurisdição* total, pois permite a delegação de funções, ainda que detenha algumas dificuldades de controlo: como sejam a subversão da *jurisdição* (ao assimilarem as

⁸⁰ Idem, Ibidem, *op. cit.*, nota 5, p. 94;

⁸¹ O nível de abstracção e de conhecimento de cada profissão estão dependentes do tempo e espaço que a mesma ocupa em termos históricos e sociais.

⁸² Idem, Ibidem, *op. cit.*, p. 96;

funções como suas, os subordinados julgam-se detentores da profissão), e a necessidade de manutenção de títulos e hierarquias que distinguem os diversos intervenientes no processo da profissão; ou através da interdependência – que leva a uma dependência entre diferentes grupos profissionais, que se especializam em determinada área, mas que também pode levar a confusões de estatuto profissional. Esta delegação de tarefas reflecte a complexidade da estrutura de uma profissão ou organização, ao demonstrar a existência de diversos tipos de grupos ou intervenientes, que se desdobram em níveis centrais ou periféricos, e estratificados horizontal ou verticalmente; para além, claro está, da existência de instituições como as escolas ou os códigos de ética, que actuam sobre o controlo de toda esta máquina profissional.

No que diz respeito aos outros dois níveis do corpo teórico de Abbot, as forças *internas* e *externas*, importa reter que as primeiras se referem a alterações no corpus de saberes e a mudanças estruturais e sociais da profissão; e as segundas estão relacionadas com factores tecnológicos, culturais, naturais ou organizacionais, cujas mutações vão alterar a actuação da profissão. Importa também mencionar que estes agentes podem enfraquecer áreas de *jurisdição*, provocando distúrbios que acabam por se alastrar a todo o sistema profissional, e eventualmente serão absorvidos pela profissionalização ou a desprofissionalização.

Ao nível das forças *internas* existem quatro grandes tipos, que «(...) geram e absorvem perturbações, afectam a interconexão entre profissões e constituem uma mediação para o desnível existente entre as relações entre profissões nos locais de trabalho (flutuantes) e as relações entre profissões nos domínios público e legal (relativamente estáveis). Sem as diferenciações internas, a *décalage* entre o formal e o informal, no mundo das relações interprofissionais, não podia ocorrer.»⁸³, são eles:

- Estatuto intraprofissional – este estatuto é essencialmente caracterizado pela *regressão*, isto é, «a tendência para o afastamento das tarefas do espaço de jurisdição pública»⁸⁴, que isto dizer que quanto mais alto seja o estatuto atribuído a determinado profissional pelos seus pares, mais próximo o mesmo está do saber e do profissionalismo puro;
- Diferenciação por clientes – associada ao factor anterior, a diferenciação por clientes aplica-se do mesmo modo: quanto mais alto o estatuto do cliente, mais alto o do profissional, pois só este terá capacidade e *jurisdição* para resolver o problema do primeiro;
- Situação de trabalho – a condição que cada profissional possui perante o seu trabalho está dependente do tipo de organização para a qual trabalha, da relação profissional e do estatuto jurídico do grupo profissional; contudo, Abbot considera essencial o grau de divisão do trabalho dentro da actividade profissional na determinação da situação de trabalho, pois o mesmo pode reflectir-se no estatuto intraprofissional, assim como na segmentação do grupo em si nas pirâmides sociais e de poder;

⁸³ Idem, Ibidem, p. 99;

⁸⁴ Idem, Ibidem, p. 99;

- Padrões de carreira – todas as profissões apresentam uma carreira, sendo numas oficiais e noutras não oficiais, sendo, quase sempre, o reflexo de estatutos distintos e níveis de conhecimento e formação desiguais.

Toda esta maquinaria profissional desenvolve-se, na teoria de Abbot, debaixo do manto do poder profissional, o qual pode assumir diversas fontes – como seja a protecção do Estado – e que se pode exercer em três níveis da *jurisdição*: o nível legal, o nível público e a situação perante o trabalho → «Perante o Estado, o poder é exercido através de pressões legislativas para que sejam estabelecidas entidades licenciadoras, usando-se essas entidades contra as profissões concorrentes, pressionando para que sejam estabelecidos monopólios, estatutários ou judiciais, de prestação de ou de pagamento de serviços, e para que sejam controlados legalmente os praticantes sem licença ou sem princípios éticos. Perante o público, o poder é exercido através de várias formas de intervenção na comunicação social (...). Nos locais de trabalho, o poder é exercido através de acções para reforçar a jurisdição legal, do controlo da linguagem profissional e da subordinação directa e simbólica. As diversas fontes do poder interprofissional afectam as várias áreas do exercício da actividade profissional. As alianças e outras formas de cooptação externa têm claramente o seu maior efeito na área legal, onde protagonistas externos ajudam directamente uma profissão a pressionar o aparelho do Estado. Nas esferas pública e do trabalho, é o [desempenho do] cargo que tem mais efeitos, dado que a capacidade para definir os problemas e as medidas de sucesso permite a uma profissão fazer com que o seu trabalho pareça mais coerente e delicado do que aparentaria numa apreciação imparcial.»⁸⁵

De um modo geral, podemos infirmar que, tal como refere Maria de Lurdes Rodrigues, Abbot procurou criar uma teoria dinâmica do estudo das profissões: «Num quadro de crescente especialização e divisão do trabalho, a relação entre as ocupações é assumida como uma dimensão importante na análise do sistema ocupacional: se idealmente a harmonia e o equilíbrio existem, realizando cada uma das ocupações um conjunto particular de tarefas distintas e complementares, na realidade ocorrem inúmeros conflitos de disputa de áreas de actividade, sendo através da resolução de tais conflitos que se redefinem as relações entre as ocupações.»⁸⁶

Apresentadas que estão as principais correntes internacionais da sociologia do jornalismo, e procurando debruçar-nos agora sobre o jornalismo per si, importa ainda referir que, tal como expõe Maria de Lurdes Rodrigues⁸⁷, é pobre o estado da arte da sociologia das profissões no nosso país. De facto, a autora refere apenas trabalhos que tocam ao de leve estas teorias, sendo as mesmas utilizadas como base teórica de sustentação dos trabalhos, como é o caso do nosso, não sendo possível encontrar um aprofundamento teórico e prático daquilo que é a sociologia das profissões, muito menos numa como o jornalismo.

⁸⁵ Cf. Andrew Abbot, cit. in, RODRIGUES, Maria de Lurdes, *op. cit.*, p. 103;

⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 103;

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 129-137;

Deste modo, e tendo como orientação o livro de Joaquim Fidalgo, será possível extrapolar as teorias da sociologia das profissões para o âmbito do jornalismo, mas nunca de uma forma específica e peremptória – uma limitação que ficará a dever-se, essencialmente, à dificuldade que ainda persiste de determinar se o jornalismo é efectivamente uma profissão ou uma ocupação: «A dificuldade de delimitação clara do âmbito de actividade dos jornalistas enquanto profissionais caminha, como parece óbvio, a par da dificuldade de definição clara e inequívoca da sua própria actividade: o jornalismo. E é a luta pela afirmação deste ofício como actividade autónoma, específica, cientificamente caracterizável e merecedora de reconhecimento social, que impele os seus intérpretes a auto-denominarem-se *profissionais*, a afirmarem-se como os legítimos ocupantes deste espaço e a traçarem uma linha que exclua os “*não profissionais*”.»⁸⁸

Denis Reullan, um teórico da sociologia das profissões que se debruçou sobre o jornalismo e os jornalistas afirmou que «Como todos os grupos profissionais num dado momento da sua história, também o dos jornalistas se esforçou por construir para si uma respeitabilidade social: definir a sua actividade, impor regras de acesso à profissão, afastar os amadores, prever a instrução das gerações futuras. Mas o que caracteriza antes de mais este grupo profissional por relação com os outros é o aspecto tardio e claramente inacabado desta estruturação.»⁸⁹ De facto, quando analisamos a história do jornalismo e a sua evolução constatamos que o aparecimento dos folhetins, das folhas noticiosas, das gazetas e, mais tarde, dos jornais, não foi acompanhado pelo surgimento de uma profissão per si e de um grupo profissional, pelo contrário, eram os homens das letras, do direito, da justiça que se dedicavam a noticiar⁹⁰. No caso português, só há cerca de 15 ou 20 anos é possível assistir ao surgimento de um grupo específico de profissionais que se dedica inteiramente ao jornalismo – um fenómeno acompanhado com o surgimento do ensino superior desta profissão. De facto, ao entrarmos numa redacção podemos constatar que ainda existem muitos profissionais que têm por base de formação outras áreas, como a economia, a psicologia, o direito e a política/relações internacionais.

Ao depararmo-nos com esta situação, e pegando nas teorias da sociologia das profissões, podemos constatar que o nascimento do jornalismo enquanto profissão per si, no caso português, apresenta um desenvolvimento bastante tardio: a legitimidade da sua existência foi reconhecida essencialmente nos finais do século XIX, inícios do século XX; a existência de uma associação profissional – através do Sindicato dos Jornalistas – existe há menos de 80 anos – desde 1934; a constituição de escolas e de um saber exclusivo encaixa-se apenas nas décadas de 1970/1980 – o primeiro curso superior foi o da Universidade Nova de Lisboa⁹¹, tendo sido, também, essencial na formação dos jornalistas a existência, desde 1987,

⁸⁸ FIDALGO, Joaquim, «Jornalistas na busca inacabada de identidade», disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-joaquim-jornalistas-busca-inacabada-identidade.pdf> consultado a 04 de Abril de 2009;

⁸⁹ Cf. Denis Reullan, cit. in. FIDALGO, Joaquim, *op. cit.*, p. 65;

⁹⁰ Isto sem contar com o facto de que, sobretudo com o aparecimento dos folhetins, era quase impossível determinar com exactidão quem escrevia as notícias.

⁹¹ Informação presente em <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=1084>, consultado a 23 de Março de 2009;

do Cenjor: Centro Protocolar de Formação de Jornalistas⁹²; a existência de um código de ética e deontológico data, apenas, de 1993⁹³; e a atribuição de licença profissional (vulgo Carteira Profissional de Jornalista) por uma entidade competente – CCPJ: Comissão da Carteira Profissional de Jornalista – está instaurada no nosso país apenas desde 1996, sendo que anteriormente a mesma era atribuída pelo sindicato⁹⁴. Podemos pois constatar que, no caso específico de Portugal, o desenvolvimento desta profissão é bastante recente, sendo ainda necessário proceder a um sem número de modificações no seio da actividade para que a mesma possa ser tida como uma verdadeira profissão, que atende ao requerido pelas diversas teorias sociológicas da profissão. Esta situação poderá ser agravada pelo facto de que de há uns anos para cá estamos a assistir a uma mutação nas funções do jornalismo: mais do que informar e formar as populações, numa lógica social, os órgãos de comunicação social têm vindo a adoptar uma posição de resposta às exigências do mercado e da concorrência, assumindo uma clara função económica.

Numa tentativa de clarificar e contribuir para o esclarecimento da profissão de jornalista, importa compreender não só o entendimento jurídico e quotidiano que se dá à profissão, como também os mecanismos de que a mesma se socorre na prossecução da actividade, pois só assim é, de momento, possível compreender a legitimidade de existência de uma profissão que toca, na sua essência, quase todos os parâmetros da vida social.

O jornalismo apresenta uma importância essencial na vida em comunidade ao estar associado, nos tempos que correm, à possibilidade de aproximar as populações em todas as partes do globo, contribuindo para um maior entendimento social e para uma espécie de fusão intercultural. Contudo, importa compreender que a existência da mesma se prende, desde logo, com ideias ligadas às teorias do caos e do efeito borboleta, ao considerar-se que o que possa acontecer, por exemplo, no nosso país, terá efeitos nos nossos antípodas, e como tal é essencial tomar conhecimento do que se passa no mundo. Ainda assim, esta preponderância assumida pelo jornalismo, tal como ficou dito anteriormente, nem sempre está relacionada com as melhores intenções, uma vez que nos tempos que correm o jornalismo procura dar resposta às concorrências, aos níveis de audiência e a factores económicos – uma situação ainda mais flagrante quando nos referimos ao jornalismo de tragédia que, se há alguns anos atrás a sua presença era pontual e sinónimo de uma quasi “anormalidade” informativa, esta esfera do jornalismo tem hoje um carácter profundamente *voyuerístico*, em resposta ao que os públicos pretendem ver.⁹⁵

⁹² <http://www.cenjor.pt>

⁹³ AA. VV. *Código deontológico do jornalista*, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/Codigo-Deontologico.pdf>, consultado a 23 de Março de 2009;

⁹⁴ Informação legal prestada pela Comissão da Carteira Profissional do Jornalista, presente em <http://www.ccpj.pt/legisdata/LgAviso180696.htm>, consultada a 23 de Março de 2009;

⁹⁵ Na actualidade assistimos a cada vez à criação de uma habituação às notícias relacionadas com conflitos, guerras ou catástrofes, e por conseguinte, uma posição mais desinteressada face à desgraça, ao horror e à morte.

Os jornalistas são juridicamente classificados como «aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão»⁹⁶, os jornalistas são nos dias de hoje um dos mais influentes membros da sociedade em que nos inserimos, chegando muitas vezes a ser considerados como factor inalienável na condução da política nacional e internacional. Capaz de exercer funções nas mais diversas áreas de influência, o profissional do jornalismo trabalha actualmente dentro de campos tão distintas como a política e o desporto, a economia e a sociedade, numa dinâmica de exigência crescente não só por parte dos seus congéneres, mas também da sua audiência.

Contudo, e dentro de toda a profissão, surge a sempre eterna dificuldade em fixar com propriedade qual a designação específica do trabalho em si, isto é, qual a definição que deve ser atribuída aos jornalistas no desempenho das suas funções, visto que os profissionais são muitas vezes encarados como **jornalistas**, **repórteres**, **correspondentes** ou **enviados**, o que contribuiu desde logo, para a dificuldade de reconhecimento social da profissão.

Etimologicamente entendido como o «profissional que trabalha em comunicação social, exercendo funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a ser divulgados através de publicações, agências noticiosas, televisão ou rádio»⁹⁷, o **jornalista** é visto como um indivíduo que procura e acondiciona informação para a sua posterior divulgação por um órgão de comunicação social. Contudo, numa perspectiva mais aprofundada do *Dicionário de ciências da comunicação* o jornalista é visto ainda como um profissional cuja «função pode ser desempenhada a vários níveis. Ele pode ser um colaborador de um meio de comunicação, um correspondente num qualquer ponto do Globo, um *freelancer*, um repórter numa secção ou ter funções de editoria ou direcção. Nas suas tarefas de angariação, tratamento e divulgação de informações, os jornalistas regem-se por normas de conduta estabelecidas geralmente em códigos deontológicos.»⁹⁸. De um modo mais exaustivo, o *Dicionário de ciências da comunicação* dá-nos deste modo uma perspectiva da profissão de jornalista mais alargada, fazendo referência aos profissionais que trabalham em *freelancer*, isto é, que não estão vinculados contratualmente com um órgão de comunicação social, e aos correspondentes internacionais, que se constituem essencialmente como indivíduos que vivem e reportam de uma qualquer parte do mundo. Fernando Cascais⁹⁹ considera ainda conveniente esclarecer que a relevância de uma boa descrição do trabalho desenvolvido pelos jornalistas deve-se à

⁹⁶ Definição jurídica de jornalista, patente no Estatuto do Jornalista, Lei n.º 64/2007 de 6 de Novembro do XVII Governo Constitucional;

⁹⁷ AA. VV. *Infopédia, enciclopédia e dicionários Porto Editora*, disponível em <http://www.infopedia.pt/pesquisa?qsFiltro=14>, consultado a 9 de Maio de 2008;

⁹⁸ SZYMANKI, Włodzimierz Józef (coordenador), *Dicionário de ciências da comunicação*, Dicionários Temáticos, Porto Editora, Porto: 2000, p. 140;

⁹⁹ CASCAIS, Fernando, *Dicionário de jornalismo: as palavras dos média*, Editorial Verbo, Lisboa: Outubro de 2001, p. 123;

importância de se afastar “de situações de não-jornalismo, num contexto muito alargado do acesso aos *média* e em que as fronteiras entre jornalismo, entretenimento, publicidade, relações públicas e outros domínios da comunicação pública oscilam e tendem a esbater-se.” Para o autor é importante e necessário explicar esta situação, visto que não se deve confundir a profissão de jornalista com “funções de tipo promocional ou actividades ditadas pela sua oportunidade comercial a favor de uma determinada entidade.”; com isto quer Fernando Cascais deixar claro que no mundo do jornalismo não há, nem pode haver, espaço para quais quer tipo de informações de carácter promocional ou propagandístico, esferas da comunicação que não tocam a profissão do jornalista.

Tal como ficou estabelecido anteriormente, a designação de jornalista é atribuída a todo o profissional que recolhe e trata a informação com o intuito de a ver publicada em qualquer meio de comunicação. Esta definição alarga, assim, o espectro dos profissionais que se encontram nesta situação, entre os quais encontramos o **correspondente**. Deste modo, a etimologia entende o correspondente como «jornalista ao serviço de uma empresa de comunicação (jornal, estação de televisão, etc.) que assegura a cobertura noticiosa dos acontecimentos de determinada região»¹⁰⁰. Também no caso do correspondente o *Dicionário de ciências da comunicação* é mais incisivo, providenciando uma definição mais completa e elaborada: «jornalista destacado ou residente numa cidade que não a sede do órgão de comunicação social para que trabalha. A sua colaboração pode ser pontual ou permanente e a sua tarefa é produzir informação específica sobre temas e acontecimentos da área geográfica da sua dependência.»¹⁰¹. Tanto a definição etimológica como a que é dada pelo dicionário referem a necessidade imperiosa de que o profissional não esteja na cidade em que o meio de comunicação para o qual trabalha esteja sediado. Contudo, no que diz respeito ao âmbito do nosso estudo, considera-se correspondente um profissional que esteja num país diferente do da origem do órgão para o qual trabalha, e não apenas numa outra localidade. Érik Neveu faz ainda referência à situação profissional destes jornalistas, encarando a necessidade que muitos deles têm de não se dedicarem inteiramente e exclusivamente ao jornalismo: «Habitualmente, são pessoas que exercem estas funções em acumulação com outras ocupações (professores, reformados) e não possuem carteira profissional de jornalista.»¹⁰²

Ainda no seguimento da procura de uma definição para o profissional do jornalismo parece-nos conveniente e importante fazer referência ao **repórter**, uma vez que esta é também uma denominação bastante frequente. Assim sendo, e tendo em linha de conta a explicação etimológica, entendemos o repórter como uma «pessoa que recolhe, analisa e prepara informação sobre um dado tema, de forma a poder ser transmitida num órgão de comunicação social; jornalista que faz reportagens;»¹⁰³, um esclarecimento que é complementado pela referência à necessidade de ser um trabalho realizado fora da redacção, isto é, uma

¹⁰⁰ AA. VV. *Infopédia, enciclopédia e dicionários Porto Editora*, disponível em <http://www.infopedia.pt/pesquisa?qsFiltro=14>, consultado a 10 de Maio de 2008;

¹⁰¹ SZYMANIAK, Włodzimierz Jozef (coordenador), *op. cit.*, p. 63;

¹⁰² NEVEU, Érik, *Sociologia do jornalismo*, Porto Editora, Porto: 2005, p. 11;

¹⁰³ AA. VV., *Infopédia, enciclopédia e dicionários Porto Editora*, disponível em <http://www.infopedia.pt/pesquisa?qsFiltro=14>, consultado a 10 de Maio de 2008;

investigação externa¹⁰⁴ (reportagem). Por seu turno, os **enviados**, vulgarmente considerados enviados especiais, são entendidos como um «jornalista enviado para um determinado local, com o objectivo de fazer a cobertura noticiosa de um acontecimento específico»¹⁰⁵, uma definição que aproxima estes profissionais aos repórteres, visto que o seu trabalho se coaduna com a técnica específica dos repórteres que é, claramente, a reportagem.

Como podemos observar, a explicação etimológica não é, por si só, clarificadora da melhor definição a adoptar, aliás, se assim fosse não seria tão controversa a discussão que por vezes pode ser estabelecida em torno do tema. Contudo, é possível compreender que, dada a natureza do trabalho desenvolvido, um profissional do jornalismo independentemente do seu campo de actuação profissional é, simultaneamente, um jornalista, pois trabalha na recolha e tratamento da informação para futura divulgação num meio de comunicação; um correspondente, pois encontra-se, muitas vezes a desenvolver um ofício fora do local de origem da sua entidade patronal; e um repórter/enviado, uma vez que a própria essência do trabalho exige um deslocamento ao campo que se encontra, necessariamente, fora da redacção.

Estas diferentes designações acabam, necessariamente, por encontrara tangencia e correspondência entre elas, sendo algo duvidoso se existe uma definição melhor ou mais completa que outra, contudo, a polémica que se pode gerar em torno do tema não contribui para delimitação da profissão, antes ajuda a torná-la mais difusa, e que se extrapola para todas as áreas do jornalismo, como seja a que centra este trabalho: os conflitos armados – aliás, estes profissionais acabam por ser exemplo de dificuldade, pois nem mesmo no seio dos mesmos se encontra uma concertação da designação a assumir.

Nunca livre de controvérsia é vulgarmente utilizada e atribuída a expressão de *jornalista de guerra* para os profissionais da comunicação que trabalham dentro deste campo. Mas é exactamente dos mesmos que parte, na maioria dos casos, a recusa de tal designação. Na realidade, entre os diversos estudos publicados há efectivamente referência a essa situação, sendo por vezes adoptadas classificações alternativas, como no caso dos autores Howard Tumber e Frank Webster que utilizam a designação de *frontline correspondents* como cortesia para com os seus entrevistados¹⁰⁶.

Compreender a magnitude desta situação é muitas vezes conseguida apenas através de uma análise demorada das razões que os jornalistas possam indicar para a adopção de uma designação em detrimento de outra, ainda que seja possível entender que a profissão do herói que vai além fronteiras em busca da verdade esteja, na realidade, bem longe do que é ser correspondente em zonas de conflito armado «A imagem do repórter de guerra, autêntico

¹⁰⁴ SZYMANIAK, Włodzimierz Jozef (coordenador), *op. cit.*, p. 209;

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 89;

¹⁰⁶ Na nota 1 da introdução os autores referem que adoptaram a designação de *frontline correspondent* uma vez que efectivamente encontraram situações de desconforto e relutância para com a utilização do termo *war correspondent*. TUMBER, Howard, WEBSTER, Frank, *Journalists under fire: information war and journalistic practices*, Sage Publications, London: 2006;

herói que em nome da verdade suprema se aventura em lugares inóspitos, isolados pela guerra, trespassados pelos tiros, pela morte e devastação é, assim, quase uma miragem»¹⁰⁷.

Na linha de pensamento que muitos autores adoptaram, José Rodrigues dos Santos faz uso da definição de repórter de guerra, segundo o qual, este é visto como todo o jornalista que por eminência da sua profissão presenciou e relatou um conflito armado, por um determinado período de tempo¹⁰⁸, conjugando assim grande parte das características anteriormente apresentadas. Mas, Gonzalo Jar Couselo, dentro da dinâmica da protecção que é devida aos jornalistas, chama à atenção da necessidade de ter em linha de conta a evolução da própria profissão em si, dando para tal uma definição bastante simples mas esclarecedora que poderá ajudar a compreender qual a definição a adoptar. Deste modo, para este General da Guardia Civil Espanhola urge ter em consideração que do conceito tradicional de correspondente de guerra – o jornalista que está com as tropas e que com elas partilha objectivos – passamos para uma situação de um jornalista que se encontra numa missão de perigo, na qual pode partilhar interesses com as tropas, mas também e comumente, pode adoptar posições bastante contrapostas¹⁰⁹.

Mais além daquilo que é a definição simples a adoptar para o profissional da comunicação que se encontra a reportar de um local distante onde se despoletou um conflito ou ali de uma simples conferência de imprensa, parece-nos relevante dar conta daquilo que são as características essenciais de uma profissão que continua a ter em si um franco carácter social – uma condição que pode elevar os limites de actuação dos jornalistas colocando em causa a sua própria segurança (tal como foi referido anteriormente).

Longe já dos tempos em que se acreditava que a função essencial do jornalismo era a de *informar* e *educar*, numa dinâmica social de transmissão de conhecimentos, a profissão do jornalista encontra-se de momento a passar por uma modificação substancial, na qual mudam, essencialmente, as linhas orientadoras e como tal, aquilo que é *noticiável*. De facto, assistimos nos últimos anos a uma modificação clara da profissão de jornalista (modificação à qual Portugal não fica alheio), em que se vive cada vez mais para dar resposta às exigências do mercado e das audiências, levando muitas vezes a uma transformação não só no seio das redacções (com a reciclagem de muitos dos seus profissionais mais antigos, por jovens estagiários), mas também dentro daquilo que são os conteúdos essenciais da informação – começando a ser cada vez mais flagrante a importância dada a temas como o desporto e o social, em detrimento do internacional (e como tal da grande maioria dos conflitos no mundo¹¹⁰), obedecendo a regras de *voyeurismo social*. Esta tendência é mais clara quando

¹⁰⁷ CARDOSO, Pedro «Jornalismo de guerra: a missão», disponível em <http://www.ipv.pt/forumedia/4/13.htm>, consultado a 11 de Maio de 2008;

¹⁰⁸ SANTOS, José Rodrigues, *Crónicas de Guerra: da Crimeia a Dachau*, Edições Gradiva, Lisboa: Maio de 2003, p.10;

¹⁰⁹ COUSELO, Gonzalo Jar «Periodistas y guerra: una perspectiva desde el derecho internacional humanitario», p. 104, in AA.VV. *Revista española de derecho militar*, Escuela Militar de Estudios Jurídicos, Ministerio de Defensa, Janeiro/Junho: 2004;

¹¹⁰ Apesar de não ser claramente observável esta tendência, no momento de assistir a um telejornal, de folhear um periódico ou de ouvir um noticiário é possível constatar que os conflitos que são reportados

temos em conta o facto de que as reportagens internacionais representam custos económicos que muitos meios de comunicação não podem suportar, o que origina uma corrida às agências noticiosas internacionais e a uma homogeneidade nos conteúdos (que chega a reflectir-se no mesmo conjunto de imagens e informações repetidos até à exaustão).

Alheios de algum modo a estas situações, os jornalistas continuam ainda hoje a reger-se por um conjunto de Códigos Deontológicos e de livros de estilo¹¹¹ que procuram tornar a actuação dos mesmos o mais correcta possível e em consonância com o que são as boas práticas jornalísticas, lidando com questões éticas que se prendem com conjunturas como as fontes de informação, a objectividade e a imparcialidade, entre outras.

No que diz respeito à prática nacional, podemos indicar a existência de um Código Deontológico português que orienta a profissão, mas que não é por si vinculativo¹¹². Com um tamanho bastante reduzido – apenas dez pontos de orientação – é possível ressaltar a referência que é feita não só à rejeição peremptória à censura (o que poderá estar bastante relacionado com a evolução histórica que a mesma operou no nosso país e que será possível constatar mais adiante neste trabalho), mas também à necessidade de seguir linhas de actuação de imparcialidade, objectividade, exactidão e justiça no que diz respeito às informações reveladas e aos intervenientes nas mesmas. Para além deste factor, e no rescaldo daquilo que foi a polémica em torno da aprovação no ano de 2007 do novo Estatuto do Jornalista, o código de deontologia nacional faz referência à necessidade de “O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.”¹¹³ – a ideia subjacente a este princípio rege-se essencialmente pela confidencialidade das fontes, independentemente do contexto em que se faz a recolha da informação, mas dada a conjuntura nacional e a importância que os jornalistas têm assumido na revelação de grandes casos de ilegalidades ou irregularidades dentro das diferentes esferas do social, esta clausula de confidencialidade foi retirada do Estatuto do Jornalista, o que demonstra a falta de actualidade que existe neste código, mas também a necessidade de regulação legal do mesmo.

são muitas vezes os mesmos, excluindo algumas zonas do globo que, pelo facto de terem uma preponderância de actualidade mais reduzida, são assim pouco divulgadas.

¹¹¹ Como referência encontramos o *Código Europeu de Deontologia do Jornalismo* e a *Declaração da UNESCO sobre os Media*, que procuram em si criar linhas de orientação para a prática do jornalismo. No que diz respeito aos livros de estilo, os mesmos são característicos de cada órgão de comunicação social, elaborados dentro do mesmo e obedecendo àquilo que são as linhas editoriais do mesmo.

¹¹² Aprovado por unanimidade a 4 de Maio de 1993 pelo Sindicato dos Jornalistas depois de uma consulta realizada a todos os jornalistas portadores de Carteira Profissional. Este documento não sofreu alterações desde então e não tem cariz de lei, isto é, não é uma norma elaborada pelo Governo Português, como o é o Estatuto do Jornalista.

¹¹³ CRUZ, João Cardoso da, *Introdução ao estudo da comunicação: imprensa, cinema, rádio, televisão, redes multimédia*, Edições ISCSP, Lisboa: 2002, p. 503.

A base de actuação de um jornalista fundamenta-se essencialmente pelo contacto com fontes de informação, isto porque são elas que se constituem, na maioria dos casos, como a origem dos dados (salvo situações que sejam despoletadas por factores naturais, são essencialmente as pessoas e os seus actos que se constituem como origem da informação). Neste âmbito, e na hora de contactar com as suas fontes, o profissional da comunicação deve ter em conta os seguintes parâmetros¹¹⁴:

- Origem: se são informações transmitidas através de fontes pessoais – oficiais ou oficiosas – ou documentais;
- Nível de confidencialidade: «Para averiguar o grau de confidencialidade das fontes, recorremos aos quatro níveis de identificação ou de atribuição da informação definidos por Melvin Mencher (1991): *on the record* (atribuição directa, para publicação), *off the record* (confidência total), *on background/not for attribution* (atribuição com reserva) e *on deep background* (atribuição com reserva total)»¹¹⁵;
- Valorização das fontes: atendendo à relação que cada fonte poderá ter para com o objecto em causa, as fontes podem ser favoráveis, quando têm uma opinião a favor do sucedido, ou por contra ponto, desfavoráveis (ainda que difíceis de encontrar, existem ainda as fontes neutras, cuja relação com a notícia é praticamente nula e não têm uma atitude determinada para com os factos); é ainda comum recorrer-se às fontes técnicas, visto que estas podem aportar informação de índole muito valiosa no momento de compreender os fenómenos e dar a conhecê-los (o que aporta um valor extraordinário ao que por elas é transmitido – ainda mais se forem fontes de referência e altamente especializadas).

Em qualquer circunstância é importante que cada jornalista seja capaz de tratar cada fonte como sendo única, e como tal tratá-la de forma específica considerando sempre a informação transmitida pela mesma como singular. Por isso mesmo, a utilização de qualquer dado tem necessariamente que passar por uma análise que irá permitir a confirmar ou não da informação, e assim atribuir-lhe idoneidade, ao mesmo tempo que confere uma credibilidade subjacente à fonte (e que será tida em conta sempre que seja necessário voltar a recorrer à mesma).

A estes parâmetros de relacionamento vêm juntar-se normas de conduta e adequação dos jornalistas aos contextos em que se inserem e que exigem um grau de conhecimento da realidade bastante apurado (sobretudo quando se movimentam em circuitos sociais diferentes

¹¹⁴ Estes parâmetros são apresentados por Pepe Rodríguez na sua obra sobre o jornalismo de investigação intitulada *Periodismo de investigación: técnicas y estrategias*; Editora Paidós, Barcelona, 1994;

¹¹⁵ RIBEIRO, Vasco «Fontes sofisticadas de informação – Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005», disponível em <http://193.137.91.100/ojs/index.php/5sopcom/article/viewFile/87/258>, consulta efectuada dia 7 de Julho de 2008;

dos de origem – por exemplo países ou culturas completamente distintas), o que irá contribuir para uma maior qualidade, fidelidade e idoneidade daquilo que é transmitido.

Estas normas de actuação verificam-se em qualquer âmbito do jornalismo, seja em temáticas como a política nacional ou internacional, informação de índole económica ou social, seja em áreas de investigação (como é o caso de grandes reportagens) ou num jornalismo de carácter mais informativo/diário, uma vez que desde sempre se revelaram essenciais às práticas do *bom jornalismo*. Ainda que numa dinâmica de resposta às exigências do mercado e dentro de uma dita *Aldeia Global* de MacLuhan, é imperioso que os jornalistas tomem precauções relativas ao que por eles é transmitido, e não só no que diz à relação com as fontes e os dados destas.

Visto por alguns como um quarto poder, a profissão de jornalista assiste e reporta as constantes mudanças sociais que se operam diariamente no nosso entorno mundial, e apesar de tudo terá sempre que fazer ponto de uma *imparcialidade* teórica, que ainda que difícil de verificar na prática, deverá sempre orientar o que é objecto e fruto de informação.

No que diz respeito à esfera do jornalismo praticado em áreas de conflito armado, é importante ter em linha de conta que a *imediatez* é hoje um vínculo indissociável desta prática, e como tal existem aspectos acrescidos, como o desconhecimento do meio em que se circula e as dificuldades muitas vezes existentes no acesso às fontes, que apesar de dificultarem o trabalho do jornalista não devem fazer descurar a sua função: a de informar. Deste modo, as exigências que se apresentam a estes jornalistas serão ainda maiores, o que dificulta a definição a adoptar na hora de nos referirmos a estes profissionais. Contudo, é importante referir que a ideia do jornalista *herói* é hoje completamente obsoleta, e que os cuidados que inspira esta profissão se prendem não só com a própria índole da segurança pessoal, mas também com os objectivos em causa nos diferentes conflitos – o que exige uma maior sensatez e sensibilidade por parte do jornalista na hora de reportar.

A especificidade do jornalismo em áreas de conflito armado criou o aparecimento, nos últimos anos, de uma autêntica disciplina que se dedica ao seu estudo. Mais além do que a problemática da designação e das características inerentes à profissão de um modo geral, a verdade é que, na actualidade, é possível reunir um conjunto de atributos e limitações que são únicas a esta estirpe do jornalismo.

Desde sempre associado às editorias de internacional, o jornalismo de conflito começou por ser praticado por militares no terreno – característica bastante vincada até à I Guerra Mundial – mas que com o passar do tempo e a projecção que começou a ter, levou determinados profissionais a enveredar por uma especialização na área: tornaram-se nos ditos “jornalistas em áreas de conflito armado” que nada mais fazem do que *saltar* de conflito em conflito, reportando desde os confins do mundo e debaixo de uma pressão/tensão constantes. Esta condição incutiu, como ficou dito anteriormente, um vínculo heróico ao seu trabalho e ao profissional per si que começou a ser quase que sobrevalorizado dentro do grupo e perante a sociedade. Ao analisarmos esta condição na classe jornalística portuguesa não conseguimos

encontrar um verdadeiro jornalista de conflito – o mais próximo poderá ser Adelino Gomes –, ainda que quando analisando o panorama internacional poderemos, contudo, apontar nomes sonantes como Christianne Ammanpour.

O papel heróico está, de facto, bastante desactualizado, como referem Stuart Allan e Barbie Zelizer¹¹⁶, este sector da profissão é hoje pontuado por problemas associados à responsabilidade, à verdade, ao equilíbrio e à parcialidade/imparcialidade – situações características do trabalho jornalístico, mas que a imprecisão dos conflitos torna difícil de resolver. É por ser um trabalho típico num ambiente atípico que os seus profissionais acabam por ter atributos distintos e nos leva a encontrar um conjunto de diferenças quando nos questionamos acerca do profissional, do seu trabalho e das suas motivações. Empolgados pela guerra, pelas viagens, por conhecer o planeta, mas acima de tudo por reportar o mundo, os jornalistas em áreas de conflito são, actualmente, profissionais cada vez mais jovens atraídos pela excitação, o *glamour* da profissão, a possibilidade de trabalhar pelo valor social de fazer história, de estar no coração dos eventos, na linha da frente da história, ser testemunhas oculares do que se passa no mundo, de cumprir o dever ético e moral de fazer a diferença, de alertar consciências, de revelar abusos e injustiças, como foi descrito pelos entrevistados de Howard Tumber e Frank Webster¹¹⁷. Mas são também esses entrevistados, eles próprios profissionais do jornalismo em áreas de conflito armado, que chamam à atenção de que nem todos são capazes de cumprir correctamente esta função: é necessário estofos psicológicos para não actuarem como *voyeurs* dentro desta realidade; têm que possuir capacidades específicas, controlo e experiência; mas acima de tudo têm que possuir uma certa paixão que os impele a cumprir o seu objectivo de reportar o conflito – os autores alertam, contudo, para a perigosidade desta paixão, que poderá, por um lado, incentivá-los a testemunhar horrores, mas simultaneamente a serem envolvidos pelo lado mais cruel do conflito¹¹⁸.

Acresce a estas limitações a preparação prévia que o trabalho exige, pois o desconhecimento relativamente ao local para onde se deslocam pode, por vezes, por em causa o cumprimento das funções que lhe são atribuídas, mas acima de tudo, por em perigo a sua própria segurança, e por vezes dos seus pares. Deste modo, Tumber e Webster¹¹⁹ referem ser essencial uma preparação prévia de recolha do máximo de informação possível quer através da internet, das hemerotecas e dos livros, quer através de colegas de profissão que já tenham desempenhado funções similares – pois muitas vezes o acesso à informação no local poderá ser limitado, sendo essencial ir minimamente enquadrado sobre a região e o conflito em si, ainda que, como referem os autores, os grandes grupos de comunicação conseguem suplantar esta falta de informação com a disponibilização de melhores condições no local –; é também importante o conhecimento, falado e escrito, de diferentes línguas – sendo ideal o conhecimento da língua local, pois evita o recurso constante aos guias (alguns deles atribuídos

¹¹⁶ Stuart Allan, Barbie Zelizer, «Rules of engagement: journalism and war», in ALLAN, Stuart, ZELIZER, Barbie (editors), *Reporting war: journalism in wartime*, Editora Routledge, Nova Iorque, 2004, p. 3;

¹¹⁷ TUMBER, Howard, WEBSTER, Frank, *Journalists under fire: information war and journalistic practices*, Editora Sage, Londres, 2006, pp. 61-76;

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 74;

¹¹⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 77-153;

pelos serviços de informação governamentais, e que podem muitas vezes surtir um efeito de censura) –, assim como possuir o mínimo de noções relativas à cultura local; as fontes e contactos são, também, fundamentais nestes cenários, sendo que muitas vezes as empresas recorrem a *fixers* (pessoas locais que trabalham para o órgão de comunicação social do jornalista enviado, e que possuem um conhecimento bastante alargado e fundamentado da região) e aos tradutores com os quais já tenham trabalhado anteriormente – o que cria um sentimento de confiança maior – estendendo-se esta relação a jornalistas de outros órgãos que se tornam, muitas vezes, eles próprios fontes de informação, sendo essencial o trabalho de equipa que se pode criar com colegas da concorrência (a tribo, como é por vezes designada); o trabalho de equipa é também fundamental na relação jornalista/redacção, cujo apoio é importantíssimo não só em termos profissionais, mas também pessoais, ajudando a manter a clareza de espírito que tanto se exige nestas circunstâncias. Já no terreno, os entrevistados de Howard Tumber e Frank Webster referem a necessidade de manter rotinas, como cuidar do equipamento e contactar a redacção, que se tornam fundamentais para a estabilização de um método de trabalho e alguma estabilidade psicológica; a robustez física é analisada, antes de ir através de um *check-up* médico, que depois terá que ser mantido no local – evitando assim ter que ser retirado da região por alguma emergência de saúde. Inerente a este trabalho é a questão da segurança, já referida anteriormente, e que demanda dos jornalistas que estes se desloquem¹²⁰, em determinadas circunstâncias, em autênticos campos de batalha procurando as imagens, os sons e as notícias mais importantes, tornando-se, nos dias que correm, em alvos a abater¹²¹. Assim sendo, e como o perigo pode espreitar quando menos se espera, é importante confiar nos colegas de equipa, estar equipado com material de protecção, como são os coletes à prova de bala, mas também estar minimamente preparado para saber lidar com as diferentes situações: nestes momentos é relevante a informação que se recebeu em cursos específicos que são ministrados propositadamente para estes profissionais, muitas vezes por órgãos das Forças Armadas (como é o caso do Exército Português) – sendo de destacar que não importa só as questões de armamento e seus efeitos, os entrevistados de Tumber e Webster consideraram muito relevante a questão dos primeiros socorros que se podem aprender em algumas formações – ainda que o mais importante seja, na maioria das vezes, a experiência que se vai adquirindo (e que se reflecte na especialização informal que se opera neste nível do jornalismo). Contudo, importa referir que nenhuma protecção ou formação podem preparar, convenientemente, os profissionais a lidar com os medos que se podem criar nestas circunstâncias, nem na adaptação ao quotidiano quando se regressa ao país de origem, sendo que a superação de cada um está dependente do estofo psicológico, mas também, e muito da prática – alguns jornalistas aconselham a concentração no trabalho a fazer ou a falar

¹²⁰ Ainda que, actualmente, muitos jornalistas prefiram o conforto do hotel em detrimento da verdadeira notícia, recorrendo cada vez mais aos *fixers*, sendo a informação que mais sai prejudicada. Uma situação que se torna mais flagrante com as notícias 24horas, cujos directos constantes deixa ainda menos tempo ao jornalista para se preparar.

¹²¹ Estima-se que, até à data 3 de Abril de 2009 – tenham morrido, e só neste ano, 24 jornalistas e profissionais de órgãos de comunicação social em conflitos em todo o mundo.

com outros colegas com experiências similares como estratégias de combate aos receios e medos.

Mais além das condicionantes pessoais no local, as novas tecnologias são, nos tempos que correm, centrais no jornalismo em áreas de conflito armado: podem facilitar a realização de tarefas, permitem chegar mais rápido e a mais pessoas, mas podem também ter um efeito perverso que é o da manipulação pela ambiguidade que podem criar. O computador portátil, o telemóvel, a internet, praticamente qualquer meio de comunicação, são hoje quase que parte do jornalista, e nestas condições de tensão tornam-se o seu apêndice essencial ao trabalho e, por vezes, à sobrevivência. Todos estes meios são auxílios à profissão, permitem trabalhar mais depressa, chegar mais rápido ao cerne do acontecimento e reportar directamente daí – mas é nestas circunstâncias que o jornalista tem que construir um pacote informativo que permita dar a conhecer o que se passa e, simultaneamente, enquadrar a audiência, tudo com uma rapidez e imediatez que podem prejudicar substancialmente a qualidade da informação, caindo, por vezes, na desinformação. Ao mesmo tempo, operam no jornalismo uma mudança cada vez mais flagrante, a de que virtualmente qualquer pessoa pode ser jornalista, aliás esse poderá ser o futuro do jornalismo, o que condiciona também a definição da profissão e o seu enquadramento na sociologia das profissões. Mas, como ficou dito anteriormente, o efeito de ajuda que as novas tecnologias têm para o jornalismo pode sofrer um revês, ao originar um controlo mais acérrimo do acesso à informação, ou à propaganda. Vulgarmente considera-se que a primeira vítima da guerra é a verdade, e esta realidade verifica-se desde o início do conflito e durante toda a sua duração. Oliver Boyd-Barrett¹²² considera que o jornalismo em áreas de conflito serve, na realidade, um propósito propagandístico, subjugando-se sobre o poder político. Esta situação é tanto mais flagrante quanto o facto de que os conflitos que são reportados, em detrimento de outros bem mais violentos, estão presos a questões políticas e de suposta proximidade – como é o caso do Kosovo e da teoria do Humanismo Militar, que na sua essência defende e sustenta a participação e intervenção militar em determinadas regiões debaixo da égide da defesa dos Direitos Humanos (podendo ou não essas razões estarem bem fundamentadas) –; para além de ser fruto de uma monopolização das correntes da informação que não permitem fazer um enquadramento suficientemente claro às audiências, e como tal não lhes servirá de muito propósito – sendo função do jornalista contornar esta situação.

Actualmente a profissão do jornalista de conflito está a sofrer grandes alterações, sobretudo no que diz respeito à relação com os militares e órgãos de poder, passando por situações de teórica liberdade de informação que procuram colmatar os problemas surgidos com a propaganda. Naturalmente, um jornalista vai para um conflito reportar um dos seus lados, e mesmo que o órgão de comunicação social para o qual trabalha possua um trabalhador em cada lado do conflito, nos dois lados os profissionais vão sofrer pressões para transmitir determinadas informações, e a sofisticação desta pressão reveste-se de processos como as *pools* – autênticas excursões para jornalistas, organizados em pequenos grupos, que

¹²² BOYD-BARRETT, Oliver, «Understanding: the second casualty», in ALLAN, Stuart, ZELIZER, Barbie (editores), *op. cit.*, 2004, p. 25;

são levados até locais de interesse para o lado em que se encontram, mostrando apenas o que para eles é relevante, posteriormente essa informação seria difundida pelos companheiros que não integraram o grupo, numa espécie de informação compactada –; ou os *embedded* – uma prática mais recente, e que consiste na integração dos jornalistas em colunas militares, com todas as condicionantes de informação que isso importa, assim como com todos os problemas e auto-censura que podem resultar do relacionamento com os militares. Estas duas estratégias, ainda que teoricamente sejam eficazes, são em grande parte fruto da operação de comunicação que foi montada para a antiga Jugoslávia e da qual saíram bastantes lições: o Kosovo, os *briefings* da NATO para este conflito, a questão dos danos colaterais, e tantos outros problemas que surgiram entre militares e jornalistas, e que moldaram um ponto de viragem neste meio. Contudo, continuam por descobrir quais as soluções e mudanças essenciais neste género de jornalismo, assim como é indefinido o seu futuro.

O jornalismo em áreas de conflito armado acaba, pelo que foi exposto e pela sua especificidade, por se constituir como mais um reflexo da profissão e dos problemas que a mesma enfrenta no mundo actual da sociedade da informação, e na sua necessidade de, como tantas outras, se afirmar efectivamente como profissão – e por isso mesmo alvo de estudo por parte da sociologia das profissões.

Com o que ficou dito anteriormente e tendo em conta as perspectivas apresentadas, fica claro que definir qual o campo de actuação e a prática jornalística se tornam, nos dias de hoje, cada vez mais difíceis – sendo maior exemplo dessa situação a própria designação a adoptar – devido à complexidade crescente do mundo actual e da profissão em si. Estas dificuldades vêm somar-se à busca incessante que o jornalismo possui de se legitimar e assumir como profissão, na busca por uma equiparação com profissões como o direito ou a medicina, não só no âmbito da relevância e estatuto social, mas também da remuneração atribuída e da representação social.

Contudo, e dada a necessidade de estabelecer uma linha condutora para o nosso trabalho, vemo-nos na eminência de adoptar uma expressão que nos parece representativa da profissão e em consonância com o exposto anteriormente. Deste modo, adoptamos a designação de repórter em áreas de conflito armado.

Esta denominação fundamenta-se não só pelo que foi exposto na epígrafe anterior no que diz respeito à dicotomia guerra/conflito armado, mas também por tudo o que é possível entender no âmbito do jornalista/repórter/correspondente/enviado. Deste modo, esta escolha combina, no nosso parecer, não só a função mais básica do jornalista que recolhe, trata e difunde informação, mas também a necessidade de o fazer no exterior da redacção e muitas vezes fora da localidade sede do seu órgão de comunicação social (no caso do nosso estudo, a definição de espaço e tempo reporta-nos mais concretamente para um território completamente externo ao nosso país: o Kosovo).

Capítulo II - Enquadramento teórico

A. A profissão do jornalista em áreas de conflito armado: aproximação histórica ao caso português

O jornalismo enquanto profissão encontra a sua génese na necessidade constante, desde há tempo imemoriais, das sociedades comunicarem entre si e de partilharem as suas vivências. De facto, é na necessidade imperiosa do indivíduo de transmitir informações, quer por uma questão de entretenimento, quer pela divulgação de factos, que se estabelece a existência da profissão de jornalista.

Contudo, definir um período histórico para a edificação do jornalismo nem sempre está livre de controvérsia, uma vez que fazer ponto de um momento específico do nascimento de uma profissão que subsiste da evolução e transformação nas sociedades será sempre difícil. Jorge Pedro Sousa¹²³ faz uma breve sistematização das teorias mais comuns, assentando como escolha pessoal a ideia de que se encontra «a génese do jornalismo a partir dos fenómenos pré-jornalísticos ocorridos na Antiguidade ou mesmo na pré-história»¹²⁴. Assim sendo, para o autor a fundação do jornalismo encontra-se em momentos como a utilização da arte rupestre e, mais importante, na invenção da escrita (que na antiguidade se apresenta como fundamental sobretudo para a manutenção de registos de trocas comerciais). Com a evolução humana e o desenvolvimento da literatura apareceu aquilo que para o autor são os inícios dos esquemas narrativos do jornalismo, assim como os fundamentos da profissão. Para Sousa, a civilização grega foi fecunda em influências para o jornalismo, não só através de obras com a *Ilíada* e *Odisseia*¹²⁵, que comportam em si elementos como o lead e a estrutura do relato (pirâmide invertida), partes fundamentais da narração jornalística¹²⁶; mas também «A retórica, ligada à política e ao direito (vida dos tribunais), a literatura, a historiografia e os relatos geográficos e etnográficos foram, assim, alguns dos contributos dos antigos gregos para a fixação, muitos séculos depois, dos **valores e formas de agir** dos jornalistas, bem

¹²³ SOUSA, Jorge Pedro, «Uma história breve do jornalismo do ocidente», cit. in SOUSA, Jorge Pedro (org.) *Jornalismo: história, teoria e metodologia – perspectivas luso-brasileiras*, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto: 2008;

¹²⁴ Ibidem, idem, p. 13;

As outras duas principais linhas de pensamento da origem do jornalismo citadas por Jorge Pedro Sousa são essencialmente a ideia de que o jornalismo surgiu como uma invenção da modernidade, estreitamente relacionado com a invenção da tipografia e a periodicidade da imprensa; e também a teoria de que o jornalismo surge apenas no século XIX, simultaneamente com surgimento de dispositivos técnicos (como as impressoras e as rotativas) e de inventos que permitiam uma rápida difusão da informação (como o telégrafo), aos quais se vem juntar a massificação dos jornais.

¹²⁵ Tal como indica Jorge P. Sousa, estas duas obras de Homero são consideradas desde sempre como as primeiras grandes manifestações literárias, sobretudo quando excluimos obras ditas “menores”, como sejam os escritos nos túmulos dos faraós.

¹²⁶ «De qualquer modo, e no que respeita à influência da literatura grega fundacional na génese do jornalismo (e mesmo descontando que ambas as obras, na sua essência, relatam um facto real, propósito do jornalismo contemporâneo), é notório que na *Ilíada* e na *Odisseia* se encontram já alguns esquemas de narração e enunciação similares aos actuais modelos jornalísticos de enunciação e que os temas de ambos os poemas tratam (vidas de heróis famosos, combates, diálogos entre pessoas famosas...) são temas igualmente presentes no jornalismo contemporâneo.», Idem, ibidem, p. 14;

como para a **definição dos formatos e dos conteúdos** jornalísticos, ou seja, para a **fixação das estruturas** típicas das matérias jornalísticas e dos **temas** abordados pelo jornalismo.»¹²⁷ estando fundadas na literatura e na forma de vida da antiguidade os princípios básicos de regência do jornalismo.

Com o evoluir da história é nesta que se encontra também o evoluir do jornalismo, isto é, é na historiografia e na necessidade de fazer marco do que aconteceu que se sustenta o jornalismo, sendo que os relatos históricos se revestem de um cariz jornalístico de narração e preservação para memória futura dos acontecimentos. Acompanhando o aumento dos fenómenos ditos *noticiáveis*, vemos surgir aquilo que Jorge Pedro Sousa designa de «dispositivos pré-jornalísticos»¹²⁸, entre os quais podemos encontrar as actas romanas – consideradas como os primeiros *jornais* e que davam a conhecer às populações os principais actos de índole política, económica e social do reino; seguem-se as crónicas medievais – com relatos mais próximos da reportagem mas que podiam pecar pela existência de elementos que exaltavam um dos intervenientes, fugindo assim ao simples relato factual; de seguida temos as cartas informativas e os relatos de viagens – característicos do Iluminismo e que se constituem não só como um ponto de distribuição de informação (quer por monges ou diplomatas que as utilizavam para divulgar informação para partes distantes), mas também como uma descrição de aventuras; por fim temos as folhas volantes – também designadas de ocasionais ou avulsas, e que apesar de algumas modificações perduraram até ao século XIX tendo como intuito relatar acontecimentos.

Ainda que o aparecimento de todos estes dispositivos tenha sido fundamental para a evolução do jornalismo, o invento técnico que mais contribuiu para o desenvolvimento da profissão foi, sem dúvida, a imprensa de Gutenberg. A tipografia nasceu nos augúrios do Renascimento, sendo fruto de uma época em que o aumento e a intensificação do comércio ajudavam à circulação da informação, ideias, e num período em que se criavam as fortes fundações da literatura. Foi no ímpeto dos novos inventos da época que Johann Gutenberg, filho de artífices, inventou a tipografia. Apesar de impulsionado pela riqueza que poderia advir da sua criação, Gutenberg não logrou a fama que pretendia, nem teve oportunidade de se dar conta da influência que a mesma viria a ter para as sociedades futuras, construindo-se como um engenho fundamental para o aparecimento do jornalismo enquanto indústria.

Ajudadas pelo uso generalizado da tipografia e a passo com o desenvolvimento dos séculos XV e XVI apareceram as folhas noticiosas que aos poucos se foram transformando em autênticos jornais, sendo qualquer temática justificativa para a publicação de uma folha volante. Como em todo o campo do jornalismo houve situações em que estes *jornais* se colocaram ao serviço da propaganda e de causas políticas e militares, levando ao ajuste da opinião pública. Também nesta época assistimos ao aparecimento do controlo sobre as publicações (sobretudo no que diz respeito à necessidade de uma licença de publicação) e da censura prévia.

¹²⁷ Idem, Ibidem, p. 13 – a negrito como no original;

¹²⁸ Idem, Ibidem, p. 21;

É contudo no século XVII que se situa o nascimento do dito *jornalismo moderno*. Numa Europa dividida política e religiosamente, em pleno processo colonial e debaixo de um claro crescimento do tráfego comercial, a sociedade seiscentista estava sujeita a grandes transformações e a uma crescente instabilidade que a tornava ávida de informação. Como resposta à necessidade noticiosa – que era acompanhada por um claro crescimento da alfabetização – surgiram por toda a Europa as gazetas. Constituindo-se como uma evolução dos até então designados de *livros noticiosos*¹²⁹ as gazetas eram não só vincadamente noticiosas, mas também mais pequenas, baratas e com uma periodicidade maior. Das principais características jornalísticas das gazetas destacam-se a frequência e periodicidade definidas, assim como a simplicidade dos textos (que se tornavam assim mais compreensíveis para a leitura pública), a referência a fontes, a titulação, data e localização geográfica, patentes logo na primeira página, e também a diversidade temática.

É das gazetas que se cria a primeira memória jornalística no nosso país no século XVII, pelas designadas “Gazetas da restauração”. Curiosa e essencialmente criadas com o intuito de transmitir notícias sobre as guerras com Castela, as gazetas tinham como objectivo essencial o apoio à causa portuguesa, sendo por qual um autêntico canal de propaganda política¹³⁰. Quase que inerente à propaganda política está a censura, e é numa espécie de acto censório que se proíbem em 1642 «as gazetas gerais, com notícias do reino ou de fora, em razão de pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas»¹³¹. Deste modo, só cinco anos mais tarde reapareceram as gazetas, sendo que até 1663 são acompanhadas por algumas folhas volantes. Nesta altura aparecem em Portugal os *mercúrios*, que se distinguem das gazetas pela faceta claramente política que apresentam, sendo que também o primeiro dos mesmos foi criado para dar notícias das guerras contra Castela.

Com a cessação em 1667 da publicação do “Mercúrio português com as novas da guerra entre Portugal e Castela” assiste-se também a um interregno nas publicações periódicas no nosso país. Esta tendência verifica-se até à segunda metade do século XVIII, momento no qual surgem os primeiros periódicos de crítica social, como sejam a “Gazeta de Lisboa Ocidental” (editada de 6 de Janeiro de 1718 a 31 de Agosto de 1741) e o “Folheto de ambas Lisboas” (25 de Agosto de 1730 a 17 de Agosto de 1731). Com excepção da “Gazeta de Lisboa”¹³² os periódicos desta época são caracteristicamente de crítica social e jornalismo literário, muito pelo facto de que nesta altura os jornais que se criavam eram alvo de uma forte *censura* que não permitia a divulgação de informações que fossem minimamente contrárias ao Governo. Esta *censura* sofreu um forte impacto a quando do reinado de D. José I, que sob o

¹²⁹ «Os livros e opúsculos noticiosos diferem das folhas volantes e de outras publicações noticiosas ocasionais monotemáticas (1) no volume de páginas e de informações, (2) na diversidade noticiosa, (3) na periodicidade mais ou menos definida (anual e semestral) e (4) na existência de um título que denominava as sucessivas edições.», Idem, ibidem, p. 33;

¹³⁰ A primeira gazeta portuguesa data de 1641, foi impressa em Lisboa e tem por título *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve nesta Corte e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641*.

¹³¹ CRUZ, João Cardoso da, *op. cit.*, pp. 137-138;

¹³² A *Gazeta de Lisboa* é a antecessora do actual *Diário de Notícias*.

domínio do Marquês de Pombal não deixou subsistir qualquer publicação que se apresentasse como uma preocupação para a governação ou de natureza política. Assim sendo, as publicações desta época são essencialmente para a divulgação de conhecimentos úteis e de promoção da cultura e entretenimento. Cria-se assim uma autocensura por parte dos editores que não queriam ver as suas publicações retiradas das bancas. É também nesta altura que é criada pelo Decreto de 5 de Abril de 1768 a Real Mesa Censória – que se constitui como mais uma ferramenta de controlo de informação, e que se edificou substancialmente ao serviço das políticas pombalinas.

Este carácter, claramente marcado pela censura, daquilo que foi o jornalismo português do século XVIII sofre um ligeiro abrandamento durante o período das invasões francesas – no qual surgem algumas publicações novas cujo período de vida era bastante efémero¹³³ estando dependentes do cunho dos conteúdos que relatavam (necessariamente contra os invasores); sendo também neste período que muitos intelectuais emigram para França e Inglaterra, de onde enviavam alguns jornais de cariz essencialmente panfletário.

Com a queda do governo de regência em 1820 e a implementação do governo liberal vê-se reconhecido o direito à liberdade de informação, o que originou um aumento significativo das publicações num curto espaço de tempo. A imprensa era, nesta altura, um claro reflexo da instabilidade nacional, uma vez que se apresenta como uma autêntica imprensa de opinião, com um crescendo no número de jornais marcadamente políticos. Apesar da existência do princípio da liberdade de imprensa, a censura não foi de facto abolida. Na realidade, a censura esteve sempre presente, sobretudo com a outorgação da Carta Constitucional de 1826. De um modo geral, a imprensa era livre, mas sem a criação de uma lei específica que a regula-se, as mãos fortes da censura prévia continuavam a reprimir qualquer tipo de abuso por parte dos jornais. A primeira lei da Liberdade de Imprensa apareceu em Portugal apenas a 22 de Dezembro de 1834 e originou um autêntico *boom* de novos periódicos, assim como a sua diversificação.

Esta tendência mantém-se ao longo da segunda metade do século XVIII, sendo que a partir de 1865 vemos aparecer em Portugal a imprensa de grande tiragem com a criação do “Diário de Noticias” – que se caracterizava por ser predominantemente noticioso, sem uma identificação partidária definida – e que se constitui como o início da indústria da imprensa nacional.

Com a Instauração da República no início do século XX nasce também a liberdade de imprensa, que é regulada através da lei de 28 de Outubro de 1910 – que contempla a liberdade de expressão e pensamento, independente da censura ou de uma autorização prévia. Este período é pontuado por um aumento significativo do número de publicações, contudo é efémera esta liberdade, uma vez que em 1926, e após a revolução de 28 de Maio, se reinstala no nosso país a censura que irá prevalecer até 1974. O regime ditatorial promulga o Decreto

¹³³ Esta efemeridade dos periódicos da época não se verifica nas publicações *Gazeta de Lisboa* e *Diário Lisbonense*, uma vez que estes tiveram uma duração mais prolongada.

número 11839 de 5 de Julho de 1926 que contempla a liberdade da imprensa dizendo que «a todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia. Nenhuma autorização poderá sob qualquer pretexto ou razão, apreender ou por outra forma embaraçar a livre circulação de qualquer publicação, sob pena de demissão e multa de 100 000 a 1 000 000 de réis, ficando assim sujeito a indemnizações por perdas e danos»¹³⁴ – porém, esta nova lei não invalida a presença da censura, antes pelo contrário. Própria do regime salazarista, a censura deste período caracteriza-se por não permitir aos jornais publicar notícias desfavoráveis aos membros do governo, ou que tivessem qualquer tipo de carácter revolucionário, ao mesmo tempo que proibia a presença de espaços em branco¹³⁵. A censura é instituída no regime de Salazar através do Decreto número 22469 de 11 de Abril de 1933 e apresenta-se como sendo uma forma de regulamentar a liberdade de expressão, ao mesmo tempo que se reveste da necessidade de limpeza moral da sociedade portuguesa dos inícios do século XX¹³⁶.

Nesta época destacam-se jornais como o “Diário de Notícias”, “O Século” e “O primeiro de Janeiro” – que se apresentam como os principais jornais diários nacionais, cuja influência da censura sempre se fez sentir, ainda que não abdicassem do seu sentido de orientação independente. É também relevante ao longo de todo o regime o jornal “Diário da manhã”, uma vez que este é o periódico do Partido de União Nacional.

Marcello Caetano tenta, após a sua nomeação, um aligeiramento das políticas nacionais, ao qual não escapam nem a lei da imprensa nem a censura. Deste modo, as redacções recebem um conjunto de directrizes novas, nas quais se indica que está proibida a publicação de informações relativas à política adoptada para com o Ultramar e às políticas internacionais; que coloquem em causa a posição de Portugal na NATO; informações que atinjam o Presidente Salazar ou que claramente oponham as suas políticas às do Presidente do Conselho; todas as notícias referentes às reivindicações salariais ou académicas; assim como está proibida a publicação de textos contra as Forças Armadas. Apesar da tentativa de demonstrar uma maior liberdade para com a informação publicável, estas novas ordens não deixavam de ser limitadoras para com as notícias que era possível transmitir (sobretudo no que dizia respeito a informações da índole das relações com o exterior). Deste modo, a censura é na época marcelista substituída pelo exame prévio – contemplado através da Lei n.º 150/72, e

¹³⁴ Esta citação do Decreto número 11839 de 5 de Julho de 1926 está patente em CRUZ, João Cardoso da, *op. cit.*, p. 156;

¹³⁵ Algumas das matérias que eram objecto de censura, e que foram dadas a conhecer às redacções através de uma circular dos Serviços de Censura em 1931, passam pelas referências indelicadas ao Chefe de Estado e membros do governo; referência a assuntos de ordem pública; notícias de atentados de carácter político ou de julgamentos políticos; informações que causem alarme ao público; assuntos que possam por em causa negócios públicos; correspondência de exilados políticos; pormenores de crimes; críticas à Ditadura Militar; suicídios ou infanticídios; anúncios de astrólogos, bruxas ou outros; crimes cometidos por menores; notícias de nomeações ou demissões ainda não confirmadas; referências à censura; notícias que interessem às relações diplomáticas sem autorização prévia; propaganda de doutrinas políticas; todos os assuntos que possam suscitar dúvidas; e informação que indique a obrigatoriedade do pagamento de uma dívida; in Idem, *ibidem*, pp. 156 – 158;

¹³⁶ Para além da censura civil é também reforçada e férrea a censura militar da época.

que mais não faz senão mudar o nome de censura, uma vez que na sua génese tudo se mantém.

Ao mesmo tempo, e através da Lei 5/71 de 5 de Novembro, Marcello Caetano dá a conhecer a nova lei da imprensa, que para além de contemplar as directrizes das matérias objecto de censura, dá também a conhecer que a imprensa tem essencialmente uma função social para a expressão do pensamento, sendo possível a todos os cidadãos fazer uso da mesma, ao mesmo tempo que estabelece que só a informação proveniente de fontes identificáveis é passível de publicação.

Com o 25 de Abril de 1974 nasce um novo período da vida nacional, caracterizado pela liberdade e pela proliferação de novas ideias políticas e sociais, que foram acompanhadas pelo aparecimento de novos jornais (alguns deles com clara influência partidária, como é o jornal “Avante”, que nesta altura sai da clandestinidade)¹³⁷, e pelo aumento da influência que os mesmos tinham sobre as populações.

No próprio dia da revolução os jornalistas portugueses deixaram de enviar os seus textos para os exames prévios, dando assim luzes daquilo que viria a ser a extinção dos Serviços da Censura. Contudo, esta súbita liberdade da imprensa não foi desde logo regulamentada, o que criou algumas tensões dentro da classe profissional, chegando mesmo à greve (1975) por parte dos jornalistas que exigiam que não fossem proibidas as coberturas de determinados eventos nacionais, como tinha sido feito com o regresso de Álvaro Cunhal e Mário Soares. Ávida de informação, a população recorria cada vez mais aos órgãos de comunicação em busca de algum tipo de orientação, o que estava claramente dependente da influência política que os jornais sofriam nesta altura e que em pouco contribuía para o esclarecimento geral. Deste modo, foi imperioso ao jornalismo português adoptar uma transformação radical que se adaptasse à realidade nacional, tendo em linha de conta a necessidade de objectividade e de análise da influência dos órgãos políticos e militares.

A lei da imprensa proveniente do Decreto-Lei n.º 85-D de 26 de Fevereiro de 1975 elimina qualquer tipo de censura¹³⁸, estabelece a liberdade total de expressão, de publicação, concorrência e acesso às fontes oficiais, estabelece a repartição de poderes dentro da empresa jornalística e determina a criação do Conselho de Imprensa – cujos principais objectivos eram os de salvaguardar a liberdade de expressão.

Com a crise económica dos anos sessenta muitos jornais vêem as suas tiragens e margens de lucro reduzir substancialmente, o que leva a que já na década de 80 muitos dos periódicos mais conhecidos do nosso país e com maior influência não consigam sobreviver e sejam obrigados a fechar, como é o caso de “O Século” (um dos mais antigos jornais portugueses, fundado em 1881).

¹³⁷ Este período é ainda caracterizado pelo aparecimento de jornais de influência como o “Expresso” e pela criação da “ANOP”, a primeira agência noticiosa portuguesa.

¹³⁸ Ainda que com a revolução e em teoria a censura tivesse sido eliminada, a verdade é que até à publicação deste decreto-lei, a Junta de Salvação Nacional fez depender de si própria o controlo da imprensa e do que era publicado.

Este virar de página no jornalismo nacional foi acompanhado pelo surgimento de novos jornais nacionais, muitos deles temáticos e *public oriented*, isto é, apareceram nesta época muitos títulos orientados a um público eminentemente feminino, mas também especializados em áreas como a economia, o desporto e a sociedade (sendo que neste campo se destacam a criação de alguns órgãos de comunicação com uma orientação mais popular/sensacionalista).

Apesar da evolução que a imprensa nacional sofreu nos últimos quase quatro séculos, é relevante constatar que o aparecimento da mesma está intrinsecamente ligado com os conflitos ou guerras. Como ficou dito anteriormente, a primeira forma de informação passível de se assimilar com o jornalismo actual no nosso país foram as “Gazetas da Revolução” que se caracterizavam por dar informações relativas às guerras contra Castela.

Ora, esta influência do dito *jornalismo de guerra* é, pois, clara no mundo jornalístico do nosso país, e a sua presença nas páginas diárias é, neste momento, inalienável da própria profissão em Portugal¹³⁹.

«O primeiro repórter de guerra não tem rosto nem nome. O seu anonimato emerge do facto de que a guerra é uma actividade cuja origem se perde no tempo e se confunde com o nascimento da própria humanidade. Os efeitos das acções guerreiras primordiais foram considerados de tal modo importantes que mereceram a atenção dos primeiros cronistas, figuras anónimas cuja identidade permanecerá para sempre desconhecida.»¹⁴⁰

William Howard Russel, um jovem irlandês ao serviço do “The Times” em Inglaterra, é considerado o primeiro correspondente de guerra, uma vez que são suas as primeiras reportagens junto da força expedicionária britânica que se dirigia a Malta em Fevereiro de 1845, e que o jovem jornalista acompanhou até à Crimeia – uma situação que valeu a Russel uma recepção heróica em Inglaterra e a benevolência dos censores, que durante os primeiros anos lhe outorgaram maior liberdade de movimentos. Antes de William H. Russel as poucas notícias que chegavam das trincheiras eram muitas vezes redigidas por soldados ou até comerciantes locais e cronistas populares¹⁴¹. As notícias desta época traziam atrasos temporais de dias ou até semanas (só com a invenção e massificação da utilização do telégrafo foi possível reduzir este hiato entre os acontecimentos e a publicação), mas constituíam-se como autênticas novidades, e neste âmbito Portugal não foi excepção.

Para além das informações dos militares, as primeiras reportagens de áreas de conflito chegam ao nosso país durante os primeiros indícios daquilo que viria a ser a I Guerra Mundial, pela pena de Luís Câmara dos Reyes, o correspondente em Berlim do jornal “A Capital”. De facto, nesta época os jornais portugueses fizeram valer-se dos seus correspondentes nas capitais europeias, com sejam Berlim ou Paris, mas o costume da altura de assinar as peças

¹³⁹ Ainda que neste momento seja possível observar que as apostas na informação internacional e de conflito nos periódicos nacionais é bastante reduzida, sendo apenas necessário folhear alguns dos mais importantes meios de comunicação social nacionais para constatar esta evolução (que é também apontada por muitos dos seus profissionais).

¹⁴⁰ SANTOS, José Rodrigues dos, *op. cit.* p. 19;

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 21;

apenas com as iniciais não permite identificar com precisão alguns dos seus autores – excepção feita ao já referido Luís Câmara dos Reyes (Berlim), a Arnaldo Braga do “Primeiro de Janeiro” (Paris), a Xavier Carvalho do “Jornal de Notícias” (Paris) e Paulo Osório, correspondente do jornal “O Século” (Paris).

Contudo, foi nesta altura que o jornalismo português assumiu uma nova faceta como consequência de uma decisão empreendedora de “A Capital”, cuja redacção lisboeta decidiu enviar para as linhas da frente um jornalista que tinha por função específica a de reportar a guerra enquanto testemunha da mesma. A decisão recaiu sobre um jovem médico de 29 anos, que nunca tendo exercido se dedicou ao jornalismo, de seu nome Hermano Neves¹⁴². Ainda que apenas no início, a pesada mão da censura já se fazia sentir sobre os jornalistas, mais especificamente a censura militar¹⁴³ francesa que simplesmente não permitiu o acesso à frente de batalha aos profissionais da comunicação, incluindo os próprios franceses. Por isso mesmo, e dois meses depois de ter chegado a Bordéus para cobrir a guerra, Hermano Neves regressa a Portugal sem nunca ter sentido as emoções inerentes a uma verdadeira batalha¹⁴⁴. A seguir a Hermano Neves, foi o director do jornal “O Século” quem se auto-nomeou como correspondente português, depois do jornal ter sido convidado pelas autoridades francesas a integrar um grupo de jornalistas que iria visitar as trincheiras, uma vez que Portugal (e obviamente a sua imprensa) ser visto, nesta altura do conflito, como neutro. Foi por isso do banco de um automóvel no qual seguia em plena coluna militar que Silva Graça redigiu a sua primeira crónica.

Esta neutralidade portuguesa cessou quando, a 9 de Março de 1916, a Alemanha se vê obrigada a declara guerra a Portugal – depois de sucessivas provocações por parte dos portugueses e muito aquém daquilo que era a opinião nacional com relação à participação na grande guerra. A acompanhar esta situação veio, naturalmente, o espectro da censura nacional que pouco tempo depois foi veemente criticada por parte dos jornalistas¹⁴⁵.

Com esta participação nacional na guerra, os dois principais jornais republicanos – “O Século” e “A Capital” – entraram em confronto para lograr cobrir a guerra com o olhar português, sobretudo tendo em conta o envio do Corpo Expedicionário Português (CEP). Esta

¹⁴² Ainda que, como refere José Rodrigues dos Santos em *Crónicas de guerra: da Crimeia a Dachau* (p.48), os jornais portugueses já se tivessem estreado nestas andanças do envio especial de correspondentes aquando da inauguração do Canal do Suez, cerimónia na qual esteve Eça de Queirós enquanto correspondente do “Diário de Notícias”.

¹⁴³ De referir que, tal como contempla José R. dos Santos, para além da censura militar existia nesta altura uma autocensura, sobretudo pelo lado francês, por parte dos jornalistas, de forma a manter o espírito da sociedade no esforço de guerra. Uma situação que chegou ao extremo da própria imprensa fabricar notícias de acontecimentos que se revestiram de verdadeiros actos de propaganda.

¹⁴⁴ Esta situação bastante complicada para os jornalistas acaba por sofrer um revés em 1915, quando Theodore Roosevelt (Presidente dos Estados Unidos da América) escreve aos governantes britânicos chamando à atenção que esta situação mais não estava senão a criar uma má imagem da causa britânica perante os americanos, e que se encontrava em rota de colisão total com aquilo que eram as políticas aplicadas pelos alemães – que abriram as portas das suas frentes de batalha aos jornalistas recebendo-os de braços abertos e calorosamente.

¹⁴⁵ «Não foi preciso esperar muito tempo para que a imprensa comesse a protestar contra os abusos da censura «Foram por ela cortadas algumas notícias de maior interesse e importância, ao mesmo passo que a mesmíssima censura deixava complacentemente sem córtex analogas informações noutra folha de Lisboa, que assim pôde tornar publico o que ao *Diário de Notícias* foi vedado dar a conhecer», queixou-se o *Diário de Notícias* num editorial de primeira página logo quatro dias depois do início da censura.» (tal como no original), in SANTOS, José Rodrigues dos, *op. cit.*, p. 67;

oportunidade foi dada a Adelino Mendes¹⁴⁶, repórter de “A Capital”, que foi enviado para Brest (onde iriam desembarcar as tropas portuguesas) ainda antes da chegada do CEP à região, o que lhe permitiu assim cobrir o desembarque dos militares. Já nesta altura os militares se queixavam das condições da guerra, mas este facto foi como que ignorado por Mendes, que apenas anos mais tarde sentiu a necessidade de reportar esta situação, uma vez que era já ciente das consequências para os ânimos e apoio à causa portuguesa.

A completar o trabalho de Adelino Mendes este, também por “A Capital”, André Francisco Brun, o chefe do Batalhão de Infantaria 23 que chegou a França em Maio de 1917 disposto a acumular as funções militares com as de repórter, situação que lhe valeu a designação de «jornalista - repórter»¹⁴⁷. Apesar de esta condição constituir uma mais-valia para o jornalismo, a realidade revelou-se bastante distinta, uma vez que o regulamento da censura portuguesa proibia o contacto entre os militares e a imprensa – condição que André Brun se viu forçado a aceitar, não sem continuar a tomar notas do que se passava com o intuito de fazer publicá-las assim que lhe fosse possível, o que permitiu uma visão distinta da guerra directamente das trincheiras.

Numa lógica concorrencial tão característica do jornalismo, o periódico “O Século” fez movimentar o seu correspondente em Paris, António de Almada Negreiros¹⁴⁸, para a frente de batalha, sendo de 24 de Maio de 1917 a sua primeira crónica. Este correspondente internacional tornado correspondente de guerra vê-se, assim, numa nova aventura na qual foi inclusivamente obrigado a usar a farda regulamentar das tropas e a quem foi entregue um revólver para auto-protecção¹⁴⁹. Ao jornalista de “O Século” foi dada a oportunidade de acompanhar as operações do CEP durante cerca de duas semanas, algo que também já tinha ocorrido com Adelino Mendes.

Quando o Chefe de Estado de Portugal faz uma visita às tropas é Almada Negreiros quem o acompanha neste acto oficial, sendo Augusto de Castro quem o substitui nas reportagens de batalha e das actividades do Corpo Expedicionário Português. Foi exactamente com a viagem de Bernardino Machado que Hermano Neves – o primeiro enviado a cenários de guerra português – volta aos campos da guerra, não só para acompanhar o Presidente ao serviço dos jornais “Diário de Noticias” e “A Capital”, mas também para reportar uma realidade que três anos antes não lhe tinha sido possível – a das acções de guerra propriamente ditas. Quando em 1918 “A Capital” envia para França Mário de Almeida, encontramos o momento em que se dá por encerrada a participação de jornalistas portugueses na I Guerra Mundial.

¹⁴⁶ Começa na I Guerra Mundial a criação da designada *tribo*, uma vez que com o jornalista português estiveram sempre profissionais de outras nacionalidades, deslocando-se em grupos e trabalhando em colaboração, tal como ainda é possível observar nos dias que correm.

¹⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 96;

¹⁴⁸ Pai do famoso pintor português.

¹⁴⁹ Assim como na altura da I Guerra Mundial era pedido aos jornalistas que usassem a farda de oficiais, na actualidade é requerido aos profissionais da comunicação que, quando se encontram com os batalhões em reportagem, façam uso de coletes à prova de bala e capacetes, tal como é exigido aos militares. No que diz respeito ao porte de arma, são poucos os jornalistas que o fazem (é mais comum no mundo actual recorrer a empresas de segurança), mas acima de tudo, não será normal que um oficial entregue para as mãos de um civil uma arma – tal como aconteceu com Almada Negreiros.

É este o fim da primeira experiência jornalística em cenários de guerra de que há memória no nosso país. Tal como em muitas outras ocasiões (na sua maioria) Portugal envia os seus repórteres para os locais de conflito com o intuito de transmitir para o público português o seu olhar da guerra, mas acima de tudo para acompanhar as operações do Exército português nos locais em que existem Forças Destacadas.

Como é possível constatar, nesta altura eram claras as parcas condições dos militares portugueses nas trincheiras – são várias as referências, por parte dos jornalistas, relativas à falta de condições básicas de vida nos locais onde estavam os portugueses, mas acima de tudo, a falta de reconhecimento internacional (sobretudo inglês) do trabalho das tropas lusas – Contudo, e já numa lógica de autocensura, os jornalistas não reportavam a maioria destas situações, não só com a consciência de um necessário apoio da opinião pública, mas também por causa da simples proibição dos censores.

É também deste conflito que nos saem os primeiros relatos dos horrores da guerra, sobretudo por parte dos jornalistas sem qualquer tipo de experiência militar que ficavam estupefactos perante os campos pejados de cadáveres, assim como é aqui que se encontra a primeira menção à morte de um jornalista num cenário de conflito – um relato de Almada Negreiros que assiste à morte do seu colega francês Serge Basset (repórter do “Petit Parisien”) por um tiro de *sniper* nas trincheiras de Lens.

Posteriormente a imprensa portuguesa esteve presente em muitos mais conflitos, sendo uma figura quase que habitual nos diversos cenários, como:

- Guerra Civil Espanhola: onde se destacaram nomes como os de Norberto Lopes (“Diário de Lisboa”), Mário Lyster Franco e Aprígio Mafra (“Diário de Notícias”), Costa Júnior (“Diário da Manhã”) e Tomé Vieira (“O Século”), entre outros; uma guerra onde foi possível aos portugueses dar uma perspectiva dos dois lados do conflito (franquistas e governo); onde vemos referido o primeiro fotojornalista português em campo, de seu nome Ferreira da Cunha (ao serviço do “Diário de Notícias”); e onde a Rádio Clube Português assumiu um papel de extrema importância, uma vez que as suas transmissões facilmente eram captadas em território espanhol, constituindo-se, por isso mesmo, como uma forte arma para o lado franquista¹⁵⁰;
- II Guerra Mundial: naquele que foi o segundo conflito generalizado do século XX, os nomes mais sonantes da nossa praça jornalística a irem a serviço para campos de batalha foram Guerra Maio (que se encontrava a viver em Paris na altura dos acontecimentos e que trabalhava como correspondente de “O Comércio do Porto”), Amadeu de Freitas (“O Século”) e Fernando Pessa (que aquando do decorrer dos conflitos era jornalista em Londres na BBC); este

¹⁵⁰ O jornalista português que se encontrava em Espanha ao serviço do Rádio Clube era Álvaro Jorge.

conflito ficou pontuado pela censura e pela propaganda política que afectaram em muito a actividade das agências noticiosas como a Havas e a United Press, e das quais os periódicos dependia de sobremaneira¹⁵¹;

- Vietname: despoletada ainda durante o período de governação salazarista/marcelista, a guerra do Vietname contou apenas com a presença de um jornalista português, José da Câmara Leme, ao serviço do “Diário Popular”, e que reportou naquele que foi considerado o conflito mais livre em termos de trabalho jornalístico de que há memória, isto porque aos jornalistas foi dada plena liberdade de circulação dentro das frentes de batalha e que permitiu ter uma visão de dentro da guerra inimaginável até então – são desta altura algumas das mais chocantes imagens e relatos dos horrores da guerra – esta atitude de abertura por parte dos governos (nomeadamente o norte americano) nunca mais se repetiu, visto que as reportagens que vinham da antiga Península da Indochina colocaram em causa os objectivos de guerra, constituindo-se como uma factura governativa muito cara;
- Israel/Palestina: no decorrer do conflito Israelo-Palestiniano na década de 1970, alguns dos jornalistas que estiveram ao serviço dos principais órgãos de comunicação portugueses foram Manuel Batóreo, de “A Capital”, José Manuel Teixeira acompanhado por Álvaro Martins Lopes, ambos ao serviço do recém-criado semanário “Expresso” e que lhes valeu uma perspectiva jornalística de ambos os lados do conflito, e José Goulão de “O Diário”; ainda a decorrer, este conflito contou ainda com a presença de muitos mais jornalistas portugueses, incluindo na actualidade, destacando-se o nome de Henrique Cymerman, que se encontra a viver na região e que há muito que reporta para a imprensa portuguesa o desenrolar de uma situação que perdura há mais de 30 anos e que já passou por uma série de tentativas de acordos de paz;
- Afeganistão: referindo-nos aqui ao conflito em território afegão que decorreu na década de 90 do século XX e não à intervenção militar norte americana do início do século XXI, destacamos o facto de Diana Andringa se ter tornado pioneira, uma vez que foi a primeira mulher jornalista portuguesa de que há registo a prestar serviço desde um campo de batalha, ao serviço da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP), no qual foi acompanhada por Manuel Carvalho (operador de câmara) e Norberto Lopes (assistente), aos quais se juntaram profissionais como Carlos Fino (também pela RTP) e Seruca Salgado e José Barata-Feyo (“Grande Reportagem”); este conflito, pelas partes intervenientes,

¹⁵¹ Ainda que aos jornais portugueses tenha sido dada a hipótese de enviar os seus repórteres para cenários de guerra, tanto na I como na II Guerra Mundial os periódicos nacionais dependeram substancialmente das agências – um facto que ainda hoje é possível constatar em todo o mundo e que faz parte do quotidiano jornalístico em todas as áreas.

tornou-se difícil de cobrir, uma vez que nenhum dos actores simpatizava com o Ocidente, e como tal com nenhum dos profissionais de qualquer órgão de comunicação ocidental;

- União Soviética: no momento em que a dinâmica mundial sofre uma mudança radical e se dá o fim da guerra fria, o desmembramento da URSS foi relatado aos portugueses por profissionais como José Milhazes da “TSF”, Paulo Moura do jornal “Público” e Carlos Fino (“RTP”), sendo deste último que se guardam mais memórias de reportagem, uma vez que trabalhou durante largo tempo nesta zona do globo;
- Guerra do Golfo: naquela que foi a guerra mais mediática do mundo e da qual se mantém ainda bastante vivas as imagens dos raids nocturnos sobre a cidade de Bagdade, a imprensa portuguesa fez-se representar por jornalistas como Artur Queirós (“Jornal de Notícias”), Paulo Camacho (“Expresso”), Duarte Valente (“Rádio Nova”/“Rádio Atlântica”) e João Almeida (“TSF”), Manuel Neto (“Diário de Notícias”), Adelino Gomes (“Público”) e Artur Albarran (“RTP”); este conflito ficou marcado pela mediatização e pelo designado *efeito CNN*, que reportava 24 horas por dia, impondo a sua agenda noticiosa à agenda política internacional – esta situação fez da guerra do Golfo um ponto de viragem em termos de actuação por parte dos órgãos governativos, uma vez que apesar de os jornalistas usufruírem de um elevado grau de desenvolvimento tecnológico tal constituiu um perigo para os objectivos de guerra, levando a um aumento da tensão entre militares e jornalistas (e, de algum modo, a uma nova censura);
- Genocídio no Ruanda: a questão do Ruanda transformou-se numa das maiores crises humanitárias de sempre, e foi dada a conhecer aos portugueses através das reportagens de Rui Araújo (“RTP”), sendo que a sua entrada na região se deu, tal como na maioria dos casos, apenas quando a crise já estava completamente instalada; este conflito tornou-se reconhecido internacionalmente não só pelas questões humanitárias que aportou (estima-se que em apenas cem dias tenham morrido mais de 800 mil pessoas¹⁵²), mas também por ter constituído a maior cobertura jornalística de sempre das fugas dos refugiados;
- Desmembramento da Jugoslávia: em parte como consequência da queda do império soviético, a questão da ex - Jugoslávia divide-se em diversos conflitos

¹⁵² SANTOS, José Rodrigues dos, *Crónicas de guerra II: de Saigão a Bagdade*, Gradiva Publicações, Lisboa: 2002, p. 278;

que envolveram a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina, Eslovénia, Croácia e Kosovo, sendo ainda relevante ter em conta o envolvimento claro da Albânia e da Macedónia; apesar do envio de um elevado número de repórteres para o local (alguns dos quais tivemos a oportunidade de entrevistar para este trabalho) destacam-se Carlos Santos Pereira (de referir que este jornalista trabalhou, ao longo de todo o conflito, para diversos órgãos de comunicação destacando-se o jornal “Público” e a Agência “Lusa”), Pedro Leal (“Rádio Renascença”), Hélder Antunes e Artur Albarran (“RTP”), Ana Glória Lucas (“Diário de Notícias”), Luísa Meireles (“Expresso”), Maria João Carvalho (freelancer), Pedro Caldeira Rodrigues (“Público”), Aurélio Faria (“SIC”), Emídio Fernando (“TSF”) entre muitos outros; este elevado número de jornalista que acorreram ao local não fica apenas a dever-se à extensão do conflito (espácio-temporal), mas também porque foi necessário atender à dinâmica do mesmo, e reportar de forma o mais fiável possível os dois lados em oposição, visto que estes confrontos ficaram muito conhecidos pela grande máquina de propaganda que se foi edificando pelos diferentes actores.

Para além de todos estes conflitos compilados por José Rodrigues dos Santos¹⁵³, e mais actualmente é possível apontar um sem número de jornalistas que se dedicaram a reportar desde zonas de conflito, sobretudo em lutas que se despoletaram sob a égide da *guerra contra o terrorismo*, e que foram levadas a cabo em zonas onde já anteriormente se tinham deflagrado (como é o caso do Afeganistão e do Iraque). Contudo, dentro da dinâmica actual do mundo dos *média*, alguns dos periódicos, televisões e rádios portuguesas recorrem muitas vezes às agências noticiosas internacionais, a correspondentes fixos na região ou a jornalistas locais. Ainda assim, a necessidade de dar uma visão distinta dos conflitos leva, em determinados casos, as direcções dos meios de comunicação a enviar os seus repórteres para os locais, permitindo assim uma análise mais portuguesa das guerras.

«No contexto global do século XIX, o jornalismo de guerra assumiu uma importância fundamental. A cobertura das guerras despiu-as da auréola epopeia, evidenciou o sofrimento e a dor, provocou consequências políticas e militares e intensificou, em certos momentos, a censura ao jornalismo, mas também suscitou o interesse dos leitores e fez aumentar as vendas.»¹⁵⁴

¹⁵³ Uma compilação que é possível encontrar em dois livros do mesmo autor – SANTOS, José Rodrigues dos, *Crónicas de guerra: da Crimeia a Dachau*, Gradiva Publicações, Lisboa: 2003; e *Crónicas de guerra II: de Saigão a Bagdade*, Gradiva Publicações, Lisboa: 2002;

¹⁵⁴ SOUSA, Jorge Pedro, «Uma história breve do jornalismo do ocidente», cit. in SOUSA, Jorge Pedro (org.) *op. cit.*, p. 45;

B. A relação das Forças Armadas com os Órgãos de Comunicação Social: a comunicação no Exército Português

Portugal é parte integrante de um conjunto de organizações internacionais como sejam a ONU – *Organização das Nações Unidas*; ou a NATO – *North Atlantic Treaty Organization*¹⁵⁵ e como tal participa em missões de manutenção de paz em todo o mundo, sendo parte fulcral do seu trabalho o relacionamento com os *média*.

Como ficou exposto na epígrafe anterior, é comum serem constituídas operações de informação apropriadas a cada cenário de conflito, adaptando-se assim as necessidades jornalísticas com aquilo que é a informação passível de publicação e que pode ser transmitida pelos militares envolvidos na acção.

No que diz respeito à NATO, a questão da informação pública é tida como essencial à missão que pretende levar a cabo: «A Informação Pública é um dos objectivos primordiais em qualquer operação da OTAN. A doutrina OTAN determina que a Informação Pública é uma responsabilidade do Comando. Os comandantes, a todos os níveis, têm de estar conscientes da sua importância e, como tal, deverão tê-la em consideração durante o planeamento e a condução de operações (reais ou exercícios) militares. (...) A política de Informação Pública da Aliança Atlântica é baseada num programa anual que visa assegurar uma comunicação efectiva da importância da OTAN em garantir a segurança num ambiente estratégico envolvente.»¹⁵⁶ Deste modo, subordinado ao *ACLANT – Allied Command Atlantic (Comando Aliado do Atlântico)* está o *Comando Regional Sul do Atlântico* (situado em Oeiras – Portugal), cuja *Divisão de Informação Pública* está incumbida, essencialmente, de tratar de todas as questões relacionadas com a Informação Pública, já seja através de aconselhamento ao *SACLANT – Supreme Allied Commander Atlantic (Comandante Supremo Aliado do Atlântico)*, ou com a formulação e a criação de programas e políticas nesta área. É também função desta Divisão a apresentação do programa anual da NATO para as Informações Públicas e que se subdivide em três partes essenciais¹⁵⁷: as relações internas – que se constituem com o objectivo primordial de manter informados todo o pessoal e membros da NATO sobre quais as actuações mais indicadas de acordo com a situação e ao mesmo tempo dar conta internamente de quais as posições assumidas; as relações com a comunidade – que reside na ideia essencial de ser necessário dar a conhecer a toda a população quais as acções da NATO, seus objectivos e missões; e as designadas média relations – directamente dirigidas aos órgãos de comunicação social dos diferentes Estados Membros, são construídas na sua essência como políticas de informação prestada aos meios de comunicação e seus

¹⁵⁵ Ainda que esta seja a versão original em inglês, da qual tomamos uso ao longo do presente trabalho, por ser a designação mais comum, a verdade é que em português esta organização tem a designação de *OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte*.

¹⁵⁶ In SANTOS, Primeiro-Sargento Alves dos, *Manual prático da OTAN para uso de jornalistas lusófonos* [texto policopiado], p. 49;

¹⁵⁷ Toda a informação relativa à constituição à Informação Pública da NATO está patente em SANTOS, Primeiro-Sargento Alves dos, *Manual prático da OTAN para uso dos jornalistas lusófonos* [texto policopiado], pp. 49-57;

profissionais numa lógica de transmissão de informações relativas não só a missões a decorrer, como também de objectivos e missões futuras, sendo neste caso essencial a divulgação de materiais relativos a posições da NATO (parte integrante destas políticas de Informação Pública são os já referidos *PIO – Public Information Office*, que ainda que a sua função seja a de contactar directamente com o meio jornalístico não devem colocar em causa a sua condição militar e enquanto membro da NATO¹⁵⁸).

Apesar da tentativa de uniformizar as políticas de informação da NATO, o facto de que os diferentes Estados Membros representarem uma enorme divergência cultural e social, torna necessário aplicar programas o mais uniforme possíveis com o intuito de eliminar situações como a do Kosovo, na qual foi necessário não só justificar a intervenção militar no território, mas também fazer confluír os esforços dos distintos governos na prossecução de um objectivo comum. Estas circunstâncias constituem aquilo que vulgarmente se designa de *lessons learned*, isto é, tendo em conta a diversidade da população, e através da experiência de situações tão complicadas como foi a da intervenção em toda a ex-Jugoslávia, retirar o máximo de lições a aplicar no futuro, para não cometer os mesmos erros, pois tal pode questionar toda a missão. Além destas situações, a NATO tem ainda que lutar contra o facto de que a maioria dos estados membros não tem, dentro dos seus organismos, pessoal com formação específica na relação com os meios de comunicação, sendo essa a lição essencial a retirar dos conflitos que assolaram a Europa nos finais do século XX: a necessidade de apostar na formação.

No que diz respeito ao nosso país, as políticas de informação das Forças Armadas são bastante reduzidas. Como é possível constatar através do trabalho de Miguel Machado e Sónia Carvalho¹⁵⁹ para além daquilo que a liberdade de expressão e informação que a Constituição da República Portuguesa contempla, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas possui restrições à liberdade de expressão dos militares. Deste modo, está definido que os militares «...têm o direito de proferir declarações públicas sobre qualquer assunto, com a reserva própria do estatuto da condição militar, desde que as mesmas não incidam sobre a condução da política de defesa nacional, não ponham em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas nem desrespeitem o dever de isenção política e sindical ou o apartidarismo dos seus elementos...»¹⁶⁰ (em itálico como no original), sendo ainda devido aos profissionais das Forças Armadas a obediência ao segredo de justiça e ao segredo de Estado. Assim sendo, a título pessoal a liberdade de expressão dos militares encontra-se restringida ao definido pela lei.

¹⁵⁸ «Existem ainda uma série de procedimentos que visam uniformizar as actividades desenvolvidas pelos PIO's. Nestas é, nomeadamente, desaconselhado o recurso a entrevistas/Briefings “out-of-the-record”, o uso da expressão “não comento”, assim como responder a questões especulativas do género “E se...”. É salientado ainda que a OTAN não está subordinada às leis de liberdade de Informação existentes em alguns países, pelo que os seus representantes não devem sentir-se compelidos a facultar informação, ainda que não classificada ou a responder a solicitações com prazo definido. É no entanto sugerido que os PIO's deverão seguir o princípio básico da IP de que “deve ser facultada resposta imediata, completa e cortês às solicitações de informação por parte dos media ou das populações, dentro das limitações de segurança.» In, SANTOS, Primeiro-Sargento Alves dos, *Manual prático da OTAN para uso de jornalistas lusófonos* [texto policopiado], p. 53;

¹⁵⁹ MACHADO, Miguel, CARVALHO, Sónia, *Exército e imprensa*, Edições Prefácio, Lisboa: 2004;

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 57;

Ainda que seja imperativo a criação deste tipo de restrições, sobretudo quando temos em conta que a informação divulgada poderá ser prejudicial não só para o militar individualmente, como também para os seus companheiros e as populações que protegem (podendo mesmo comprometer toda uma missão), a verdade é que o direito a ser informado é universal, e como tal deve ser respeitado. Em consonância com esta relação militares versus *média*/sociedade, criaram-se dentro dos diversos departamentos das Forças Armadas gabinetes específicos ligados à comunicação, como sejam o *Gabinete de Comunicação e Relações Públicas* do Ministério da Defesa Nacional – «Serviço responsável pelas relações públicas, gestão de eventos, comunicação e imagem do Ministério bem como, pela difusão de informação relacionada com a Defesa Nacional. É ainda responsável pela coordenação de acções de comunicação e de Relações Públicas das Forças Armadas.»¹⁶¹; ou até mesmo a *Secção de Informação, Protocolos e Relações Públicas*, como é a do Exército, cujos objectivos principais se prendem não só com a ligação com os órgãos de comunicação, mas também regem a comunicação interna e todos os pressupostos relacionados com o protocolo militar. Independentemente da secção, Portugal é um país que sofre um pouco com a falta de qualificação específica ao nível dos quadros das Forças Armadas no que diz respeito à comunicação social, contudo, dentro dos diversos ramos tem sido feito algum esforço para inverter a tendência (uma questão em aberto dentro do nosso trabalho).

Apesar de tudo, e fazendo jus àquilo que são as *lesson learned*, os distintos organismos militares, nacionais e internacionais, têm vindo a apresentar uma clara tendência para inverter as relações que se estabelecem com os *média*, numa busca por aquela que será uma política a adoptar, num compromisso a ser atendido pelos dois lados. Nessa procura, um dos exemplos mais conhecidos é o das *pools* – implementadas em toda a Guerra do Golfo e posteriores, constituem-se como um conjunto estrito de jornalistas que é seleccionado pelos militares para se deslocarem a locais pré-definidos, e cujo material recolhido era depois distribuído pelos colegas que não tinham integrado o grupo, ao mesmo tempo que censurado¹⁶². Com o fracasso das *pool* na guerra do Golfo e os erros cometidos durante a intervenção na ex-Jugoslávia, os militares adoptaram o sistema dos *embedded* – que mais não é que o acompanhamento diário, quase íntimo, de um ou vários jornalistas a um batalhão

¹⁶¹ Disponível em <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/mdn/organograma/sg/>, consultado a 10 de Julho de 2008.

¹⁶² «A exuberância da guerra “em directo” obedecia na realidade a um cenário cuidadosamente rodado. À medida que, à terceira semana da guerra, a acção descia dos céus e se aproximava do deserto iraquiano, os responsáveis americanos sacavam de um instrumento abandonado desde o Vietname: “a censura de campo”.

Na fase inicial da guerra, as restrições impostas pelos militares seriam particularmente severas. O Pentágono recusava-se a divulgar qualquer informação sobre a extensão dos bombardeamentos e os danos causados. Havia restrições quanto a entrevistas a militares e pilotos de regresso das missões nos céus iraquianos. E o acesso ao teatro da acção era estritamente limitado a grupos seleccionados de jornalistas – ou seja, a um estrito sistema de “*pool*”.

Segundo as regras vigentes na guerra do Golfo – regras que os repórteres eram compelidos a assinar sob pena de se verem excluídos das “*pool*” –, os textos dos jornalistas e demais material informativo eram obrigatoriamente submetidos ao “exame prévio” dos oficiais responsáveis, que os podiam alterar ou cortar a seu bel critério. Todas as entrevistas com soldados eram submetidas a censura antes de receberem “guia de marcha” para as respectivas redacções.» cit. in. PEREIRA, Carlos Santos, *Guerras da Informação: militares e media em cenários de crise*, Editora Tribuna da história, Lisboa: 2005, p.69;

militar, partilhando todo o quotidiano, sendo que em troca se permite aos jornalistas reportar as missões em que estão integrados. Contudo, ainda que de início esta tenha sido uma solução quase que ideal, a verdade é que este tipo de trabalho implica um comprometimento muito grande por parte dos jornalistas, que sofrem assim de uma espécie de auto-censura/censura prévia, a partir do momento em que assinam o contrato que os permite integrar as unidades ou do instante em que são convidados a trabalhar com as mesmas (uma situação pouco confortável para a maioria dos profissionais da comunicação e que leva a que muitos deles se recusem a trabalhar sob estas condições).

No que ao nosso país diz respeito, não é possível relatar a existência de um verdadeiro sistema de *pool* ou de *embedded*, uma vez que nos parâmetros que são delineados internacionalmente, as nossas tropas não criam grupos de jornalistas para irem reportar determinada situação, nem tão pouco os integram 24 horas por dia e durante todo um conflito nos seus aquartelamentos¹⁶³. Esta situação poderá ficar a dever-se ao facto de que, as missões levadas a cabo pelas nossas tropas revestem-se de um cariz inteiramente pacifista e não incluem um combate cerrado como é uma intervenção militar, por exemplo, como a norte-americana no Iraque, antes pelo contrário, as tropas portuguesas são enviadas para zonas de conflito integrando forças de manutenção da paz.

C. A propaganda e a Operação Joint Endeavour

O século XX caracteriza-se por ser um período histórico em que as tensões sociais e mundiais ocupavam as agendas pessoais e de governação, e em que oposição de dois pólos políticos levou à criação de sofisticados meios de controlo e maneio da opinião pública. O mais flagrante exemplo que é possível encontrar deste tipo de mecanismos prende-se exactamente com a utilização recorrente da *propaganda*.

Podendo revestir-se de um carácter civil ou militar, de acordo com os seus agentes de criação, a *propaganda* passa essencialmente pela tentativa de manipulação da informação que é divulgada com o intuito de fazer valer os objectivos e ideias que o emissor pretende transmitir, arrecadando, assim, para si o apoio da opinião pública – «Tentativa deliberada de controlo de atitudes e opiniões, segundo Otto Klineber, e paralisação da reflexão crítica, contribuindo para o agravamento do automatismo e da passividade conformista em relação a certas formas estereotipadas de comportamento»¹⁶⁴.

Deste modo, e de uma maneira um tanto simplista é possível compreender que a *propaganda* terá sempre como objectivo final o de operar uma mudança de atitudes. Regendo-se sob o manto da necessidade de contribuir para uma melhor e correcta informação dos

¹⁶³ O que foi possível compreender através de informações recolhidas junto do Ministério da Defesa, e como será compreensível com o desenrolar do presente trabalho, é que no caso português numa situação em que os jornalistas peçam e tenham autorização da entidade competente para trabalhar durante uns dias junto de um contingente, o mesmo é permitido, mas não num verdadeiro sistema *embedded*.

¹⁶⁴ SZYMANIAK, Włodzimierz Jozef (coordenador), *op. cit.*, p. 193;

públicos, muitos organismos fazem uso de verdadeiras *máquinas de propaganda* para levar os indivíduos a seguir esta ou aquela orientação.

Noam Chomsky¹⁶⁵ identifica como o primeiro caso de propaganda do século XX aquele que foi implementado pelo governo de Woodrow Wilson, como forma de mudar a mentalidade generalizada de uma sociedade eminentemente pacifista, para um grupo social defensor da guerra. É exactamente nestas ideologias que encontramos a principal génese da *propaganda*: a de adjectivar e identificar o outro como sendo um inimigo que é necessário destruir e cuja aniquilação compreende a libertação dos povos oprimidos. Esta ideia foi aprendida ao longo dos anos pelos principais governadores mundiais e foram fundamentais para o curso da história.

Operando sob os parâmetros essenciais já referidos de manipulação da informação divulgada, os critérios propagandísticos não têm limites, e fazem uso de imagens e informações muitas vezes distorcidas para dar voz aos objectivos que se consideram moralmente aceites. Numa lógica de aniquilação do mal, e sob os comandos muitas vezes de órgãos governativos, os agentes da propaganda podem mesmo chegar a fazer uso da agonia e do sofrimento de outrem como mote para justificar uma intervenção – dando origem a uma autêntica máquina de guerra movida pelo apoio do público em geral.

Se nos reportarmos a uns anos atrás, podemos observar que a máquina de informação montada pelos Estados Unidos da América naquilo que ficou conhecido como *a guerra contra o terrorismo* se constituiu como uma forma eficaz de angariar apoio para a ingerência contra o Afeganistão, dissimulando a informação que vinha de órgãos independentes de investigação, e criando discursos *demonizadores* face aos grupos talibã e, posteriormente, a Saddam Hussein. Contudo, a excelência desta técnica está no facto de que a sua utilização é de tal modo frequente que os públicos absorvem a informação prestada e apoiam as causas muitas vezes sob uma autêntica confusão informativa.

De facto, é num verdadeiro processo de desinformação que acaba por se fundamentar a *propaganda*, uma vez que a utilização da mesma é efectuada por ambas as partes em confronto, levando a opinião pública a seguir aquilo que é a ideologia do seu próprio governo, aquém de uma base fundamentada de informação. A *propaganda* é assim uma faca de dois gumes, em que sob o pretexto da informação se acaba por manipular não só as ideias gerais da opinião pública, como também dos próprios órgãos de comunicação social. Na realidade, acabamos por assistir àquilo que Noam Chomsky designa de «concepção alternativa de democracia»¹⁶⁶ na qual, ao contrário do que é a designação assumida de democracia, aos indivíduos não é deveras permitido orientar as suas próprias decisões, nem aos meios de comunicação social é devida uma verdadeira liberdade¹⁶⁷. Se considerarmos a propaganda e a

¹⁶⁵ CHOMSKY, Noam, *A manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda*, Editorial Inquérito, Mem Martins: 2003, pp. 11-13;

¹⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 9;

¹⁶⁷ «Ora, existem duas «funções» numa democracia: à classe especializada, aos homens responsáveis, compete a função executiva, o que quer dizer que lhes cabe pensar, planejar e perceber quais são os interesses comuns. Depois, existe o rebanho tolo que também tem uma função em democracia. A sua

sua génese, acabamos por compreender que Chomsky, ainda que de uma maneira muito rígida, teria razão, isto porque as decisões que são tomadas dentro dos órgãos de governação são feitas em nome dos indivíduos mas estes acabam por ter uma opinião fundada naquilo que é a ideia dos próprios órgãos; ao mesmo tempo, muita da informação veiculada através dos meios de comunicação responde essencialmente à agenda política, e como tal reporta aquilo que é do interesse dos agentes políticos.

A técnica da *propaganda* faz uso de mecanismos como sejam o tratamento da informação prestada, das imagens divulgadas e até mesmo da utilização de expressões linguísticas que se sabe, por estudos do âmbito da psicologia, irão provocar uma reacção determinada, quase numa lógica pavloviana de *condicionamento clássico*. Deste modo, pega-se numa população eminentemente pacífica e apresenta-se-lhe um conjunto informativo que a irá levar a mudar a sua posição face às guerras e à violência no geral¹⁶⁸. Para melhor fazer uso destas técnicas, é vulgar aos governos recorrerem a empresas da área do marketing que estão especializadas neste tipo de situações – como foi o caso da *propaganda* que se criou em torno da questão do Kosovo.

A *propaganda* é, assim, vista como parte do jornalismo, uma vez que, para Chomsky e Herman¹⁶⁹ esta faz parte de um Modelo Ocidental de jornalismo ligado a grupos privados, livres de censura, mas que claramente beneficiam os interesses governamentais e os principais grupos económicos. Para que tal assim suceda, Jorge Pedro Sousa indica a necessidade de se

função em democracia, diz Lippman, é ser «espectador» e não participante activo. Todavia, a sua função é mais do que a de mero espectador. Ocasionalmente, o rebanho é autorizado a emprestar o seu peso a um ou outro membro da classe especializada. Por outras palavras, é-lhe permitido dizer «Queremos que seja o nosso líder» ou «Queremo-lo a si para nosso líder». Isto porque estamos numa democracia e não num Estado totalitário. Chama-se a isso uma eleição. No entanto, uma vez usado o seu peso a favor de um ou outro membro da classe especializada, é suposto que se submerja outra vez e se torne espectador da acção, mas não participante. As coisas passam-se assim numa democracia que esteja a funcionar devidamente.

E tudo isto tem uma lógica. Existe mesmo uma espécie de princípio moral compulsivo por detrás. Esse princípio moral compulsivo é que as pessoas, a grande massa, são demasiadamente estúpidas para perceberem as coisas. Se tentam participar na condução dos seus próprios assuntos, vão mesmo causar perturbações. Portanto, seria imoral e inconveniente permitir-lhes que o façam. Temos que domesticar o rebanho tolo e não consentir que este se enfureça, vagueie e destrua coisas. (...)

Por isso, necessitamos de alguma coisa para domesticar o rebanho tolo e essa alguma coisa é a nova revolução na arte da democracia: a fabricação do consentimento. Os *média*, as escolas e a cultura popular têm que ser divididos. À classe política e aos decisores tem de se lhes dar algum sentido tolerável da realidade, embora eles também tenham de inculcar lentamente as suas próprias convicções. (...)

Nos anos 20 e nos princípios dos anos trinta, Harold Lasswell, o fundador do campo de comunicações moderno e um dos cientistas políticos norte-americanos de topo, explicou que não devemos vergar-nos a «dogmatismos democráticos acerca de os homens serem os melhores juizes dos seus próprios interesses». Porque não são. Nós somos os melhores juizes dos interesses públicos. No entanto, mesmo no limite da vulgar moralidade, temos de ter a certeza de que eles não têm qualquer oportunidade de proceder de acordo com os seus juízos erróneos. Naquilo a que hoje em dia se chama um Estado totalitário, ou um Estado militar, é fácil. Mantém-se um bom cacete em cima da cabeça das pessoas e se elas saírem da linha dá-se-lhes com ele. Todavia, como a sociedade se tornou mais livre e mais democrática, perdeu-se essa capacidade. É necessário, portanto, recorrer às técnicas de propaganda. A lógica é evidente. A propaganda está para uma democracia como o cacete está para um Estado totalitário. Trata-se de um procedimento acertado e judicioso porque, mais uma vez, os interesses comuns ultrapassam o entendimento do rebanho tolo. As pessoas não conseguem compreendê-los.» In, CHOMSKY, Noam, *op. cit.* pp. 17-22;

¹⁶⁸ Dá-se aqui o exemplo específico das guerras e dos conflitos simplesmente porque é nestes que se centra o nosso trabalho. Na verdade, os âmbitos de actuação da *propaganda* são vastíssimos, destacando-se a política e a sociedade (sobretudo no que diz respeito à mudança de comportamentos).

¹⁶⁹ Chomsky e Herman são citados por Jorge Pedro Sousa no seu artigo «Uma história breve do jornalismo», in SOUSA, Jorge Pedro (org.) *op. cit.*, p. 69;

verificarem um conjunto de circunstâncias que passam essencialmente pela concentração dos grupos de *média*, pela constante dependência económica do mundo da publicidade, pela constante veiculação da informação transmitida pelos órgãos de governação e grupos de referência, e pelas constantes ordens das audiências¹⁷⁰. Deste modo, o jornalismo acaba por responder aos pedidos – ainda que indirectos – propostos pelos controlos políticos e económicos, ao invés de dar resposta à uma teórica função formativa e informativa inerente à profissão.

No que diz respeito à presença propagandística na esfera dos conflitos, a mesma é reveladora do poder dos *média* e de como tem vindo a ser utilizada pelos distintos agentes do conflito. Como ficou posto anteriormente, a história tem vindo a instruir os diferentes actores na utilização, e tal como refere Jorge Pedro Sousa¹⁷¹, a existência da *propaganda* verifica-se desde a I Guerra Mundial, quando os beligerantes se dão conta da influência dos meios de comunicação – e os leva a implementar um controlo férreo aos mesmos – fazendo uso dos jornais para a divulgação de notícias falsas sobre os inimigos (uma actuação que se verifica nos dois lados do conflito); passando pela Guerra Civil Espanhola, na qual se recorreu às orientações políticas dos jornais e das rádios – factor fundamental para este confronto – para fazer transmitir informação propagandística, muitas vezes em consonância com os aliados internacionais, que franquistas e governo foram conseguindo recolher ao longo do conflito; e foi também utilizada na II Guerra Mundial, que se destacou pela máquina propagandística radiofónica instalada pelos nazis e que foi contraposta pelos aliados com a criação de departamentos de informação, que procuravam alimentar os jornalistas com as informações requeridas, passadas pelo pente da censura, mas que estavam impregnadas de credibilidade (ainda que sob os comandos da *propaganda*).

É neste modelo da II Guerra Mundial que se fundamentam as posteriores operações de informação, e onde é possível fazer ponto daquilo que foi o serviço informativo prestado pelas forças de coligação da NATO durante o conflito no Kosovo.

A quando do início da intervenção militar na região da ex-Jugoslávia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte criou a designada *Operation Joint Endeavour*¹⁷², na qual estava

¹⁷⁰ «Entre os factores que levam o jornalismo a funcionar pontualmente como um sistema propagandístico estão a **concentração oligopólica da propriedade dos média** (que pode condicionar o pluralismo e afecta as alternativas de emprego dos jornalistas descontentes), a **dependência da publicidade** (que leva as empresas jornalísticas a evitar publicar informações lesivas para os clientes publicitários, incluindo as entidades governamentais, a **confiança nas informações dadas pelo governo e empresas dominantes** (que promove o recurso aos canais de rotina) e ainda os **ditames da audiência** (levando, por exemplo, à publicação de matérias contra os adversários e inimigos dos Estados Unidos e das ideologias americanas dominantes).» cit. in. Jorge Pedro Sousa, «Uma história breve do jornalismo», in SOUSA, Jorge Pedro (org.) *Jornalismo: história, teoria e metodologia – perspectivas luso-brasileiras*, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto: 2008, p. 69;

¹⁷¹ Jorge Pedro Sousa, «Uma história breve do jornalismo», in SOUSA, Jorge Pedro (org.) *op. cit.*, pp. 65-69;

¹⁷² A *Operation Joint Endeavour* criada especialmente para se efectuar uma intervenção militar na Bósnia em Dezembro de 1995, foi considerada uma das maiores operações militares de sempre da NATO, envolvendo mais de 50 mil homens dos distintos Estados Membros, contando ainda com militares de

integrado um sistema de informação que posteriormente veio a ser aplicado na *Operation Allied Force* e pela *KFOR – Kosovo Force*. Este sistema baseou-se essencialmente na utilização dos mais sofisticados meios de recolha de informação, quer através do contacto com as populações, quer através da informação de índole militar, que permitiram criar um canal informativo essencial para os órgãos de comunicação social: «Particularmente atenta à frente dos *média*, a NATO preparou cuidadosamente a política de informação da SFOR. A operação “*Joint Endeavour*” envolveu uma *Info Operation* (Operação de Informação) e mobilizou uma estrutura sofisticada, incluindo canais de comunicação directos com as populações da Bósnia, através da *Radio IFOR*, depois a *TV IFOR* ou do jornal *Herald of Peace*. Os contactos da IFOR com a imprensa internacional foram alvo de particular cuidado, dispondo cada contingente de um oficial responsável pelos contactos com os *média* – o PIO (*Public Information Officer*) e de uma mini-estrutura de relações públicas.»¹⁷³

Baseados no sucesso informativo que foi esta *Media Operation*, a NATO fez um uso de um sistema similar aquando da intervenção em território kosovar. Contudo, a mesma esteve envolta num conjunto de polémicas só justificadas pela distância que existia entre a sede da

países externos à organização. Tendo como designação inicial *IFOR – Implementation Force*, o desenrolar do conflito levou à transformação da missão para um *SFOR – Stabilization Force*.

¹⁷³ PEREIRA, Carlos Santos, «Os jornalistas portugueses e a experiência dos Balcãs», disponível em http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_3_16.b.html, consultado a 9 de Julho de 2008.

Esta ideia de Carlos Santos Pereira está substancialmente mais desenvolvida numa das suas obras, na qual considera que «A operação “*Joint Endeavour*”, desencadeada pela NATO na sequência dos acordos de Dayton, fornece um exemplo paradigmático de uma *Info Operation* montada em grande estilo. Tratou-se de uma operação extremamente complexa, desde logo por ter alvos múltiplos – a opinião pública internacional (em particular dos países empenhados na missão), os militares da *IFOR (Implementation Force)*, as forças em acção no terreno, as próprias lideranças militares e políticas dos países membros da NATO e, acima de tudo, a população da Bósnia-Herzegovina.

A campanha de informação pública da *IFOR* começou a ser delineada no *Afsouth* (Comando Sul da NATO) enquanto ainda decorria a operação “*Deliberate Force*” – a campanha de bombardeamentos contra os sérvios da Bósnia, em Setembro-Outubro de 1995 – acção que viria a alterar substancialmente a correlação de forças no terreno e levaria finalmente aos acordos de Dayton.

O objectivo era de algum modo dirigir os *média* internacionais e gralhar os *média* locais que ousassem desafiar o *status quo* definido em Dayton. O peso e a sólida estruturação hierárquica do dispositivo de informação da *IFOR* mostram bem a importância atribuída à “frente de informação”.

A NATO e o contingente americano deslocado para a Bósnia (que integrava à partida pessoal especializado em *PsyOps* “operações psicológicas”) assumiram o comando das “operações psicológicas” e criou em conjunto com a Aliança, um gabinete especial que trabalhava em estreita parceria com os elementos das operações de *intelligence* e de “Assuntos Cívicos”, e com os próprios responsáveis pela operação. A preocupação prioritária era fazer face aos previsíveis esforços dos chefes de guerra e líderes nacionalistas locais para perturbar a missão.

Os contactos com os *média* mereciam naturalmente um destaque especial. Estavam a cargo do “canal de informação pública” da *Joint Endeavour* através dos *PIO (Public Information Officer* – oficiais responsáveis pelas relações públicas) e dos *CPIC* (Centros de Informação Pública da Coligação), presentes ao longo de toda a estrutura da *IFOR* desde o *Afsouth* às unidades no terreno.

No quadro desta vasta operação coube um papel particular às sofisticadas “*media operations*” montadas *ARRC (Allied Rapid Reaction Corps* – Corpo de Reacção do Comando Aliado Europa) – a espinha dorsal do dispositivo militar da NATO.

A estrutura montada pelo *ARRC* incluía canais de comunicação directos com a população da Bósnia através da *Radio IFOR*, depois a *TV IFOR*, do jornal *Herald of Peace*, que chegou a ter uma circulação de 10 mil exemplares na Bósnia, e da revista *Myrko*, dirigida à juventude. Globalmente a campanha da informação montada pelo *ARRC* foi apontada como um caso exemplar de “coordenação aplicada dos *Media Operations*, das *PsyOps*, e da cooperação Civil-Militar.

As acções do *ARRC* constituem um caso de referência. Mais do que utilizar os *média*, a operação ultrapassa e dispensa assim claramente a tradicional mediação dos jornalistas e da imprensa. Os militares acabavam assim de dar mais um passo na gestão da “frente de informação”.» cit. in PEREIRA, Carlos Santos, *Guerras da Informação: militares e média em cenários de crise*, Editora Tribuna da história, Lisboa: 2005, pp. 155-157;

NATO (Bruxelas) – de onde saíam *briefings* diários de informação aos jornalistas – e o teatro das operações (ex-Jugoslávia). De dúvidas claras desde o início, os bombardeamentos da Aliança Atlântica à Sérvia constituíram um ponto claro de viragem de relação entre os meios de comunicação e os serviços militares. Sendo necessário justificar de forma constante a intervenção e recolher da opinião pública um apoio minimamente incondicional, a operação de informação erguida pela NATO para este cenário foi, contudo, um tanto diferente daquela que tinha sido efectuada para a Bósnia quatro anos antes.

Ainda antes da intervenção aérea ter começado, a máquina de *propaganda* da Aliança tentou acolher o apoio internacional, não só com os boatos de um massacre por parte dos sérvios em 1998 na cidade de Orahovac, mas sobretudo com o designado massacre de Račak que a 16 de Janeiro de 1999 terá custado a vida a mais de 40 aldeões albaneses à mercê dos sérvios – mas do qual nunca houve provas explícitas ou comprovação efectiva do que realmente se passou. Estava assim, nas mãos propagandísticas, encontrada a razão para intervir militarmente no Kosovo. Aliado a um jornalismo consensual que vai beber à mesma fonte – a NATO – a sua informação, vêem ainda juntar-se discursos políticos que criaram uma ideia de proximidade e identificação pessoal entre os cidadãos do mundo e a dita maioria kosovar-albanesa¹⁷⁴ do território, através de expressões como “nós” e “eles” ou “os bons” e “os maus”, criando-se na consciência internacional uma necessidade urgente de uma intervenção humanitária.

A dificultar o trabalho dos profissionais da comunicação e a ajudar à influência exercida pela *propaganda* veio juntar-se o encerramento do território, onde era difícil entrar – muitos jornalistas conseguiram entrar apenas através de convites por parte dos sérvios ou com vistos conseguidos a muito custo – e o surgimento de uma forte censura do lado sérvio – no qual era necessário mostrar primeiro o trabalho realizado antes de o mesmo ser enviado para as redacções. Esta situação contribuiu apenas para aumentar a dependência dos *briefings* de Bruxelas e para uma crescente desvalorização daquilo que os informadores de Belgrado transmitiam. Para colmatar esta situação esteve ainda uma *leve censura* que existiu por parte das próprias redacções, uma vez que, tal como aponta Carlos Santos Pereira, algumas houve que simplesmente se recusaram a publicar artigos provenientes do território que não estivessem em concordância com aquilo que era apontado como certo pelos organismos oficiais – i.e. NATO.

Mas esta situação cedo assistiu a um revês, uma vez que começaram a existir questões por parte dos jornalistas que criaram um incómodo bastante forte dentro da Aliança

¹⁷⁴ Carl K. Savich defende que uma das mais flagrantes técnicas de *propaganda* utilizada na questão do Kosovo foi a utilização constante da expressão “maioria de 90 % da população de origem albanesa”, da qual ainda hoje existem ecos. De facto, a comunidade internacional fez uso de um conjunto de pressupostos para classificar o conflito na região kosovar, entre os quais se destacam a determinação inicial do confronto como baseado numa clara violação dos direitos humanos – e sobretudo de uma minoria étnica –, ao invés de uma guerra de secessão de territórios, para além de referências constantes a massacres perpetrados pelos sérvios, assim como uma identificação clara do Kosovo com a Bósnia, olvidando tudo aquilo que foi a história anterior da região – entre a qual se encontram a inspiração albanesa de anexar o território e criar uma *Grande Albânia*; in SAVICH, Carl K., *War, journalism, and propaganda: an analysis of media coverage of the Bosnian and Kosovo conflicts*, disponível em <http://www.rastko.or.yu/kosovo/istorija/ccsavich-propaganda.html>, consultado a 10 de Fevereiro de 2008.

Atlântica, e na relação com os profissionais da comunicação. De facto, numa suposta guerra em que as baixas eram mínimas e os danos colaterais medidos quase ao milímetro, as informações que provinham da NATO, e que se baseavam em *military intelligence* e em imagens de satélite dos locais após os bombardeamentos, começaram a entrar em confronto com aquilo que era a informação cedida pelos órgãos oficiais sérvios – também eles fortes adeptos da *propaganda* – mas acima de tudo, começaram a constituir-se como um contra-senso ao que era verificado *in loco* tanto pelas populações como pelos jornalistas. Assim, os jornalistas tornaram-se aquilo que Carlos Santos Pereira designa de «caixas de ressonância»¹⁷⁵ – uma vez que se limitaram a fazer eco daquilo que eram as informações provenientes de Bruxelas – sendo que as autoridades lidavam com os erros indicando que estavam a seguir o normal protocolo de investigação para apurar exactamente o sucedido, deixando passar algum tempo até atingir conclusões específicas – na altura da divulgação dos resultados a notícia já tinha corrido mundo e, ainda que desmentida, tinha perdido o interesse – sendo assim abafados grande parte dos erros cometidos.

Porém, o dia 23 de Abril de 1999 constituiu aquilo que se pensou ser a viragem de atitude dos *media* – neste dia a sede da “RTS” (a Televisão Sérvia) foi bombardeada custando a vida a 16 jornalistas, não só sérvios, mas também de outras nacionalidades que faziam uso das instalações para transmitir os seus trabalhos para todo o mundo. Debaixo da ideia de que os danos colaterais justificaram o ataque à televisão, a NATO indicou que este bombardeamento tinha sido levado a cabo sob o pretexto de existirem provas concretas da utilização do governo sérvio da mesma para a sua própria campanha de *propaganda*. Ainda que na altura tenham surgido grandes indignações por parte de organizações humanitárias e de associações de jornalistas – que viam assim um claro perigo para a segurança dos profissionais para trabalharem nestes cenários – a verdade é que pouco tempo depois a história deixou de ter interesse dentro de todo o contexto internacional.

A *propaganda* continuou assim ao longo de todo o processo, numa lógica de *demonização* do inimigo, encontrando-se aqui uma justificação clara para a prossecução da intervenção militar no Kosovo. Com o final dos bombardeamentos e o início das missões da KFOR e UNMIK, o processo de comunicação passou a estar essencialmente a cargo dos PIO – *Public Information Officers* – de cada contingente, situação que também se verificou no caso português e que será possível compreender melhor no desenrolar do presente trabalho, sobretudo com as entrevistas aos militares nacionais, mas que terá passado ao largo de todas estas polémicas criadas pelas instâncias superiores.

¹⁷⁵ PEREIRA, Carlos Santos, *op. cit.*, p.177;

D. O conflito do Kosovo: do desmembramento da Jugoslávia à declaração unilateral de independência



Mapa 1 - Região do Kosovo¹⁷⁶

Localizado em pleno coração do leste europeu, o Kosovo é uma província da antiga República Federal da Jugoslávia que faz fronteira a sudoeste com a Albânia e a sudeste com a Macedónia, sendo que a Noroeste partilha a linha fronteiriça com Montenegro e o restante território está separado da Sérvia; constitui-se, na actualidade, como uma das zonas mais pobres da Europa, em que os seus mais de 10 mil quilómetros quadrados são essencialmente montanhosos e povoados, maioritariamente, por habitantes de etnia albanesa (90%) – ainda que a população seja eminentemente de origem sérvia ou montenegrina – com capital em Pristina¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Mapa disponível em <http://www.un.org/peace/kosovo/kosovo.pdf>, consultado a 10 de Julho de 2008.

¹⁷⁷ CALÇA, Patrícia, *Kosovo: jogo sem fim. Um estudo politológico sobre o quarto conflito dos Balcãs*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa: 2006; pp. 95-97;

Dada a complexidade sociopolítica da região e para melhor compreender as características deste pequeno território balcânico, parece-nos conveniente começar pela própria designação de Kosovo. Noel Malcolm faz referência na sua obra *Kosovo: a short history*¹⁷⁸, ao facto de que a razão pela qual foi dado a este território o simples nome de Kosovo está ainda por esclarecer, uma vez que desde muito cedo o território esteve dividido essencialmente em duas zonas – este e oeste, Metohija e Kosovo.

A zona oeste do território era conhecida para os sérvios como *Metohija* (do grego bizantino *metochia* que significa essencialmente estado monástico, estando em consonância com o facto de nesta região se encontrarem muitos Mosteiros Ortodoxos sérvios); uma designação que não foi bem aceite pelos albaneses do Kosovo, visto que esta relacionava o território apenas com a Igreja Ortodoxa Sérvia, assim sendo referiam-se-lhe como *Rrafsh i Dukagjinit* – isto é, a terra de *Dukagjinit* (que terá sido uma família que habitou a região e que deu também o seu nome a uma zona no norte da Albânia). No que se refere à região Este a designação comum sempre foi Kosovo, simplesmente. Na realidade, durante o período de governação de Tito (1945-1980) a província era apelidada de *Kosovo-Metohija*, ou até mesmo de *Kosmet*, mas foram o uso e as fronteiras definidas após 1945 que levaram à simples utilização do nome pelo qual é actualmente conhecido o território: Kosovo.

Ainda que no presente seja relativamente dependente, esta região do globo foi, em tempo idos, bastante rica, conhecida não só como uma das maiores zonas mineiras da Europa – onde era possível encontrar zinco, níquel, magnésio, bauxite, crómio, carvão, cobre e ferro, sendo a exploração de prata que mais riqueza trouxe à região, sobretudo durante o período de ocupação romana – como também por se constituir como ponto de passagem de duas das mais relevantes rotas de mercadorias ligadas ao Mar Adriático – uma com partida em *Skodra* (na Albânia) e outra com partida em *Ragusa* (actual Dubrovnik). Deste modo, a sua ligação ao mar, assim como a sua proximidade com países como a Bósnia, a Albânia, a Sérvia e a Macedónia, tornou a região num *must have* dos conquistadores e reinos que ocupassem a região. Como refere Noel Malcolm¹⁷⁹, ao longo de três séculos o Kosovo transformou-se, também, num local de viragem ou de choque para as forças militares que passaram na região (como o exército alemão ou mesmo sérvio – que em 1915 sofreu aqui uma pesada derrota).

A sua localização tão central tornou o Kosovo numa autêntica miscelânea de etnias e culturas, com características bastante particulares, tornando-se um território único, não só constituído por sérvios e albaneses, mas também por variações dentro destas nacionalidades. Deste modo, como Malcolm¹⁸⁰ aponta, a origem dos sérvios no território acaba por ser não só da Sérvia, *per si*, mas também da Bósnia e da Dalmácia, que migraram para esta região e adoptaram hábitos de vida comuns, tocados, necessariamente, pela herança albanesa. Assim sendo, e no que diz respeito à língua, ainda que seja bastante clara a diferença entre o sérvio e o albanês, a verdade é que dentro do próprio idioma da Sérvia, e também em território kosovar, existem *nuances* linguísticos que tornam cada região detentora de uma pronúncia e dialecto

¹⁷⁸ MALCOLM, Noel, *Kosovo: a short history*, Macmillan Publisher, Essex: 1998;

¹⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 7;

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 11 e seguintes;

específico, separando-se daquilo que era conhecido como o servo-croata (utilizado, na actualidade, por croatas e bósnios-muçulmanos). Naquele que é o factor que se indica como determinante para a oposição entre servos e kosovares-albaneses: a religião, Malcolm chama à atenção para a particularidade das divergências religiosas da zona em conflito. Como o autor refere, a Igreja Ortodoxa Sérvia tem um papel político e de dimensão nacionalista apenas quando consideramos que se tornou independente da Igreja Ortodoxa Grega desde muito cedo (1346), sendo por isso parte integrante da identidade da Sérvia, e tem, efectivamente, a sua sede Patriarcal em Peć (zona noroeste do Kosovo). Contudo, é de referir que na sua génese a Igreja Ortodoxa está longe de ser um actor político e de possuir algum tipo de influência efectiva no percurso político dos países onde é considerada religião oficial. Por outro lado, a religião albanesa sofre de uma fraca união, visto que em 1967 foi abolida a religião oficial na Albânia, dando aos albaneses da Albânia, em si, do Kosovo, da Macedónia e de Montenegro apenas uma base Ortodoxa Albanesa, sendo que em território kosovar a população se divide em 95% de muçulmanos e 5% de católicos, demonstrando a pouca importância que o catolicismo apresenta na região.

Um outro factor de caracterização do Kosovo encontra-se na existência de clãs, que funcionam de forma inteiramente patriarcal, sendo aos mais velhos que competem as decisões que tenham que ver com todos os membros do mesmo, e às mulheres é dado um papel essencialmente de trabalho doméstico e de lavoura, ainda que a sua opinião seja muitas vezes tida em linha de conta na hora de tomar decisões de suma importância. Visto que a multiplicidade de clãs é enorme na região, uma forma de unir os distintos grupos familiares é através dos designados *bajrak*, isto é, unidades militares que comportam em si um número mais ou menos avultado de clãs, sendo muitas vezes ao chefe do *bajrak* que compete tomar decisões que possam afectar todos os clãs em termos militares e de defesa.

Como é possível observar, a região kosovar não permite que se lhe atribua um único rótulo cultural e social, assim sendo, a convivência da sociedade acaba por assentar num conjunto de leis de costume, cujas regras passaram de pais para filhos e que são aplicadas através de assembleias de patriarcas, que buscam não a criação de leis, mas sim a tomada de decisões em questões políticas e de acção. Deste modo, a sociedade kosovar assenta muito naquilo que é a honra do indivíduo e da sua família, bem mais do que em leis modernas.

São estas características que tornam o novo Estado do Kosovo único, mas não serão os particularismos socioculturais que determinam a evolução histórica que o território teve nos últimos anos, antes pelo contrário, é na história que se encontram as motivações nacionalistas da região.

Como é possível compreender pela história da Europa, a localização do Kosovo trouxe à região uma presença constante de diversos povos, tornando-se alvo de disputa constante. É exactamente numa batalha contra o Império Otomano que começa a história mais recente do Kosovo – naquela que ficou conhecida como a Batalha do Kosovo em 1389, os sérvios perdem todo o seu território para as mãos turcas, onde permanecem durante mais de cinco séculos.

Foi através da influência da Turquia que, no século XVIII, os albaneses tomam a iniciativa de povoar a região kosovar, tentando converter a maioria cristã ao islamismo. Um século depois começam a surgir em toda a área balcânica as primeiras perturbações e anseios nacionalistas, por parte da Croácia, Sérvia, Eslovénia e Bulgária – essencialmente contra aquilo que eles consideravam como uma subjugação ao império. É por isso mesmo que, quando em 1918 se dá o fim da I Guerra Mundial, aparece na região o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, futura Jugoslávia. Com é sabido, foi nesta zona da Europa que teve início a I Guerra Mundial, com o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, a 28 de Junho de 1914¹⁸¹ em Sarajevo, que se ficou a dever, em grande medida, às constantes tensões que existiam então entre sérvios e austro-húngaros – de lembrar que a Eslovénia, a Croácia e a Bósnia foram em tempos parte do Império Austro-húngaro. Desde 1918 até ao fim da segunda grande guerra os sérvios tentam a todo o custo expulsar os albaneses do seu território, sendo um feito alcançado por Tito, que em 1945 anexa definitivamente o Kosovo ao então já referido, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.

Josip Broz Tito foi eleito presidente vitalício em 1945, sendo que o seu governo terminou em 1980, com a sua morte aos 87 anos de idade. O funcionamento da República Federal da Jugoslávia (RFJ), que tinha sido reconstruída por Tito, era feito através de seis repúblicas – Sérvia, Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedónia – e duas regiões autónomas – Kosovo e Vojvodina¹⁸² – que se organizavam debaixo de um governo federalista. Dentro daquilo que era o pensamento e mito comunista de unidade fraternal, exigia-se aos habitantes da RFJ que virassem a cara à história, sobretudo no que dizia respeito a questões de conflito entre os diversos povos que viviam na região, um feito só alcançado junto das camadas mais jovens da população, que não só não haviam presenciado a história, como também tinham sido encorajados no pós-guerra a considerarem-se apenas como jugoslavos e não como pertencentes a qualquer outra nacionalidade – visto que, sendo educados neste sistema, facilmente o assimilaram.

Mas a realidade da região é bem mais complexa, e as diferenças no território são bastantes: os casamentos interétnicos eram uma prática comum o que cultivava um crescendo de diferenças culturais, ao mesmo tempo que exacerbava a falta de identificação com um determinado grupo étnico, ou até dificultava o contacto com as populações vizinhas – a falta de um elo comum, nem que fosse cultural aumentava esta distância, que já era estabelecida, por vezes, por questões geográficas. Para esta situação contribuíram ainda algumas distinções linguísticas, que, tal como aponta Tony Judt¹⁸³, apesar de não serem claras ao nível da utilização corrente – antes pelo contrário, as populações conseguiram encontrar um ponto de equilíbrio que lhes permitia entenderem-se entre si – eram isso sim, reivindicadas pelas elites

¹⁸¹ A data de 28 de Junho é emblemática para os sérvios, uma vez que foi neste dia corria o ano de 1389 que a Sérvia perdeu para o Império Otomano todo o seu território, sendo um marco ainda hoje assinalado pela população.

¹⁸² Vojvodina é uma zona a norte da Sérvia, cuja capital é Novi Sad, e que faz fronteira com a Croácia, a Hungria, a Bósnia-Herzegovina, a Roménia e a Sérvia, que usufruiu, juntamente com o Kosovo, de um estatuto especial de região autónoma dentro da Jugoslávia, que lhes permitia funcionar quase como se fossem mais uma das repúblicas jugoslavas. Actualmente, Vojvodina faz parte do território sérvio.

¹⁸³ JUDT, Tony, *Postwar: a history of Europe since 1945*, Pimlico, Londres: 2007, p. 669;

culturais e políticas, sendo utilizadas como ponto de ruptura para com a federação, aliás, um dos exemplos mais claros desta questão encontra-se na Croácia, que em 1967 faz aprovar a *Declaração para a língua*, acusando o governo de Tito de esmagar qualquer tipo de manifestação de uma cultura própria, como era a da língua. Para além destes factores está também, o já referido e comumente considerado principal factor: a religião. Tal como ficou dito anteriormente, a importância da religião para as questões de conflito dentro da Jugoslávia prendem-se essencialmente pela existência de distintas crenças e não pelo papel político que as mesmas representam dentro da sociedade. De facto, e no caso presente, a identificação com uma religião dentro do território era feita de acordo com a herança que se tinha, sendo que apenas em zonas rurais é que a ideia otomana de que a religião é sinónimo inalienável de identidade cultural, étnica e nacional fazia sentido.

Assim sendo, nesta altura as únicas situações em que existia uma verdadeira discriminação dentro da Jugoslávia estavam relacionadas com a população albanesa *per si*. Estas populações tinham um crescimento bastante elevado, acentuando assim a sua presença dentro da federação e sobretudo no Kosovo, o que criou nos sérvios um sentimento de revolta, pois consideravam que estavam, assim, a perder o *berço* da sua nação para uma cultura totalmente distinta da deles – e aqui sim o factor religioso desempenha um grande papel, visto que os sérvios identificam o Kosovo como sendo a origem da Igreja Ortodoxa Sérvia, que como vimos anteriormente se afastou da Igreja Ortodoxa Grega. Ao longo do tempo, as divergências linguísticas e religiosas foram acentuadas pela discrepância económica, o que deu origem a um forte ressentimento por parte das repúblicas do norte face às do sul. Na realidade, como Tony Judt ressalta, o desenvolvimento económico, o aumento dos índices de literacia e da esperança de vida dentro da Eslovénia e da Croácia estavam ao mesmo nível que os dos pequenos Estados da Comunidade Europeia; enquanto a situação no Kosovo, na Macedónia e até na própria Sérvia se assemelhavam cada vez mais com os de regiões como a Ásia e a América Latina.

Podemos pois compreender que, se por um lado existiam as diferenças culturais – com as quais as populações pareciam ser capazes de viver em relativa harmonia –, por outro encontramos problemas de ordem económica, e eram exactamente estes que faziam, e fizeram, movimentar o descontentamento dentro da República Federal da Jugoslávia. Contudo, durante o período de Tito, os ânimos exaltados foram abafados, mas com Milošević tudo muda – sobretudo quando associado à mudança política que se verificava em todo o leste europeu com a Queda do Muro de Berlim (1989) e o desmembramento da URSS (oficialmente em 1991).

Ao contrário de Tito, que apelava a um sentimento de pertença jugoslavo, Slobodan Milošević instava ao nacionalismo sérvio, acompanhando assim as ideologias do comunismo no leste da Europa. Contudo, se na maioria dos países comunistas este incentivo provocaria apenas um ligeiro aumento na ansiedade generalizada de independência, no caso jugoslavo a situação era bem mais complexa e apelava, na verdade, a um apoio político a Milošević – que se revelou importantíssimo em Maio de 1989, quando é eleito Presidente.

Numa tentativa de manter o poder e supremacia na e da Sérvia, Milošević opera uma reforma dentro da Federação Jugoslava que se baseou essencialmente na absorção do Kosovo e de Vojvodina na Sérvia, mantendo, ainda assim, seus lugares e votos dentro do governo federal, dando à Sérvia o apoio de quatro dos oito votos possíveis¹⁸⁴, aniquilando a importância e a oposição das outras repúblicas. Perante esta situação, a perspectiva eslovena e croata era, naturalmente, a de se afastarem o mais possível do sistema e alcançarem a tão desejada independência. Para tornar ainda mais complicada toda esta situação estava a já referida miscelânea cultural que era o território. Em qualquer circunstância, a independência de uma das repúblicas seria sinónimo de um conjunto de problemas étnicos incalculáveis, visto que existiriam (e ainda hoje existem) um sem número de minorias étnicas dentro dos distintos países.

Estavam assim criadas as condições necessárias para que se operasse na região uma secessão da República Federal da Jugoslávia, sendo que o mote final foi dado pela instabilidade que se gerou no Kosovo, e que adveio da reforma de Milošević. Com a insegurança que se vivia a sul, e depois de que o Presidente tivesse retirado dos fundos federais – constituídos essencialmente por contributos eslovenos e croatas – avultadas somas para pagar bónus a trabalhadores e empresários sérvios, a Eslovénia e a Croácia, a norte, começaram a encarar com cada vez mais revolta a sua posição dentro da federação, o que levou a que, no decorrer de poucos meses (entre Dezembro de 1990 e o início do ano de 1991), os eslovenos, os croatas e, mais tarde os macedónios, tenham reclamado a sua independência face à República Federal da Jugoslávia.

Ainda que de início pouco tenha sido feito para determinar a independência – além da retirada imediata dos órgãos governativos, como seja o caso esloveno que apresentou a sua demissão do sistema fiscal da federação – em meados de 1991, e com o apoio de alguns Estados europeus, a Eslovénia e a Croácia reclamaram para si o controlo das suas fronteiras o que fez movimentar o exército federal – estava assim iniciada a guerra, ou como refere Tony Judt, a primeira das cinco guerras dos Balcãs.

Ao longo da década de 90 do século XX, os conflitos pela independência foram profusos na região balcânica, o que originou uma onda de intervenções militares por parte da NATO e da ONU no território. Com o fim dos mesmos é possível constatar que o mapa de Tito – das seis repúblicas e duas regiões autónomas – vai dar origem a um novo mapa com diversos países: a Eslovénia, a Croácia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedónia, Montenegro e a Sérvia que integra Vojvodina, e que até 1999 detinha também o território do Kosovo.

Aquilo a que comumente se designa de *questão do Kosovo* encontra as suas bases históricas no final do século passado, numa ingerência humanitária internacional face a relatórios que visavam constantemente a limpeza étnica no território por parte dos sérvios frente aos albaneses. Contudo, a complexidade da situação não permite uma assumpção dos

¹⁸⁴ Os quatro votos eram os da Sérvia, do Kosovo, de Vojvodina e de Montenegro, que demonstrava um claro apoio à causa sérvia.

factos de forma tão linear, uma vez que há também referências a massacres perpetrados pelos albaneses do Kosovo.

No momento em que Milošević sobe ao governo da República Federal da Jugoslávia, implementa um conjunto de mudanças na região do Kosovo que tinham como fim último a eliminação da maioria albanesa que se encontrava no território. Mas este êxodo forçado que Milošević tinha por intenção levar a cabo tinha também como pano de fundo uma complexa questão nacionalista na qual, ao contrário do perpetrado por Tito, se tentou exacerbar a ideia do nacionalismo sérvio, em detrimento das singularidades de cada região da RFJ. Deste modo, num primeiro passo, a Assembleia Sérvia aprova, em Março de 1990, o *Programa para a realização da paz e prosperidade do Kosovo*¹⁸⁵ no qual faz jus a um conjunto de condições e medidas com o intuito de melhorar a posição dos sérvios no território, entre as quais se destacam a criação de municípios exclusivamente sérvios, o incremento do investimento em áreas de maioria sérvia, ou até o incentivo à deslocação dos albaneses para outras zonas da Jugoslávia e o controlo da natalidade dos mesmos. A estas medidas vêm ainda juntar-se, em Junho do mesmo ano, um conjunto de decretos, designados de *medidas temporárias*, que acabam por se tornar vinculativas e que incluíram o encerramento da Academia de Artes e Ciências do Kosovo ou o despedimento de muitos empregados estatais de origem albanesa.

Esta série de medidas começa por não ser contestada dentro da assembleia regional por parte dos membros albaneses, que sob uma enorme pressão simplesmente não apresentavam qualquer tipo de contestação à situação. Contudo, em finais de Junho verifica-se a insurgência de um grande número destes delegados que procuram assim bloquear a nova Constituição Sérvia ao mesmo tempo que tentam delinear um plano próprio para uma República do Kosovo. Deste modo, no início de Julho, 114 dos 123 membros albaneses da assembleia encontram-se no exterior da mesma e fazem aprovar a resolução que declara o Kosovo como uma entidade igual e independente dentro da Federação Jugoslava¹⁸⁶ – ainda que considerada inválida, esta votação acaba por ter um efeito simbólico de tal forma relevante que leva o governo sérvio a dissolver por absoluto a assembleia e o governo kosovar, eliminando assim qualquer resto de autonomia que o Kosovo poderia deter.

Em Setembro do mesmo ano é realizada uma nova votação albanesa para a criação da República do Kosovo, e um ano depois os albaneses do Kosovo levam a cabo um referendo para a independência do território, com um resultado favorável de 99 por cento – esta série de acções culminam em Maio de 1992 quando são realizadas eleições para criar a nova assembleia e governo da República do Kosovo – praticadas em casas particulares, estas eleições não foram, contudo, escondidas dos sérvios. As consequências destes actos não se fizeram esperar por parte dos sérvios que, quase de imediato instauraram uma clara perseguição aos participantes e organizadores destas votações.

Mas os resultados, ainda que fantasiosos destas votações, podem não ter visto uma aplicação efectiva, mas ajudaram a criar, dentro dos kosovares, uma consciência e cultura

¹⁸⁵ MALCOLM, Noel, *op. cit.*, pp. 345 e 346;

¹⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 346;

políticas muito elevadas, sobretudo dentro das elites intelectuais – onde se destacam a Associação de Filósofos e Sociólogos do Kosovo e a Associação de Escritores do Kosovo¹⁸⁷, para além dos apoiantes de Tito. No seguimento destas movimentações cria-se a Liga Democrática do Kosovo (LDK em albanês) – liderada por Ibrahim Rugova desde a sua fundação ainda em Dezembro de 1989 –, que com o passar do tempo assume um papel difuso entre movimento de massa e partido político. Ao longo dos anos, e depois de Ibrahim Rugova ter assumido o papel de Presidente eleito da República do Kosovo – nas já referidas eleições de 1992 – foram dados a conhecer os três pressupostos da política do LDK: prevenir uma revolta violenta; “internacionalizar” a questão – isto é, chamar à atenção da comunidade internacional para o território e assim conseguir um envolvimento político internacional –; e engendrar uma oposição sistemática à legitimidade das leis e poderio sérvios¹⁸⁸.

Simultaneamente, em todo o território foram surgindo formas clandestinas de acesso ao ensino e à saúde por parte dos albaneses, visto que desde 1990, e tal como ficou referido anteriormente, os sérvios tinham demitido centenas de médicos, professores e funcionários públicos, ao mesmo tempo que negavam o acesso às escolas e hospitais, e retiravam equipamentos dos mesmos tornando assim impossível aos habitantes de origem albanesa o normal acesso a estes bens essenciais – uma situação que se fazia reflectir no aumento da segregação da população e que era acompanhada por violência arbitrária por parte da polícia, detenções sem explicação e revistas a casas sem qualquer tipo de pré-aviso, controlo ou legalidade (rusgas nas quais eram roubados ou confiscados todos e quaisquer bens de relativo valor).

Quando em 1991 e 1992 se dão os conflitos e independência da Eslovénia, Croácia e Bósnia, a situação do Kosovo torna-se mais periclitante e o nacionalismo sérvio mais apertado, transformando a vida no território numa autêntica tentativa de sobrevivência, agudizada com as sanções económicas da comunidade internacional – de destacar contudo que esta situação foi mais sentida por parte dos sérvios, uma vez que desde as demissões em massa por parte do governo sérvio que os albaneses tinham passado a viver sob um sistema de economia agrícola bastante bem organizado.

Neste clima de instabilidade, o fim do conflito na Bósnia não ajuda à resolução do problema, antes pelo contrário, as promessas de Rugova à sua população de que a resolução do confronto e intervenção internacional iriam trazer estabilidade para a região não foram logradas, visto nem terem sido contempladas pelos Acordos de Dayton de 1995¹⁸⁹. De facto, Milošević acabou por ser elogiado pela comunidade internacional ao ser considerado como fundamental para a manutenção da paz na região e para a sustentabilidade do território, sendo que a sua destituição seria vista como factor de instabilidade – uma instabilidade e oposição

¹⁸⁷ Idem, Ibidem, p. 347;

¹⁸⁸ Idem, Ibidem, p. 348;

¹⁸⁹ A única referência feita a este respeito está na decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas que contempla o levantamento das sanções económicas mediante a resolução das questões humanitárias e de violação de direitos humanos dos albaneses do Kosovo de que se fazia eco naquela altura.

que se faz, contudo, sentir dentro do território e que se reflecte por uma série de manifestações e protestos internos ao longo dos anos de 1996 e 1997.

E se a situação do governo de Milošević não era a ideal, a da presidência de Rugova no LDK também não, visto que dentro da própria organização começaram a surgir vozes de contestação à política do presidente, reflectidas em duas vertentes essenciais: a dos críticos à eterna recusa de Rugova em negociar com os sérvios; e a dos que, por oposição, consideravam que a rejeição face a Belgrado não era suficiente, exigindo uma acção mais forte e concertada em manifestações. Para assolar ainda mais a credibilidade de Rugova foram ainda fundamentais três factores: as negociações falhadas com Milošević – vistas por muitos como uma manobra de diversão por parte do presidente sérvio; a crise política da Albânia – que afectava o apoio político à República do Kosovo; e o aparecimento de ataques terroristas e violência nas ruas¹⁹⁰.

Este clima de insegurança e violência começa a surgir por volta de 1992 quando, dentro das fronteiras da Macedónia, se cria o KLA – Kosovo Liberation Army, que procurando apoio dentro das camadas mais jovens da população, as proveu de armamento e incitou a ataques dentro do molde das guerrilhas¹⁹¹. O aparecimento do KLA reflectiu-se, durante algum tempo, num crescendo de violência nas ruas, no confronto com as autoridades sérvias e em acções de verdadeiro terrorismo. Se durante anos a Sérvia tentou fazer eco desta violência, só quando, no Verão de 1997, um porta-voz do auto-intitulado Kosovo Liberation Army fala aos meios de comunicação suíços se assume que as chamadas de atenção sérvias têm fundamento¹⁹². Contudo, o surgimento deste tipo de actividades não só encontra explicação dentro do clima de frustração que se fazia sentir por todo o Kosovo face às políticas de Rugova, mas também, e acima de tudo, se constituiu como uma *justificação* para as respostas do executivo de Milošević.

Como consequência deste tipo de ataques e respostas de ambas as partes, a comunidade internacional começou a demonstrar algum interesse na questão, sobretudo tendo em linha de conta que, de algum modo, a violência e violação dos direitos humanos assume, a partir de certa altura, uma face impossível de esconder e inalienável do quotidiano balcânico.

E. A intervenção militar no Kosovo: da campanha área da NATO ao Plano Ahtisaari

A questão do território do Kosovo encontra-se, desde tempo imemoriais, ligada a problemas de minorias étnico-culturais, mas a intervenção militar que esteve no cerne de toda a mediação do conflito prende-se, essencialmente, com uma consciencialização internacional de um conjunto de dificuldades que há muito vinham sendo sentidas pelas populações. Como ficou exposto anteriormente, existe e existiu sempre uma necessidade de colocar o conflito do Kosovo numa perspectiva de minorias e de contendas culturais históricas,

¹⁹⁰ MALCOLM, Noel, *op. Cit.*, pp. 354-355;

¹⁹¹ JUDT, Tony, *op. cit.*, p. 680;

¹⁹² MALCOLM, Noel, *op. Cit.*, pp. 354-355;

sendo imprescindível conhecer o passado para compreender o presente. Mas no que diz respeito à intervenção militar levada a cabo pela NATO, essa situação parece ter ficado em segundo plano e a justificação foi encontrada essencialmente em factores políticos e de vitimização de uma das partes do conflito. De facto, e tal como é possível encontrar nos mais variados textos – e como ficou dito em epígrafes anteriores – o mote para a intervenção da comunidade internacional centra-se, principalmente, em dois acontecimentos ou massacres perpetrados pelos sérvios: o de 1998 em Orahovac; e o de Račak, que alegadamente custou a vida a mais de 40 aldeões albaneses, e do qual nunca foi constituída prova.

A falta de testemunhos claros do massacre de Račak não pareceu ser um impedimento para a interferência internacional, antes pelo contrário, foi a “gota de água” que a comunidade estrangeira necessitava para intervir. Sob a égide de uma limpeza étnica a Organização do Tratado do Atlântico Norte encontrou uma justificação humanitária para tentar resolver o conflito e atribuir ao Kosovo a reivindicada liberdade em relação à Sérvia. Desde o início desta intervenção até ao passado dia 17 de Fevereiro de 2008 – no qual o território assume uma posição de independência unilateral – a NATO e as Nações Unidas tentaram, através de diversas formas, alcançar uma resolução para o conflito que procura-se agradar a todos os intervenientes.

A campanha aérea da NATO para o Kosovo teve pois a sua origem no massacre de Račak e naquilo que foi considerado um crime contra a humanidade, ao qual se vêm juntar notícias da existência de milhares de refugiados. Apesar de que o desenrolar da campanha aérea se tenha verificado apenas em 1999, esta preocupação começou a revelar-se ainda no início de 1998 com a adopção da resolução 1160¹⁹³ do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qual se dá conta da necessidade de recolher informação sobre a violência no Kosovo¹⁹⁴ - uma resolução que demonstra um claro (re) conhecimento da comunidade internacional face ao problema da região.

A 13 de Outubro de 1998 a NATO faz saber que deu ordens para a preparação de um ataque aéreo na Jugoslávia, no mesmo dia em que Milošević assina um acordo com Holbrooke em Belgrado – no qual chega a autorizar a entrada de uma missão de 2 mil homens no território para verificar a manutenção dos trâmites do acordo. Contudo, em Janeiro do ano seguinte surgem notícias de novos ataques, entre os quais se encontra o já referido massacre de Račak, e que levam a NATO a considerar não existir outra solução para o problema que não seja a intervenção aérea e militar. Ainda assim, e ao longo dos meses de Fevereiro e Março de 1999 são feitos esforços para alcançar um acordo de paz naquela que ficou conhecida como Conferência de Paz de Rambouillet (ou Acordos de Rambouillet). Esta conferência foi levada a

¹⁹³ Conselho de Segurança das Nações Unidas, *Resolução 1160*, disponível em <http://www.un.org/peace/kosovo/98sc1160.htm>, consultada a 8 de Novembro de 2008.

¹⁹⁴ As informações relativas à cronologia de acontecimentos na região kosovar que aqui se apresentam estão patentes em Anonymous; «Chronology of events in the former Yugoslavia»; in *Monthly Review*, Nova Iorque: Outubro de 2007, vol. 59, num. 5, pp. 60 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1361006361&sid=6&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008.

cabo com membros do designado Grupo de Contacto (Reino Unido, Estados Unidos da América, Rússia, França e Alemanha), a República Federal da Jugoslávia e albaneses do Kosovo. Dentro da lógica do ataque aéreo eminente, o grupo dos cinco procurava assim uma razão mais clara para os bombardeamentos, uma vez que assumiam a legitimidade dos mesmos a partir do momento em que a Jugoslávia recusa-se os termos do acordo. Dentro do estipulado pelas conversações de Rambouillet destacam-se a necessidade de um fim imediato da violência e retirada militar; de assistir humanitariamente as populações – nomeadamente os refugiados que passam a ter direito a regressar –; de ajudar à reconstrução e desenvolvimento da região; mas sobretudo, de determinar um modo democrático de funcionamento do país livre que se tornaria o Kosovo – para o qual é proposto um modelo de Constituição que determina a não alteração das fronteiras, os poderes da assembleia e dos órgãos governativos e administrativos. Ainda que o acordo seja só por si esclarecedor das regras a aplicar, é ainda determinada a formação de uma missão de implementação do mesmo onde são dadas indicações relativamente aos mandatos da KFOR e da OSCE no território.

Com o avançar das negociações e tal como dita a história, a Conferência de Paz de Rambouillet para o Kosovo acabou por não estabelecer o fim para o conflito, antes pelo contrário ditou a intervenção internacional no território a partir do momento em que as partes se recusam a assiná-lo – nomeadamente os sérvios que perdiam assim uma parte do seu território.

Assim sendo, a 24 de Março de 1999 têm início os bombardeamentos da NATO naquela que ficou conhecida como *Operation Allied Force* e que decorreu até 10 de Junho do mesmo ano. Com a intenção de ser uma operação militar meticulosa e sem danos colaterais, os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte procuraram assim trazer ao território o fim efectivo de todas as acções militares, violência e repressão; a implementação de uma presença militar internacional e a saída de pessoal militar e de polícia sérvio; o regresso de todos os refugiados, ao mesmo tempo que abriam o acesso à ajuda humanitária internacional; e, acima de tudo, o estabelecimento de um estatuto político para o Kosovo em conformidade com a Carta das Nações Unidas¹⁹⁵. Para alcançar os seus objectivos e atribuir autonomia ao território kosovar, os membros executaram um ataque aéreo que durou quase 80 dias e que não originou uma única fatalidade por parte dos aliados nos seus quase 40 mil tiros.

O fim dos ataques aéreos não foi sinónimo do fim da participação militar internacional no território, antes pelo contrário, desde Junho de 1999 até ao momento a presença estrangeira é parte integrante do quotidiano kosovar e foi definido, na sua essência, com a resolução 1244¹⁹⁶ do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta nova resolução, datada de 10 de Junho de 1999 – dia do fim dos bombardeamentos – dá à NATO plenos poderes para ocupar com

¹⁹⁵ Informação presente no site oficial da NATO http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48818.htm, consultado a 4 de Fevereiro de 2008.

¹⁹⁶ Conselho de Segurança das Nações Unidas, *Resolução 1244*, disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/172/89/PDF/N9917289.pdf?OpenElement>, consultada a 8 de Novembro de 2008.

uma força militar o território do Kosovo, ao mesmo tempo que ordena a retirada das tropas sérvias, assim como decide a presença militar e civil na região, dando autorização para a criação da *UNMIK – United Nations Interim Administration Mission in Kosovo* (cujo objectivo principal se baseou na atribuição de uma clara autonomia aos kosovares e que simultaneamente se constituiu como uma administração provisória e de transição para a democracia e auto-governança do Kosovo), e da *KFOR – Kosovo Force* (coordenada pela NATO, esta força militar está no território desde o início do conflito e começou por comportar mais de 50 mil homens e mulheres das Forças Armadas de estados membros e não-membros da NATO, entre os quais Portugal, sendo que de momento os números de efectivos não chegam aos 20 mil – o seu mandato tem uma duração indeterminada uma vez que a retirada militar está dependente da resolução total da crise kosovar). A estas duas presenças vem juntar-se ainda a *OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa* representando assim um conjunto de esforços militares e civis para a resolução do conflito.

Estas organizações trabalharam em cooperação com o representante especial das Nações Unidas para o território cujas funções principais se prendiam com o controlo da implementação da presença civil, ao mesmo tempo que se tornava nos *olhos* do Secretário-geral da ONU na região. A estreita ligação que se criou com as entidades e organizações presentes no Kosovo sempre procurou a resolução pacífica do conflito e o estabelecimento de um país realmente livre, com um estatuto e uma democracia próprios.

Apesar dos constantes esforços internacionais para trazer paz à região e a acompanhar a campanha militar surgiu a necessidade de nomear um enviado especial das Nações Unidas à região com o intuito de delinear um plano final para o estatuto do Kosovo, cargo assumido pelo antigo presidente finlandês Martti Ahtisaari. Nomeado ainda por Kofi Annan e pelo Conselho de Segurança a 10 de Novembro de 2005, Ahtisaari tinha como função imediata a de liderar o processo político que deveria vir a determinar o estatuto final do território kosovar à luz da resolução 1244 e as decisões anteriores tomadas pela ONU¹⁹⁷. O trabalho de Ahtisaari ficou reflectido, cerca de dois anos depois, numa carta¹⁹⁸ com a proposta de acordo apresentada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a 26 de Março de 2007, por parte do então Secretário-geral Ban Ki-moon. Na sua génese esta proposta¹⁹⁹ reflecte um conjunto de conversações que acabaram por se revelar infrutíferas e que levam Martti Ahtisaari a recomendar que o único futuro possível para a região seria a independência com uma supervisão da comunidade internacional²⁰⁰. Essencialmente, o Kosovo tornar-se-ia num país

¹⁹⁷ AA.VV., *Biographical note: Secretary-general appoints former president Martti Ahtisaari of Finland as special envoy for future status process for Kosovo*, presente no site do Departamento de Informação Pública do Secretário-geral das Nações Unidas, em <http://www.un.org/News/Press/docs/2005/sga955.doc.htm>, consultado a 25 de Novembro de 2008.

¹⁹⁸ KI-MOON, Ban, *Carta de fecha 26 de marzo de 2007 dirigida al Presidente del Consejo de Seguridad por el Secretario General*, em http://www.unosek.org/docref/carta_de_fecha_espa%F1ol.pdf, consultado a 25 de Novembro de 2008.

¹⁹⁹ *Propuesta integral de acuerdo sobre el estatuto de Kosovo*, em http://www.unosek.org/docref/propuesta_integral_espa%F1ol.pdf, consultado a 25 de Novembro de 2008.

²⁰⁰ Esta solução acaba por ser alvo de uma grave crítica internacional que a encara como a criação de uma espécie de protectorado internacional, uma opinião defendida por Robert C. Austin no artigo *The*

multiétnico, com direito a uma bandeira e hino próprios, que viveria democraticamente sob a égide das liberdades fundamentais e direitos humanos, o que se reflectiria numa representação na assembleia legislativa de todas as maiorias e minorias étnicas do território, para além de uma descentralização de poderes que promovem um governo de transparência. De um modo geral, e com a ajuda da presença civil e militar internacional, o regresso de todos os refugiados seria imediato, ao mesmo tempo que se prestaria apoio humanitário às populações da região. Este molde de sustentabilidade social e política iria permitir o desenvolvimento e crescimento económico, assim como a criação de um sistema judicial e de segurança com representação de todas as comunidades, reflectindo a organização multi-étnica que seria a nova Nação. Por fim, e no que diz respeito a um dos temas mais controversos do conflito: o património religioso e cultural – o plano de Ahtisaari contempla o reconhecimento e a protecção da Igreja Ortodoxa Sérvia e dos seus templos, garantindo o funcionamento pleno e pacífico dos mesmos.

Assim sendo, o plano de Martti Ahtisaari procurava criar um Kosovo livre, independente e multi-étnico que respeita os princípios básicos da Carta das Nações Unidas, e que se constrói sob a égide de uma comunidade internacional interveniente e participativa em todo o processo – o mandato internacional só terminaria com a consolidação do país. Contudo, as Nações Unidas colocaram como data limite para a assinatura do tratado o mês de Novembro de 2007, após a qual o mesmo deixaria de ter efeito. E foi exactamente isso que sucedeu, a Sérvia não cedeu a esta proposta e os habitantes do Kosovo decidiram, unilateralmente, pela independência. A declaração de um Kosovo livre e independente chegou a 17 de Fevereiro de 2008 e tem vindo a ser reconhecida internacionalmente²⁰¹.

F. A presença portuguesa no Kosovo: resenha histórica das Forças Nacionais Destacadas

Pelos diferentes cenários de conflito, pelos cantos do mundo, a presença portuguesa sempre se fez sentir em missões de manutenção de paz, indo muito além de missões de imposição da paz das quais mais comumente se faz eco nos órgãos de comunicação social.

Desde 1991 que as Forças Armadas Portuguesas enviam os seus militares, quer como observadores quer como forças organizadas – sejam, neste sentido, oficiais ou unidades –, para cenários de conflito numa tentativa mais de ajudar humanitariamente e apoiar à manutenção da paz, sempre dentro dos quadros das organizações internacionais das quais Portugal faz parte – como a NATO, as Nações Unidas ou a União Europeia. Deste modo, e

Ahtisaari Plan – what's inside?, publicado pelo Southeast European Times e consultado a 25 de Novembro de 2008 em http://www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/articles/2007/05/21/reportage-01.

²⁰¹ Até ao dia 13 de Abril de 2009, 57 países, entre os quais Portugal, reconheceram formalmente a independência do Kosovo, mas não nos podemos esquecer que o seu reconhecimento e entrada nas Nações Unidas é a prova de fogo para este novo país – uma situação bastante complicada que necessita a aprovação do Conselho de Segurança, do qual faz parte a Rússia que sempre apoiou a Sérvia em todo o processo.

dentro daquilo que são as missões internacionais portuguesas podemos encontrar as missões de Cooperação Técnico-Militar e as Forças Nacionais Destacas.²⁰²

No que diz respeito à Cooperação Técnico-Militar as acções levadas a cabo estão fundamentadas em projectos definidos em Programas-Quadro, e recaem em áreas como o ensino, a assessoria e o equipamento. O exército português possuía, em Setembro de 2007, 40 projectos de cooperação em seis países de língua oficial portuguesa, com um total de 98 militares envolvidos: Angola – 44; Cabo Verde – 6; Guiné-Bissau – 8; Moçambique – 21; S. Tomé e Príncipe – 13; e Timor-Leste – 6. Para além dos projectos a decorrer lá fora, o nosso país recebeu mais de 1500 alunos e militares de cinco países que vieram a Portugal receber formação.

Relativamente às Forças Armadas Destacadas, as missões mais conhecidas e mediatizadas, estas ocorrem dentro das funções nacionais no seio das organizações internacionais das quais fazemos parte. Estão sob o comando do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas; são o Governo e o Presidente da República quem decidem que meios vão ser utilizados, onde e quando; é à Assembleia da República que cabe a função de supervisionar as missões; e aos distintos ramos lidar com as questões administrativas e logísticas. Os mais de 800 homens e mulheres destacados de momento estão subdivididos em 9 missões²⁰³ internacionais: Afeganistão – integrados na *ISAF (International Security Assistance Force)*, em 2006 e 2007 os 157 militares desempenhavam funções de Reacção Rápida na assistência à autoridade interina Afegã; Bósnia-Herzegovina – do desmembramento da *SFOR (Stabilisation Force)* da NATO em 2004, nasceu a *EUFOR (European Union Force)* para o território bósnio, da qual chegaram a fazer parte quase 9 mil portugueses, mas que de momento, e desde 2007, se encontram apenas 5 no quartel-general da EUFOR; Iraque – em território iraquiano as forças militares portuguesas não entraram em pleno, enquanto força de manutenção de paz, mas apenas com 9 militares na *NTM-I (NATO Training Mission-Iraq)*, que auxiliam na formação académica e técnico-profissional dos militares das Forças de Segurança Iraquianas e na fundação de Estruturas Superiores de Defesa Nacional; Líbano – o teatro de operações libanês faz conta de mais de 140 militares portugueses, distribuídos pelo quartel-general e pela Unidade de Engenharia n.2, numa missão das Nações Unidas, a *UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon)*, que tem por objectivo a reconstrução de desenvolvimento de infra-estruturas no Líbano; República Democrática do Congo – esta missão da União Europeia para o Congo, a *EUSEC (EU Security Sector Reform Mission in the Democratic Republic of the Congo)* conta com 2 assessores militares portugueses desde 2006; Sudão – a *AMIS II (African Mission in Sudan)* conta com um militar português no seu quartel-general desde Julho de 2005; SNMG1 – esta missão, a *Standing NATO Maritime Group 1*, tem funções de segurança marítima e naval nas rotas dos Oceanos Atlântico e Índico, e conta com uma fragata, a NRP Álvares Cabral, com mais de 190 militares da Marinha a bordo; Timor-Leste –

²⁰² Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ministério da Defesa, *Forças Nacionais Destacadas: Visita ao Kosovo, informação para os órgãos de comunicação social* [texto policopiado], Lisboa, 2007;

²⁰³ Os dados referentes a estas missões são de Setembro de 2007, tal como consta na referência bibliográfica anterior, sofrendo uma actualização através da consulta do site do Ministério da Defesa Nacional para as Forças Nacionais Destacadas: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes>.

pela *UNMIT (United Nations Integrated Mission in Timor-Leste)* passaram 8 Batalhões portugueses, desde 2000, num total de quase 4 mil e 500 militares, mas de momento, encontram-se em território timorense apenas 3 militares do exército e um da marinha, ainda integrados nesta missão. Por fim, a última missão em que se encontram militares portugueses é a do Kosovo e onde, de momento, se encontra o maior contingente com quase 300 homens e mulheres divididos pela KFOR e pela UNMIK: 295 e 2, respectivamente.

De início, Portugal destacou para a *KVM (Kosovo Verification Mission)*²⁰⁴ um oficial e um sargento que integraram o Centro de Coordenação e Verificação estacionado em Kumanovo, ainda em finais de 1998, até este ser extinto em Janeiro de 1999, dando a KVM origem à *KFOR (Kosovo Force)*. Estes militares foram por isso transferidos para o QG/KFOR REAR – quartel-general da KFOR recuado. Quando em Março de 1998 as conversações de Rambouillet se tornam um fracasso, e depois dos bombardeamentos aéreos da NATO – para os quais contribuíram os três F-16 que estavam ao dispor da organização desde Outubro de 1998 e se mantêm em alerta para o território dos Balcãs – a resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas não só autorizava o envio de forças da NATO para o território (KFOR), mas também ordenava a criação da *UNMIK (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo)*.

No que concerne à UNMIK e à sua Componente Militar de Ligação, constituída por 35 oficiais de 28 países, esta é chefiada desde de 21 de Novembro de 2004, pelo português Brigadeiro-General Vítor Amaral Vieira, e conta ainda com um oficial superior português desde Julho de 2005, que se encontra em Mitrovica a desempenhar funções de *Military Liaison Officer*.

Por seu turno, a KFOR contou, desde Agosto de 1999, com mais de 300 militares portugueses – distribuídos em quartéis-generais, Estados-Maiores, UEB e destacamentos de operações especiais – todos eles integrados no Agrupamento BRAVO/BAI estacionado em Klina, dentro da *Multinational Brigade West*, onde desempenharam funções de verificação e, se necessário fosse, de imposição dos termos do *Mutual Technical Agreement*, desmilitarização do KLA (Kosovo Liberation Army), e vigilância das zonas fronteiriças, para além de que foram ainda utilizadas, em prol das populações locais, as valências de engenharia e apoio sanitário. A missão portuguesa da KFOR foi descontinuada em 2001 – com a deslocação de recursos para Timor-Leste – sendo que durante o período desta interrupção manteve-se no QG/KFOR apenas um oficial e um sargento. Quando dois anos depois, em Fevereiro de 2003, a Islândia lidera uma nova força militar para o território kosovar, a participação portuguesa volta a ser reatada, com o envio de uma equipa de evacuação com 4 militares e duas ambulâncias, que estiveram a trabalhar durante 14 meses. Em 2004, com o término da missão de Timor-Leste, e a redução do número de efectivos na Bósnia-Herzegovina, o Executivo português decide retomar a participação no teatro de operações kosovar, transferindo para o território uma UEB em Fevereiro de 2005 – este grupo ficou inicialmente destacado em Klina sendo,

²⁰⁴ AA. VV., *O exército português nos caminhos da paz: 1989-2005*, Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2005, pp. 47-53 e 157-158;

posteriormente, deslocado para Priština, e os seus cerca de 300 elementos²⁰⁵ têm por funções cumprir a missão de Reserva Tática do Comandante da KFOR – este é o maior contingente português no estrangeiro neste momento.

As missões internacionais das Forças Nacionais Destacadas e de Cooperação Técnico-Militar são, nos tempos que correm, as que mais efectivos empregam e representam, claramente, o trabalho das Forças Armadas Portuguesas ao serviço do apoio e manutenção da paz, da ajuda humanitária e da reconstrução e desenvolvimento de outras nações.

²⁰⁵ Destes quase 300 militares, 290 estão integrados na Brigada Internacional e 5 foram destacados para o Quartel-General da KFOR. <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-kosovo>, consultada a 14 de Abril de 2009;

Capítulo III - Enquadramento metodológico

«Uma fórmula elementar para dar conta do objectivo comum às ciências sociais começaria por dizer que todas procuram *conhecer* a realidade. Mas o que é conhecer?»²⁰⁶

A investigação social apresenta-se na sociedade contemporânea como um método de trabalho que procura compreender e dar a conhecer aquilo que são as atitudes e valores dos seres humanos enquanto indivíduos sociais, que vivem e se comportam no seio de um grupo com o qual partilham experiências e vivências. Considerando que o ser social se constitui como um complexo de ideias, sentimentos e crenças, importa descobrir quais os factores que influenciam directamente a sua experiência e quais os inerentes à sua natureza humana. O âmbito das ciências sociais procura, assim, aplicar diferentes técnicas e métodos de investigação, medição e avaliação do real e do indivíduo, criando uma colectânea de dados que dão origem a um sem número de interpretações.

De facto, e tal como referem Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, as fundações basilares de todas as ciências sociais, seja a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia ou mesmo a Política, encontram-se numa sede de conhecimento e numa «*explicação* de fenómenos (considerando embora vários tipos de explicação) de modo a torná-los inteligíveis.»²⁰⁷ Contudo, Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt²⁰⁸ chamam à atenção para o facto de que a investigação social é muitas vezes inserida na crença de que se produz verdadeiro conhecimento científico novo que fará evoluir a área onde se insere, um objectivo bastante difícil de alcançar para um investigador profissional. Para os autores o que o final de um projecto de pesquisa social consegue é, efectivamente, ajudar a «compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações.»²⁰⁹

Alcançando ou não um conhecimento dito novo, a qualquer investigação social se impõe um conjunto de procedimentos necessários para a prossecução do trabalho, ou a elaboração de um plano de acção. De forma mais ou menos exaustiva, é possível identificar um conjunto de etapas a seguir que se irão revelar no final de cada trabalho como meios para alcançar o fim: as respostas às perguntas e hipóteses que se colocaram no início do trabalho.

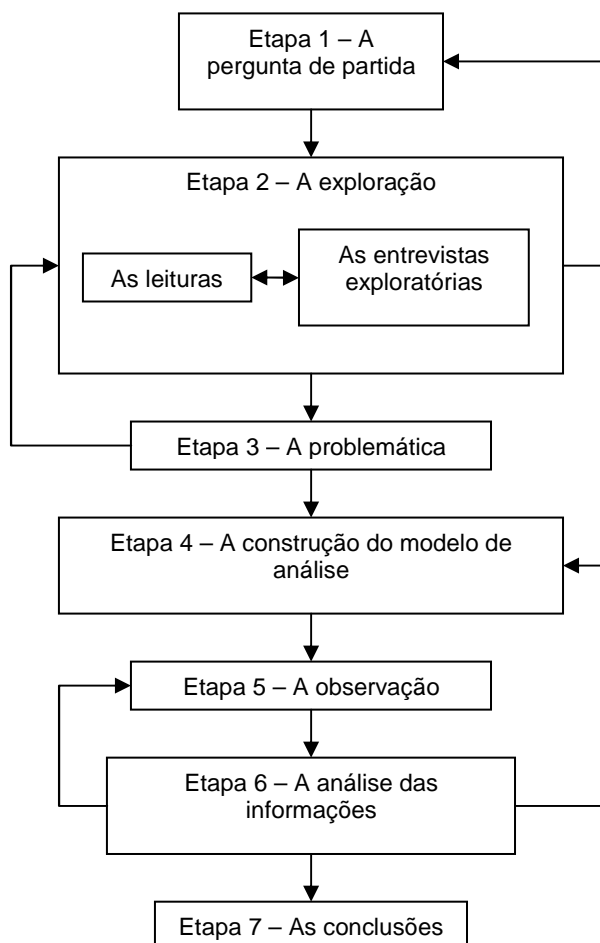
²⁰⁶ SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira, «Uma visão global sobre as ciências sociais», cit. in SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira, (organizadores.) *Metodologia das ciências sociais*, Biblioteca das ciências do homem, Edições Afrontamento, Porto: 2005, p. 9;

²⁰⁷ Idem, Ibidem, p. 11;

²⁰⁸ QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, LucVan, *Manual de investigação em ciências sociais*, Colecção Trajectos, Edições Gradiva, Lisboa: 2003, pp. 19-20;

²⁰⁹ Idem, Ibidem, p. 19;

Neste âmbito, Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt apresentam as etapas de investigação em sete momentos distintos²¹⁰:



Esquema 1: As etapas da investigação social por Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt

Numa articulação constante, as sete etapas apresentadas por Quivy e Campenhoudt, desde a pergunta de partida até às conclusões finais, apresentam-se como um modelo de investigação dinâmico, ao longo do qual é possível retroceder no processo, alcançando assim um trabalho final com o maior rigor possível. Tal como os autores demonstram, estes sete estádios não são estanques, antes pelo contrário, apresentam uma interacção permanente.

Num primeiro momento, cada investigador deverá deparar-se com a questão de “*O que estudar?*”, isto é, sobre que temática fará recair o seu estudo. Nesta fase, procura-se construir um projecto com base numa pergunta de partida à qual se tentará dar resposta com os resultados obtidos da recolha dos dados. Este primeiro momento apresenta-se assim como a base da investigação, pelo que a sua definição deverá obedecer a três qualidades: da clareza (a pergunta deve ser precisa, concisa e unívoca); da exequibilidade (realista); e da pertinência (tem necessariamente que ser uma verdadeira pergunta, que aborda algo que efectivamente

²¹⁰ Idem, Ibidem, p. 27;

existe e que tem por fim a compreensão dos factos)²¹¹. Em seguida, e num momento em que se toma um maior contacto com a área de estudo, deveremos proceder a um conjunto de leituras exploratórias, que ajudadas por entrevistas pouco direccionadas permitem ao investigador esclarecer conhecimentos dentro da área, e cujo resultado pode dar origem a uma reformulação da pergunta de partida (recordando assim a dinâmica do esquema de Quivy e Campenhoudt). Num terceiro momento, constrói-se a problemática, isto é, define-se qual abordagem a seguir, ao mesmo tempo que se especifica melhor qual a linha a abraçar no estudo em causa.

Para os autores do esquema, estas três fases são, necessariamente, complementares: «Formulação da pergunta de partida (que se torna ao longo do trabalho a pergunta central da investigação), leituras, entrevistas exploratórias e problematização constituem, efectivamente, as componentes complementares de um processo em espiral onde se efectua a ruptura e onde se elaboram os fundamentos do modelo de análise que operacionalizará a perspectiva escolhida.»²¹²

Traduzir para uma linguagem compreensível e elucidativa todo o processo de trabalho, assim como conferir-lhe um molde de actuação é a função da quarta etapa, isto é, a construção de um modelo de análise, não só exequível, mas também inteligível, que irá ajudar não só o investigador ao longo da pesquisa, como também quem possa vir a ter contacto com a mesma. Desta forma, o investigador constrói mais uma etapa do seu trabalho que será fundamental para a sistematização da recolha de dados e alcance das conclusões. «Constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro.»²¹³

Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt estabelecem na quinta etapa o momento em que se dá resposta a três questões: *observar o quê?* (quais os dados pertinentes à investigação); *observar em quem?* (qual a população ou amostra a investigar); e *observar como?* (definindo neste momento quais os métodos e técnicas de investigação que melhor se adaptam ao estudo). Deste modo, nesta etapa do processo o que se pretende é não só a definição das técnicas e métodos de investigação e a sua construção, como também a definição do grupo de estudo, ao mesmo tempo que se cria a recolha sistemática dos dados. «Na observação, o importante não é apenas recolher informações que traduzam o conceito (através dos indicadores), mas também obter essas informações de uma forma que permita aplicar-lhes posteriormente o tratamento necessário à verificação das hipóteses.»²¹⁴

No momento em que se chega perto do final da investigação, alcança-se a sexta etapa que se reveste duma sistematização ou agregação, pela interpretação dos autores, das informações recolhidas, e se estabelece a relação entre os dados e as variáveis que poderão dar resposta às hipóteses e perguntas definidas na parte inicial do projecto. Para alcançar este patamar recorre-se muito frequentemente a análises estatísticas ou de conteúdo – no caso do

²¹¹ Idem, Ibidem, pp. 34-45;

²¹² Idem, Ibidem, p. 105;

²¹³ Idem, Ibidem, pp. 109;

²¹⁴ Idem, Ibidem, pp. 206;

nosso estudo recorreremos à análise qualitativa de conteúdo – para a medição da relação entre os dados, que numa situação em que a mesma se revela forte nos permitirá aceitar as hipóteses criadas, e o contrário refutá-las.

Por fim, de acordo com o modelo apresentado por estes autores, chega-se à sétima e última etapa, que se constitui como a redacção das conclusões alcançadas com todo o processo de investigação. Esta conclusão será não só uma retrospectiva das etapas de investigação, como também a identificação pormenorizada dos contributos que o estudo traz à área de pesquisa. Tecem-se ainda, neste momento, considerações de ordem prática.

De uma forma sistemática, Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt apresentam assim o seu modelo de orientação da investigação social. Contudo, é possível fazer uso de outros modelos teóricos, também eles divididos em estádios de trabalho, como o de Oppenheim.

Para A. N. Oppenheim²¹⁵ as fases de um projecto são dez:

1. Decidir os objectivos do estudo e elaborar as hipóteses a serem investigadas;
2. Rever teorizações sobre o tema, discutir com os informantes e pessoas de relevo na área;
3. Delinear o estudo e propor as hipóteses adaptadas a cada situação (fazer a hipótese corresponder à situação);
4. Determinar ou adaptar os métodos e técnicas de pesquisa necessários, trabalho piloto e revisão dos instrumentos de investigação;
5. Processo de amostra: selecção das pessoas que vão ser alvo do estudo;
6. Etapa do trabalho de campo: recolha de informações;
7. Processamento dos dados, codificação das respostas, preparação das conclusões finais;
8. Análise estatística e da significância dos dados;
9. Processamento dos resultados e teste das hipóteses;
10. Apresentação das conclusões finais: relatar as conclusões, delinear e apresentar interpretações possíveis mediante os resultados.

É observável que, apesar de existir uma diferença numérica de três estádios nos dois modelos, estes se complementam na medida em que apresentam uma evolução sistemática e simultaneamente dinâmica no processo de investigação social, no qual é possível recuar e repetir etapas de forma a alcançar os dados e as conclusões de maneira fiável e credível, fundamental na pesquisa.

Qualquer tipo de investigação social, independentemente do percurso que se escolha seguir para a sua concretização, passa por um conjunto de problemas inerentes a todo o tipo de empreendimento estudioso que possa ser elaborado. Estes problemas são identificados por

²¹⁵ OPPENHEIM, A. N., *Questionnaire design and attitude measurement*, Gower Publishing Company Limited, England: 1986, pp. 1 e 2;

Carlos Diogo Moreira²¹⁶, e reportando-se a E. Rudd, como sendo problemas de planeamento e organização (sendo necessário definir e delimitar correctamente tanto o problema de pesquisa como a metodologia a utilizar, enquadrando-os numa correcta calendarização e planeamento); as dificuldades metodológicas (que se prendem pela necessidade de elaborar um plano perfeitamente exequível dentro das capacidades e limitações do investigador e da investigação); problemas de redacção (quer no que diz respeito à coerência que se requer em qualquer trabalho “científico”, como no próprio processo de escrita que pode muitas vezes encontrar situações de bloqueio pessoal); a tendência para o isolamento (tão característico do início da pesquisa e “amigo” da falta de motivação); a existência de dificuldades pessoais (que ainda que exteriores à pesquisa, marcam completamente o rumo a seguir, e variam de indivíduo para indivíduo); e, finalmente, uma supervisão inadequada (que passam muitas vezes por momentos de desinteresse quer pela temática quer pelo orientado por parte do orientador).

Este misto de questões pode causar aos futuros investigadores um conjunto de justificações, algo legítimas, para a não prossecução de um verdadeiro trabalho de investigação, mas tal como Carlos Diogo Moreira afirma «Numa carreira académica, dificilmente haverá um momento tão gratificante como o da iniciação séria à investigação. O privilégio de organizar o trabalho e o tempo, dedicando os recursos intelectuais próprios a temas intrinsecamente atractivos, ultrapassa em muito a ansiedade da incerteza, as frustrações da falta de avanço e a preocupação obsessiva de ter o relatório final terminado.»²¹⁷

Apresentando-se como uma sucessão de etapas, a investigação social é um percurso pontuado por uma abordagem teórica e conceptual, mas também pela necessidade de escolher uma ou várias técnicas e métodos de pesquisa adequados aos dados que se propõe recolher. Neste âmbito é usual encontrar teóricos que defendem uma perspectiva quantitativa em detrimento de uma perspectiva qualitativa, ou vice-versa. Tal debate apresenta questões da mais diversa índole e, tal como Carlos Diogo Moreira²¹⁸ refere, tem-se arrastado ao longo dos anos representando a mais clara divisão dentro do universo da investigação em ciências sociais. Contudo, e tal como é clarificado pelo autor, a melhor opção será sempre a de fazer uso de técnicas de ambas as abordagens, uma vez que se complementam intrinsecamente, contribuindo para um resultado final de melhor qualidade e precisão científica.

No que ao presente trabalho diz respeito, e recorrendo à técnica da «*triangulação de estratégias de pesquisa*»²¹⁹, decidi-mos recorrer ao subtipo da triangulação intermétodos – a utilização de diferentes métodos de pesquisa social para a recolha dos dados. Neste âmbito, a nossa investigação faz uso de técnicas de recolha de dados como a análise documental e a entrevista qualitativa, mas a dimensão do estudo não permite a utilização da análise quantitativa.

²¹⁶ MOREIRA, Carlos Diogo, *op. cit.*, pp. 12-16;

²¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 12;

²¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 93;

²¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 37;

A. A análise documental

A análise documental apresenta-se como um dos primeiros passos da investigação social. Já anteriormente referimos que para Quivy, Campenhoudt e Oppenheim, uma das primeiras fases de qualquer projecto são as leituras exploratórias, que permitem adquirir uma maior elucidação e conhecimento do tema que nos propomos estudar. Contudo, ao longo de todo o trabalho a desenvolver é necessário recorrer a um conjunto de fontes documentais que não só se apresentam como uma base ao estudo, mas também como uma complementaridade ao mesmo. Carlos Diogo Moreira afirma na sua obra *Planeamento e estratégias da Investigação Social* que «A pesquisa deve iniciar-se pela bibliografia.»²²⁰ Ora, tal como referido anteriormente, é necessário recorrer a um conjunto de leituras exploratórias antes de qualquer acto de pesquisa, quer em ciências sociais quer noutra ramo de investigação. Esta situação ficará a dever-se não só à necessidade de compreender melhor o objecto de estudo, mas também para tomar conhecimento com aquilo que já foi publicado nesse campo, ou seja, saber qual o estado da arte, visto ser necessário evitar a repetição constante de trabalhos já realizados, sobretudo quando não procuramos comprovar a fiabilidade e actualidade dos mesmos e das conclusões alcançadas. Para o autor, o documento é visto como qualquer material de índole informativa, independente do trabalho do investigador²²¹, o qual, de acordo com Erlandson ou Macdonald e Tipton²²², podem alcançar uma vasta variedade de registos de carácter simbólico ou escrito, produzidos com o intuito de capturar a realidade.

Neste âmbito, e no momento em que se constrói o processo de pesquisa documental, Carlos Diogo Moreira apresenta quatro categorias de fontes que podem ser usadas para a construção da bibliografia do trabalho²²³.

- a. Os índices – que se apresentam como catálogos bibliográficos que muitas bibliotecas têm já compilados e que se constituem essencialmente como uma selecção da bibliografia disponível sobre um tema. Contudo, este tipo de fonte é alvo de uma rápida desactualização, o que poderá não ser conveniente para alguns trabalhos²²⁴;
- b. Resumos – estes podem ser de livros, artigos publicados ou de teses realizadas em diferentes graus académicos. A utilização de um resumo pode ser uma mais-valia para qualquer investigador, uma vez que permite desde logo excluir alguns documentos, poupando assim bastante tempo;
- c. Referências – todos os trabalhos de investigação científica possuem uma referência bibliográfica final que se pode apresentar como um ponto de partida

²²⁰ Idem, Ibidem, p. 39;

²²¹ MOREIRA, Carlos Diogo, *Teorias e práticas de investigação*, Edições ISCSP, Lisboa: 2007, p. 153;

²²² Estes autores são referidos e citados por Carlos Diogo Moreira no livro *Teorias e práticas de investigação*, p. 169;

²²³ MOREIRA, Carlos Diogo, op. cit. 1994, p.38-39;

²²⁴ A utilização destas fontes documentais é também defendida por WEINBERG, Steven, *The reporter's handbook*, St. Martin's Press, Boston: 1996, p. 23. Este autor aponta também a rápida desactualização dos catálogos como uma desvantagem para o método. Contudo, apresenta como solução uma incursão nas bibliotecas para além do index já existente, isto é, procurar dentro das publicações presentes na mesma.

para este tipo de análise, uma vez que não só possui muitas vezes aquilo que são as obras fundamentais sobre o tema, como contém em si uma lista de publicações muitas vezes bastante actualizada;

- d. Recensões – com o principal intuito de esclarecer e clarificar o conteúdo dos trabalhos a que se referem, as recensões chegam-nos pela forma de apreciações críticas aos mesmos, ainda que seja necessário ter em atenção se o carácter objectivo do texto é ou não seguido.

Independentemente da forma à qual se recorre para a construção de uma boa base documental para o trabalho a desenvolver, é necessário ter em conta questões inerentes ao manuseamento dos documentos, e que são agrupadas por Platt²²⁵ em duas categorias: problemas específicos relacionados com a autenticidade, disponibilidade e credibilidade dos documentos²²⁶; e as dificuldades que se encontram em quase todos os tipos de investigações, e que se prendem com a interpretação dos dados e a apresentação dos mesmos no *novο* trabalho de investigação.

Ainda que faseada, a análise documental é fundamental para a prossecução de qualquer trabalho de investigação digno dessa conotação e passível de se tornar per si uma fonte documental. Para tal, é importante não só fazer uso da mesma no início da pesquisa – com as designadas leituras exploratórias; mas também ao longo do trabalho – o que irá permitir um melhor enquadramento teórico e metodológico.

As fontes documentais utilizadas na pesquisa que se apresentam dividem-se em duas categorias: as fontes primárias – onde é possível encontrar documentos oficiais de origem e textos elaborados há altura dos acontecimentos; e fontes secundárias – como sejam obras de referência e relatórios internacionais.

1. Análise de fontes primárias

Como ficou exposto anteriormente, um dos tipos de fontes de análise documental são as denominadas fontes primárias, cujos autores são muitas vezes as próprias personagens da acção, dando origem a documentos que se reportam contemporaneamente ao período ao estudo. Deste modo, podemos apresentar como documentos primários os documentos institucionais e pessoais.

No que diz respeito aos documentos institucionais consideramos, tal como Carlos Diogo Moreira, todos os documentos de cariz público produzidos pelas sociedades, que se tornam marco das mesmas e que reproduzem os atributos, características e particularidades de um determinado tempo e espaço social: «Na esfera pública de qualquer sociedade moderna produz-se uma infinidade de documentos, os quais constituem marcos significativos da cultura da sociedade. E também as «coisas», além das pessoas e instituições, podem «falar» ao investigador social, apresentando-se como «impressões físicas» da cultura que as

²²⁵ MOREIRA, Carlos Diogo, *op. cit.* 2007, p. 169;

²²⁶ Preocupações já abordadas por Carlos Diogo Moreira no seu livro *Planeamento e estratégias de investigação social*.

produziu.»²²⁷, entre os quais se podem encontrar registos censitários, estatísticos, entre outros. Segundo o autor, estes dados são fundamentais não só para disciplinas como a história – que pode reconstruir factos dos tempos através destes documentos –, mas também para as ciências sociais e políticas.

Os dados provenientes de documentos pessoais, como sejam cartas e diários, são, para as ciências sociais, importantíssimos na hora de compreender a dinâmica das sociedades e dos seus membros ao serem caracterizadores dos indivíduos, definidos pelas suas vivências e experiências pessoais. Assim sendo, estes documentos acabam por ser dados biográficos de extrema relevância social, sendo que os diários são o documento por excelência ao apresentar características individuais riquíssimas, possuindo não só os relatos do quotidiano, mas também opiniões, sentimentos, pensamentos e ideologias que de outra forma não seria possível encontrar – o mesmo se passando com a correspondência, que revela as mesmas informações mas de todos os seus intervenientes.

2. Análise de fontes secundárias

As fontes documentais secundárias são, por seu turno, atemporais com relação à ocorrência dos factos, isto é, o seu registo é efectuado posteriormente ao momento em que os eventos se passaram. De entre estes documentos podemos encontrar as memórias e a história ora, que acabam por se fundir, visto que as duas se constituem como relatos, por vezes escritos, dos seus autores ou por terceiros (pessoas a quem a história foi transmitida e que fazem registo da mesma), que acabam por representar a posição dos intervenientes, uma vez que se verifica uma tendência bastante marcada para a transmissão da informação que melhor os represente – podendo incorrer, em determinadas circunstâncias, em alterações do real.

Tanto o material documental proveniente das fontes primárias como das secundárias pode ser apresentado em diversos suportes como sejam o áudio e vídeo, ainda que o mais comum, e certamente o mais utilizado no presente trabalho, seja o escrito – com excepção feita às entrevistas que levámos a cabo e para as quais, como será possível constatar mais adiante, recorreremos ao suporte áudio.

É ainda possível indicar, de acordo com Carlos Diogo Moreira, uma terceira fonte documental, que se constitui nos índices, bibliografias e resumos que se podem encontrar em quase todos os livros ou bases bibliográficas e que se constituem como um forte auxílio não só ao descobrimento de qual o estado da arte, mas também na elaboração e prossecução do trabalho de investigação em ciências sociais.

Independentemente do nível de fontes documentais sobre os quais nos debruçamos, quando iniciamos a sua análise é necessário termos em linha de conta um conjunto de

²²⁷ MOREIRA, Carlos Diogo, *op. cit.*, 2007, p. 154;

vantagens e desvantagens no uso deste tipo de informação. De acordo com Carlos Diogo Moreira podemos apontar, essencialmente, seis convenientes e quatro inconvenientes²²⁸.

As principais vantagens que se encontram na utilização de documentos são a significância que estes apresentam aquando do início da investigação (a consulta do estado da arte); o interesse que representam para os estudos de comparação e análise de tendências; o custo relativamente reduzido de um elevado volume de informação; o distanciamento que o investigador tem perante os documentos proporciona uma ausência de influência do mesmo face à sua elaboração; o facto de muita da informação constante nos documentos ser praticamente exclusivo; e a possibilidade que este tipo de informação tem de ser passível de preservação e conservação para o futuro. Relativamente às quatro desvantagens que o autor apresenta, estas são a selecção que muito deste material sofre no momento em que é arquivado e conservado; a atenção especial que é necessário ter perante a utilização desta informação, uma vez que os objectivos com que foi recopiada não são os mesmos do investigador; a subjectividade que existe na interpretação dos dados; e a crítica que certos autores fazem aos dados de índole oficial, considerando-os como fundamentais para os estudos, mas cuja origem se atribui a toda a sociedade e não apenas a um individuo, sendo necessário analisá-los com esse cuidado.

Na esfera da análise de fontes documentais importa ainda referir que o recurso às mesmas pode ser feita através de bibliotecas – no caso do nosso trabalho a Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, do Instituto de Ciências Sociais, do Ministério da Defesa e do Instituto de Altos Estudos Militares – da Internet e de Bases de Dados – sendo estas especialmente importantes na recolha de artigos académicos publicados em revistas da especialidade, como é o caso da ProQuest. No que a este trabalho diz respeito, foram usados diversos textos de origem académica encontrados pela Internet e pela consulta da base de dados ProQuest pelo que, e dada a natureza subjectiva destes documentos, foi tido em consideração que muitos deles se apresentam como uma opinião relativa a um tema, seja o jornalismo em áreas de conflito seja a intervenção militar no Kosovo.

B. A pesquisa qualitativa

A investigação em ciências sociais depara-se, no âmbito da elaboração de um projecto de estudo, com situações bastante comuns de tomada de decisões complexas, como sejam a decisão entre uma pesquisa de cariz qualitativo ou quantitativo.

Dada a natureza díspar que se pode encontrar nestas duas vertentes de pesquisa a solução ideal será, para muitos investigadores, o recurso a métodos e técnicas das duas partes o que resultará numa investigação tida como mais completa. Contudo, e no que diz respeito a este estudo, decidimos fazer recair a nossa opção na investigação de cariz qualitativo, recorrendo para tal a métodos e técnicas de recolha de dados desta vertente, uma decisão que ficará a dever-se, na sua essência, ao projecto per si e seus objectivos: tentar compreender a

²²⁸Idem, Ibidem, pp. 166-168;

dinâmica da profissão jornalística dentro de um cenário de conflito, quer no que diz respeito às características inerentes ao profissional, quer no relacionamento com outros actores, como sejam os militares – deste modo, a investigação que aqui se apresenta é, essencialmente, descritiva e explicativa, não sendo para tal pertinente a utilização de dados meramente quantitativos: «Neste sentido, neste tipo de abordagens, aqueles que são investigados não são vistos como objectos com certas propriedades – atitudes, normas, características comportamentais – que possam ser adequadamente medidas, mas como actores cujos respectivos quadros de referência necessitam investigação detalhada antes que as suas acções possam ser devidamente interpretadas e explicadas.»²²⁹

A investigação qualitativa possui, como a quantitativa, um conjunto de vantagens e desvantagens face à sua contrária, que se reflectem através dos métodos de recolha e análise dos dados. Como ficou exposto na epígrafe anterior, uma das primeiras fontes a que os investigadores recorrem são as fontes documentais, mas tal como ficou dito, o material que das mesmas provém é considerado secundário, sendo necessário recorrer a métodos de recolha primários que, na investigação qualitativa, estão representados através da observação participante ou etnografia, e da entrevista qualitativa.

Os dados qualitativos que fazem parte deste estudo foram recolhidos através da entrevista semi-estruturada realizada a jornalistas e militares, e analisados recorrendo à análise de conteúdo que foi apoiada na utilização do *software MAXqda*, que vamos agora observar mais detalhadamente.

1. Um método: a entrevista qualitativa

Considerada como um dos métodos de recolha de dados por excelência, a entrevista qualitativa pode ser encarada «como uma conversa: a) provocada explicitamente pelo entrevistador; b) dirigida a pessoas seleccionadas com base num plano de investigação, isto é, com base em determinadas características (pertença a certa categoria social, a um dado grupo, com certas experiências, etc.); c) com uma finalidade de tipo cognoscitivo; d) guiada pelo entrevistador; e) assente num esquema flexível de interrogação.»²³⁰. Com base nesta definição e na consideração da entrevista como, naturalmente, um processo de comunicação, podemos fazer face de diversos níveis de estruturação aos quais estão associados diferentes tipos de entrevistas:

- A entrevista em profundidade: na qual o entrevistador possui apenas uma noção dos tópicos a serem abordados, mas sem possuir uma rigidez temática, sem constrangimentos temporais, e que decorre de uma forma informal e de total liberdade de interacção, quer por parte do entrevistador, quer do entrevistado;
- A entrevista de guião: em que o investigador estabelece, *a priori*, um conjunto de temas a desenvolver, possibilitando uma pequena estruturação na

²²⁹ MOREIRA, Carlos Diogo, op. cit. 1994, p. 94;

²³⁰ MOREIRA, Carlos Diogo, op. cit. 2007, p.204;

informação a recolher, mas sem impedir o entrevistador de ordenar a recolha de dados de acordo com o decorrer natural da comunicação;

- A entrevista semi-estruturada: caracteriza-se por permitir o estabelecimento prévio de um conjunto de questões, mas atribui ao investigador a liberdade de alterar a ordem de questionamento, assim como de introduzir novas perguntas que e quando as considere pertinentes para o estudo;
- A entrevista estruturada: o nível mais hermético de entrevistar, este tipo de entrevista caracteriza-se por ter um guião completamente cerrado, elaborado com antecedência, respondendo apenas e exclusivamente às necessidades do trabalho, sendo igual para todos os entrevistados e com respostas fechadas.

Para além do nível de estruturação que as diferentes entrevistas podem apresentar, podemos ainda indicar como factor de distinção entre entrevistas as condições em que as mesmas são efectuadas: individualmente ou em grupo – isto porque as influências que os indivíduos podem exercer entre si podem condicionar as respostas prestadas, sendo necessário adequar as circunstâncias de realização da entrevista com os objectivos do estudo.

Este método de investigação, como todos os outros, possui um conjunto de vantagens e desvantagens²³¹ aquando da sua utilização, sendo que se torna preferencial ao permitir a obtenção de um conjunto de informações bastantes ricas e em profundidade e de forma mais eficaz, assim como um esclarecimento contínuo da informação recolhida – ao permitir o acompanhamento directo do investigador, que pode, assim, clarificar as respostas no momento –; exige ao investigador uma preparação e uma construção de projecto de investigação o mais estruturado possível (prevendo e evitando erros); ao mesmo tempo que possibilita uma nova visão e compreensão aos dados recolhidos quantitativamente, complementando-os²³². Relativamente às limitações que este método apresenta, Carlos Diogo Moreira destaca o elevado consumo de tempo que lhe está associado, as influências que entrevistador e entrevistado têm sobre o seu contrário, e o constrangimento associado à impossibilidade de reproduzir e analisar as circunstâncias em que foram elaboradas as entrevistas. Estas limitações exigem, da parte do investigador e da sua equipa, uma preparação e formação específicas para a realização das entrevistas – mais do que ter conhecimento da temática a abordar e das questões formais associadas à pesquisa (como é a criação do guião de entrevista e os seus objectivos), é essencial ser capaz de contornar problemas como sejam o enviesamento dos entrevistados ou a sua própria influência na condução das perguntas, de forma a conseguir recolher objectivamente a informação necessária à investigação.

A opção de recorrer a este método no nosso trabalho está, tal como foi exposto anteriormente, associado ao nível de informação que pretendemos recolher: mais do que medir atitudes, queremos compreender a dinâmica da profissão de jornalista em áreas de conflito

²³¹ Idem, Ibidem, pp. 210-211;

²³² Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt indicam ainda como vantagem das entrevistas qualitativas a possibilidade que estas têm de permitir ao investigador analisar os padrões de referência do entrevistado, quer através da linguagem, quer através das suas ideologias.

armado. Contudo, foi ainda necessário estreitar o nosso âmbito de investigação e optar por um tipo específico de entrevistas: a entrevista semi-estruturada.

Este género de entrevista permite, como referem Hilary Arksey e Peter Knight²³³, gerar informação de nível bastante mais íntimo e que permite compreender melhor a visão que os entrevistados têm da sociedade em que se inserem e de si mesmos. Foi com esse intuito que recorremos às entrevistas semi-estruturadas na recolha dos dados para análise. Como a orientação do nosso estudo exigiu o contacto com entrevistados de diferentes grupos, o jornalístico e o militar, foram gerados dois guiões de entrevista (em anexo), um para cada grupo, que apesar de terem um número de questões díspar – o jornalístico possui 25 e o militar 20 questões – contemplam ainda uma série de perguntas que visaram encontrar resposta ao nosso projecto de investigação, como sejam as que se referem aos atributos dos jornalistas e à relação entre estes dois actores. No decorrer das entrevistas procurámos obedecer ao guião e à sua estruturação, que foi elaborado com o cuidado de atribuir lógica à entrevista e à recolha da informação, ainda que por vezes tenha sido necessário fugir ao estabelecido e assumir uma direcção da entrevista não linear com o guião, ou seja, foi necessário ordenar as questões de acordo com o ritmo do entrevistado (o que comprova a necessidade e funcionalidade da entrevista semi-estruturada). Relativamente aos entrevistados e à realização das entrevistas, consideramos ser necessário apresentá-los de forma separada.

Assim sendo, foram efectuadas oito entrevistas aos jornalistas dos diferentes órgãos de comunicação social existentes à altura do período em estudo: 1999-2001. A selecção dos órgãos de comunicação e seus profissionais obedeceu ainda a outro constrangimento, a representatividade das diferentes áreas: rádio, televisão, imprensa e agências. Ao nível das agências noticiosas não nos deparamos com grandes dificuldades, visto que no nosso país existe apenas a *Agência Lusa*, sendo representada pelo jornalista Carlos Santos Pereira. No que diz respeito às televisões foram consideradas a única televisão pública nacional, *RTP – Rádio e Televisão Portuguesa*, que enviou para o território kosovar, entre outros, a jornalista Elsa Marujo; por seu turno, e no que se refere às televisões privadas, foi entrevistado o jornalista Aurélio Faria pela *SIC*, sendo impossível entrevistar qualquer profissional da *TVI – Televisão Independente*, uma vez que, apesar de ter sido possível estabelecer contacto com um dos seus profissionais, não foi possível, em tempo útil para esta investigação, realizar a referida entrevista, devido a impedimentos profissionais do entrevistado. Na área da rádio, decidimos também entrevistar um profissional da rádio pública *RTP – Antena 1*, sendo o seu actual director, Ricardo Alexandre, o profissional que contribuiu para este trabalho. Posteriormente, e dada a necessidade de existir uma representação igual para as diferentes áreas, foi tomada a decisão de procurar entrevistar profissionais de duas das principais rádios nacionais, especializadas em informação: a *TSF*, com o jornalista Emídio Fernando, e a *Rádio Renascença*, com José Pedro Frazão. Por fim, e no que diz respeito à imprensa, ficou decidido no início da investigação realizar entrevistas a profissionais do *Jornal Expresso* – Luísa

²³³ ARKSEY, Hilary, KNIGHT, Peter, *Interviewing for social scientists*, Sage Publications, Londres, 1999, p. 7;

Meireles, conseguindo assim dar espaço aos jornais semanais; e *Jornal Público* – Pedro Caldeira Rodrigues, enquanto jornal diário de grande tiragem e com elevada atenção dada à editoria de internacional. Não foi contudo possível cumprir a meta dos três órgãos de comunicação por meio, uma vez que, depois de contactar o *Jornal Diário de Notícias* (escolha decidida com base nos mesmos pressupostos), foi-nos comunicado que no período em análise estiveram a reportar para este órgão profissionais da *Rádio TSF*. Os dados relativos à data e local da realização das entrevistas, assim como o nome dos profissionais e respectivos órgãos de comunicação social, estão sistematizados na tabela que se apresenta.

Jornalista	Órgão de Comunicação Social	Data de realização da entrevista	Local
Aurélio Faria	SIC	13 de Maio de 2008	Lisboa
Luísa Meireles	Jornal Expresso	26 de Maio de 2008	Paço de Arcos
Ricardo Alexandre	Antena 1	19 de Junho de 2008	Lisboa
Elsa Marujo	RTP	20 de Junho de 2008	Lisboa
Pedro Caldeira Rodrigues	Jornal Público	20 de Junho de 2008	Lisboa
Emídio Fernando	TSF	23 de Junho de 2008	Lisboa
José Pedro Frazão	Rádio Renascença	24 de Junho de 2008	Lisboa
Carlos Santos Pereira	Agência Lusa	14 de Julho de 2008	Lisboa

Tabela 2 – Os entrevistados: jornalistas

Do lado dos militares foi possível efectuar um total de quatro entrevistas, ainda que inicialmente nos tenha sido prestada, por parte do Ministério da Defesa Nacional, uma lista de contactos autorizados (em anexo)²³⁴ de cinco profissionais do Exército que estiveram no Kosovo. Contudo, aquando da realização da entrevista do Tenente-Coronel Lourenço, que deveria ter sido efectuada no mesmo dia da do Coronel Teixeira, constatámos que este último não tinha tido um contacto muito directo com os jornalistas na missão do Kosovo, sendo que a sua experiência nesse campo estava ligada a outros conflitos. Ainda que o seu contributo pudesse ter sido bastante valioso para o nosso trabalho, o constrangimento que existe com relação ao conflito em estudo não permitiu a realização da entrevista a este militar, nem tão pouco foram consideradas as informações que pelo mesmo nos foram prestadas.

Também o local e data de realização da entrevista, assim como o nome e patente do entrevistado, estão organizados numa tabela que apresentamos em seguida.

Militar	Data de realização da entrevista	Local
Coronel Calçada	19 de Junho de 2008	Lisboa
Tenente-Coronel Lourenço	26 de Junho de 2008	Porto
Coronel Geada	23 de Outubro de 2008	Lisboa
Major Noruegas	10 de Novembro de 2008	Évora

Tabela 3 – Os entrevistados: militares

²³⁴ A informação que se encontra em anexo, e que constitui parte da comunicação estabelecida com o Ministério da Defesa Nacional, corresponde aos contactos autorizados formalmente por este Ministério para prestarem entrevista para este trabalho. Por uma questão de segurança e privacidade foram eliminados os contactos telefónicos que nos foram prestados.

A realização destas doze entrevistas foi levada a cabo por um único entrevistador e gravadas em suporte áudio. Posteriormente, procedeu-se à sua transcrição para suporte papel, podendo ser consultadas em anexo. Devido ao elevado volume de informação gerado por estas, optámos por fazer uso da técnica da ficha de transcrição para cada entrevista, transpondo para a mesma apenas os dados essenciais à investigação, ao invés de registar as respostas na íntegra – uma vez que muita da informação é acessória, assim como não seria dessa maneira possível compreender a informação recolhida, devido à não existência de uma ordem específica para a realização das questões.

Posto isto, e pegando na informação proveniente das distintas entrevistas, procedemos à análise das mesmas, recorrendo para tal à análise de conteúdo e ao software *MAXqda*.

2. Uma técnica: a análise de conteúdo e o *MAXqda*

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação qualitativo que nasce neste trabalho como o resultado de uma necessidade em analisar os dados provenientes das entrevistas semi-estruturadas, mantendo assim a linha da nossa investigação nos dados de índole qualitativa.

A investigação social baseada na recolha de informação de carácter qualitativo tem vindo, nos últimos anos a dar primazia à utilização da análise de conteúdo, ainda que a sua utilização não esteja, de modo algum, cingida a este tipo de dados. Na realidade, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida na sua utilização, visto ser capaz de gerar e analisar dados qualitativos e quantitativos a partir de uma mesma fonte: «A análise de conteúdo é uma técnica que pretende analisar, sobretudo, as formas de comunicação verbal, escrita ou não escrita, que se desenvolvem entre os indivíduos. Desde o texto literário, passando pelas entrevistas e discursos tudo é susceptível de ser analisado por esta técnica. Por exemplo, pode ser uma técnica mais qualitativa que dê maior importância aos temas e sub-temas em que se divide determinado texto; ou uma técnica mais quantitativa que enquadre as várias unidades do texto numa série de relações estatísticas. Tudo depende da selecção que cada investigador faz, em função do objecto que tem de analisar e dos objectivos a que se propõe chegar.»²³⁵ Quer isto dizer que, de acordo com os dados e objectivos de cada investigação, assim será a opção por uma ou outra vertente da análise de conteúdo – no caso deste trabalho adoptamos a perspectiva qualitativa, uma vez que é a caracterização da profissão que constitui o nosso projecto.

Centrada essencialmente na investigação dos sistemas de valores, das ideologias, na lógica de funcionamento das organizações, na criação de produções culturais, na dinâmica dos processos de difusão ou socialização, ou na reconstituição de culturas e sociedades passadas²³⁶, esta técnica é utilizada, nos dias de hoje, sobretudo em pesquisas na área da comunicação social, como é o caso do nosso trabalho, visto possibilitar avaliar os impactos que os produtos desta área têm na sociedade, assim como a constituição formal e textual dos

²³⁵ BRITES, Rui, *Seminário de apoio metodológico à elaboração da dissertação* [texto policopiado]. Lisboa

²³⁶ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan, *op. cit.*, p. 230;

mesmos, permitindo analisar não só o que é dito, implícita e explicitamente, mas também o que é possível inferir do que é declarado.

Contudo, a análise de conteúdo possui uma estruturação específica para sistematizar os dados – não se limita a olhar o bruto e elaborar a crítica aos dados, mas sim inicia a investigação através da sistematização das informações. Assim sendo, a análise pode ser estrutural – de co-ocorrência (procurando as sequências com que o locutor emite os dados, permitindo compreender as suas ideias e organização mental), ou estrutural propriamente dita (analisando a forma como o discurso está organizado) –; formal – de expressão (estando atenta às características do discurso, como sejam a semântica ou a sintaxe) ou de enunciação (incidindo sobre a dinâmica do que é expresso pelo locutor, a forma como diz, por exemplo, as repetições que faz ou o ritmo que adopta) –; ou temática – categorial (que consiste em na criação de um conjunto de categorias que permite calcular e comparar a informação constante das mesmas) ou de avaliação (que na sua essência analisa os juízos de valores criados pelo locutor). Uma análise de conteúdo pode permitir a utilização de todas estas vertentes, visto que tal decisão está dependente do volume e qualidade dos dados, assim como do projecto de investigação.

Para o trabalho que aqui se apresenta a análise de conteúdo utilizada foi a temática categorial e de avaliação, sendo para tal necessário organizar os dados provenientes das entrevistas semi-estruturadas em categorias, indicadores e unidades de registo para exame posterior, e que foram estabelecidas aquando da constituição do guião de entrevista. Deste modo, e como está sistematizado na tabela que se apresenta em seguida, determinámos como grandes unidades de análise, ou categorias, as que conseguiram, em si organizar a investigação e responder, de forma mais concreta ao que nos propúnhamos na investigação: o enquadramento de jornalistas e militares, a caracterização dos jornalistas, a relação entre os dois actores, o novo jornalismo, a importância do jornalismo, a vida normal e a designação; os indicadores, por seu turno, obedecem à organização do guião de entrevista, correspondendo por isso às questões colocadas; por fim, as unidades de análise são todas as respostas que foram fornecidas pelos entrevistados e que, como tal, foram sistematizadas.

Sistema de Códigos		
Categorias	Indicadores	Unidades de análise
	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	Antes do conflito Refugiados 1999 Bombardeamentos No final dos bombardeamentos 2000
	Onde esteve? (1ª vez)	Albânia Klina Mitrovica Prizren Peć Priština Sérvia Todo o Kosovo
	Entre 1999/2001 que outras	Sérvia: durante os bombardeamentos Diversas vezes: 1999 Entrada das tropas portuguesas

Enquadramento (jornalistas)	vezes esteve no Kosovo?	Não voltou Tropas portuguesas Visita do Ministro da Defesa Crise do urânio empobrecido	
	Outros locais de conflito em que esteve	Afeganistão Albânia América Latina Angola Bósnia Croácia Eslavónia Eslovénia Geórgia Iraque Macedónia Moçambique Palestina Ruanda Sahara Ocidental Sérvia Timor Turquia Zaire Todas as guerras balcânicas Locais de tensão Nenhum	
Caracterização (jornalistas)	Motivações	Pessoais Profissionais	
	Atributos	Pessoais Profissionais	
	Formação militar	Não	
		Sim	Cursos Serviço militar
	Documentação	Sim Não	
	Dificuldades	Pessoais	Adaptação Alimentação Alojamento Emoções Saúde Outros Não teve muitas dificuldades
		Profissionais	Acesso à informação Circulação Compreender o que se passa Comunicações Controlo da informação Custos Envio do trabalho Feedback da redacção
	Reportagens	Colaboração Indicações da redacção Iniciativa própria	
		Não	
	Acompanhamento do contingente	Sim	Durante todo o trabalho Em situações pontuais

Relação com os militares	Recebeu informação inicial	Não	
		Sim	Em Portugal No terreno
	Relação	Aberta A importância da arma Boa Colaboração Complexa/evolutiva Confiança/desconfiança Controlo Cordial Cumplicidade Disponibilidade Distância Entendimento Franqueza Humana/apoio/ajuda Impecável Profissional Proximidade Respeito Sem problemas	
	Limitação no trabalho	Não Sim Censura Controlo Ocultação de informação Pressão	
	Segurança	Entidade empregadora Jornalista Militares Partilhada Indefinida	
	Operação de informação do Kosovo	Considerações (NATO) Lições	
	Novas tecnologias	Para o jornalismo	Condicionante Mais-valia
		Para os militares	Maior controlo Não influencia o nível de controlo
Novo jornalismo (jornalistas)	Futuro	Existe um futuro para a profissão?	Sim Não
	Que futuro?	Domínio das agências Filtro Inerente aos conflitos Informação Jornalista multifacetado Jornalistas locais Jornalismo à distância Lado humano do conflito Militares jornalistas Olhar português Redacção Reportagem de aprofundamento Sofisticação do controlo Tendencioso Indefinido	
		Jornalistas	Respeito e compreensão mútuos Preparação/Formação Redacção Recuperar o passado Um novo órgão de comunicação social
		Militares	Respeito e

	Mudanças		compreensão mútuos Política de informação Preparação/Formação Nenhuma mudança
Importância do jornalismo	Sem vantagens nem desvantagens		
	Vantagens	Aquisição de conhecimentos Autonomia profissional Desenvolvimento pessoal Estar onde está a história Informação própria Mostrar que está lá Novo olhar Importância do relato da guerra Informar quem está em Portugal Presença de Portugal	
	Desvantagens	Custos Domínio das agências Mau jornalismo Para o próprio jornalista Uso de habitantes locais Não há desvantagens Cuidados na transmissão da informação Necessidade de dizer a verdade O jornalista em si (enquanto pessoa e profissional)	
Designação	Designação correcta	Correspondente Enviado Jornalista Repórter Consoante as funções	
Vida normal	Regresso	Adaptação Difícil Enriquecimento pessoal Família/amigos Noção do já visto Portugal Rotina Stress pós-traumático Sensibilidade Viciante Não esteve tempo suficiente	
	Perspectiva	Ansiedade Evolução do processo Experiência História Influência mediática Mudança pessoal Não mudar Preconceitos Procedimentos militares Querer saber mais Viciante	
Enquadramento	Quando foi para o Kosovo? (1ªvez)	Agosto de 1999 Fevereiro de 2000	
	Onde esteve? (1ªvez)	Todo o Kosovo Klina	
		Outras missões	Quando foi? (2ªvez)

(militares)	Entre 1999/2001 que outras vezes esteve no Kosovo?		Onde esteve? (2ªvez)	Priština
		Não voltou		
	Funções assumidas	Comandante do Agrupamento 2.º Comandante do Agrupamento Adjunto de Companhia <i>PIO - Public Information Officer</i>		
Caracterização (militares)	Formação em Comunicação Social	Sim	Cursos/palestras de jornalistas Dentro da formação normal	
		Não	Excepção	
		Importância		
Relação com os jornalistas	Operação de informação do Kosovo	Considerações (NATO) Lições		
	Processo de comunicação	Confiança e credibilidade Dizer a verdade Deve antecipar-se Evoluiu positivamente Informal Profissionais específicos		
	Presença de jornalistas	Sim	Órgãos nacionais Órgãos regionais Órgãos estrangeiros	
		Não		
	Postura	Aberta Ajuda Amizade Boa Condicionalismos Confiança/desconfiança Contar a verdade Franqueza Ótima Orgulho Respeito Verdade		
	Teve problemas com os jornalistas?	Sim Não		
	Condições oferecidas	Pessoais Profissionais		
	É dada informação inicial	Não		
		Sim	Em Portugal No terreno	
	Limitação no trabalho	Não	Há informação que simplesmente não pode ser dada Mostrar a verdade Não há censura	
		Sim	Censura Controlo Ocultação de informação Pressão	
	Novas tecnologias	Para o jornalismo	Condicionante Mais-valia	
		Para os militares	Maior controlo/atenção Não influencia o nível de controlo	

	Segurança	<i>Embedded</i> Entidade empregadora Jornalista Militares Não é a missão dos militares Partilhada Segurança privada Indefinida	
	Atributos	Pessoais Profissionais	
Novo jornalismo (militares)	Futuro	Existe um futuro para a profissão?	Sim Não
		Que futuro?	Inerente aos conflitos Melhor Que acompanhe o desenrolar da situação (antes/durante/depois) Também ao serviço dos militares
	Mudanças	Jornalistas	Jornalismo sério Postura perante a vida Preparação/formação Respeito e compreensão mútuos
		Militares	Postura perante a vida Preparação/formação Respeito e compreensão mútuos

Tabela 4 – Sistema de códigos

A utilização e criação deste sistema de códigos pressupõem a geração de um conjunto de tabelas de análise que dão resposta e permitem identificar os segmentos do texto que ao investigador possibilitam sistematizar a informação e proceder à sua análise. Ainda que as mesmas possam ser elaboradas manualmente, como tem vindo a ser prática comum desde o nascimento desta técnica, os avanços tecnológicos da sociedade actual facilitaram, nos últimos anos, o nascimento de diversos *softwares* de utilização específica em análise de conteúdo, como é o caso de *MAXqda* que foi utilizado neste estudo.

O recurso a estas novas técnicas de auxílio à investigação social permite a introdução de uma validade e fiabilidade às investigações que de outro modo não seria possível ao atribuírem um distanciamento do investigador face aos dados, ajudando a evitar erros que, na análise totalmente manual, poderiam ocorrer mais facilmente. Contudo, esta objectividade latente nem sempre é real ou pelo menos verificável, pois *a priori* é o investigador que determina as categorias, indicadores e unidades de análise, sendo também ele quem, de momento, elabora a indexação do segmento de texto às categorias, não produzindo dados, análises ou inferências, mas permitindo maior rapidez e eficácia na sistematização da investigação: «Os *softwares* para análise de dados qualitativos – QDA (*Qualitative Data Analyses*) – não são meramente utilizados para a simples análise de dados, como a grande maioria de pacotes computacionais voltados para a análise estatística de dados quantitativos. Os *softwares* QDA são ferramentas desenvolvidas e utilizadas para suportar o processo de análise de dados qualitativos. Observa-se que, a utilização deste tipo de *software* minimiza o

esforço e tempo dedicado pelo usuário para tarefas mecânicas e operacionais que a máquina / computador pode desempenhar de maneira satisfatória e eficaz. A análise de dados torna-se muito mais sistemática, possibilitando que mesmo uma ampla base de dados possa ser estruturada e apresentada de maneira rápida e clara.»²³⁷

A escolha, no âmbito desta investigação, do programa informático *MAXqda* em detrimento, por exemplo, do *Atlas.ti*, não obedeceu a parâmetros propriamente comparativos com qualquer outro do seu segmento, mas sim ao facto deste ser um dos mais reconhecidos *softwares* de investigação social qualitativa tanto nacional como internacionalmente, ao mesmo tempo que se apresenta como um dos mais acessíveis aos investigadores no início da sua actividade académica, como é o nosso caso, possuindo uma apresentação de fácil entendimento e utilização. De facto, os autores de *A Pesquisa em Administração com o uso de softwares QDA (Qualitative Data Analysis)* são peremptórios ao descrever os atributos deste programa informático: «Mesmo se os dados foram provenientes de entrevistas narrativas, grupos focais, entrevistas não estruturadas, estudos de caso, anotações de campo, protocolos de observações, cartas documentais ou qualquer outro material escrito, o MAXqda é poderoso o suficiente para manipular grandes conjuntos de dados. O MAXqda oferece as seguintes características: Sem a necessidade preliminar de pré-formatação, podem-se importar documentos no formato RTF (*Rich Text Format*), que permite formatações de textos tais como tipos e tamanhos de fontes, características tipo negrito ou itálico; Criação de documentos com MAXqda através da utilização de um programa de edição de texto; Edição de documentos existentes mesmo para o caso de já conter *memos* e dados codificados;»²³⁸.

Em suma, o *software* informático *MAXqda* foi, nesta pesquisa, um recurso e auxílio à análise de conteúdo, que permitiu sistematizar e acondicionar toda a informação proveniente das entrevistas semi-estruturadas, e criando uma triangulação de métodos e técnicas de investigação social, fundamentais a uma base de pesquisa qualitativa adaptada aos fundamentos e objectivos da investigação, cujo resultado se reflecte na análise dos dados que de seguida apresentamos.

²³⁷ KLIPPEL, Marcelo; KOETZ, André Luiz ; LACERDA, D. P.; TEIXEIRA, Rafael; ANTUNES JR., José Antônio Valle. *A Pesquisa em Administração com o uso de softwares QDA (Qualitative Data Analysis)*. In: Simpósio sobre Excelência em Gestão e Tecnologia, 2004, Rezende/Rio de Janeiro. Simpósio sobre Excelência em Gestão e Tecnologia, 2004, p. 5, disponível em <http://www.gpi.ufrj.br/pdfs/artigos/Lacerda.Klippel.Koetz.Teixeira.Antunes%20-%20A%20Pesquisa%20em%20Administracao%20Com%20o%20Uso%20de%20Softwares%20QDA%20-%20SEGT%20-%202004.pdf>, consultado a 20 de Abril de 2008.

²³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 9;

Capítulo IV: A análise dos Dados

A. A apresentação dos resultados

Compreender a dinâmica da actividade jornalística e da relação com os membros do Exército é o intuito que nos levou a desenvolver o presente trabalho e, para tal, foi necessário recorrer a um conjunto de entrevistas semi-estruturadas que nos deram as respostas necessárias para que, ao extrapolar os resultados com o auxílio do *software* informático, fosse possível alcançar as conclusões que se exigem a qualquer investigação social.

Deste modo, a estruturação que decidimos apresentar funda-se na necessidade de atribuir coerência à investigação: iniciamos com o enquadramento dos profissionais no terreno – quando foram, onde estiveram, assim como as funções assumidas (ao nível militar), e a frequência da presença em áreas de conflito armado; passando depois para a caracterização da profissão de jornalista e dos seus profissionais em áreas de conflito armado; e concluindo com as mudanças e evoluções necessárias para que a sustentabilidade da profissão se mantenha, assim como a justificação para o investimento pessoal e profissional que se exige aos órgãos de comunicação social. Como é possível observar, esta organização vai ao encontro da orientação assumida na elaboração do guião da entrevista, assim como do projecto de investigação.

As circunstâncias profissionais em que cada jornalista e militar são enviados para um cenário de conflito dependem, essencialmente, das funções que irá desempenhar para o território, mas também da capacidade que cada um apresenta no momento de efectuar o trabalho para o qual foi destacado. No que diz respeito aos profissionais do jornalismo português que foram entrevistados para este território, foram, na sua maioria, deslocados durante ou após os bombardeamentos de 1999 e ao longo de 2000, com a excepção feita do jornalista Carlos Santos Pereira, que esteve no território pela primeira vez ainda na década de 1980 – uma situação que ficará a dever-se à natureza da sua *especialização* na região balcânica, ainda durante a governação de Tito. Por seu lado, os militares portugueses foram, maioritariamente, destacados para integrar o primeiro agrupamento português enviado para a região, desempenhando funções de Comandante, 2º Comandante do Agrupamento e Adjunto de Companhia – sendo a excepção a do único *PIO* - *Public Information Officer* entrevistado, que esteve na região apenas em 2000.

Como podemos ainda observar através da tabela 5 que se encontra em anexo, grande parte dos jornalistas portugueses estiveram, de algum modo, dependentes da presença militar para entrar no território kosovar – isto porque, na altura dos bombardeamentos a presença de meios de comunicação social na região fazia-se ou através da Sérvia, com todas as implicações que isso exigia (sobretudo ao nível do controlo da informação por parte das autoridades sérvias), ou desde países como a Albânia. Após os bombardeamentos da NATO, e com a entrada das forças de manutenção de paz, foi comum os jornalistas portugueses e estrangeiros

passarem pelo aquartelamento português – como é possível constatar nas entrevistas aos militares que se encontram também em anexo. Além das zonas do quartel português, Klina, a exigência profissional levou os jornalistas portugueses a percorrerem todo o território do Kosovo.

E se a presença dos militares portugueses entrevistados se restringiu a esta primeira missão, a verdade é que os jornalistas voltaram, na sua maioria à região, quer para acompanhar as tropas portuguesas no trabalho que desenvolviam, quer para acompanhar visitas oficiais do Governo, ou por questões mais mediáticas, como é o caso do urânio empobrecido.

Este regresso à zona de conflito não foi, na grande maioria dos casos, exclusiva desta região. De facto, à excepção de um entrevistado, todos os jornalistas possuem aquilo a que vulgarmente se chama especialização em conflitos, pois já percorreram mundo para reportar este tipo específico de notícias – tal como é possível observar através da tabela 6 (em anexo) – e que revela uma tendência maior para a presença no Afeganistão e na Bósnia: o primeiro é um conflito altamente mediatizado e associado ao 11 de Setembro; o segundo é um dos principais marcos do desmembramento da ex-Jugoslávia dando origem a uma crescendo de interesse pelas alterações político militares na região.

A designação de especialista, no âmbito do jornalismo, implica um conhecimento específico e altamente qualificado da área de trabalho, e no que diz respeito aos conflitos essa exigência estende-se não só ao conhecimento da região para onde se deslocam, mas também dos procedimentos bélicos e militares, que podem ser adquiridos apenas através de cursos criados, exclusivamente, para os profissionais desta área, uma vez que não fazem parte dos programas académicos de ensino. Deste modo, dos sujeitos entrevistados para esta investigação podemos destacar que dos 8 indivíduos: 5 possuem conhecimentos militares, sendo que estes todos frequentaram os referidos cursos, e dois deles tem ainda formação militar específica através do cumprimento do serviço militar obrigatório.

	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7	J8
Não	0	0	1	1	0	1	0	0
Sim	1	1	0	0	1	0	1	1
Sim: Cursos	1	1	0	0	0	0	1	1
Sim: Serviço militar	0	0	0	0	1	0	0	1

Tabela 7 – Formação militar dos jornalistas

Já no que diz respeito aos militares, estes denotam um nível de organização bastante mais evoluído no que diz respeito à necessidade e importância que os órgãos de comunicação social têm no seu quotidiano, ministrando disciplinas específicas de comunicação ao longo da formação e ascensão na carreira, assim como frequentando cursos e palestras específicas organizadas por jornalistas, reiterando e afirmando ser muito importante este tipo de conhecimentos – excepção feita a um militar que afirmou não ter frequentado os referidos cursos.

	M1	M2	M3	M4
Sim	1	0	0	1
Sim: Cursos/palestras de jornalistas	0	0	0	1
Sim: Dentro da formação normal	1	1	0	1
Não	0	0	1	0
Não: Excepção	0	0	1	0
Formação em Comunicação Social: Importância	1	1	0	0

Tabela 8 – Formação dos militares em comunicação social

Os conhecimentos que os profissionais do jornalismo possuem advêm, não só do contacto que possam ter com os referidos cursos, mas também, e acima de tudo, a dois níveis: a documentação que fazem voluntariamente sobre o local para onde se deslocam; e a informação inicial que lhes pode ser prestada através dos próprias Forças Armadas.

No que concerne aos *briefings* iniciais que são prestados aos jornalistas, os militares são peremptórios ao afirmar que seja em Portugal (apontado por um único membro das forças armadas), seja já no terreno, é prestada informação aos profissionais dos diferentes órgãos de comunicação social sobre a missão que as forças destacadas estão desenvolver na região. A única excepção que foi apresentada nesta situação foi apontada pelo Coronel Geada, que faz referência à situação de entrada efectiva no território e de implementação da missão que impossibilitou fazer um acompanhamento mais directo dos jornalistas, e como tal da prestação de informações iniciais: «A primeira vez não, porque nós também chegámos numa situação complicada [esta primeira vez refere-se à entrada no Kosovo em Agosto de 1999];»²³⁹. Por seu turno, nos jornalistas existe já alguma contradição de afirmações, visto que dois deles disseram que não tinham sido efectuados *briefings* aquando da sua chegada, apontando a não existência de preparação, na altura, por parte dos oficiais do exército. Contudo, a maioria dos jornalistas diz ter sido informado no terreno da missão a ser desenvolvida, existindo também referências à prestação de *dossiers* informativos ainda em Portugal.²⁴⁰

Ainda que a situação profissional dos jornalistas esteja em constante evolução e como tal, numa construção eterna daquilo que será o estatuto profissional que referimos no enquadramento teórico, a verdade é que a atribuição de funções é parte integrante desse estatuto. Como tal, e assim como temos vindo a fazer referência, a principal função que se lhes atribui é a social – a de formação e aculturação da sociedade. Longe da verdade, e muitas vezes movidos por questões económicas dos grupos de comunicação para os quais trabalham, importa saber se os jornalistas possuem algum tipo de motivação específica para desempenhar

²³⁹ Para a resposta completa consultar a Ficha de Transcrição – Entrevista M3, Coronel Geada, que se encontra em anexo.

²⁴⁰ A esta questão consideramos ainda importante referir que, aquando da deslocação ao Ministério da Defesa Nacional para pedir autorização e contactos dos militares que estiveram destacados no Kosovo e que pudessem ser entrevistados para este trabalho, foi-nos cedido um desses pequenos cadernos de informações sobre a missão portuguesa no Kosovo.

um trabalho que não deixa de os colocar em perigo, de ter características e dificuldades específicas e de exigir um relacionamento entre civis e militares em situações de pressão.

Quando questionados sobre as motivações que os leva a sair do conforto de trabalhar em território nacional, para um cenário de instabilidade política, económica e social, os jornalistas apontam como principais impulsionadores motivos de carácter pessoal e profissional.

Entrevista	Código: Motivações dos jornalistas	Segmento do texto
Entrevista-J1	Profissionais	Trabalhar na editoria de internacional e especialização em assuntos internacionais que levam ao destacamento para estas regiões.
Entrevista-J2	Pessoais	Era bom e importante
Entrevista-J2	Profissionais	Informação; trabalho na redacção em internacional – centro/leste europeu; necessidade de melhor informar; um olhar português
Entrevista-J3	Pessoais	Mas habituamo-nos a este tipo de reportagem – é viciante; não estou mais por razões familiares
Entrevista-J3	Profissionais	Questões profissionais A dimensão do país [Portugal] não permite ter pessoas em cenários de conflito de forma permanente.
Entrevista-J4	Pessoais	Interesse em viver uma experiência deste género
Entrevista-J4	Profissionais	Proposta profissional Primeiro desafio; curiosidade jornalística.
Entrevista-J5	Pessoais	Tenho o curso de história
Entrevista-J5	Profissionais	Estive na política nacional no Público; sempre disse que queria fazer política internacional; surgiu uma oportunidade de ir reforçar a política internacional quando há a chamada primeira ou segunda guerra do golfo (invasão do Kuwait pelo Iraque em 1991); fico responsável nessa área
Entrevista-J6	Pessoais	Passei a guerra toda de Angola [criança]; a guerra é um bocado viciante.
Entrevista-J6	Profissionais	Razões profissionais; a primeira motivação foi o interesse da TSF que eu estivesse nos sítios
Entrevista-J7	Profissionais	Por auto-proposta à redacção.
Entrevista-J8	Pessoais	Acompanhar o mundo e cobrir o mundo, e tentar perceber o que se passava neste mundo passava inevitavelmente entrar nos conflitos armados; juntaram-se razões de muita outra ordem, nomeadamente o relacionamento muito estreito que estabeleci com os militares.
	Profissionais	Profissionais fundamentalmente; o recurso à força militar teve o papel que teve na gestão daquilo que eu costumo chamar o pós-guerra fria – deu-se uma reabilitação da força como mecanismo de resolução das questões internacionais;

Tabela 8 – As motivações pessoais e profissionais dos jornalistas para trabalhar em zonas de conflito armado

A tabela 8 condensa em si a informação específica com relação a este tema: o das motivações dos jornalistas para serem enviados para regiões de conflito. Como é possível constatar, ao nível dos motivos pessoais, os que mais se destacam são sete, sendo que um deles se distingue ao ser referido por pelo menos dois jornalistas: o vício que o conflito pode inculcar na vida destes profissionais e que os leva a querer regressar – um deles aponta como factor associado o facto de ter vivido ele próprio um conflito enquanto criança (em Angola) e o outro jornalista um factor constrangedor para não ir mais vezes para o terreno: o facto de ser bastante desgastante para a família. Para além deste motivo, são ainda apontados a importância do trabalho, o interesse pessoal pela experiência, a formação de base (em áreas como a história), a necessidade de cobrir o mundo e a pré-existência de um relacionamento mais informal com os militares, como factores pessoais fundamentais para o trabalho em áreas de conflito. No que diz respeito aos motivos profissionais, os mesmos são comumente associados a questões de editoria e destacamento para áreas de internacional. As questões ligadas à editoria/redacção são muitas vezes propostas que partem destas para os jornalistas, auto-propostas dos jornalistas em si, e o interesse neste tipo de informação e de atribuir um *olhar português* às notícias. De destacar ainda no âmbito das motivações profissionais, o facto de que existe uma curiosidade jornalística da parte de um dos profissionais, assim como um interesse por parte de um outro em reportar as mudanças de papéis atribuídas aos militares desde o fim da designada Guerra Fria – uma ideia que deixa antever a consciência que os jornalistas possuem com relação à utilidade do trabalho dos militares no terreno, assim como da importância que existe em desenvolver um contacto de cooperação entre os dois actores no conflito.

A tensão inerente ao trabalho do jornalista é, nestas zonas de conflito, exacerbada pela instabilidade, mas também pelas dificuldades inerentes a um país ou região que se encontra à beira do colapso. Ao longo das entrevistas que realizámos fomos capazes de compilar a informação das dificuldades em dois grandes grupos: as pessoais, que se caracterizam por problemas de índole sanitária, de adaptação, alojamento, alimentação, entre outros; e profissionais, mais ligados com o controlo da informação e o acesso às fontes.

A tabela 9 (anexo) sintetiza os principais entraves que se colocam aos profissionais da comunicação no terreno de conflito. No que concerne aos pessoais, e além dos destacados anteriormente, podemos identificar alguns conselhos que os jornalistas prestam, ao dar conta de ser necessário ir preparado para pequenos acidentes, para suprimir necessidades de água engarrafada através do recurso a filtros, de não levar consigo peso a mais, ir preparado com objectos e consumíveis que sirvam de moeda de troca – como é o caso do tabaco, de estar disposto a comer o que se encontra e de dormir onde seja necessário. De facto, a alimentação é dos pontos mais destacados, sendo que alguns jornalistas aconselham o contacto com a gastronomia local, pois é, também uma forma de aculturação. Ao nível pessoal, Carlos Santos Pereira faz ainda referência ao impacto emocional que existe ao ir trabalhar para estas regiões. Nas palavras do jornalista «Uma guerra é uma situação dramática, é uma descida aos infernos,

portanto os envolvimento emocional são tremendos, ninguém vai para um cenário de guerra e cobre aquilo com um distanciamento olímpico; o que está em causa não é ganhar ou perder um jogo, é ganhar ou perder a vida, é ganhar e perder territórios, é o destino das pessoas; em situações em que o envolvimento emocional do repórter é extremamente grande e é preciso arcaboço (força) emocional e psíquico para resistir; já vi muita gente ter colapsos emocionais; exactamente porque o envolvimento emocional é muito grande, também por isso o perigo de se lhe toldar a lucidez e o distanciamento com que deve olhar as coisas é muito grande;»²⁴¹ - uma viagem ao que de pior tem a natureza humana, mas que exige aos jornalistas a capacidade de conseguir prosseguir com o seu trabalho²⁴². Um trabalho que pode ainda ser dificultado por obstáculos de cariz profissional.

A este respeito, um dos principais problemas que se colocam aos jornalistas é a comunicação – um paradoxo que não permite a prossecução normal do trabalho do profissional, e como tal do cumprimento das suas funções. Estas dificuldades de comunicação prendem-se, essencialmente, como o envio da informação e a dependência da internet e meios de comunicação que, devido às condições no local, nem sempre funcionam nas melhores condições ou exigem ao profissional a dependência de órgãos como a Eurovisão para o transporte de meios mais sofisticados de transmissão. Esta situação era ainda mais flagrante durante o conflito do Kosovo do que o é na actualidade, pois nos dias que correm as novas tecnologias tornaram-se universais e acessíveis a todas as pessoas – independentemente do local no mundo é possível encontrar um telefone por satélite ou um centro de internet de onde enviar o trabalho, caso aqueles que o profissional carrega consigo não estejam operacionais. Para além deste problema, relativamente fácil de colmatar (pois mais tarde ou mais cedo é possível fazer transmitir o trabalho para Portugal), os jornalistas encontram ainda entraves no acesso às fontes – quer por ser difícil deslocarem-se no terreno, quer por serem condicionados no seu trabalho, por questões de propaganda, de censura (a priori e a posteriori, como refere a jornalista Elsa Marujo), ou de limitação de recursos, isto é, da criação de excursões generalizadas que condicionam a informação simplesmente ao que é mostrado ali e nada mais. A contribuir para esta situação estão momentos em que, de algum modo, a informação é controlada. Quando questionados sobre este problema, não foi possível encontrar consenso nos entrevistados: metade dos jornalistas vê o seu trabalho limitado através da ocultação de informação, do controlo, da censura e da pressão, enquanto os militares referem que, a existir, a limitação faz-se ao nível da informação que simplesmente não pode ser divulgada por questões de estratégia militar e segurança – um dos entrevistados reforça esta ideia ao fazer referência à mesma por três vezes ao longo do seu discurso, como é observável no gráfico que se segue.

²⁴¹ Para a resposta completa consultar a Ficha de Transcrição – Entrevista J8, Carlos Santos Pereira, que se encontra em anexo

²⁴² No que diz respeito aos militares consideramos importante referir que os mesmos têm, na sua formação, uma preparação mais completa a este nível.

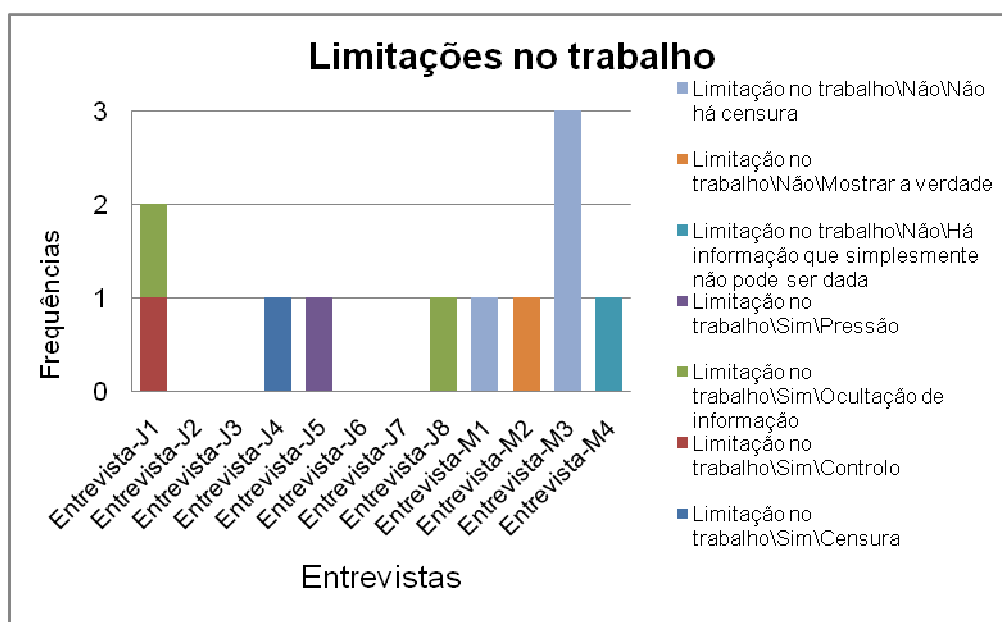


Gráfico 1 – Limitações no trabalho dos jornalistas

Por fim, são ainda referidos problemas profissionais suscitados pelos custos elevadíssimos desta actividade, e que pode limitar o tempo que o jornalista está no local e, como tal, a qualidade do seu trabalho; assim como o *feedback* que é necessário receber da parte da redacção e que nem sempre chega ao jornalista – tornando impossível ao profissional não só ter noção de tudo o que se passa em seu redor, assim como o acolhimento que o seu trabalho está a ter junto dos seus pares, superiores e receptores.

Numa tentativa de compreender quais as medidas que os jornalistas utilizam para superar este tipo de adversidades que, por vezes, se lhes podem deparar no desenrolar da sua actividade em zonas de conflito, questionámo-los ainda sobre a natureza das suas reportagens, assim como, conjuntamente com os militares, quais as condições que lhes são oferecidas e a importância das novas tecnologias.

Como ficou dito anteriormente, é essencial ao profissional ter um contacto directo com a redacção para a qual trabalha de forma a receber apoio e informação importantíssimas para a prossecução do trabalho, essas informações podem ser apenas de ânimo, mas também de directrizes para o seu trabalho. Contudo, quem está no terreno são os profissionais, pelo que ao perguntarmos aos jornalistas se o trabalho que fazem e as decisões relativas ao mesmo são da sua inteira responsabilidade, a sua maioria diz que sim – tal como podemos constatar através do gráfico 2 –, mas concordam que o ideal é mesmo um canal de comunicação permanentemente aberto entre o terreno e as chefias.

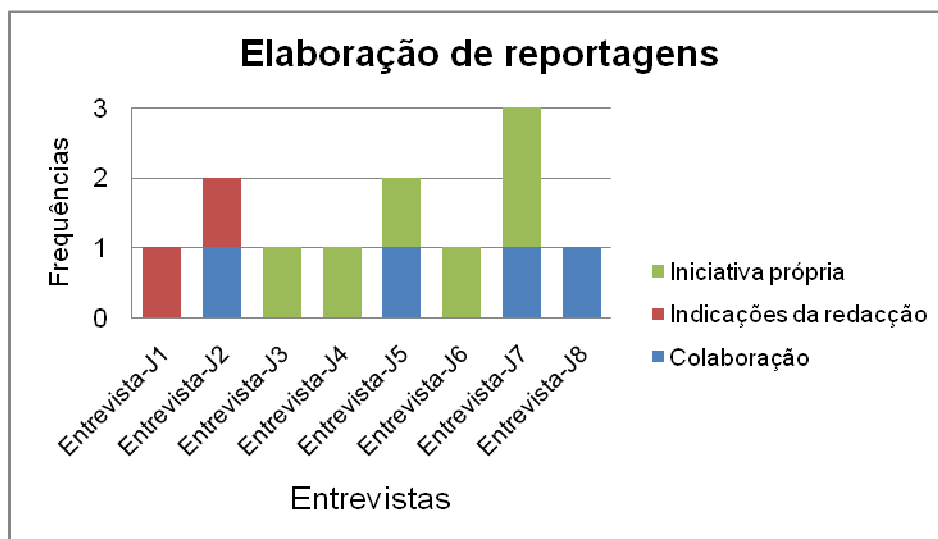


Gráfico 2 – A tomada de decisões na elaboração das reportagens

No que concerne à prestação de algum tipo de condições especiais por parte dos militares para com os jornalistas para a prossecução do trabalho, analisámos o tema em duas vertentes: pessoal e profissional, que sintetizámos numa tabela em anexo.

A tabela 10 condensa as condições oferecidas pelos militares e denota a preocupação que os mesmos têm para com os jornalistas portugueses e estrangeiros, providenciando-lhes ajuda quer em termos pessoais, oferecendo-lhes alimentação e alojamento, quer em termos profissionais, que se reflecte na disponibilização de transporte, espaços e situações de reportagens especiais – tudo numa tentativa de melhorar e facilitar o trabalho dos repórteres. Contudo, o Coronel Calçada refere que não devem ser oferecidas melhores condições aos jornalistas do que aos seus militares, pois poderá desmoralizar as tropas e comprometer a missão.

Por seu turno, quando nos debruçamos sobre a importância e influência que as novas tecnologias têm sobre o trabalho do profissional e na relação com os militares, é quase consensual que estas podem ser tanto uma mais-valia, como também um factor de maior controlo por parte dos militares. Por um lado os bens tecnológicos podem ser encarados com uma ferramenta fundamental na vida profissional actual, mas também incutem um sentido de rapidez que acaba por condicionar a qualidade do trabalho, e contribuir para um excesso de dados que se tornam um autêntico ruído de informação na comunicação. Simultaneamente, e ainda que as Forças Armadas façam uso da mesma tecnologia ou mais desenvolvida, a verdade é que os jornalistas constatarem que se cria uma ténue barreira na informação que se pode reflectir num autêntico controlo no acesso aos locais do conflito, ao mesmo tempo que são utilizadas dentro da máquina de propaganda de cada um dos actores do conflito – este controlo acaba por ser justificado pelos militares com a ideia de que, ao não saberem exactamente o que os jornalistas estão a filmar, fotografar ou reportar, a sua atenção tem que ser maior – direccionando-a para esta situação e não para a sua missão – e levando-os a optar por restringir o acesso aos locais e à informação per si, tal como é possível compreender através da tabela que se apresenta a seguir.

Entrevistas	Código: as novas tecnologias		Segmento do texto
Entrevista-J1	Para o jornalismo: Mais-valia		Os meios tecnológicos são apenas uma ferramenta que ajuda à realização do trabalho.
	Para os militares: Maior controlo		Pode e por isso é que o acesso aos perímetros militares está cada vez mais limitado; os militares usam o mesmo tipo de equipamentos.
Entrevista-J2	Para o jornalismo:	Condicionante	Mas ao mesmo tempo confunde a informação que não está só disponível para o jornalista, está disponível para todos e isso é a era global em que vivemos e em que todos podemos ser actores de informação e jornalistas à nossa medida; outra coisa é a nossa maneira de fazermos informação que tem muito a ver com a televisão espectáculo; estão todos a dizer a mesma coisa e basicamente nada; é a loucura dos directos, parece que estás a dar muita informação, eu acho que é um mau serviço que a gente presta ao cidadão, ao objecto da informação
		Mais-valia	As tecnologias facilitam imenso a vida do jornalista
	Para os militares: Maior controlo		Os portugueses não, os americanos sim.
Entrevista-J3	Para o jornalismo: Condicionante		Na medida em que a velocidade com que a informação circula e o acesso que temos a ela, ou que supostamente achamos que temos a ela, e a capacidade com que temos de transmitir imediatamente pode, de facto, fazer com que possamos estar a dar informações mais superficiais, menos trabalhadas, menos explicadas; há uma tendência para o imediatismo que tira espaço à explicação, e que tira espaço à explicação das motivações sobretudo.
	Para os militares: Não influencia o nível de controlo		Acho que não; parte muito da capacidade que o jornalista tem de filtrar e de seleccionar aquilo que acha que jornalisticamente é importante; se não fosse a informação dada pelos militares, provavelmente os jornalistas que estão no terreno teriam menos informação, teriam que a procurar de outra forma, mas depende muitos dos contextos, do tipo de militares e do momento do

			conflito; se as pessoas souberem fazer o seu papel, é muito mais benéfico que prejudicial o relacionamento entre militares e jornalistas.
Entrevista-J4	Para o jornalismo: Mais-valia		Não; pode até ser uma vantagem; é mais exigente para os profissionais; um profissional que tem que estar em directo de hora a hora tem que ter outros métodos de trabalho, outras formas de ir buscar a informação e outra capacidade de raciocinar sobre essa informação e de pesar a informação que lhe chega; as novas tecnologias exige muito mais dos profissionais mas o resultado é positivo, porque dá muito mais informação ao público, a informação disponibilizada é muito maior; e obriga a uma outra exigência e a outra forma de trabalhar a informação no terreno.
	Para os militares: Maior controlo		Em parte sim; o facto de o inimigo poder acompanhar a par e passo o que o outro lado está a fazer, isso subverte um bocadinho as regras da guerra; em consequência o controlo sobre os jornalistas tende a ser maior e a agravar-se; é normal e é normal que os jornalistas compreendam isso – que há outros interesses.
Entrevista-J5	Para o jornalismo:	Condicionante	Mas também podem levar a dúvidas e suspeições – a transmissão dessas imagens via satélite também podem ser muito evasivas e ilusórias daquilo que está a acontecer; os meios que hoje se utilizam para conquistar os “hearts” e as “minds” das pessoas, como no Iraque, são sofisticadíssimos; torna-se tudo numa espécie de grande teatro.
		Mais-valia	Eu acho que somos completamente bombardeados, hoje em dia pela informação; acho que o videofone pode ajudar – é um avanço tecnológico extraordinário e muito importante; apesar de poder haver uma maior credibilização das ofensivas pela presença dos meios de comunicação, e pelos meios de comunicação que estão a transmitir em directo;
	Para os militares: maior controlo		As tecnologias da informação hoje em dia podem servir para tudo: para sofisticar a manipulação da informação; com certeza que pode ser uma mais-valia à máquina de propaganda.

Entrevista-J6	Para o jornalismo: Condicionante		A imediatez é péssima para o jornalismo; no período pós-Iraque já ninguém conta guerras como antes (só sabes a guerra do Iraque pela escrita); as novas tecnologias obrigam-te a que tu faças determinada coisa, em determinado momento, em determinada altura, apenas isso, e entras muito no <i>show off</i> – ainda por cima para as televisões em que o que importa não é o que se está lá a passar, mas mostrar que o jornalista está lá; a guerra está banalizada; em vez de aproveitarmos isso para ir mais longe, aproveitamos para ficar mais perto.
	Para os militares: Maior controlo		Com o embedded a intenção deles é controlar (o controlo existe pelo embedded).
Entrevista-J7	Para o jornalismo:	Mais-valia	Isso é jornalismo a sério, altamente exigente, arriscado – risco da repetição, estar sempre a entrar em directo, nalguns casos sem grande critério, estamos muito mais à frente do que os briefings militares nos dizem, porque estamos a observar, a relatar, o que depois tem um efeito sobre as opiniões públicas – é um aliado; é um desafio.
		Condicionante	É um risco;
	Para os militares:	Não influencia o nível de controlo	No caso português nunca estivemos nessas circunstâncias;
		Maior controlo	Pode haver um compromisso em benefício da informação, mas o compromisso não é de esconder a verdade, é apenas de contá-la mais tarde; não há uma censura, não há uma mentira; pode não haver um relato imediato porque as condições no terreno não permitem; (questão norte-americana) quando se acompanha uma coluna militar se se pode dar ou não informação que podem por em causa a coluna militar, mas ao ponto de se forjar a realidade, não acho que os jornalistas devam violar os seus deveres

			éticos, admito que possa haver, acho que isto não se passa em Portugal; é muito fácil saber-se a verdade hoje em dia; mais tarde ou mais cedo a informação vai-se saber.
Entrevista-J8	Para o jornalismo: Condicionante		A função de jornalista passa por obter informação, verificar informação e contextualizar informação – colocar a peça no quadro do puzzle que lhe dá sentido; pelas próprias condições económicas dos média hoje, mas também por questões do papel que a informação tem hoje no quadro da nossa vida política e social, sobretudo por razões de concorrência entre os média, naturalmente que a pressão do imediatismo desvaloriza completamente estes três ângulos, mas em particular a verificação e a contextualização; se se despacha um repórter para um cenário qualquer, para a televisão, em termos de concorrência, de projecção junto do público, etc., é muito mais importante o dizer que o repórter está lá e ele estar constantemente a aparecer em directo do que propriamente a informação que ele recolhe, a própria orientação que se dá aos repórteres secundariza completamente a preocupação em recolher informação, é preciso é estar lá; Aquilo que são as funções tradicionais do jornalista naturalmente alteram-se muitíssimo com isto; e a própria formação dos jornalistas, nomeadamente durante os estágios, aqueles períodos iniciais atiram já muito para este tipo de atitude perante a informação, isso é incontestável, com uma agravante ainda, por razões de vária ordem, mas por razões de ordem económica mais especificamente, os jornalistas mais novos tendem a transformá-los em máquinas que têm é que produzir a qualquer custo, de qualquer maneira, barato e com redacções muito pequenas; é verdadeiramente produzir em quantidade, e em quantidades completamente incompatíveis com estas funções que o jornalista deve ter; o que se pode fazer perante isso é, quem pode quem tem meios para isso, estar atento a isso, ir denunciando isso, ir explicando isso.
	Para os militares: Maior controlo		Em nome dos seus próprios interesses; para situações em que os militares sentem que é importante fazer passar uma certa mensagem mediática, se ela é realmente importante, se isso se torna absolutamente crucial, os militares tendem é cada vez mais, de algum modo, a substituir os próprios jornalistas nessa função; criam órgãos de comunicação social (como no caso da Bósnia na altura da assinatura dos acordos de Dayton).
	Para o jornalismo: Condicionante		O jornalista tem que perceber que a sua acção de divulgação não pode, por um lado, por em causa a vida de compatriotas, e por outro lado não pode

Entrevista-M1		comprometer o cumprimento da missão; é uma autocensura que tem que ser imposta: o jornalista já sabe a informação, mas divulga-a mais tarde;
	Para os militares: Maior controlo/atenção	Poderá dificultar o trabalho; do ponto de vista tático, se forem divulgadas coisas que são obviamente classificadas, pode dificultar;
Entrevista-M2	Para o jornalismo: Mais-valia	Existem esses meios, e ainda bem, porque permitem fazer um trabalho de maior qualidade dos jornalistas, e com mais oportunidade de notícia
	Para os militares: Não influencia o nível de controlo	Não as vejo como um perigo; obrigam-nos a estar mais atentos Para nós não considero uma ameaça, desde que estejamos alertados para o facto e utilizemos uma política que eu considero para a informação pública, que é a verdade.
Entrevista-M3	Para o jornalismo: Mais-valia	Não tenho dúvidas de que é uma mais-valia, até pela própria rapidez, fluência
	Para os militares: Não influencia o nível de controlo	Agora é uma preocupação; temos é que estar atentos e criar normas de segurança; [a utilização por jornalistas] não é um factor de risco para as operações militares; não tem perigo nenhum – há encriptação na transmissão da informação de decisão; as novas tecnologias, se as soubermos empregar, são sempre boas; nunca é uma barreira, pelo contrário.
Entrevista-M4	Para o jornalismo: Mais-valia	Para eles isso é bom,
	Para os militares: Maior controlo/atenção	Agora nós nunca sabemos se estão a gravar directamente ao ter uma conversa natural connosco ou se não estão a gravar; [controlo] não queria acreditar que isso acontece, mas às vezes é capaz de acontecer.

Tabela 11 – A influência das novas tecnologias no trabalho dos jornalistas e dos militares

Toda esta influência que existe das novas tecnologias e de controlo de acesso poderia colocar alguns problemas à relação entre estes dois actores, mas na perspectiva militar esse tipo de situações nunca surgiu, como é observável através do gráfico 3.

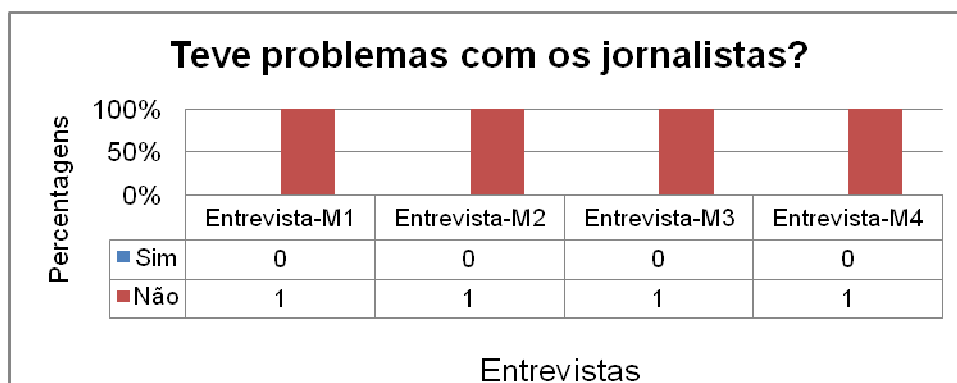


Gráfico 3 – Os problemas com os jornalistas

De facto, a relação que se estabelece entre estes dois actores é fundamental no desenrolar do conflito: por um lado os militares são intervenientes inalienáveis do mesmo, por outro os jornalistas são os mensageiros de tudo o que se passa na região para o mundo. Como tal, e enquanto parte fundamental do nosso trabalho, questionámos os nossos entrevistados à cerca desta mesma relação e da postura que se estabelece dos militares para com os jornalistas.

No âmbito da relação que se cria entre os dois intervenientes, é possível caracterizá-la, de um modo geral, como sendo boa, de colaboração e disponibilidade por parte dos militares para ajudarem e apoiarem os jornalistas na procura da informação, e de um enorme respeito entre os grupos profissionais. Contudo, como vários jornalistas referem – e como é possível constatar através da tabela 12 – é natural a existência de uma certa complexidade no relacionamento, que se prende essencialmente com a própria situação em que os mesmos se encontram: «Em tese jornalistas e militares estão, na verdade, em sítios opostos, porque os jornalistas querem saber aquilo que os militares querem esconder»²⁴³, isto é, haverá sempre algum teor informativo que pode originar desentendimentos entre os intervenientes, que poderá ser interpretado como um controlo e, como tal, criar situações de desconfiança profissional. Esta complexidade no relacionamento leva, em muitos casos, os jornalistas a concordarem que a relação se encontra num processo evolutivo, de crescimento no respeito mútuo e compreensão entre os membros das distintas classes profissionais²⁴⁴. Parece-nos ainda importante destacar que a posição dos militares, detentores de armamento, é referida por um dos jornalistas como sendo uma imposição de respeito: «Num cenário de conflito onde há tropas quem tem a farda e a arma é quem manda»²⁴⁵.

²⁴³ Para a resposta completa consultar a [Ficha de Transcrição – Entrevista J2, Luísa Meireles](#), que se encontra em anexo

²⁴⁴ Esta evolução e as mudanças necessárias à relação e cooperação entre jornalistas e militares serão analisadas mais adiante.

²⁴⁵ Para a resposta completa consultar a [Ficha de Transcrição – Entrevista J1, Aurélio Faria](#), que se encontra em anexo

Entrevista	Código: relação com os militares	Segmento do texto
Entrevista-J1	Relação com os militares [Aberta/A importância da arma/Boa/Cordial/Franqueza/Profissional/ Sem problemas]	Uma relação aberta; Num cenário de conflito onde há tropas quem tem a farda e a arma é quem manda. Sempre correu bem, porque nunca escondi o que queria fazer; A relação tem sido cordial e não tem havido problemas; É franca; Depende um pouco dos ramos e das unidades (devido à profissionalização dos mesmos em relação aos jornalistas); Não tem havido grandes problemas.
Entrevista-J2	Relação com os militares [Boa/Colaboração/Complexa/Evolutiva/ Cumplicidade/Entendimento/Franqueza/Humana /Apoio/Ajuda/Impecável]	Só tenho a dizer bem; De troca de opiniões, partilha de informações (eles têm a sua própria rede); Em tese jornalistas e militares estão, na verdade, em sítios opostos, porque os jornalistas querem saber aquilo que os militares querem esconder; Relação de cumplicidade; Há casos em que se sentem que há ali uma barreira, mas eu confesso que vai muito do plano de entendimento que tu consegues estabelecer, do nível de entendimento e clareza das coisas; É muito importante que as coisas fiquem claras; A relação pessoal é fundamental; Eles [os militares] foram absolutamente impecáveis.
Entrevista-J3	Relação com os militares [Boa/Complexa/Evolutiva/Profissional]	Bastante saudável de bom relacionamento; No início (como é o caso da Bósnia) pode haver alguns choques, mas o tempo trás os ensinamentos para ambas as partes do que pode ou não ser veiculado e da evolução da própria relação. Bastante profissional.
Entrevista-J4	Relação com os militares [Complexa/Evolutiva/Distância/Humana/Apoio/ Ajuda/Profissional]	Quando vi o outro lado dos militares passei a olhar para eles de forma diferente, mudei radicalmente a minha opinião e a imagem que tinha sobre os militares sérvios mudei. Na Jugoslávia os militares faziam a censura prévia e <i>a posteriori</i> – a minha relação com eles era muito fria, e distante; No Kosovo tive um contacto muito humano com o exército sérvio, e fui surpreendida pela positiva: muito humanos, de apoio, conforto, foram inextinguíveis – desde nos retirar imediatamente, levaram-nos para uma base camuflada, deram-nos um tecto, refeições, uma cama, deram-nos os primeiros socorros, ao nível psicológico – estávamos em estado de choque – também nos deram muito apoio [esta jornalista sofreu bombardeamentos directos por parte da NATO, juntamente com outros jornalistas que iam no mesmo grupo]. No Kosovo foi de ajuda; E estritamente profissional;

Entrevista-J5	<p>Relação com os militares [Boa/Colaboração/Complexa/Evolutiva/ Distância/Respeito]</p>	<p>Sempre tive boas relações com os militares portugueses; A opinião dos militares sempre foi muito importante, porque eles têm uma percepção do terreno muito diferente e muito apurada, muito concreta; de preferência os militares portugueses; eram os militares que muitas vezes confirmavam aquilo que nós suspeitávamos, como os militares depois também não podem transmitir publicamente, quer dizer, os militares depois podem nos dizer coisas, que eles não podem transmitir, mas que são situações que confirmam aquilo que nós suspeitávamos, aquilo em que nós acreditávamos; É das relações mais complexas do chamado jornalismo de guerra: a promiscuidade que eu acho que começou a existir entre os jornalistas e alguns responsáveis militares, que teve, quanto a mim, uma expressão máxima com os famosos embedded do Iraque, onde pela primeira vez os jornalistas são convidados para ir nos batalhões, que aceitam regras de conduta que impõe, por exemplo, a censura prévia, todos os textos que eles escrevem têm que ser lidos por um responsável militar antes de ser publicados; é uma distorção do cenário de guerra, da situação no terreno; e é outro aviso: isto são as condições em que se podem fazer reportagens de guerra agora com segurança, “porque nós apesar de tudo responsabilizamo-nos por vocês, se vocês forem sozinhos por vossa própria iniciativa para um cenário de guerra, não nos responsabilizamos pelo que vos possa acontecer”; os média têm que tomar partido; É uma espécie de jogo duplo, ao mesmo tempo que insinuam que há problemas e que talvez é importante que isso fosse conhecido da opinião pública, depois ficam profundamente magoados se efectivamente se toca nessas feridas, nesses assuntos. Relações um pouco distanciadas; Os militares gostam que se respeite uma espécie de hierarquia</p>
Entrevista-J6	<p>Relação com os militares [Boa/Complexa/Evolutiva/Confiança/ Desconfiança/Controlo/Humana/Apoio/Ajuda]</p>	<p>Tenho uma muito boa impressão dos tropas e dos comandos militares; Houve uma grande evolução nos militares portugueses, há uma grande evolução intelectual e de conhecimento; Sempre uma desconfiança; Há uma auto-regulação: se vais com eles não vais contar algumas conversas; É uma relação de entreajuda</p>

Entrevista-J7	Relação com os militares [Boa/Colaboração/Cumplicidade/Disponibilidade/ Proximidade/Respeito]	Regra geral a relação é boa. Colaboração; Colaboração; Vejo-os com uma certa cumplicidade; têm semelhanças que aproximam os militares dos jornalistas, como o sentido de missão; Há uma relação de grande disponibilidade (mesmo quando não estamos junto do contingente); [Uma relação] Próxima (nunca tive razão de queixa), que com o tempo geralmente evolui para uma relação de compreensão mútua em que os militares percebem qual é o meu papel e eu compreende qual é o papel deles, e por tanto tento nunca ultrapassar o que tenho que fazer; geralmente eles jogam mais à defesa e eu mais ao ataque; compreensão mútua; É uma relação de respeito; Há sempre um grande respeito onde a ética é muito importante; Respeito
Entrevista-J8	Relação com os militares [Boa/Colaboração/Complexa/Evolutiva/ Disponibilidade]	Em geral é muito boa; Encontrei o melhor espírito de colaboração, independentemente de depois haver divergências pontuais; Mas isso não impede que haja desentendimentos; Há coisas que uma pessoa depois também aprende, que há regras, há limites de conduta militar que não se podem ultrapassar; normalmente com eles as regras são bastante claras: você não pode ver isto, não pode dizer isto, etc.; depois é uma questão de jogar as regras do jogo ou de as violar, com as consequências que isso implica. A atitude dos militares portugueses para com os jornalistas é, normalmente, de uma grande disponibilidade, de uma vontade de ajudar; Há essa disponibilidade, mas também há uma maior sensibilidade podendo gerar mau estar; a maior parte de desaguisados que existem são naturalmente culpa nossa [dos jornalistas];

Tabela 12 – A relação com os militares, na perspectiva dos jornalistas

Parte essencial desta relação é fundamental para que a mesma se mantenha estável, a postura que os militares têm para com os jornalistas – se são vistos como ameaças ou não – tornou-se num ponto basilar para esta investigação. Esta postura é também ela caracterizada por uma grande abertura, amizade, ajuda e respeito para com os jornalistas. Mas também os militares fazem referência à existência de determinados condicionalismos: se os jornalistas são francos e sinceros naquilo que querem fazer durante o tempo que estão no terreno, os militares também são completamente claros quando impõe regras e barreiras à actuação dos jornalistas, dando a informação de que há dados que não podem ser divulgados e que os jornalistas nunca podem colocar o sucesso da missão e a segurança dos seus intervenientes militares. De resto, a postura, e como tal a relação dos militares para com os jornalistas, é bastante boa e baseada num pilar de nunca mentir, sempre contar a verdade, ocultando apenas aquilo que possa condicionar a missão dos militares – tal como é observável na tabela 13. Esta relação de quase cumplicidade reflecte-se, nas palavras do Coronel Calçada, na existência de um certo orgulho por parte dos jornalistas portugueses para com o trabalho desenvolvido pelos seus congéneres militares, assim como do sucesso da sua missão.

Entrevistas	Código: postura para com os jornalistas	Segmento do texto
Entrevista-M1	Relação com os jornalistas: Postura [Ajuda/Condicionalismos/ Óptima/Orgulho/Respeito/ Verdade]	A postura dos militares (que estão ao serviço do país, e como tal dos jornalistas), e também a minha, eu estava ali para ajudar os jornalistas a cumprir o seu trabalho; Os jornalistas também têm que perceber que em certas situações de maior ou de menor risco, um comandante está é preocupado com a sua missão e os seus homens, não pode é abstrai-se de tudo para falar com o jornalista, e os jornalistas têm que perceber isso. Se isso acontecer é evidente que a é óptima. Vi da postura dos jornalistas uma pontinha de orgulho por aquilo que estavam a ver o agrupamento fazer. A única coisa que nós pedimos é que esse respeito seja mútuo; se esse respeito for mútuo; A verdade for contada tal como ela foi vista obviamente que não há problema; o que se pede ao jornalista é que conte os factos tal como eles se passaram, independentemente de juízos de valor; Os jornalistas também têm que perceber que em certas situações de maior ou de menor risco, um comandante está é preocupado com a sua missão e os seus homens, não pode é abstrai-se de tudo para falar com o jornalista, e os jornalistas têm que perceber isso.

Entrevista-M2	Relação com os jornalistas: Postura [Boa/Condicionalismos/ Confiança/Desconfiança/ Contar a verdade/Franqueza]	Conseguimos um relacionamento muito bom. Foi uma experiência muito positiva e gratificante. Nós explicámos os condicionalismos que tínhamos, eles compreenderam; houve sempre esta relação de franqueza e isso depois foi um garante de um bom relacionamento, que resultou inclusive em bons artigos jornalísticos; E isso permitiu também criar uma base de confiança que foi importante para as actividades profissionais; Conseguimos, no nosso interesse, que transmitissem notícias ou artigos com mais profundidade com fidelidade à verdade daquilo que se passa; Tenho gratas recordações porque houve uma relação desde início muito franca e muito transparente; Foi uma experiência muito positiva e gratificante
Entrevista-M3	Relação com os jornalistas: Postura [Aberta/Amizade/ Condicionalismos]	Penso que cada vez mais a sociedade militar ou a instituição militar está mais aberta, mas é lógico que há coisas que são próprias, que são inerentes, e que portanto não se devem dizer; Penso que foi um relacionamento muito amistoso; nós [portugueses] quando estamos longe do nosso cantinho e encontramos um português, seja jornalista ou não (...), e sabendo perfeitamente que o nosso comportamento ou inter-relação entre um militar e um jornalista, claro que essa relação podendo ser previamente institucional poderá passar a pessoal, e fora de Portugal, e em especial nestas missões, e em especial quando temos jornalistas a acompanhar-nos o relacionamento pessoal supera o próprio institucional; e fora de Portugal isso é determinante. Penso que cada um deve demarcar os seus limites, como é lógico.
Entrevista-M4	Relação com os jornalistas: Postura [Aberta/Condicionalismos]	Havia uma ligação aberta. Na primeira missão, dizíamos-lhes o que é que podiam filmar, porque de facto haveria situações que poderiam ser mal interpretadas em Portugal; tínhamos que estar atentos, por não cumprirem as normas estabelecidas;

Tabela 13 – a relação entre jornalistas e militares: a postura militar perante os civis

A contribuir para o sucesso desta relação está o processo de comunicação (tabela 14 – anexo) que se estabelece entre os órgãos militares e os órgãos de comunicação social: quando questionados acerca deste mesmo processo, os militares são unânimes em considerar que o mesmo terá que evoluir e que, ainda que bastante informal, este terá que se basear na verdade da informação prestada, na antecipação na divulgação de dados susceptíveis de se tornarem, em determinadas situações, mais sensíveis, mas também na necessidade de existirem profissionais especializados para colaborarem com os jornalistas e as necessidades e condicionalismos do trabalho jornalístico.

Um outro nível da relação jornalista/militar é o da segurança. Estando integrados num cenário em que a pressão é imensa, a segurança mínima e o trabalho tem, necessariamente, que ser realizado, a verdade é que os jornalistas acabam por arriscar muito mais, tornando-se não só num perigo para si mesmos, mas também uma preocupação mais para os militares. Ainda que na actualidade os cursos específicos para os órgãos de comunicação ministrados pelas Forças Armadas sejam essenciais e uma mais-valia para a protecção dos indivíduos, os mesmos não são, em muitos casos, suficientes. Assim sendo, prevalece a questão de a quem compete manter a segurança dos jornalistas: aos militares, aos próprios jornalistas ou à entidade patronal? Na actualidade, os grandes grupos comunicacionais recorrem a agências de segurança privadas, para além de formarem os seus profissionais, contudo, essa realidade não se aplica tão facilmente ao caso português, uma vez que os custos são elevadíssimos e insuportáveis para os nossos órgãos de comunicação. Deste modo, ao questionarmos os nossos entrevistados, a maioria concorda que é necessária uma cooperação, incluindo nesta dimensão, para evitar casos mais dramáticos, não havendo nenhum entrevistado que tenha sido peremptório ao afirmar que a função pertence aos militares. É ainda de destacar que o nível de responsabilidade militar só aumenta no momento em que, com autorização oficial, os jornalistas integram os agrupamentos militares, quase como no caso dos *embedded* – uma situação bastante compreendida por parte dos jornalistas. Ainda assim, os militares não recusam ajuda e apoio aos jornalistas, quer aos nacionais quer aos estrangeiros.

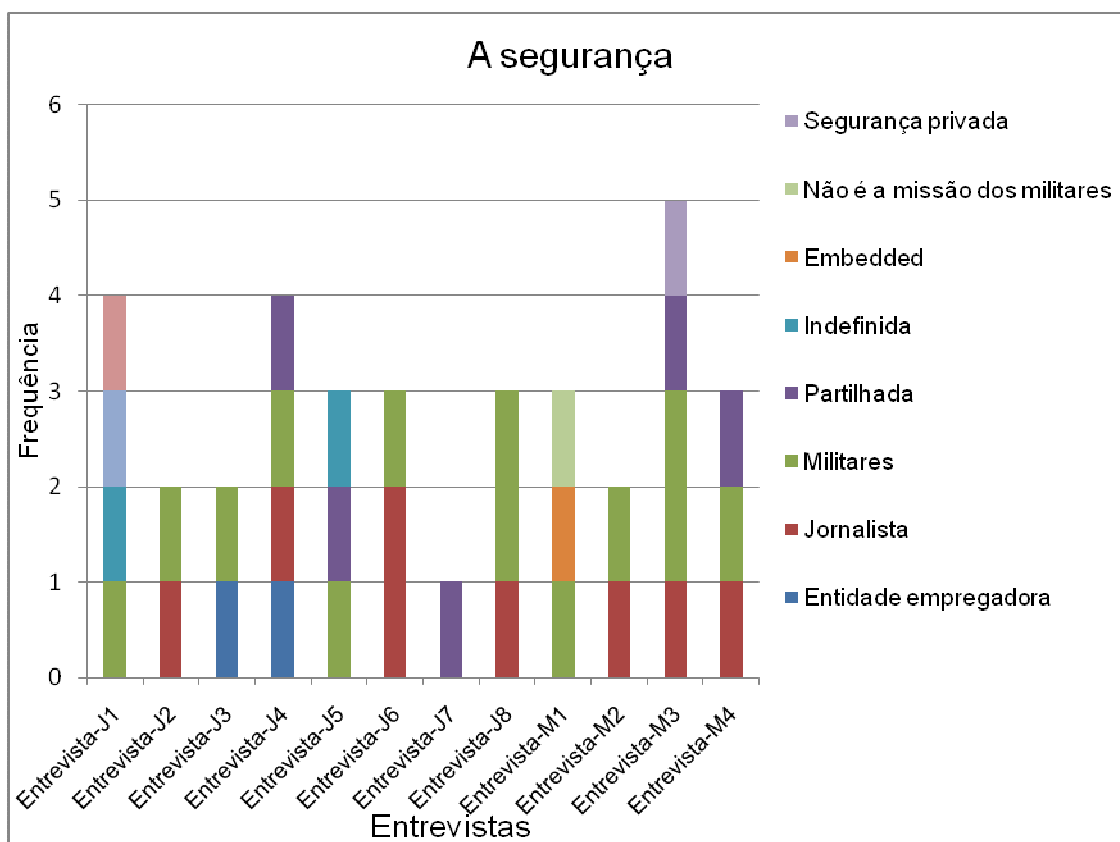


Gráfico 4 – A segurança dos jornalistas: responsabilidade

Quando procuramos compreender esta dinâmica jornalista/militar, assim como entender de onde provém as motivações de cada profissional para se deslocar para uma área de conflito em busca de informação – ainda que nunca obrigados – deparamo-nos com a necessidade de conceber se existem, ou não, atributos pessoais e profissionais para a prossecução desta profissão – numa lógica de perceber se o jornalista é ou não um herói num cenário de conflito, frio e insensível ao que se passa em seu redor, quase que como um autómato.

As respostas que conseguimos recolher vão, quase que unanimemente, contra a imagem heróica – excepção feita à referência de ser necessário possuir alguma dose de loucura e sangue frio, que lhes permita encarar e deslocarem-se para um local de onde todas as pessoas estão a tentar fugir – aliados aos quais encontramos a presença de espírito e o discernimento para perceber quando se alcançou os seus limites, assim como ser capaz de assumir que se tem medo de estar no local. Deste modo, o bom senso é uma das características pessoais mais referidas pelos entrevistados, sejam militares ou jornalistas, seguindo-se a coragem, o gosto pela profissão, a resistência física e uma boa formação de base – que lhes permita não só estar correctamente documentados, mas também possuir uma sensibilidade elevada para compreender e respeitar as culturas e gentes da região para onde são destacados, assim como para mais facilmente se adaptarem ao ambiente. Num segundo plano encontramos a simpatia, a perspicácia, a sensatez e a prudência como características essenciais aos jornalistas, uma vez que se constituem como uma mais-valia no contacto com os locais e os militares. As características pessoais de honestidade e objectividade que foram referidas pelos entrevistados vão também ao encontro das profissionais – são estes atributos, associados aos conhecimentos militares e histórico-culturais da região, assim como o respeito pelas pessoas, a frieza profissional e a coragem moral que permitem a um jornalista ser um bom repórter, ir além da informação prestada pelas agências e fazer a diferença para o bom jornalismo, evitando a ideia actual de que, antes de ser um jornalista, o profissional é uma “estrela” do entretenimento – o que exige elevados graus de concentração e seriedade. De referir que o facto de estarmos perante uma posição em tudo diferente do habitual, longe de casa, sem o mínimo de conforto e em situações limite, leva pelo menos um jornalista a fazer referência à designada tribo e à necessidade de os jornalistas se unirem e reunirem de acordo com a sua nacionalidade e amizade, pois essa união é fundamental, em muitos casos, para se conseguir cumprir objectivos profissionais: os de um trabalho bem feito e com qualidade.

Entrevista	Código: Atributos dos jornalistas	Segmento do texto
Entrevista-J1	Pessoais	Coragem para assumir que se tem medo; Ter bom senso e ter muita calma.
	Profissionais	Evitar o <i>star system</i> (em que o jornalista é a notícia); ser capaz de fazer a diferença enquanto jornalista de um país pequeno; contar as histórias que as agências não contam; ir além da versão oficial dos acontecimentos; acima de tudo é preciso documentar-se

Entrevista-J2	Pessoais	Bom senso; estar disposto a apreciar e até mudar a opinião em função da realidade que se vê; mentalidade aberta; passar despercebido; não adianta ser herói; cuidado – sair quando as coisas começam a aquecer.
Entrevista-J3	Pessoais	Bom senso; sensibilidade; estamos a lidar com situações que nos colocam em situação de perigo e estamos a lidar com pessoas que estão de facto numa situação limite; E é algo que só se consegue quando se têm algum equilíbrio e algum bom senso; reconheço que às vezes também é necessário ter alguma dose de loucura – nos vamos a correr para o sítio de onde toda a gente quer fugir [frase de José Manuel Resende];
	Profissionais	Por mais impressionados que estejamos com determinada situação ou por mais perigo que possamos sentir em determinada situação nos temos duas ou três vantagens: primeiro não somos parte envolvida do conflito; em segundo lugar em princípio temos dinheiro para poder sair dos sítios ou para estar num hotel onde o conflito não chega, e de onde alguns repórteres não saem, e em terceiro lugar temos um bilhete de regresso e as pessoas que estão lá não têm bilhete de regresso a vida delas é ali;
Entrevista-J4	Pessoais	Sangue frio, bom senso, presença de espírito
	Profissionais	Frieza de se concentrar no objecto de trabalho, abstraindo-se das circunstâncias que o rodeiam.
Entrevista-J5	Pessoais	Discernimento; tem que gostar; há sempre o medo
	Profissionais	É importante os jornalistas estarem todos juntos, do mesmo país; é importante que não estejas só, é importante estar rodeado de jornalistas que já conheces – dá uma segurança muito grande; a tribo dos jornalistas.
Entrevista-J6	Pessoais	A principal é ter medo, porque o mais difícil é controlar o medo; a falta de bom senso pode arruinar a reportagem; o bom senso passa por tudo, incluindo pela preparação de medicamentos antes de ir;
	Profissionais	O respeito que os jornalistas têm que ter pelas pessoas que lá estão: nós passamos por lá, e as pessoas ficam lá.
Entrevista-J7	Pessoais	Alguma coragem; capacidade de adaptação; resistência física;
	Profissionais	Alguma frieza profissional; capacidade de descrição/bom repórter; capacidade de compreender as culturas diferentes (reflecte-se na curiosidade do jornalista);
Entrevista-J8	Profissionais	Fazer o seu trabalho honestamente; não há jornalismo de guerra, há jornalismo simplesmente, que se faz cobrindo conflitos militares, como cobrindo uma conferência de imprensa; naturalmente que o jornalismo em situações de conflito tem alguns traços específicos pela própria natureza dos assuntos que se estão a cobrir; se exige alguma qualidade específica, de forma alguma; convém perceber minimamente aquilo; se vai cobrir um conflito militar convém perceber o que está em jogo; não acho que seja preciso nenhum recurso físico, psíquico ou profissional muito especial para cobrir situações dessas; um dos segredos de qualquer reportagem é uma boa preparação; e o método de trabalho no terreno; há coisas que uma pessoa depois também aprende, que há regras, há

		limites de conduta militar que não se podem ultrapassar.
Entrevista-M1	Pessoais	É óbvio que é preciso ter coragem; Tem que ser uma pessoa objectiva, o máximo possível; ser uma pessoa bem formada.
	Profissionais	Mas mais importante que a coragem física é a coragem moral – para afrontar o seu chefe de redacção, suponho que possam ser pressionados para contar coisas que não aconteceram só para serem mais bombásticas, e ele deve ter essa coragem moral para recusar escrever sobre algo que não aconteceu; tem que ser uma pessoa objectiva, o máximo possível; ser uma pessoa bem formada.
Entrevista-M2	Pessoais	Bom senso; prudência; honestidade; Resistência física e saúde; perspicácia; facilidade em comunicar, simpatia; ter um discurso de respeito às religiões (sensatez), isso é fundamental (porque isso ou é logo uma porta aberta enorme, ou é logo uma porta enorme a bater no nariz); ser muito cuidadoso com susceptibilidades de raças ou religiões; não tenho dúvida que alguns na prática são uns heróis;
	Profissionais	informação – estudar o sítio de conflito para onde vai, isso é importante para que o trabalho dele seja mais eficiente; disponibilidade – estar sempre pronto para ir à procura da notícia, portanto não ser comodista; os cursos que têm sido dados são benéficos para os jornalistas (para que tenham uma melhor percepção do teatro de operações e de como se comportarem dentro do mesmo, estando por vezes associado também a questões de segurança).
Entrevista-M3	Pessoais	Estofo físico; muitas vezes tem que se ter fibra, porque perante as vicissitudes das situações fora do comum da nossa vivência, e sistematicamente a suportado por elas, muitas vezes o nosso subconsciente manda-nos uma mensagem a dizer “estou cansado”, e massacra-nos ou martela-nos de tal maneira que começamos a desmotivar, e essa desmotivação entra em confronto com a obrigatoriedade de ter que realizar o trabalho (pode levar a cometer erros); se quer fazer uma coisa, um indivíduo tem que ter vontade, tem que ter determinação.
	Profissionais	o indivíduo tem que saber alguns termos militares para poder também informar adequadamente (quando não sabemos é melhor não informar); deve haver um conhecimento prévio da situação e dos termos militares;
Entrevista-M4	Pessoais	Acho que eles devem ter espírito de aventura; gosto pelo risco; são um pouco como os militares, gostam de estar na frente.

Tabela 15 – os atributos essenciais à profissão de jornalista em áreas de conflito armado

A coragem, o bom senso, o profissionalismo, a documentação, todos os atributos pessoais e profissionais dos jornalistas são uma arma para o desempenho do seu trabalho, contudo, não são determinantes para uma fácil adaptação à vida normal, ao quotidiano, quando regressam ao nosso país. De facto, se há alguns jornalistas que quando questionados dizem que nada mudou – essencialmente por não terem estado tempo suficiente nem um número de vezes que assim o justifique num local de conflito –, a verdade é que na sua grande

maioria os profissionais têm noção de que viram coisas bastante traumáticas, que não só lhes servem de experiência futura, mas também os muda e faz crescer pessoal e profissionalmente. Deste modo, a adaptação à realidade [constante na tabela 16 em anexo], ao dia-a-dia e às rotinas torna-se bastante difícil para a maioria dos entrevistados, assim como torna complicado controlar as saudades da família, dos amigos e os leva a sobrevalorizar o que é português. De destacar ainda o facto de que alguns dos profissionais assumem que este trabalho se torna viciante, ao mesmo tempo que provoca *stress* pós-traumático – que poderá ser interpretado como uma fraqueza pessoal e profissional, e que acaba por ter repercussões na vida pessoal de cada um.

Num outro âmbito, e já no caso específico do conflito que nos serve de base – Kosovo – destacámos, a quando do enquadramento, a criação de uma operação de informação, herdada de anteriores conflitos na região, e que serviu de fio condutor na relação com os meios de comunicação social. Essa mesma operação não esteve livre de críticas, antes pelo contrário, ficou pontuada por erros e actos de propaganda, por parte da NATO e da Sérvia, que serviram como desinformação antes de informação. Ao longo da nossa investigação perguntámos aos entrevistados como caracterizariam este processo, sendo que tanto de um lado como do outro se assumiu uma série de erros e mentiras que poderiam e deveriam ter sido evitadas, mas assumem que os *briefings* da NATO são fundamentais para o trabalho dos jornalistas. De modo a contornar os problemas que surgem, os jornalistas admitem a necessidade de melhorar o seu desempenho, quer através de uma busca mais incessante da informação, quer através da utilização de mais e diferentes fontes; os militares, por seu turno, assumem que a mentira deve ser parte do passado e não do futuro da relação, ao mesmo tempo que é urgente tomar precauções com a informação que é confidencial e não pode ser transmitida aos jornalistas. De tantos erros nascem lições e as mais referidas pelos entrevistados estão condensadas na tabela 17 em anexo. Destacamos a urgência na profissionalização dos militares e dos jornalistas em relação ao trabalho e limitações de ambos os ramos, assim como a necessidade de aprendizagem da gestão da informação, tendo esta que ser o mais objectiva e sincera possível, evitando sempre a mentira. Ao nível dos jornalistas, estes sentem ainda que precisam de um maior apoio da redacção na recolha e confirmação da informação para evitar erros desnecessários.

Estas alterações vêm ao encontro de um futuro que, na versão da maioria dos entrevistados existe, mas que necessita de mudanças urgentes. De entre as 12 entrevistas apenas o jornalista Carlos Santos Pereira considera que o futuro da profissão não existe, uma conclusão que é, para o jornalista, fruto de dois sintomas essenciais: a maioria dos estudantes de comunicação já não se interessa pela matéria; e os públicos começaram a habituar-se a estas temáticas – tudo isto demonstra que a tendência do jornalismo em áreas de conflito armado não passou de uma *moda*. O futuro será caracterizado pela inerência à existência dos conflitos, mas também por modificações ao nível do controlo da informação – que será mais sofisticado – e ao nível das funções do jornalista: este terá que ser capaz de desempenhar um

sem número de funções, pois caso contrário a entidade empregadora irá recorrer a jornalistas locais ou à informação de agência (que levará a uma uniformização da mensagem transmitida) – como é possível constatar através das tabelas 18 e 19 em anexo – ainda assim, será um futuro bastante indefinido.

Relativamente às medidas a operar ao nível militar e jornalístico, ainda que a tabela 20 sintetize as principais alterações, parece-nos importante destacar que, de futuro, é necessário apostar na formação e especialização dos profissionais, pois só assim é possível construir um relacionamento melhor, baseado no respeito e compreensão mútuos – que são essenciais para perceber as necessidades e limitações de cada actividade –, assim como a criação de uma política de informação comum aos diferentes ramos das Forças Armadas – pois o desenvolvimento de cada um a este nível é bastante divergente, assim como ainda se mantém bastante hierarquizado. De entre as mudanças apontadas pelos inquiridos, destaca-se, claramente, a opinião do jornalista Pedro Caldeira Rodrigues que considera que, no nosso país, é urgente criar um novo órgão de comunicação social, mas isento, que seja capaz de dar uma nova perspectiva ao jornalismo nacional, e que seja capaz de dotar os seus profissionais de meios económicos e tecnológicos, para que consiga fazer um bom trabalho.

Texto	Código: mudanças necessárias para o futuro da relação entre militares e jornalistas		Segmento do texto
Entrevista-J1	Militares	Política de informação	Necessidade de uma política unificada de informação nas Forças Armadas.
Entrevista-J2	Militares	Respeito e compreensão mútuos	Rapidez; os militares apreenderam que quando se trata de um jornalista é tudo para ontem; hoje tudo é tão poroso, o processo de “civilização” (do inglês “civilian”) na sociedade que é poroso, tu não consegues esconder através da estrutura hierárquica – torneia-se; a eles só lhes interessa ter uma boa relação com a Comunicação Social.
Entrevista-J3	Jornalistas	Respeito e compreensão mútuos	Haver um maior conhecimento do que é o trabalho do outro; haver uma maior compreensão de quais são os constrangimentos da outra parte.
	Militares		Haver um maior conhecimento do que é o trabalho do outro; haver uma maior compreensão de quais são os constrangimentos da outra parte.
Entrevista-J4	Jornalistas	Preparação/Formação	Preparação que os militares possam dar aos jornalistas é útil e um investimento 100% a fazer; há que investir na formação;
	Militares	Política de informação	Os embedded é um método que pode funcionar mas não é a solução para tudo (tem vantagens e desvantagens) – correm-se muitos riscos de falta de distanciamento: exige muito mais ao jornalista de se manter relativamente neutro quando está com a coluna militar; é difícil estar com uma coluna e manter a objectividade e a isenção em relação a essa coluna.
Entrevista-J5	Jornalistas	Um novo órgão de comunicação social	Se calhar em Portugal era fazer um novo jornal – um jornal o mais desinstitucionalizado possível, um jornal o mais independente do poder possível, um jornal que deixa-se de fazer favores; um jornal que dê meios
	Militares	Política de informação	O mundo militar sempre foi muito hierarquizado, hermético – é provável que houvesse necessidade de simplificar o processo de comunicação entre os militares e os jornalistas; [dá o exemplo de um militar português que vai às Universidade e escolas explicar o ponto de vista militar, ressaltando a importância e o interesse dessa questão].
	Jornalistas	Recuperar o passado	Se alguém tem que mudar são os jornalistas – é preciso saber a cultura das pessoas; devemos recuperar o que o jornalismo já foi.

Entrevista-J6	Militares	Nenhuma mudança	Os militares não têm que mudar nada, eles estão a trabalhar bem, eles estão a agir bem, e pela primeira vez são inteligentes a fazer isto, estou a falar dos militares portugueses; eles têm que dar todo o apoio que os jornalistas precisarem, e fazem-no;
Entrevista-J7	Jornalistas	Respeito e compreensão mútuos	Um maior aprofundamento das relações entre os militares e os jornalistas; Aos jornalistas falta uma maior compreensão de uma operação militar – como se desenrolam, os termos militares, os tipos de armamento, as patentes, alguns códigos, algumas hierarquias, alguns protocolos de segurança; Conhecimento dos códigos das profissões.
		Preparação/Formação	Fazerem-se mais cursos para jornalistas organizados pelos militares;
	Militares	Respeito e compreensão mútuos	Um maior aprofundamento das relações entre os militares e os jornalistas; Os militares deveriam preparar algumas rotinas ter mais treino profissional; Conhecimento dos códigos das profissões.
		Política de informação	Esconder a informação não resulta, a imagem do exército acaba por sair muito mal, porque dá a sensação que estão a esconder algo
		Preparação/Formação	É necessário que por parte dos militares haja uma maior formação na área do contacto com os jornalistas, maior conhecimento sobre a realidade dos jornalistas;
Entrevista-J8	Jornalistas	Redacção	As deficiências e a responsabilidade muitas vezes não são do jornalista que está no terreno é da redacção; onde a manipulação é feita verdadeiramente é no tratamento da informação na redacção e na maneira como é atirada para o público; tentar olhar a realidade de ângulos tão diversos e contrastantes possíveis.
	Militares	Política de informação	O embedding é uma questão muito complicada: não há nada de errado em princípio; a cobertura das coisas é limitada; o problema não está no embedding em si, a cobertura era feita essencialmente com o embedding; o embedding é interessante se for completado com informação que vem de outros lados e de outros ângulos;
		Postura perante a vida	E uma questão de postura perante a vida
		Preparação/formação	Formação

Entrevista-M1	Jornalistas e Militares	Respeito e compreensão mútuos	Respeito mútuo; respeito das missões de cada um e pelo trabalho dos outros; partindo do princípio que as pessoas são honestas, dizem a verdade, não dizem mal por dizer.
Entrevista-M2	Jornalistas	Jornalismo sério	o jornalista deve preocupar-se com notícias de valor e não com notícias sensacionalistas; deve ser um jornalismo sério.
		Preparação/formação	Uma é a formação
		Respeito e compreensão mútuos	Da parte dos jornalistas deve haver respeito pela actividade dos militares, pelos condicionalismos que os militares às vezes impõem (não é nada contra o trabalho dos jornalistas); os jornalistas têm que ter a percepção que nós estamos ali para fazer o nosso trabalho, e que o nosso trabalho implica riscos, quer para nós quer para os cidadãos autóctones daquela zona de conflito, e que por vezes por causa da nossa segurança, impomos condicionalismos aos jornalistas;
	Militares	Preparação/formação	Uma é a formação
		Respeito e compreensão mútuos	Os militares todos têm que compreender qual é papel que os jornalistas estão lá a fazer e que precisam de informação; os militares com a função de PIO devem estar preparados para poder colaborar no trabalho dos jornalistas e preservar, paralelamente, a imagem do seu próprio contingente
	Jornalistas	Postura perante a vida	É uma questão de mentalidades
		Respeito e compreensão mútuos	O trabalho de um jornalista ou de um militar numa acção é: um o bem da pátria, ou o cumprir com as alianças que o país tem, o outro é dar a informação à opinião pública e fazer o seu trabalho – temos que criar o bem, neste tipo de missões, de Portugal, porque não é adequado um jornalista português dizer mal, por exemplo, numa conferência internacional; também tem a ver com a ética profissional – não quer dizer que tem que dizer bem ou que tem que dizer mal, tem é que pensar no seu objectivo primordial que é Portugal; se calhar as missões não se coadunam, não são muito ajustáveis, mas todos nós temos um bem comum; tem que haver [uma convivência], marcar o limite; cada um ter a sua missão e não interferir com a do outro: não querer saber mais do que o outro pode dizer e não dizer menos do que o outro que quer saber mais; a boa convivência entre jornalistas e militares tem a ver com isto: saber transmitir e saber

Entrevista-M3			receber, e não tentar receber mais do que o que pode e nem tentar não dizer tudo o que deve.
	Militares	Postura perante a vida	É uma questão de mentalidades
		Respeito e compreensão mútuos	O trabalho de um jornalista ou de um militar numa acção é: um o bem da pátria, ou o cumprir com as alianças que o país tem, o outro é dar a informação à opinião pública e fazer o seu trabalho – temos que criar o bem, neste tipo de missões, de Portugal, porque não é adequado um jornalista português dizer mal, por exemplo, numa conferência internacional; também tem a ver com a ética profissional – não quer dizer que tem que dizer bem ou que tem que dizer mal, tem é que pensar no seu objectivo primordial que é Portugal; se calhar as missões não se coadunam, não são muito ajustáveis, mas todos nós temos um bem comum; tem que haver [uma convivência], marcar o limite; cada um ter a sua missão e não interferir com a do outro: não querer saber mais do que o outro pode dizer e não dizer menos do que o outro que quer saber mais; a boa convivência entre jornalistas e militares tem a ver com isto: saber transmitir e saber receber, e não tentar receber mais do que o que pode e nem tentar não dizer tudo o que deve.
Entrevista-M4	Jornalistas	Preparação/formação	Permitir aos jornalistas tirar alguns cursos, não lhes chamaria cursos de guerra, mas cursos de ensinamentos militares
		Respeito e compreensão mútuos	O jornalista também tem que ter o bom senso de perceber aquilo que pode transmitir; neste cenário o jornalista se recebe uma ordem tem que cumprir e não questionar, porque os militares têm mais conhecimentos sobre o terreno; tem que haver entreajuda entre os militares e os jornalistas.
	Militares	Respeito e compreensão mútuos	Depois tem que existir um bom relacionamento: os militares têm que ser abertos, frontais e dizer aquilo que sabem aos jornalistas, não omitir; Tem que haver entreajuda entre os militares e os jornalistas.

Tabela 20 – As mudanças necessárias para o futuro

Na base de todas estas mudanças e do futuro do jornalismo encontramos a importância que o mesmo tem para a sociedade actual, pois é nessa importância que encontramos a justificação necessária para que se continue a enviar profissionais para zonas de conflito. Deste modo, podemos distinguir um conjunto de vantagens e desvantagens para a profissão, e que estão condensadas na tabela 21. No que diz respeito às vantagens, os entrevistados destacam a possibilidade que este tipo de jornalismo tem de incutir um novo e português olhar sobre aos conflitos, o que atribui uma autonomia informativa ao jornalismo nacional. Esta característica reveste-se ainda da vantagem de estar onde acontece a história e de permitir aos jornalistas adquirir conhecimentos mais vastos sobre as distintas zonas do globo, e transmitir essa informação a quem ficou em Portugal – aliás, esta vantagem é tida por muitos como a mais importante, sobretudo para os militares que podem passar muito tempo sem poderem contactar os seus familiares, e a quem se abre uma janela para o mundo através dos jornalistas. Ao nível das desvantagens, a mais destacada é, sem dúvida, os custos para as empresas de comunicação, pois numa economia *colapsada*, como disse Luísa Meireles, em que tudo está inflacionado e em escassez completa, torna-se por vezes insustentável financeiramente manter um profissional ou uma equipa de reportagem na região, sendo mais fácil e barato recorrer às agências – na realidade este domínio da informação de agência é mesmo visto como uma grande desvantagem, e por vezes sinónimo de mau jornalismo, pois não existe um nível de aprofundamento tão grande, ou pelo menos, não em consonância com o requerido pelas redacções nacionais. De algum modo, alguns entrevistados vislumbram desvantagens ao nível pessoal, isto é, referentes ao próprio jornalista, quando este é incapaz de cumprir a função que lhe foi destinada, ao não ser capaz de suportar as pressões inerentes ao cargo que lhe foi confiado. Ainda assim, alguns entrevistados não vêem grandes desvantagens no jornalismo em áreas de conflito armado, antes pelo contrário, existe uma vantagem primordial nesta área: a de transmitir a verdade. A excepção a este raciocínio é a da jornalista Elsa Marujo, que considera que o jornalismo em áreas de conflito não pode ser medido em termos de vantagens e desvantagens: este é simplesmente um trabalho que é necessário fazer, e compete ao jornalista desenvolvê-lo da melhor maneira possível, e com o maior profissionalismo de que for capaz.

Entrevista	Código: as vantagens e desvantagens		Segmento do texto
Entrevista-J1	Vantagens	Novo olhar	Dar a conhecer à população portuguesa o que se passa realmente no mundo.
	Desvantagens	Custos	Custos para as empresas
Entrevista-J2	Vantagens	Informação própria	Salvaguardar informação própria
		Novo olhar	Autónoma com um olhar português
	Desvantagens	Custos	Custos para as empresas
		Domínio das agências	Tens a nível internacional duas ou três agendas que controlam a informação global, isto é muito mau em termos de liberdade de pensamento.
Entrevista-J3	Vantagens	Aquisição de conhecimentos	Conhecer sítios e pessoas que de outras formas não se conheciam
		Desenvolvimento pessoal	Possibilidade de compreendermos o ser humano e o relacionamento entre as pessoas em situações limite, compreendermos a capacidade que as pessoas têm de ter uma vida normal depois de perderem os bens, a família, perderem o chão, perderem o mapa dos afectos e físico;
		Estar onde está a história	Estarmos num sítio em que a história se está a escrever; perceber quais são os mecanismos que temos que impedem que mesmo depois de assinar um acordo de paz as pessoas das várias comunidades beligerantes se continuem a relacionar entre si, ou não como é que continuam a relacionar-se entre si, são mais vantagens do ponto de vista sociológico.
	Desvantagens	Mau jornalismo	quando é um jornalismo mal feito, ou preguiçoso, ou machista ou sem princípios; reforçar compromissos éticos: dar mais voz às pessoas que apesar da guerra tentam superar as razões do conflito, dar mais voz às vítimas da guerra – o jornalismo para a paz.
Entrevista-J4	Sem vantagens nem desvantagens		Não pode ser medido em termos de vantagens e desvantagens; ele tem que ser feito para a informação chegar lá fora; há um trabalho para ser feito, se somos profissionais temos que o fazer.
Entrevista-J5	Vantagens	Autonomia profissional	Podem existir grandes vantagens se a tua capacidade de autonomia for grande; a partir do momento em que sintas que te estás a autocensurar ou que terias mais informação se estivesses sentado a uma secretária do que estado ali, então é melhor desistir dessa ideia; se achares que podes continuar a ter alguma liberdade de movimentos, alguma liberdade para escreveres, para falares com quem queres, e sejas tu a decidir o que é

			que achas que é importante fazer no terreno, e não sentires que estás a ser comandado pela redacção, acho que isso aí vale a pena.
	Desvantagens	Custos	Há casos em que os jornalistas pagam parte dos custos
		Domínio das agências	Ir às agências buscar as reportagens tem muito a ver com a gestão de custos
Entrevista-J6	Vantagens	Novo olhar	Ser os olhos e os ouvidos, os sentidos dos teus ouvintes, que não têm a oportunidade de estar ali
	Desvantagens	Mau jornalismo	Neste pós-Iraque só vejo desvantagens, com o embedded estás a vigiar os teus ouvintes ou leitores ou telespectadores.
		Não há desvantagens	Não vejo desvantagens, no jornalismo de guerra a sério
Entrevista-J7	Vantagens	Informação própria	(o jornalista que está lá tem o seu) eu tenho o meu próprio olhar; é preciso ter lá alguém que diga; dar aquilo que as agências não dão.
		Novo olhar	Para o público português a história tem que ser contada em português
	Desvantagens	Para o próprio jornalista	A única desvantagem é interna do jornalista, quando mandamos para lá um jornalista e ele não consegue trabalhar lá, seja pelas dificuldades que encontra no terreno, ou porque ele é incapaz por algum motivo – há jornalistas que chegam e têm medo, (é normal ter medo), ter alguns receios que tornem a sua situação lá inútil – ou dificuldades de circulação, que não consegue trabalhar lá; há um risco associado – o conhecimento que as redacções têm, e que os editores têm - mandar um repórter para lá, ele está a correr um risco, e desvalorizam o trabalho dele, não vale muito a pena (mas geralmente isso não acontece).
		Não há desvantagens	Não vejo desvantagem em enviar para lá alguém
Entrevista-J8	Vantagens	Mostrar que está lá	O que é fundamental para uma televisão que envia um repórter para um cenário de guerra, não é propriamente se ele vai lá recolher mais ou menos informação, é dizer que ele está lá e mostrá-lo lá;
		Novo olhar	Apesar de tudo cada órgão de informação deve ter uma perspectiva própria, uma orientação editorial própria, e portanto, parece-me normal que determinado jornal considere que há lá agências, mas sente que é importante para o jornal, em termos de credibilidade, em termos de prestígio, ter a sua própria visão, ter a sua própria análise, ler com os seus próprios olhos aquela realidade, e portanto investem e mandam um jornalista para lá para fazer isso; por razões de concorrência, de impacto no público, o que é preciso é mostrar que têm lá alguém.

	Desvantagens	Custos	Essas deslocações saem, normalmente, extremamente caras e há claramente uma tendência para enviar menos repórteres; cada vez menos os jornalistas saem, excepto em ocasiões oficiais;
		Uso de habitantes locais	Cada vez mais os repórteres permanentes no terreno, os correspondentes, são indivíduos locais, que evidentemente saem muito mais baratos; na maior parte das vezes que se decide fazer esse investimento é por razões de concorrência e de prestígio, e não pela real preocupação da recolha de informação.
Entrevista-M1	Vantagens	Importância do relato da guerra	A guerra é uma actividade humana e o jornalismo reporta actividades humanas, como tal deverá ser relatada, contada e informada.
	Desvantagens	Não há desvantagens	Não vejo qualquer desvantagem;
		O jornalista em si (enquanto pessoa e profissional)	A desvantagem a acontecer é no comportamento do jornalista em si – tem que cumprir o seu papel como deve ser.
Entrevista-M2	Vantagens	Importância do relato da guerra	numa sociedade da informação como a actual tem que haver quem faça esse papel, até para as pessoas saberem o que é que se está a passar, e os decisores políticos, porque se estiverem bem informados podem decidir melhor; transmitir fielmente o que se está a passar no terreno eu considero fundamental (por vezes chegam ainda antes dos militares); (se não fossem os jornalistas a estar no terreno, no Sudão ou noutros conflitos, como é que nós sabíamos logo que estava a haver um genocídio?).
		Necessidade de dizer a verdade	Desde que seja transmitida a verdade;
	Desvantagens	Não há desvantagens	Não vejo desvantagem
		O jornalista em si (enquanto pessoa e profissional)	Eu acho que o jornalista deve estar presente, deve é estar consciente do perigo e informar-se para onde vai; deve fazer também um estudo em termos de saúde do local para onde vai.
Entrevista-M3	Vantagens	Informar quem está em Portugal	Necessidade da informação por parte das famílias dos militares que estão lá.
		Presença de Portugal	Perante os nossos pares, se Portugal está envolvido numa situação, numa conferência de imprensa do nosso escalão superior [exemplo a NATO], se os outros países estão e nós não estamos com certeza que ficamos mal; devemos fazer sempre o acompanhamento, sobretudo quando estão tropas portuguesas

	Desvantagens	Cuidados na transmissão da informação	É necessário ter cuidado com e como a informação é transmitida e obedecer aos trâmites normais [obedecer à hierarquia militar; questão da informação às famílias em caso de acidente e à necessidade de sensibilidade nestas situações].
Entrevista-M4	Vantagens	Informar quem está em Portugal	Aos militares que são enviados para estas missões, muitas das vezes é-lhes cortado o contacto com a população cá, e quando se corta essa ligação, nós militares sabemos que estamos bem, apesar de estarmos longe, mas é muito importante para a família naquele lado saber que nós estamos bem; aí o jornalismo, uma das vantagens, é mostrar que nós estamos bem; acima de tudo é manter calma a população que cá está, os familiares.
	Desvantagens	Cuidados na transmissão da informação	Muitas das vezes é divulgar aquilo que não havia interesse de divulgar, aquilo que a população civil iria interpretar mal, mas penso que isso está a ser corrigido aos poucos e poucos

Tabela 21 – As vantagens e desvantagens do jornalismo em áreas de conflito armado

No final da nossa análise parece-nos importante tentar encontrar alguma resposta, ou pelo menos contribuir para a construção de uma clareza maior no que diz respeito a uma das interrogações que nos colocamos no nosso enquadramento teórico: qual a designação que deve ser atribuída aos profissionais do jornalismo que são destacados para áreas de conflito. Esta dúvida surge não só no âmbito do nosso trabalho, como é também parte essencial do estudo da sociologia das profissões aplicada ao jornalismo, pois procura contribuir para que se encontre alguma coerência nas funções do jornalista.

No que diz respeito à opinião dos nossos entrevistados, podemos constatar que não existe unanimidade, mas existe pelo menos alguma consonância, pois na sua maioria os inquiridos consideram que o profissional é um enviado. Contudo, é também relevante o número de entrevistados que considera a indicação de repórter como sendo correcta, não estando esta longe daquilo que seria o ideal. De destacar no gráfico seguinte o facto de que nenhum dos inquiridos considera a denominação de correspondente – o que vai contra a ideia generalizada e perpetrada pelos norte-americanos de “*war correspondent*” – e que a denominação mais exacta está, muitas vezes, dependente das funções que o profissional vai desempenhar no terreno. O que sim foi, praticamente, consensual foi a noção de que no nosso país não é possível encontrar um verdadeiro jornalista em áreas de conflito armado – isto é, um jornalista que não faça mais nenhum trabalho que não seja em zonas de conflito em todo o mundo²⁴⁶.



Gráfico 5 – Designação que deve ser atribuída ao profissional da comunicação quando em áreas de conflito

²⁴⁶ As dúvidas que surgem, neste âmbito, demonstram quão difícil é para a sociologia das profissões e a sociedade em geral, compreender e atribuir funções específicas aos profissionais do jornalismo: a diferença que existe nas denominações, assim como dos atributos específicos que podem ser atribuídos aos jornalistas só dificulta a denominação da sua área de actuação.

B. Conclusões gerais

Jornalista, repórter, correspondente ou enviado são as diferentes designações que se podem atribuir a um mesmo profissional de um órgão de comunicação que é destacado para um conflito armado para desempenhar a função de recolher, tratar e transmitir informação.

A profissão do jornalista tem séculos de existência, mas a especificidade do trabalho em conflitos sofreu um crescendo desde a I Guerra Mundial, e um aumentando exacerbado nas últimas décadas. Esta evolução poderá deixar antever um mundo em que a informação é pontuada, quotidianamente, pelo relato da tensão, do horror dos conflitos armados em qualquer canto do planeta, e pela criação de um *voyeurismo* nas sociedades que vivem em climas de paz. Esta assumpção poderia levar-nos a **equacionar o jornalismo em áreas de conflito armado** como uma profissão com um futuro algo promissor, pois as guerras dificilmente terminarão – já no século IV a. C. Sun Tzu escrevia sobre a guerra e a considerava «A guerra/É um assunto de extrema importância para o estado;/ É um espaço/ De vida e de morte;/ Um caminho/ Para a sobrevivência e para a destruição, /Uma questão/ Que deve ser cuidadosamente examinada.»²⁴⁷, ou seja, para este general chinês, há já mais de 2400 anos a guerra era parte essencial da vida humana, da vida dos estados e seus governantes, e na actualidade, debaixo do manto do humanismo militar, parece quase inconcebível o fim último dos conflitos no mundo –, mas as mudanças drásticas que se têm vindo a operar ao nível do jornalismo, poderão originar uma nova forma de jornalismo em áreas de conflito, mais distante e mais uniformizado através do domínio da informação de agências noticiosas.

Se nos questionarmos acerca da legitimidade da prossecução deste tipo de trabalho, poderemos deparar-nos com as respostas mais díspares: os jornalistas considerarão que a reportagem de conflitos é parte fundamental do jornalismo; mas os públicos poderão estar a sofrer de uma saturação de informação de horror e relegar para segundo plano este tipo de trabalho. Assim sendo, **Como equacionar o Jornalismo em áreas de conflito armado nas sociedades contemporâneas?**, isto é, como compreender e dar a entender aos públicos, audiências, chefias e à sociedade em geral, que o jornalismo de conflito tem um espaço específico nas redacções?

Para compreender a dimensão que o jornalismo em áreas de conflito ocupa no dia-a-dia informativo bastar-nos-ia abrir um jornal, ouvir um noticiário ou assistir a um telejornal, pois em quase todos eles é possível descobrir informação de índole bélica, mas encontrar a legitimidade da função jornalística é bastante mais difícil. Começaremos por dar resposta a uma questão de cariz essencialmente pessoal e que se reveste das características específicas que cada jornalista terá que possuir para conseguir desempenhar estas funções: **Quais os atributos considerados mais relevantes para o exercício da profissão de jornalista em áreas de conflito?** Os nossos entrevistados foram peremptórios ao considerar que é necessária uma boa dose de loucura e coragem para deixar o conforto do nosso país e deslocar-se para o local de onde tanta gente tenta fugir e luta pela vida. Para aceitarem este desafio os jornalistas terão, necessariamente, que gostar da temática – não necessariamente

²⁴⁷ TZU, Sun, *A arte da guerra*, Quasi Edições, Vila Nova de Famalicão, 2008, p. 7;

do conflito, mas sim da relevância jornalística e social que pode ter o seu trabalho e a reportagem. É este gosto que acarreta em si as motivações pessoais de cada profissional, pois só o gosto justifica as auto-propostas e aceitação das indicações das editorias dos órgãos de comunicação social. Todas estas características, juntamente com a exigência de profissionalismo, bom senso, honestidade profissional, discernimento, objectividade, sensibilidade, boa formação ou capacidade de comunicar são, por isso, atributos que formam um tipo - ideal de jornalista em áreas de conflito armado, e com o qual os nossos entrevistados acabam por se identificar, sobretudo os jornalistas. Mas são também estas qualidades que comprovam que muito poucos são aqueles que se assumem e assumem os seus pares como heróis por estarem num cenário de conflito – uma ideia perpetrada mais por aqueles que procuram integrarem o *star system* que Luísa Meireles refere na sua entrevista e que, considera, são de evitar –, e que se encontra em consonância com as referências que fizemos anteriormente na nossa operacionalização de conceitos: Pedro Cardoso afirma mesmo que o jornalista herói simplesmente não existe, uma ideia que vem ao encontro da defendida pelos nossos entrevistados, que nem sequer fizeram referência a qualquer tipo de actos ou traços de heroísmo. De entre as motivações e características dos jornalistas entrevistados, a que sim pode ser associada a algum nível de protagonismo será a coragem muitas vezes necessária para ir aos locais no auge do conflito, mas que é, contudo, mitigada pela importância que os profissionais atribuem ao seu trabalho, e à necessidade que, como refere Elsa Marujo, existe de prosseguir com o mesmo, tendo muitas vezes que superar dificuldades pessoais – como a falta de alimentação – e profissionais – como a falta de comunicação – que apenas tornam mais complicada o cumprimento das suas funções. Assim sendo, quando nos perguntamos sobre a existência de **atributos considerados mais relevantes para o exercício da profissão de jornalista em áreas de conflito**, a resposta passará sempre pela exigência de um nível de profissionalismo e carácter forte e humanitário muito vinculados em cada profissional, para além de uma necessidade constante de distanciamento do protagonismo inerente, por vezes, à profissão.

Associadas, como já referimos, aos atributos, estão as motivações dos jornalistas, e é nestas que, inicialmente, encontramos os benefícios e inconvenientes desta categoria do jornalismo, isto porque, se os jornalistas e chefias não encontrarem motivos válidos para o envio para zonas de conflito, então não se encontram vantagens no mesmo e, como tal, desvantagens. Deste modo, as principais razões apontadas que justificam a actividade são, na sua essência, a importância profissional e social que existe em dar a conhecer o mundo ao mundo. Contudo, dar a conhecer este mundo aos portugueses passa, essencialmente, por vincular um cunho nacional à informação e à interpretação dos factos, sendo está uma das grandes vantagens do jornalismo em áreas de conflito armado para os profissionais portugueses: o considerado *olhar português*. Desta forma, quando procuramos compreender: **Quais as condições actuais para o exercício do jornalismo em áreas de conflito: principais vantagens e principais desvantagens?**, começamos por considerar que a capacidade do universo da comunicação social nacional ser capaz de produzir a sua própria

informação, fazendo-a corresponder aos seus valores e ideologias, fugindo ao novo modelo pré-formatado de informação – cedido pelas agências noticiosas e grandes grupos de comunicação – é uma mais-valia fundamental para a nossa sociedade, ao mesmo tempo que permite um maior conhecimento, quer por parte do profissional, quer por parte da população, daquilo que são as condições actuais do mundo e, também muito importante, de quais as missões que as Forças Armadas Destacada Portuguesas fazem no terreno – quais os seus sucessos e quais as suas perdas, ao mesmo tempo que dá conta, em tempo quase real, da situação pessoal de cada indivíduo. É assim possível criar um conhecimento generalizado baseado na isenção profissional e na verdade, com uma perspectiva portuguesa que, ao não enviar jornalistas para estas e outras partes do mundo, não seria alcançável – uma noção que poderá ser estendida a todo o universo de actuação do jornalismo, quer ao nível da informação nacional quer internacional – é, por isso, necessário criar um *olhar* próprio, sem ideias pré-concebidas, um *olhar* fundamentado no *olhar* português do mundo e da sociedade mundial. Ainda assim, poderão ser levantadas objecções a este trabalho que são orientadas pela lógica de mercado: certos grupos económicos da comunicação social consideram que a relação custo/benefício não é suficiente para enviar os seus profissionais. Na realidade, não é palpável, a olhos vistos, um verdadeiro benefício para os públicos na informação de conflitos, pelo que poderá considerar-se que os custos económicos acrescidos que implica ter um jornalista numa região de tensão – como refere Luísa Meireles, as economias locais estão completamente em colapso e a inflação é elevadíssima – não justificam nem colmatam as vantagens dessa acção. A juntar a esta situação estão ainda os custos pessoais que os profissionais sofrem ao estar na região: mais do que as saudades de casa, da família e dos amigos, a pressão que se instala a nível profissional e pessoal podem levar muitos jornalistas a não conseguirem concluir o seu trabalho e até mesmo a ficar com sequelas psicológicas difíceis de ultrapassar (o designado stress pós-traumático). Deste modo, provavelmente os custos, sobretudo económicos, não suplantam, na óptica das chefias, as vantagens que o jornalismo em áreas de conflito armado tem para a sociedade, mas ao analisarmos as respostas dos nossos entrevistados, e é necessário ter em conta que são jornalistas bastante especializados na área e militares versados na matéria, podemos concluir que as condições actuais para o exercício da actividade são bastante constritoras, porém os profissionais que estiveram e estão no terreno exaltam as vantagens e a necessidade de bem informar como suficientes para cumprir as suas funções.

Na óptica dos profissionais que estão na região, parte do seu trabalho passa, necessariamente, pelo contacto com os actores mais destacados dos conflitos: os militares. Assim sendo, e de forma a compreender na plenitude por onde passa o futuro desta actividade, é necessário analisar a relação e postura que se estabelece entre os membros destes dois grupos profissionais²⁴⁸, tentando assim dar resposta à questão: **Em áreas de conflito as**

²⁴⁸ De destacar aqui que, no nosso trabalho não foram considerados outros actores militares como são as guerrilhas. Ainda que não impossível, seria muito difícil fazer uma análise dessa estirpe no âmbito de uma dissertação de mestrado como é a que se apresenta. Contudo, não descaramos a importância que essa visão poderia ter para uma análise mais profunda do jornalismo em áreas de conflito armado.

forças armadas destacadas têm uma postura mais ou menos aberta face aos profissionais da Comunicação Social (jornalistas)?

Como ficou dito anteriormente, a actividade jornalística, sobretudo quando desenvolvida em zonas de conflito, tem exigências e constrangimentos pessoais e profissionais muito grandes para os indivíduos que a desenvolvem, sendo muitas vezes necessário recorrer aos actores militares para conseguirem aceder à informação ou, simplesmente, deslocarem-se. O estabelecimento deste contacto implica, necessariamente, a fundação de relações que tanto podem ser de amizade e ajuda, como de animosidade e entrave à realização das tarefas de ambos os profissionais. Quando deparados com esta questão os nossos entrevistados não foram parcos nas palavras e consideraram que, no caso português, a relação e postura que se estabelece entre os actores se caracteriza por ser bastante franca, aberta, de ajuda e cooperação, fundada na verdade e no respeito mútuo. Existindo um elevado nível de profissionalismo de parte a parte, ainda que sendo sempre de destacar a existência de condicionalismos profissionais – sobretudo a sensibilidade da informação confidencial que os jornalistas sempre procuram, mas que os militares não podem ceder – que, caso não sejam compreendidos, podem dar origem a situações de desentendimentos, por vezes encarados como controlo e censura por parte dos jornalistas, e incompreensão total da actividade pelo lado dos militares. Esta ideia transmitida pelos entrevistados reporta-se, necessariamente, ao relacionamento saudável entre as tropas portuguesas e os jornalistas nacionais, e vai contra uma ideia quase generalizada de que esta relação está cheia de percalços – sobretudo ao nível da censura e do controlo da informação – quando a mesma é tema de debate a nível internacional. Esta complexidade e dualidade que pode existir na relação leva-nos a considerar que ainda que este relacionamento seja bastante bom, do ponto de vista dos nossos entrevistados, a verdade é que muito é ainda necessário fazer, e a construção de um entendimento pleno passa, essencialmente, por um futuro em que seja imperioso apostar na formação e compreensão das actividades, assim como pela necessidade de existir uma política de informação dentro das Forças Armadas que seja eficiente, e que aos jornalistas seja exigido uma verdadeira entrosão daquilo que são as funções e impedimentos militares.

Como equacionar o Jornalismo em áreas de conflito armado nas sociedades contemporâneas?

Quando chegados aos fim, e ao tentarmos realmente perceber por onde passa o futuro do jornalismo em áreas de conflito armado, assim como qual o lugar que o mesmo ocupa na nossa sociedade, vemo-nos forçados a concluir que, ainda que exista já uma clara evolução desde o início da actividade, será sempre necessário aos jornalistas procurarem novas formas de se formarem e compreenderem a dinâmica dos conflitos antes de irem para as regiões, ao mesmo tempo que necessitam encontrar novas formas de informarem os seus públicos, pois só assim será possível legitimar a continuidade desta actividade jornalística. É necessário perceber que estar em zonas de conflito implica um esforço pessoal e profissional adicional pelas características anómalas da situação, ao mesmo tempo que exige a manutenção de um

nível de profissionalismo muito mais elevado: compreender a situação de quem está no terreno, das suas circunstâncias, das suas vivências e, acima de tudo, ser capaz de respeitar a conjuntura do que o rodeia. Ser, também, capaz de perceber que este trabalho, ainda que pontuado pela solidão, exige cada vez mais o relacionamento com os colegas de profissão (tanto os que estão no local, com os que estão em Portugal), com as populações e com os militares – numa lógica de respeito e entendimento mútuo que é necessário cultivar.

É pois difícil prever qual o futuro desta actividade, mas é possível perceber que, para que esse futuro exista, aos profissionais se exige uma melhor preparação e a obediência aos princípios básicos do jornalismo, como a imparcialidade; e aos públicos, um maior interesse pelo trabalho desenvolvido.

Considerações finais

A vida humana evoluiu de uma sociedade eminentemente rural e feudal, para uma industrial e, agora, para uma situação designada de sociedade da informação. A todas estas evoluções estão associados sectores de actividade: a agricultura, a indústria e a informação. Estes ciclos sociais apontam, actualmente, para que a presente face venha a sofrer alterações e a transformar-se em algo distinto, dominado por um outro ou novo sector de actividade, que dará ao mundo uma nova cara, uma nova estabilidade, um novo equilíbrio.

Contudo, uma parte essencial da vida humana é a comunicação – verbal ou não verbal – e a sua essência será muito difícil de se eliminar da convivência e da existência dos indivíduos. Ainda assim, uma das suas vertentes, o jornalismo, não é tão certo que perdure durante muitos mais anos e que acompanhe o novo ciclo, pois as mutações que tem vindo a sofrer, aliado ao facto de ainda não se ter estabelecido como actividade profissional legítima e inalienável, tornam periclitante a sua manutenção na sociedade. Prova disso é este mesmo trabalho – foi difícil chegar a consenso sobre o futuro da profissão, houve mesmo quem não acreditasse num futuro –; mas também a informação que nos chega diariamente, e cada vez mais, de fontes ditas civis, comuns, de qualquer um de nós, que recorrendo às novas tecnologias poderá fazer ponto de se tornar e legitimar como jornalista, e os conflitos não são excepção deste fenómeno. Compreender esta nova imagem do jornalismo implicaria iniciar toda uma nova investigação, mas aquela que agora finda terá dado luzes sobre o mundo jornalístico e sobre uma das suas fontes mais importantes, os militares, que se espera contribuir para melhor compreender e cimentar a profissão, ao mesmo tempo que atribuir clareza a uma actividade que parece quotidiana e rotineira, mas que se torna, no acto, das mais difíceis de levar a cabo.

A temática não teria fim, mas a finalização do trabalho impõe-se, numa lógica de dever cumprido, esperando ter aberto novas portas para compreender o jornalismo em áreas de conflito, mas também com a esperança de ter escancarado novas janelas de investigação sobre o jornalismo como um todo – como sejam, esse mesmo futuro que está aqui tão perto, mas que não é, ainda, palpável.

Bibliografia

Obras

- AA. VV.; *Media & Jornalismo: jornalismo em tempo de guerra – revista do centro de investigação Media e Jornalismo, número 3 - ano 2*; Edições Minerva; Coimbra: 2003;
- AA. VV.; *O exército português nos caminhos da paz: 1989-2005*; Estado-Maior-General das Forças Armadas, Lisboa: 2005;
- ALLAN, Stuart; ZELIZER, Barbie (editores); *Reporting war: journalism in wartime*; Routledge; Abingdon: 2004;
- ALLEN, Tim; EADE, John (editors); *Divided europeans: understanding ethnicities in conflict*; Kluwer Law International; Cambridge: 1999;
- ARKSEY, Hilary; KNIGHT, Peter; *Interviewing for social scientists*, Sage Publications; London: 1999;
- BARATA-FEYO, José Manuel (coordenação); *Grande reportagem*; Oficina do Livro; Dafundo: 2006;
- BARATA, Óscar Soares; *Ciências sociais*; Edições do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Lisboa: 1994;
- _____, Óscar Soares; *Introdução às ciências sociais, volume 1*; Bertrand Editora; Lisboa: 2002;
- _____, Óscar Soares; *Introdução às ciências sociais, volume 2*; Bertrand Editora; Lisboa: 2002;
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (organizadores); *Dicionário de política*; Editora Universidade de Brasília; Brasília: 1983;
- BONIFACE, Pascal; *Guerras do amanhã*; Editorial Inquérito; Mem-Martins: 2003;
- CASAIS, Fernando; *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*; Editorial Verbo; Lisboa: 2001;
- CASTRO, Luís; *Repórter de guerra*; Oficina do livro; Dafundo: 2007;
- CHAPARRO, Manuel Carlos; *Linguagem dos conflitos*; Edições Minerva; Coimbra: 2001;
- CHOMSKY, Noam; *O novo humanismo militar: lições do Kosovo*; Campo das letras editores; Porto: 1999;
- _____, Noam; *A manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda*; Editorial Inquérito; Mem-Martins: 2002;
- CLAUSEWITZ, Carl von; *Da guerra*; Editora Perspectivas e Realidades; Lisboa: 1979;
- COUSELO, Jar Gonzalo, «Periodistas y guerra: una perspectiva desde el derecho internacional humanitario», in *Revista española de derecho militar: separata al número 83*, Escuela Militar de estudios jurídicos, Ministerio de Defensa de España, 2004;
- CRUZ, João Cardoso da; *Introdução ao estudo da comunicação: imprensa, cinema, rádio, televisão, redes multimédia*; Edições do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Lisboa: 2002;

- DAVIES-SIANI, Peter (editor); *International intervention in the Balkans since 1985*; Routledge, London: 2003;
- DUROSELLE, Jean-Baptiste; *Tout empire périra : théorie des relations internationales*; Armand Colin Editeur ; Paris: 1992;
- FIDALGO, Joaquim; *O jornalista em construção*; Porto Editora; Porto: 2008;
- FINO, Carlos; *A guerra em directo*; Editorial Verbo; Lisboa/São Paulo: 2003;
- FREUND, Julien; *Sociologie du conflit*; Presses Universitaires de France; Paris: 1983;
- JUDT, Tony; *Postwar: a history of Europe since 1945*; Pimlico; London: 2007;
- KEYLOR, William R.; *História do século XX: uma síntese mundial*; Publicações Europa-América; Mem Martins: 2001;
- MACHADO, Miguel; CARVALHO, Sónia; *Exército e imprensa*; Prefácio; Lisboa: 2004;
- MALCOLM, Noel; *Kosovo: a short history*; Macmillan; Essex: 1998;
- MOREIRA, Adriano; *Teoria das relações internacionais*; Livraria Almedina; Coimbra: 1996;
- MOREIRA, Carlos Diogo; *Planeamento e estratégias da investigação social*; Edições do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Lisboa: 1994;
- _____, Carlos Diogo; *Teorias e práticas de investigação*; Edições do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Lisboa: 2007;
- MCLAUGHLIN, Greg; *The war correspondent*; Pluto Press; Sterling: 2002;
- NEVEU, Érik; *Sociologia do jornalismo*; Porto Editora; Porto: 2004;
- PATTON, Michael Quinn, *Qualitative research & evaluation methods*, Sage Publication; United Kingdom: 2002;
- PEREIRA, Carlos Santos; *Da Jugoslávia à Jugoslávia: os Balcãs e a nova ordem europeia*; Edições Cotovia; Lisboa: 1999;
- _____, Carlos Santos; *Guerras da informação: militares e media em cenários de guerra*; Tribuna da história; Lisboa: 2005;
- PÉREZ-REVERTE, Arturo; *Território comanche*; Editorial Presença; Lisboa: 1997;
- PETERS, B. Guy; *El nuevo institucionalismo*; Editorial Gedisa; Barcelona: 1999;
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan; *Manual de investigação em ciências sociais*; Gradiva Publicações; Lisboa: 2003;
- RODRIGUES, Maria de Lurdes; *Sociologia das profissões*; Edições Celta; Oeiras: 2002;
- RODRÍGUEZ, Pepe; *Periodismo de investigación: técnicas y estrategias*; Ediciones Paidós Ibérica; Barcelona: 1994;
- ROGEL, Carole; *The breakup of Yugoslavia and its aftermath*; Greenwood Publishing Group; United States of America: 2004;
- SANTOS, José Rodrigues dos; *Crónicas de guerra: da Crimeia a Dachau*; Gradiva Publicações; Lisboa: 2003;
- _____, José Rodrigues dos; *Crónicas de guerra, volume 2: de Saigão a Bagdade*; Gradiva Publicações; Lisboa: 2002;
- _____, José Rodrigues dos; *A verdade da guerra*; Gradiva Publicações; Lisboa: 2005;

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (organizadores); *Metodologia das ciências sociais*; Edições Afrontamento; Porto: 2005;

SILVERMAN, David (editor); *Qualitative research: theory, method and practice*; Sage Publications; London: 1998;

SOUSA, Fernando de (Organizador); *Dicionário de relações internacionais*; Edições Afrontamento; Santa Maria da Feira: 2005;

SOUSA, Jorge Pedro (organizador da versão portuguesa); *Jornalismo: história, teoria, e metodologia da pesquisa, perspectivas luso brasileiras*; Edições Universidade Fernando Pessoa; Porto: 2008;

SZYMANIAK, Włodzimierz Jozef (coordenador); *Dicionário de ciências da comunicação*; Porto Editora; Porto: 2000;

TUMBER, Howard; WEBSTER, Frank; *Journalists under fire: information war and journalistic practices*; Sage Publications; London: 2006;

TZU, Sun; *A arte da guerra*; Edições Quasi; Vila Nova de Famalicão: 2008;

WEINBERG, Steve, *The reporter's handbook: an investigator's guide to documents and techniques*, St. Martin's Press; Boston: 1996;

Artigos

AA. VV.; «Human security report 2005»; publicado em <http://www.humansecurityreport.info/index.php?option=content&task=view&id=28&Itemid=63>, consultado a 25 de Setembro de 2008;

AA. VV.; «Noticias en vivo: manual de protección para periodistas»; publicado em <http://www.ifj.org/assets/docs/060/058/9728f3c-2a0903a.pdf>, consultado a 12 de Março de 2008;

Allan Little; «A painful birth»; publicado em http://www.frontlineclub.com/club_articles.php?id=323, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Anonymous; «Chronology of events in the former Yugoslavia»; in *Monthly Review*, Nova Iorque: Outubro de 2007, vol. 59, num. 5, pp. 60 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1361006361&sid=6&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008;

Anthony Feinstein; «Journalists under fire: the psychological hazards of covering war»; publicado em http://www.conflict-study.com/journalists%20Under%20fire_Chapter%201.pdf, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Anthony Feinstein; «The psychological hazards of war journalism: a psychiatrist examines how journalists respond to what they witness and report»; publicado em <http://www.nieman.harvard.edu/reportsitem.aspx?id=100835>, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Carl K. Savich; «War, journalism, and propaganda: an analysis of media coverage of the Bosnian and Kosovo»; publicado em <http://www.rastjo.org.yu/kosovo/istorija/ccsavich-propaganda.html>, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Carlos Azevedo; «Meios de comunicação como armas de guerra»; publicado em <http://bocc.ubi.pt/pag/azevedo-carlos-comunicacao-armas-guerra.pdf>, consultado a 10 de Dezembro de 2007;

Carlos Santos Pereira; «Os jornalistas portugueses e a experiência dos Balcãs»; publicado em http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_3_16.b.html, consultado a 10 de Dezembro de 2007;

Chico Villela; «Fabricantes de dor: a ciência, os discursos, as armas e a tortura que participam dos crimes de guerra que sustentam o Império»; publicado em <http://www.planetaportoalegre.net>, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Charles A. Kupchan; «Independence for Kosovo»; in *Foreign Affairs*, Nova Iorque: Novembro/Dezembro de 2005, vol. 84, num. 6, p. 13; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=932950861&sid=33&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008;

Chris Abbot; «Rights and responsibilities: resolving the dilemma of humanitarian intervention»; publicado em http://www.oxfordresearchgroup.org.uk/publications/briefing_papers/pdf/rightsresponsibilities.pdf, consultado a 12 de Outubro de 2008;

Chris Cramer; «Dying to get the news»; publicado em http://www.frontlineclub.com/club_articles.php?id=191, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Christine M. Chinkin; «Kosovo: a “good” or “bad” war?»; in *The American Journal of International Law*, Washington: Outubro de 1999, vol. 93, num. 4, pp. 841 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=48290501&sid=41&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008;

Cristina Ponte; «Kosovo: a voz editorial em El País e Público»; publicado em http://bocc.ubi.pt/pag/ponte-cristina-editoriais_braga.html, consultado a 10 de Dezembro de 2007;

Dale Edwards; «The military and the press: an uneasy truce»; in *Journalism and mass communication quarterly*, Columbia: Primavera 2007, vol. 84, num. 1, pp. 188 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1298789941&sid=25&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 24 de Abril de 2008;

David Loyn; Jake Lynch; «War and peace»; publicado em http://www.frontlineclub.com/club_articles.php?id=42, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Duncan Parrish; «The instant expert kit: Kosovo»; in *New Statesman*, Londres: 22 de Janeiro de 1999, vol. 12, num. 539, p. 14; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=38729345&sid=40&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008;

Gareth Evans; «The responsibility to protect: when it's right to fight»; publicado em http://www.policy-network.net/uploadedFiles/Publications/Publications/pp2.2%2068-72_EVANS.pdf, consultado a 25 de Setembro de 2008;

Henry A. Grunwald; « The post-Cold war press», in *Foreign Affairs*, Nova Iorque: Verão 1993, vol. 72, num. 3, pp. 12 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=414728&sid=25&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VNAme=PQD>; consultado a 24 de Abril de 2008;

Howard J. Osofsky; Harry Holloway; Allison Pickett; «War correspondents as responders: consideration for trainings and clinical services»; in *Psychiatry*, Nova Iorque: Outono 2005, vol. 68, num. 3, pp. 283 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=923906661&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 25 de Outubro de 2007;

James W. Crawley; «Pen & sword: a journalist's guide to covering the military»; in *Newspaper research journal*, Atenas: Primavera 2003, vol. 24, num. 2, p. 125; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=352500071&sid=25&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 24 de Abril de 2008;

Kathryn Carlson; «Working in warzones»; publicado em http://www.frontlineclub.com/club_articles.php?id=326, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Kattia Rodríguez Guevara; «Periodismo en los conflictos armados: hacia una nueva definición del acto de informar»; publicado em <http://www.icrc.org/web/spa/sitespa0.nsf/html/5TDQBT>, consultado a 12 de Dezembro de 2007;

Keith Suter; «Our window on the world»; in *The world today*, Londres: Março 1999, vol. 55, num. 3, pp. 23 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=39977860&sid=33&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 25 de Outubro de 2007;

Kim Bytyci; «Kosovo was not the issue»; in *News Statesman*, Londres: 11 de Fevereiro de 2008, vol. 137, num. 4883, p. 21; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1432712451&sid=6&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008;

Kim Sengupta; «Balkans smouldering again»; publicado em http://www.frontlineclub.com/club_articles.php?id=303; consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Lord Robertson of Port Ellen, Secretary General of NATO; «Kosovo one year on: achievement and challenge», publicado em <http://www.nato.int/kosovo/repo2000/index.htm>, consultado a 12 de Fevereiro de 2008;

Kiyul Uhm; «The cold war communication crisis: the right to know movement»; in *Journalism and mass communication quarterly*, Columbia: Primavera 2005, vol. 82, num. 1, pp. 131 e seguintes, publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=850334541&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 25 de Outubro de 2007;

Mark A. Wolfgram; «Democracy and propaganda: NATO's war in Kosovo»; *European Journal of communication*; 2008; publicado em <http://ejc.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2/153>, consultado a 12 de Janeiro de 2009;

Michael Pfau; Michel Haigh; Mitchell Gettle; Michael Donnelly, *et. al.*; «Embedding journalists in military combat units: impact on newspaper story frames and tone»; in *Journalism and mass communication quarterly*, Columbia: Primavera 2004, vol. 81, num. 1, pp. 74 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=658559271&sid=25&Fmt=4&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 24 de Abril de 2008;

Nicolaus Mills; «Ernie Pyle and war reportage»; in *Dissent*, Nova Iorque: Outono 2005; vol. 52, num. 4, pp. 74 e seguintes; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=928503951&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 25 de Outubro de 2007;

Pedro Cardoso; «Jornalismo de guerra: a missão»; publicado em <http://www.ipv.pt/forumedia/4/13.htm>, consultado a 11 de Maio de 2008;

Richard Sambrook; «Press freedom»; publicado em http://www.frontlineclub.com/club_articles.php?id=45, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Robert C. Austin; «The Ahtisaari plan – what's inside?»; publicado em http://www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/articles/2007/05/21/reportage-01, consultado a 25 de Novembro de 2008;

Ryan Goodman; «Humanitarian intervention and pretexts for war»; publicado em http://repositories.cdlib.org/berkeley_ilw/fall2004/2, consultado a 16 de Junho de 2008;

The Economist; «Unite States: a step forward; the televisual war»; in *The economist*, Londres: 29 de Março de 2003, vol. 366, num. 8317, p. 30; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=319279681&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>, consultado a 25 de Outubro de 2007;

The Economist; «Business: reporting from the edge; journalism in dangerous places»; in *The economist*, Londres: 14 de Agosto de 2004, vol. 372, num. 8388, p. 52; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=678364351&sid=25&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>, consultado a 24 de Abril de 2008;

The Economist; «Europe: Balkan bagatelle; Kosovo's future»; in *The economist*, Londres: 15 de Dezembro de 2007, vol. 385, num. 8559, p. 50; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1398710771&sid=6&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>, consultado a 6 de Março de 2008;

The Economist; «Leaders: Kosovo, controversially free at last; The Balkans», in *The Economist*, Londres: 23 de Fevereiro de 2008, vol. 386, num. 8568, p. 16; publicado em <http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1433424911&sid=6&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008;

The Economist; «Europe: the world's newest state; Kosovo», in *The Economist*, Londres: 23 de Fevereiro de 2008, vol. 386, num. 8568, p. 44; publicado em

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=1433424711&sid=6&Fmt=3&clientId=42740&RQT=309&VName=PQD>; consultado a 6 de Março de 2008;

Vaughan Smith; «Owning up to war»; publicado em http://www.frontlineclub.com/club_articles.php?id=72, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Warren P. Strobel; «Os meios de comunicação: sua influência sobre a política externa na era da informação»; publicado em <http://usinfo.state.gov/journals/itps/0300/ijpp/ijpe0311.htm>, consultado a 10 de Fevereiro de 2008;

Textos policopiados

AA. VV.; «Forças nacionais destacadas: visita ao Kosovo, informação para os órgãos de comunicação social» [Texto policopiado]; Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior-General das Forças Armadas; Lisboa: 2007;

Brites, Rui; «Curso de mestrado: comunicação, cultura e tecnologias de informação – disciplina: seminário de apoio metodológico à elaboração da dissertação: análise de conteúdo» [Texto policopiado], Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa: 2007;

CALCA, Patrícia; «Dissertação de mestrado em Ciência Política: Kosovo: jogo sem fim – um estudo politológico sobre o quarto conflito dos Balcãs»; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Lisboa: 2006;

CÂMARA, João Bettencourt da Câmara; «Licenciatura em Comunicação Social – disciplina: Sociologia geral» [Texto policopiado]; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Lisboa: 2003/2004;

FONSECA, Maria de Lurdes Santos Antunes; «Tese de doutoramento em Sociologia: Profissionalização do Exército e envolvimento político dos militares durante a I República Portuguesa» [Texto policopiado]; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Lisboa: 2007;

JUNQUERA, José Parra; «Ética y deontología de la información: periodismo curso 5º» [Texto policopiado]; Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Información; Madrid: 2006;

SANTOS, Primeiro-Sargento Alves dos; *Manual prático da OTAN para uso de jornalistas lusófonos*; [Texto policopiado];

_____, Primeiro-Sargento Alves dos; *Manual prático da OTAN para uso de jornalistas lusófonos: glossário de termos e abreviaturas*; [Texto policopiado];

_____, Primeiro-Sargento Alves dos; *Manual prático da OTAN para uso de jornalistas lusófonos: legislação*; [Texto policopiado];

Documentos oficiais

«Security council: resolution 1244 (1999)»; publicado em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/172/89/PDF/N9917289.pdf>; consultado a 25 de Novembro de 2008;

«Security council: resolution 1160 (1998)»; publicado em <http://www.un.org/peace/kosovo/98sc1160.htm>; consultado a 25 de Novembro de 2008;

«Security council: resolution 1738 (2006)»; publicado em http://portal.unesco.org/ci/en/files/24283/11743023411Resolution_1738.pdf/Resolution%2B1738.pdf; consultado a 25 de Novembro de 2008;

«Biographical note: Secretary-General appoints former President Martti Ahtisaari of Finland as special envoy for future status process for Kosovo»; publicado em <http://www.un.org/News/Press/docs/2005/sga955.doc.htm>; consultado a 25 de Novembro de 2008;

«Carta de fecha 26 de Marzo de 2007 dirigida al Presidente del Consejo de Seguridad por el Secretario General: informe del enviado especial del Secretario General sobre el estatuto futuro de Kosovo»; publicado em http://www.unosek.org/docref/carta_de_fecha-espa%F1ol.pdf; consultado a 25 de Novembro de 2008;

«Carta de fecha 26 de Marzo de 2007 dirigida al Presidente del Consejo de Seguridad por el Secretario General: propuesta integral de Acuerdo sobre el estatuto de Kosovo»; publicado em http://www.unosek.org/docref/propuesta_integral_espa%F1ol.pdf; consultado a 25 de Novembro de 2008;

Sítios oficiais na internet

BOCC- Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/>

Frontline –Championing Independent Journalism: <http://frontlineclub.com/>

International Federation of Journalists: <http://www.ifj.org/>

International news safety institute: <http://www.newssafety.org/>

MAXqda – The art of text analysis: <http://www.maxqda.com/>

Organização das Nações Unidas: <http://www.un.org/>

The human security report: <http://www.humansecurityreport.info/>

ANEXOS



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
GABINETE DO CEME
RCRPP**

No cumprimento do despacho de Sua Ex^a o Chefe do Gabinete de Sua Ex^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, em relação ao assunto em anexo, foram contactados os seguintes militares que se disponibilizaram a ser entrevistados pela Sr^a Inês Ferreira Fernandes, assim como autorizaram a divulgação dos seus contactos telefónicos.

Sr. CORONEL JOSÉ CARLOS CALÇADA, contacto – [REDACTED]

Sr. CORONEL ANTÓNIO MANUEL FELÍCIO REBELO TEIXEIRA e SR TENENTE-CORONEL LOURENÇO, contacto – [REDACTED]

Sr. CORONEL PAULO RENATO FARO GEADA e Sr MAJOR NORUEGAS, contacto – [REDACTED]

O CHEFE DA RCRPP/Gab CEME

HÉLDER ANTÓNIO DA SILVA PERDIGÃO
TENENTE-CORONEL ART



Guião de entrevista – Jornalistas

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?
2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?
3. Já esteve noutros locais de conflito? Quais?
4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?
5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?
6. Tem algum tipo de formação na área militar?
7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?
8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?
9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?
10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?
11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?
12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?
13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?
14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)
15. Como se processa a questão a segurança, a cargo de quem está a mesma, dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?
16. Qual a postura que se estabelece por parte dos militares para com os jornalistas? E dos jornalistas para com os militares?
17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?
18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?
19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?
20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?
21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?
22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?
24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?
25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Guião de entrevista – Militares

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?
2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?
3. Que tipo de funções desempenhou enquanto lá esteve?
4. Possui algum tipo de formação na área da Comunicação Social/Jornalismo?
5. Estiveram alguns jornalistas com o seu contingente? Quantos e quanto tempo?
6. Qual a postura que se estabelece por parte dos militares para com os jornalistas? E dos jornalistas para com os militares?
7. Teve algum tipo de problemas com os jornalistas?
8. Quais as condições pessoais e de trabalho que o exército oferece aos jornalistas?
9. São tomadas medidas para facilitar o trabalho dos jornalistas?
10. É tomado algum tipo de medida no controlo da informação divulgada? (censura)
11. Esteve nalguma situação em que simplesmente não podia divulgar a informação?
12. É atribuída alguma responsabilidade ao Exército Português, no que diz respeito aos civis nacionais no território, nomeadamente os jornalistas, ainda que não tenham chegado ao local com nenhum contingente militar? (segurança)
13. Que atributos considera necessários para a prossecução deste trabalho jornalístico?
14. São dadas indicações iniciais (briefings) aos jornalistas?
15. Como classifica o processo de comunicação entre o exército e os jornalistas?
16. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares? (questão da NATO)
17. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?
18. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?
19. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?
20. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J1

Jornalista: Aurélio Faria

Órgão de Comunicação Social: Televisão SIC

Data de realização da entrevista: 13 de Maio de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Durante os bombardeamentos em Março e Abril de 1999; lado sérvio.

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Entrada das tropas portuguesas em Agosto de 1999; visita do Ministro da Defesa; crise do Urânio empobrecido.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve em serviço?

Conflito da Bósnia; Sahara Ocidental; Pós-11 de Setembro no Afeganistão (queda do último reduto talibã do norte e do sul, queda de Kandahar); Timor.

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Conjugação de factores: trabalhar na editoria de internacional e especialização em assuntos internacionais que levam ao destacamento para estas regiões.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Coragem para assumir que se tem medo; evitar o *star system* (em que o jornalista é a notícia); ser capaz de fazer a diferença enquanto jornalista de um país pequeno; contar as histórias que as agências não contam; ir além da versão oficial dos acontecimentos; acima de tudo é preciso documentar-se, ter bom senso e ter muita calma.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Curso de jornalistas em ambiente de conflito.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Sim, é essencial; acima de tudo é preciso documentar-se, ter bom senso e ter muita calma.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

Deve-se ir o mais ligeiro possível; essencial levar filtros de água e uma mini-farmácia; adaptar-se ao que há e não ser esquisito; pôe à prova a flexibilidade mental e a adaptação a novas realidades e novas culturas; dependência do envio pela internet e de que alguém leve o material para transmitir o que eles fazem.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

Acesso ao sítio onde acontecem as coisas; a manipulação, controlo e propaganda; dependência do envio pela internet e de que alguém leve o material para transmitir o que eles fazem.

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

Acontece cada vez mais serem indicações das redacções, o que fica a dever-se a chefes que não são operacionais; deve-se sempre contrapor a perspectiva do jornalista que está no terreno.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

Fomos por nossa conta e risco, depois entrávamos e acompanhávamos o trabalho das tropas;

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Sim, e os oficiais ligados à informação são cada vez melhor criação de media *opportunities*;

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

Sempre correu bem, porque nunca escondi o que queria fazer; uma relação aberta e franca; num cenário de conflito onde há tropas quem tem a farda e a arma é quem manda.

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Há uma censura inteligente – a ocultação de factos e o condicionamento do jornalista (é escolhido de acordo com o seu perfil); criação de média *opportunities*.

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

Responsabilidade dos militares para com os jornalistas – quando estes estão nos quartéis, numa operação militar com fogo, o soldado é a arma seca do jornalista; o jornalista não pode esperar protecção sempre; no interregno em que o jornalista não está com os militares é difícil dizer.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

A relação tem sido cordial e não tem havido problemas; depende um pouco dos ramos e das unidades (devido à profissionalização dos mesmos em relação aos jornalistas); não tem havido grandes problemas.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

O Kosovo representou uma reviravolta na Europa e nos militares portugueses também; início da profissionalização nas questões da informação e da noção de terem jornalistas a acompanhar as tropas; percepção por parte dos militares do trabalho que fazem e da necessidade de reduzir danos colaterais e daquilo que dizem e como actuam.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

O bom jornalismo não está dependente dos meios tecnológicos; os meios tecnológicos são apenas uma ferramenta que ajuda à realização do trabalho.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

Pode e por isso é que o acesso aos perímetros militares está cada vez mais limitado; os militares usam o mesmo tipo de equipamentos.

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Necessidade de uma política unificada de informação nas Forças Armadas.

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – dar a conhecer à população portuguesa o que se passa realmente no mundo;
Desvantagem – custos para as empresas.

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Existe em moldes um pouco distintos; o futuro passa por o jornalista ser um filtro; são os jornalistas que continuam a dar uma ênfase mais informativa; o jornalista é aquele que tudo faz: filma, grava, tem um blogue, será o homem dos sete ofícios que mostra as diferentes vertentes da guerra para as várias vertentes do grupo media; o futuro da informação é que a verdadeira informação está cada vez mais limitada porque os jornalistas estão cada vez mais limitados – controlo de identidades, atentados contra as liberdades e garantias fundamentais; não se controla a mensagem mata-se o mensageiro; maneiras sofisticadas e refinadas de controlo da informação, com as empresas de Relações Públicas – é necessário descobrir alternativas à informação controlada (como o acesso à internet).

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Enviado a palcos de conflito ou enviado a cenários de guerra; em Portugal não há jornalistas de guerra.

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

Depende um pouco dos locais em que se esteve; às vezes a aterragem é um bocado difícil; demora a voltar à realidade portuguesa pequenina e mesquinha; há uma série de coisas pequenas que uma pessoa apercebe-se que não têm importância quando volta; Mas eu tenho a noção que vi coisas que não devia ter visto, tenho a noção também que se calhar vi coisas e que não podia fazer nada contra elas, que se calhar não as podia relatar como devia, mas ficam como experiência.

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Aquisição de experiência; vai-se percebendo de uma série de procedimentos e atitudes dos militares.

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J2

Jornalista: Luísa Meireles

Órgão de Comunicação Social: Jornal Expresso

Data de realização da entrevista: 26 de Maio de 2008

Local: Paço de Arcos

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Estive um mês na Albânia e fiz a cobertura dos conflitos a partir daí; entrei na Sérvia em Junho, quando as tropas da NATO entram no território; o hotel sérvio tinha um serviço que nos levava até ao Kosovo – estive 3 semanas.

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Em 2000 estive em Klina – funcionamento das tropas portuguesas na região.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve em serviço?

Todas as guerras balcânicas – Eslovénia; Croácia; Eslovénia; Bósnia; Kosovo.

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Informação; trabalho na redacção em internacional – centro/leste europeu; necessidade de melhor informar; um olhar português; era bom e importante.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Bom senso; estar disposto a apreciar e até mudar a opinião em função da realidade que se vê; mentalidade aberta; passar despercebido; não adianta ser herói; cuidado – sair quando as coisas começam a aquecer.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Curso do Instituto de Defesa Nacional.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Sim, fazer uma imersão no país; ler literatura local para compreender a mentalidade e cultura.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

No Kosovo a economia estava colapsada, não havia comida nem sítio para ficar.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

Comunicações; conseguir enviar o trabalho; deslocação na própria área/movimentação; conseguir um intérprete e compreender os locais [população]; contenção dos orçamentos portugueses (por exemplo alugar carro nestas zonas é muito caro).

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

Depende do editor: uns são mais directivos que outros (que permitem maior liberdade visto que é o jornalista que está no local e sabe o que é importante); apoio da redacção (que alerta para as notícias que saíram noutros órgãos de comunicação); é uma mistura.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

Estive em Peć, onde depois iriam estar os portugueses [tropas] e onde já estavam os italianos.

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Sim, tanto lá como cá, quando pedi autorização para ir.

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

Só tenho a dizer bem; relação de cumplicidade, de troca de opiniões, partilha de informações (eles têm a sua própria rede); eles [os militares] foram absolutamente impecáveis.

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Não nunca, nunca tive que mostrar nenhum texto; nunca me apercebi de sonegação de informação; nunca me pediram um texto, e se pedissem eu dizia que não.

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

Fica a cargo do jornalista; quando se está com os militares eles preocupam-se e têm responsabilidades; para eles um jornalista é um pesadelo, são imprevisíveis, pelo que se estabelecem regras à partida.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

Em tese jornalistas e militares estão, na verdade, em sítios opostos, porque os jornalistas querem saber aquilo que os militares querem esconder; há casos em que se sentem que há ali uma barreira, mas eu confesso que vai muito do plano de entendimento que tu consegues estabelecer, do nível de entendimento e clareza das coisas; é muito importante que as coisas fiquem claras; eu acho que há alguns jornalistas que não gostam de alguns jornalistas, mas também acho que os militares têm feito um enorme esforço ao longo destes anos para terem uma melhor relação com os jornalistas; a relação pessoal é fundamental.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

Em termos de informações oficiais da NATO houve montanhas de mentiras; foi uma gigantesca operação de propaganda; lidares com os militares que estão no terreno, portugueses nomeadamente, tu estabelececes uma boa relação de entendimento; a nacionalidade conta imenso; em Bruxelas, aquilo que o senhor Jamie Shea dizia era para um conjunto de jornalistas muito particular que é o jornalista de Bruxelas e portanto não tem nada a ver com o jornalista que estão no terreno (aí depende da relação pessoal que consegues estabelecer); os militares estão sempre a tirar lições, na maneira americana de *lessons learned*; já testaram várias maneiras de lidar com os jornalistas, até que chegaram ao supra-sumo que é os embedded – já perceberam que aquilo não resultou; a verdadeira viragem do tratamento com os jornalistas, talvez com as *lesson learned* do Kosovo foi a guerra do Iraque, porque hoje já não será a mesma coisa, se houver outra coisa já não é o sistema embedded.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

As tecnologias facilitam imenso a vida do jornalista; mas ao mesmo tempo confunde a informação que não está só disponível para o jornalista, está disponível para todos e isso é a era global em que vivemos e em que todos podemos ser actores de informação e jornalistas à nossa medida; outra coisa é a nossa maneira de fazermos informação que tem muito a ver com a televisão espectáculo; estão todos a dizer a mesma coisa e basicamente nada; é a loucura dos directos, parece que estás a dar muita informação, eu acho que é um mau serviço que a gente presta ao cidadão, ao objecto da informação.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

Tu podes controlar tudo, mas isso já é um sistema mais conspirativo, de *intelligence*; os portugueses não, os americanos sim.

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Rapidez; os militares apreenderam que quando se trata de um jornalista é tudo para ontem; hoje tudo é tão poroso, o processo de “civilinização” (do inglês “civilian”) na sociedade que é poroso, tu não consegues esconder através da estrutura hierárquica – torneia-se; a eles só lhes interessa ter uma boa relação com a Comunicação Social.

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – salvar informação própria, autónoma com um olhar português.
Desvantagem – custos para as empresas; tens a nível internacional duas ou três agendas que controlam a informação global, isto é muito mau em termos de liberdade de pensamento.

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Vai existir sempre, porque em havendo conflitos haverá sempre alguém a relatar sobre eles; os americanos voltaram à experiência dos anos 40 – têm militares a escrever; a perigosidade do conflito leva ao jornalismo por telefone; os outros [os inimigos] também perceberam que os jornalistas são fundamentais e também combatem ao nível da informação; investimento nos habitantes locais (é necessário ter cuidado com a não imparcialidade de alguns); a informação é um campo de batalha (e cada vez mais); haver bons apoios na redacção.

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Depende: um correspondente vive lá no local; o repórter é o termo mais vulgar; o jornalista é um termo mais geral; enviado, sempre fui enviada especial para fazer reportagem e a análise.

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

Nunca estive muito tempo para sentir uma mudança muito grande.

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

As coisas são sempre diferentes; voltar muitas vezes ao mesmo sítio a história deixa de ser tão interessante; consegues aperceber-te do processo; sempre animada e tentar fazer o melhor, há bastante ansiedade.

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J3

Jornalista: Ricardo Alexandre

Órgão de Comunicação Social: Rádio Antena 1

Data de realização da entrevista: 19 de Junho de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Primavera de 2000; depois da assinatura dos Acordos de Kumanovo; estive em Klina a acompanhar o trabalho dos militares portugueses (fiquei no aquartelamento) – depois percorri toda a província.

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Estive em outras regiões da Sérvia em 1999, durante os bombardeamentos.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve a serviço?

Bombardeamentos da NATO; Bósnia – após os acordos de Dayton 1996 e 1997; Timor – após o massacre em Setembro/Dezembro 1999; Palestina 2000; queda dos Talibã no Afeganistão em 2001.

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Questão profissional, mas habituamo-nos a este tipo de reportagem – é viciante; não estou mais por razões familiares; a dimensão do país [Portugal] não permite ter pessoas em cenários de conflito de forma permanente.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Bom senso; sensibilidade; estamos a lidar com situações que nos colocam em situação de perigo e estamos a lidar com pessoas que estão de facto numa situação limite; por mais impressionados que estejamos com determinada situação ou por mais perigo que possamos sentir em determinada situação nos temos duas ou três vantagens: primeiro não somos parte envolvida do conflito; em segundo lugar em princípio temos dinheiro para poder sair dos sítios ou para estar num hotel onde o conflito não chega, e de onde alguns repórteres não saem, e em terceiro lugar temos um bilhete de regresso e as pessoas que estão lá não têm bilhete de regresso a vida delas é ali; e é algo que só se consegue quando se têm algum equilíbrio e algum bom senso; reconheço que às vezes também é necessário ter alguma dose de loucura – nos vamos a correr para o sítio de onde toda a gente quer fugir [frase de José Manuel Resende]; ninguém é obrigado a ir.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Não, só a passagem breve [por um curso] para assistir, mas tenho vontade de fazer e sinto necessidade de fazer.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Sim claro, livros, jornais, a toda a imensidão que a internet disponibiliza, e tento sempre fazer algum trabalho prévio – ter interlocutores, ter fontes no terreno.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

Sempre senti que tinha capacidade de me adaptar: durmo em qualquer lado, podemos sentir alguma falta de conforto.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

Limite à liberdade de circulação; quando o desconhecimento de linguagem e falta de um intérprete dificulta o acesso às fontes; quando queremos estar informados logo pela manhã e não conseguimos ler os jornais porque não percebemos a língua – tentar ler os jornais e traduzir directamente; depende muito dos meios e do orçamento que nós temos para as reportagens (que deriva do país que temos).

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

98% é iniciativa própria.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

O que estava em Klina.

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Quando cheguei lá sim: como funcionava o batalhão e a missão que estavam a desempenhar

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

Bastante profissional e bastante saudável de bom relacionamento.

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Não. Devido ao contexto: não era um momento crítico e os militares ajudaram-nos a ter acesso a coisas que de outra maneira não teríamos.

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

O Órgão de Comunicação Social quando vamos para essas zonas há um seguro de guerra, há uma responsabilização; se os militares por vezes nos limitam os movimentos é para preservar a nossa segurança, a deles e a da missão.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

Tem muito a ver com o contexto; no início (como é o caso da Bósnia) pode haver alguns choques, mas o tempo trás os ensinamentos para ambas as partes do que pode ou não ser veiculado e da evolução da própria relação.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

Não se devem tirar muitas lições; conflito após conflito continuamos a estigmatizar uma das partes e *diabolizar* outra das partes; os jornalistas portugueses no terreno normalmente têm uma atitude de grande isenção e rigor; a NATO como fonte de informação é importante; poderíamos era tentar fazer e ter outro tipo de leitura; o grande problema é o jornalista não questionar: “porque é que determinada informação nos é dada assim?”; houve quase um confronto de palavras entre o representante da NATO Jamie Shea e o Robert Fisk (jornalista): o Fisk questionava.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

Na medida em que a velocidade com que a informação circula e o acesso que temos a ela, ou que supostamente achamos que temos a ela, e a capacidade com que temos de transmitir imediatamente pode, de facto, fazer cm que possamos estar a dar informações mais superficiais, menos trabalhadas, menos explicadas; há uma tendência para o imediatismo que tira espaço à explicação, e que tira espaço à explicação das motivações sobretudo.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

Acho que não; parte muito da capacidade que o jornalista tem de filtrar e de seleccionar aquilo que acha que jornalisticamente é importante; se não fosse a informação dada pelos militares, provavelmente os jornalistas que estão no terreno teriam menos informação, teriam que a procurar de outra forma, mas depende muitos dos contextos, do tipo de militares e do momento do conflito. Se as pessoas souberem fazer o seu papel, é muito mais benéfico que prejudicial o relacionamento entre militares e jornalistas.

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Haver um maior conhecimento do que é o trabalho do outro; haver uma Maior compreensão de quais são os constrangimentos da outra parte

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – conhecer sítios e pessoas que de outras formas não se conheciam; possibilidade de compreendermos o ser humano e o relacionamento entre as pessoas em situações limite, compreendermos a capacidade que as pessoas têm de ter uma vida normal depois de perderem os bens, a família, perderem o chão, perderem o mapa dos afectos e físico; estarmos num sítio em que a história se está a escrever; perceber quais são os mecanismos que temos que impedem que mesmo depois de assinar um acordo de paz as pessoas das várias comunidades beligerantes se continuem a relacionar entre si, ou não como é que continuam a relacionar-se entre si, são mais vantagens do ponto de vista sociológico

Desvantagem – quando é um jornalismo mal feito, ou preguiçoso, ou machista ou sem princípios; reforçar compromissos éticos: dar mais voz às pessoas que apesar da guerra tentam superar as razões do conflito, dar mais voz às vítimas da guerra – o jornalismo para a paz.

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Tem futuro, depende se houver conflitos; questão das agências: vejo esse tipo de reportagem mais difícil – com os constrangimentos financeiros, com o desenvolvimento tecnológico que existe, se calhar com uma menor preocupação com a qualidade que acho que há, de uma forma geral, qualquer coisa serve, então se daqui por uns anos um telemóvel tiver uma qualidade de emissão, porque é que vou mandar um repórter daqui para lá cheio de material, quando se arranja alguém que está lá que digam qualquer coisa, ou até um jornalista que faça a mm reportagem para a rádio, para a televisão, para o jornal, para a agência, para o blogue, para a “RTPmobile”: acho que continuara a haver espaço para a reportagem que exija um tratamento mais aprofundado; a tendência é concentrar tudo numa pessoa, e numa situação de guerra dificilmente uma pessoa vai fazer bem um trabalho para diferentes meios

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Correspondente está lá; jornalistas somos todos; reportagens fazemos todos; pontualmente, uns com mais regularidade, outros menos, somos enviados para zonas de conflito

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

Quando há estadias prolongadas é complicado: as saudades da família; a rotina – é difícil voltar à redacção onde nada tem importância; temos tendência a sobrevalorizar aquilo que é nacional em detrimento da realidade que vivemos no terreno; podemos ter tendência a valorizar mais o tema ou até mesmo a desvalorizar (por ser banal); o regresso às rotinas é sempre complicado; é um trabalho que quase vicia.

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Tento que a postura nunca mude; vamos ganhando alguma experiência, vamos tendo determinado tipo de cuidados, conseguindo observar melhor, conseguindo compreender determinada realidade melhor; é muito importante conseguirmos rapidamente despirmos dos nossos preconceitos quando vamos para um local de conflito novo – ainda que sejamos influenciados pela ideia predominante.

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J4

Jornalista: Elsa Marujo

Órgão de Comunicação Social: Televisão – RTP

Data de realização da entrevista: 20 de Junho de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Durante os bombardeamentos, render um colega; entrei por terra desde Budapeste para Belgrado, consegui entrar no Kosovo, mas tive que sair pela Macedónia.

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Única vez.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve a serviço?

Nunca.

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Proposta profissional e interesse em viver uma experiência deste género; primeiro desafio; curiosidade jornalística.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Sangue frio, bom senso, presença de espírito; frieza de se concentrar no objecto de trabalho, abstraindo-se das circunstâncias que o rodeiam.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Não.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Sim, informei-me com colegas que já lá tinham estado, mas principalmente a nível de referências para preparar a logística, nomes de pessoas que podia contactar, nomes de casas, de hotéis onde podia ficar, itinerários que podia fazer, como é que podia entrar, como é que podia sair.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

Não registei grandes dificuldades, pelo contrário até tive sérvios que me ajudaram, que tentavam ultrapassar o clima que havia na cidade; íamos aos restaurantes, a bares, íamos conhecer a noite de Belgrado, as pessoas levavam-nos a conhecer as famílias – o guia/intérprete.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

Em Belgrado estava numa situação de guerra e temos os movimentos muito controlados – todos os dias tínhamos que ir a uma espécie de centro de imprensa controlado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, todos os dias tínhamos que declarar pormenorizadamente os locais onde íamos fazer reportagem e onde íamos filmar e onde íamos entrevistar pessoas – mediante isso é que nos passavam uma autorização que tínhamos que mostrar se aparece-se a polícia; antes era aprovar-nos o que nós queríamos fazer – o que obriga a um método de trabalho muito organizado (censura prévia); mas não houve nenhum local que me tenha sido vetado, não complicava muito – ia a locais mais turísticos, falava com as pessoas, filmava alguma coisa; depois de fazermos as peças elas tinham que ser visionadas antes de virem para cá – íamos ao centro e mostrar cada um dos trabalhos – havia uma vantagem porque não falavam a língua (censura à posteriori).

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

A redacção de cá não dizia para fazer, era por iniciativa própria – eu de lá é que fazia propostas de trabalho – contactava as chefias directas e dizia “hoje tenho isto, vou fazer aquilo, a abordagem vai ser esta, o ângulo vai ser aquele, o tema vai ser este”; por haver dificuldades e a carência ser tanta (ninguém se podia mexer com liberdade de movimentos), estávamos todos em igualdade de circunstância, eles não tinham grande alternativa em relação ao meu trabalho.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

Não.

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Não – na altura as coisas não estavam tão organizadas para os órgãos de comunicação.

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

[Esteve apenas com os militares sérvios] Na Jugoslávia os militares faziam a censura prévia e *a posteriori* – a minha relação com eles era muito fria, e distante, e estritamente profissional; no Kosovo tive uma experiência completamente diferente e que me destruiu alguns preconceitos e ideias feitas em relação aos militares sérvios, havia uma corrente de pensamento ocidental de condenar o exército sérvio, só que no Kosovo tive um contacto muito humano com o exército sérvio, e fui surpreendida pela positiva: muito humanos, de apoio, conforto, foram inextinguíveis – desde nos retirar imediatamente, levaram-nos para uma base camuflada, deram-nos um tecto, refeições, uma cama, deram-nos os primeiros socorros, ao nível psicológico – estávamos em estado de choque – também nos deram muito apoio [esta jornalista sofreu bombardeamentos directos por parte da NATO, juntamente com outros jornalistas que iam no mesmo grupo].

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Sérvia: censura prévia e censura *a posteriori* [como ficou explicado anteriormente]

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

O ideal é a responsabilidade ser partilhada por todos; a entidade empregadora tem a obrigação de fazer um seguro para essas situações específicas; os militares que estão no terreno onde os jornalistas estão a trabalhar também têm “obrigação” de dar algum apoio – o possível porque eles não estão lá para proteger os jornalistas, estão lá para cumprir uma missão; e os próprios jornalistas também têm que ter instintos de autoproteção e de autodefesa, não podem ir para uma zona de guerra esquecendo regras elementares, ir para sítios onde sabem que há fogo cruzado ou *snipers*, podem usar coletes à prova de bala – tem que partir deles, não podem estar à espera que sejam os militares que estão preocupados com uma guerra, ou as entidades empregadoras que ficaram cá a preocupar-se se eles estão bem ou não.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

No Kosovo foi de ajuda; na sérvia não digo que não ajudassem se estivessemos numa situação similar; no Kosovo não éramos jornalistas éramos pessoas que tinham passado por uma situação extrema e eles tinham que nos ajudar; eu também não hostilizava os militares, mas quando vi o outro lado dos militares passei a olhar para eles de forma diferente, mudei radicalmente a minha opinião e a imagem que tinha sobre os militares sérvios mudei.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

Numa situação de conflito é inevitável haver informação, contra informação, vários lados da verdade, numa situação de guerra há a máquina de guerra e a máquina de propaganda de guerra; há a informação veiculada por ambos os lados, é óbvio que dificilmente as duas coincidem porque estão em guerra; cabe aos jornalistas desmontar o discurso dado – a intenção verdadeira; não há soluções definitivas; qualquer informação oficial ou não oficial de cada um dos lados tem que ser relativizada – não pode ser encarada como 100% segura, 100% isenta e 100% imparcial, porque cada um dos lados tem interesses em estar a divulgar aquela informação; numa situação de guerra o jornalista tem que olhar com discernimento que se traduz numa certa desconfiança da informação que lhe está a ser transmitida de cada um dos lados; o jornalista tem que ter a consciência que está a ser usado pelos dois lados; o jornalista é sempre apetecível para ambos os lados: tem que pesar com bom senso e ponderação e com bastante conhecimento de tudo o que rodeia essa informação para de alguma forma filtrar essa informação.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

Não; pode até ser uma vantagem; é mais exigente para os profissionais; um profissional que tem que estar em directo de hora a hora tem que ter outros métodos de trabalho, outras formas de ir buscar a informação e outra capacidade de raciocinar sobre essa informação e de pesar a informação que lhe chega; as novas tecnologias exige muito mais dos profissionais mas o resultado é positivo, porque dá muito mais informação ao público, a informação disponibilizada é muito maior; e obriga a uma outra exigência e a outra forma de trabalhar a informação no terreno.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

Em parte sim; o facto de o inimigo poder acompanhar a par e passo o que o outro lado está a fazer, isso subverte um bocadinho as regras da guerra; em consequência o controlo sobre os jornalistas tende a ser maior e a agravar-se; é normal e é normal que os jornalistas compreendam isso – que há outros interesses.

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Preparação que os militares possam dar aos jornalistas é útil e um investimento 100% a fazer; há que investir na formação; os embedded é um método que pode funcionar mas não é a solução para tudo (tem vantagens e desvantagens) – correm-se muitos riscos de falta de distanciamento: exige muito mais ao jornalista de se manter relativamente neutro quando está com a coluna militar; é difícil estar com uma coluna e manter a objectividade e a isenção em relação a essa coluna.

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Não pode ser medido em termos de vantagens e desvantagens; ele tem que ser feito para a informação chegar lá fora; há um trabalho para ser feito, se somos profissionais temos que o fazer.

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Sim, independentemente da massificação das novas tecnologias justifica-se sempre, porque há sempre o ponto de vista do país; quando vai um jornalista, o objectivo não é que ele cubra intensamente tudo o que se passa num conflito, o objectivo é que ele leve o ponto de vista português, que veja aquela guerra naquilo que ele acha que possa ser a perspectiva da maior parte da população do país de origem; quando as direcções ou os chefes de redacção destacam um jornalista para uma zona de conflito, eles não estão à espera de 300 mil imagens daquela zona, porque isso eles já têm com as agências, o que eles querem é reportagens de alguma forma com o lado humano visto da perspectiva de um repórter português; o jornalista vai para captar as emoções, os sentimentos, outros ângulos de reportagem que as agências não dão – jornalismo de proximidade, ou seja o objectivo é acompanhar e conhecer de perto determinadas figuras que se movem naquele teatro; personalizar as histórias; humanizar as histórias, é esse o objectivo com que os jornalistas destacados vão – isso justifica que se continue a enviar.

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Repórter, só. Repórter de guerra não é apropriada, não há repórteres que sejam exclusivamente repórteres de guerra: há repórteres que se especializaram em cobrir guerra.

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

Não tive problemas de *stress* pós-traumático; o tempo foi relativamente curto, extremo mas curto; rapidamente superei essa situação, foi um choque não foi um trauma que durou 24horas ou 48horas; regresso normal e natural; tendo passado pela experiência o reencontro com as pessoas mais próximas e mais queridas foi mais emocional; racionalizei rapidamente tudo o que tinha acontecido.

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Muda a receptividade em aceitar repetir a experiência – ponderava melhor antes de ir; falava com mais pessoas, pesquisava melhor, fazia um trabalho de preparação mais aprofundado e mais intenso; é uma experiência que nos faz crescer profissionalmente e como pessoas; dá-nos mais maturidade e um bocadinho mais de resistência.

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J5

Jornalista: Pedro Caldeira Rodrigues

Órgão de Comunicação Social: Jornal Público

Data de realização da entrevista: 20 de Junho de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Especialização na região dos Balcãs; 1998 – Kosovo (quando o UÇK estava numa ofensiva militar na região; questão dos refugiados).

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

1999 – Belgrado, pelos bombardeamentos da NATO (26 de Março), via Budapeste.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve em serviço?

1992 – Croácia e Bósnia até 1995; Albânia – 1997; Sérvia; Turquia;

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Circunstâncias; estive na política nacional no Público; sempre disse que queria fazer política internacional; surgiu uma oportunidade de ir reforçar a política internacional quando há a chamada primeira ou segunda guerra do golfo (invasão do Kuwait pelo Iraque em 1991); fico responsável nessa área; tenho o curso de história; sou enviado para a região dos Balcãs.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Discernimento; tem que gostar; há sempre o medo; é importante os jornalistas estarem todos juntos, do mesmo país; é importante que não estejas só, é importante estar rodeado de jornalistas que já conheces – dá uma segurança muito grande; a tribo dos jornalistas.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Tropa; nunca frequentei nenhum curso desses; qual é o grau de independência que é possível ter depois disso tudo? Se os jornalistas também não se tornam mercenários, ou se mesmo que entrem nesse universo, se depois quando saírem se vão manter um certo distanciamento em relação às coisas.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Documentei-me quando fui para a Croácia pela primeira vez.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

A adaptação ao local; não domínio da língua; a história daquelas pessoas é diferente da tua, e aí tens que fazer um esforço extraordinário para compreender de facto quem é aquela gente; conheço jornalistas, por exemplo, que iam para aqueles sítios e não comiam um grão da gastronomia local porque tinham medo; tentares fazer amigos – conhecer esse tipo de pessoas é meio caminho andado; nos íamos para lá, apanhávamos um comboio, íamos para lá com uma mala e um computador, com algum dinheiro, estávamos num hotel.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

A liberdade de movimentos muito limitada, os jornalistas ficaram dependentes do Ministério da Defesa, precisavam de autorização para circular; fundamental conhecer pessoas lá; indústria dos tradutores; diferenças muito grandes com outros órgãos de comunicação (em termos de condições de trabalho e de segurança – uma logística diferente; diferenças em termos de custos); excursões organizadas pelos militares e eram muito limitadas; uma coisa muito importante é saber o eco daquilo que está a sair aqui, porque isso é uma coisa que nos ajuda muito, é um precioso incentivo; se não te dizem nada, das duas uma, ou é porque não estão a gostar daquilo que tu estás a escrever, ou então estás a ter uma abordagem em relação à situação que não está a agradar à direcção ou ao editor, e aí das duas uma, ou tens uma conversa com ele por telefone, o que é sempre desagradável, e ele pode dizer-te que era melhor forçar este aspecto ou que dês mais atenção a isto, mas eu estou no terreno e acho que esse aspecto é um aspecto secundário, entra-se numa situação muito complicada, e pode ser a última reportagem que faz; pode levar o jornalista a moldar o seu próprio comportamento, a autocensurar-se de alguma forma, a prescindir efectivamente de escrever, ou de fazer uma crónica, ou de fazer uma reportagem que ele considerava na sua consciência profissional que é a que deveria ser feita e também no fundo a adaptar-se – depois não quer ter problemas quando chegar cá, e quer continuar a fazer reportagem, e não quer ser despedido; esse tipo de pressões, algumas mais claras, outras que são enviadas de uma forma mais sub-reptícia, podem efectivamente moldar e podem efectivamente condicionar o trabalho do repórter; creio que neste momento a situação se agravou; o ângulo das reportagens também depende muito das pessoas com quem estás lá; canalizares toda a tua reportagem num único sentido, isso torna-se propaganda - há a tendência para se começar a rotular as pessoas; isso depois também depende da experiência e dos contactos, dos contactos que se tem no terreno, se tens bons contactos no terreno isso é meio caminho andado para fazer muita coisa.

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

Sempre tive inteira liberdade para fazer o que quis; estava sempre em contacto com os editores de internacional, que faziam as suas sugestões; a partir de determinada altura parece que são os repórteres que começam a ser comandados pelas redacções, isto é, os repórteres são enviados para os locais e tudo aquilo que eles fazem, independentemente da percepção que estão a ter das coisas e da importância que acham que devia ter ir a este sítio ou fazer este tipo de reportagem, não, são comandados pelas pessoas que estão sentadas a 5 mil quilómetros de distância e que as exigem fazer isto, temos que tentar seguir a tendência dos media internacionais, se o jornalista que está no terreno acha que não deve seguir a tendência dos media internacionais e acha que deve fazer coisas que de alguma forma contrariam a tendência dos media internacionais, aí pode ter problemas (ideia desenvolvida por alguns teóricos); esse condicionalismo em 2001 (é um marco) torna-se óbvio, mas acho que era uma coisa que já começava a revelar-se anteriormente.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

Estive em bases militares portuguesas.

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Nunca tive qualquer tipo de briefing – talvez nas últimas vezes no Kosovo eles levavam-nos para uma sala e mostravam-nos a situação no terreno; mas sempre quis fazer as minhas reportagens civis.

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

A opinião dos militares sempre foi muito importante, porque eles têm uma percepção do terreno muito diferente e muito apurada, muito concreta; de preferência os militares portugueses; eram os militares que muitas vezes confirmavam aquilo que nós suspeitávamos, como os militares depois também não podem transmitir publicamente, quer dizer, os militares depois podem nos dizer coisas, que eles não podem transmitir, mas que são situações que confirmam aquilo que nós suspeitávamos, aquilo em que nós acreditávamos; sempre tive boas relações com os militares portugueses; o grande problema deles era justificar porque eles estivessem ali – preocupação de ganhar a causa da sua presença na região para a opinião pública; é das relações mais complexas do chamado jornalismo de guerra: a promiscuidade que eu acho que começou a existir entre os jornalistas e alguns responsáveis militares, que teve, quanto a mim, uma expressão máxima com os famosos embedded do Iraque, onde pela primeira vez os jornalistas são convidados para ir nos batalhões, que aceitam regras de conduta que impõe, por exemplo, a censura prévia, todos os textos que eles escrevem têm que ser lidos por um responsável militar antes de ser publicados; é uma distorção do cenário de guerra, da situação no terreno; e é outro aviso: isto são as condições em que se podem fazer reportagens de guerra agora com segurança, “porque nós apesar de tudo responsabilizamo-nos por vocês, se vocês forem sozinhos por vossa própria iniciativa para um cenário de guerra, não nos responsabilizamos pelo que vos possa acontecer”; os média têm que tomar partido; relações um pouco distanciadas.

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Tenho dificuldade em me sentir à vontade por causa dessas regras; há sempre uma pressão permanente (há coisas que são *off the record*, ou que simplesmente dizem que não se podem dizer) há sempre essas imposições e essa pressão constante; é uma espécie de técnica quase específica para um jornalista escrever sobre o universo militar; por isso é preciso ter contactos específicos.

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

Poderá ser uma preocupação conjunta, se estiverem militares em situações de grande violência e de grande perigo, evidentemente se um jornalista se sentir em perigo, se houver um batalhão da sua nacionalidade, ou não, mesmo que não seja da sua nacionalidade, poderá provavelmente pedir protecção; depende dos meios que se tem; numa situação de guerra ninguém está incólume, isso [as empresas de segurança e grandes equipas] é uma garantia adicional de segurança e mesmo do ponto de vista psicológico de estar mais à vontade a fazer as coisas, não estar permanentemente num clima de tensão que era o que nos acontecia quando pegávamos num carro no Kosovo e depois íamos para zonas de conflito, nem sequer sabíamos muito bem para onde íamos; a grande moda agora é de facto as empresas de segurança privadas, e não só para os jornalistas; também as guerrilhas armadas.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

Os militares gostam que se respeite uma espécie de hierarquia; é uma espécie de jogo duplo, ao mesmo tempo que insinuam que há problemas e que talvez é importante que isso fosse conhecido da opinião pública, depois ficam profundamente magoados se efectivamente se toca nessas feridas, nesses assuntos.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

Houve momento de grandes dificuldades por parte da NATO, sobretudo quando começaram a cometer os erros dos famosos danos colaterais; o jornalista tem k sentir o suporte, algum apoio da redacção, e isto muitas vezes isso não acontece; se houver um acompanhamento.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

Eu acho que somos completamente bombardeados, hoje em dia pela informação; acho que o videofone pode ajudar – é um avanço tecnológico extraordinário e muito importante; apesar de poder haver uma maior credibilização das ofensivas pela presença dos meios de comunicação, e pelos meios de comunicação que estão a transmitir em directo; mas também podem levar a dúvidas e suspeições – a transmissão dessas imagens via satélite também podem ser muito evasivas e ilusórias daquilo que está a acontecer; os meios que hoje se utilizam para conquistar os “*hearts*” e as “*minds*” das pessoas, como no Iraque, são sofisticadíssimos; torna-se tudo numa espécie de grande teatro.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

As tecnologias da informação hoje em dia podem servir para tudo: para sofisticar a manipulação da informação; com certeza que pode ser uma mais-valia à máquina de propaganda.

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Se calhar em Portugal era fazer um novo jornal – um jornal o mais *desinstitucionalizado* possível, um jornal o mais independente do poder possível, um jornal que deixa-se de fazer favores; um jornal que dê meios; o mundo militar sempre foi muito hierarquizado, hermético – é provável que houvesse necessidade de simplificar o processo de comunicação entre os militares e os jornalistas; [dá o exemplo de um militar português que vai à Universidade e escolas explicar o ponto de vista militar, ressaltando a importância e o interesse dessa questão].

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – podem existir grandes vantagens se a tua capacidade de autonomia for grande; a partir do momento em que sintas que te estás a autocensurar ou que terias mais informação se estivesses sentado a uma secretária do que estado ali, então é melhor desistir dessa ideia; se achares que podes continuar a ter alguma liberdade de movimentos, alguma liberdade para escreveres, para falares com quem queres, e sejas tu a decidir o que é que achas que é importante fazer no terreno, e não sentires que estás a ser comandado pela redacção, acho que isso aí vale a pena.
Desvantagem – ir às agências buscar as reportagens tem muito a ver com a gestão de custos; há casos em que os jornalistas pagam parte dos custos.

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Sim; a questão é definir para onde é que vamos; a questão dos embedded é um péssimo sinal – se não estás connosco és nosso inimigo; isso reflectiu-se nas redacções e no comportamento das redacções e as pessoas começaram a escrever com mais cuidado para não terem problemas.

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Repórter enviado a um local de conflito.

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

Depende da intensidade com que tu sentes aquilo; descobrir os locais – ficam sempre com a pessoa (enriquecimento pessoal).

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Nas primeiras vezes que fui aos Balcãs mudei a perspectiva que tinha de lá; estando no terreno apercebeste de que há uma distorção mediática.

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J6

Jornalista: Emídio Fernando

Órgão de Comunicação Social: Rádio TSF

Data de realização da entrevista: 23 de Junho de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Em 1999 - Priština; Mitrovica com os albaneses e os sérvios; via Belgrado (carro).

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Três vezes apenas em 1999.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve a serviço?

Bósnia; Macedónia; Geórgia; Albânia; Sérvia (ex-Jugoslávia); Iraque; Afeganistão; Zaire; Angola; Moçambique; Ruanda; Croácia.

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Razões profissionais; a primeira motivação foi o interesse da TSF que eu estivesse nos sítios; passei a guerra toda de Angola [criança]; a guerra é um bocado viciante.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

A principal é ter medo, porque o mais difícil é controlar o medo; a falta de bom senso pode arruinar a reportagem; o bom senso passa por tudo, incluindo pela preparação de medicamentos antes de ir; o respeito que os jornalistas têm que ter pelas pessoas que lá estão: nós passamos por lá, e as pessoas ficam lá.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Não, absolutamente nenhum; acho completamente absurdo os cursos; devemos registar a experiência dos outros jornalistas.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Conhecer o terreno onde vais, que conflito se vai cobrir; toda a informação necessária.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

Devemos levar medicamentos e o tabaco – o cigarro é ouro e entra facilmente no mercado negro; comida; o Inverno [é difícil], por causa do frio, na cidade não há aquecimento; depende de cada sítio; de resto adapto-me aos sítios de forma bastante rápida.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

Perceber quem é o inimigo, de que lado se está; as comunicações, hoje são menos [complicado]; não saber o que está a acontecer para lá do sítio onde se está; só podemos contar apenas o que está a acontecer naquele momento e naquele local.

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

Tudo iniciativa própria, a não ser que aconteça algo de extraordinário; 90% iniciativa pessoal – nós é que estamos no terreno, nós é que sabemos o que está a acontecer.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

Não; estive apenas um dia a fazer patrulha com as tropas portuguesas em Priština.

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Sim, eles contam o que vão fazer, os cuidados.

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

Houve uma grande evolução nos militares portugueses, há uma grande evolução intelectual e de conhecimento; há sempre uma desconfiança; há uma auto-regulação: se vais com eles não vais contar algumas conversas; sempre fomos muito bem tratados.

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Não, de maneira nenhuma; nem sugestões nem qualquer coisa do tipo; hoje em dia não é possível fazer censura; a tropa portuguesa sempre me ajudou em tudo.

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

O jornalista é responsável pela sua vida; quando estás num quartel os militares são responsáveis pela tua segurança e não podes fazer o que te apetece; a partir do momento em que se sai a responsabilidade é do jornalista; as tropas das Nações Unidas sempre me ajudaram.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

É uma relação de entreaajuda; tenho uma muito boa impressão dos tropas e dos comandos militares.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

Isso acontece sempre; a notícia é a mesma, depende do campo de visão, do lado que se dá; esses *briefings* acho que são essenciais; o ideal é ter alguém no *briefing* e alguém no terreno, para saber o que é verdade e o que é mentira.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

A imediatez é péssima para o jornalismo; no período pós-Iraque já ninguém conta guerras como antes (só sabes a guerra do Iraque pela escrita); as novas tecnologias obrigam-te a que tu faças determinada coisa, em determinado momento, em determinada altura, apenas isso, e entras muito no *show off* – ainda por cima para as televisões em que o que importa não é o que se está lá a passar, mas mostrar que o jornalista está lá; a guerra está banalizada; em vez de aproveitarmos isso para ir mais longe, aproveitamos para ficar mais perto.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

Com o *embedded* a intenção deles é controlar (o controlo existe pelo *embedded*).

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Os militares não têm que mudar nada, eles estão a trabalhar bem, eles estão a agir bem, e pela primeira vez são inteligentes a fazer isto, estou a falar dos militares portugueses; eles têm que dar todo o apoio que os jornalistas precisarem, e fazem-no; se alguém tem que mudar são os jornalistas – é preciso saber a cultura das pessoas; devemos recuperar o que o jornalismo já foi.

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – ser os olhos e os ouvidos, os sentidos dos teus ouvintes, que não têm a oportunidade de estar ali.
Desvantagem – não vejo desvantagens, no jornalismo de guerra a sério, neste pós-Iraque só vejo desvantagens, com o *embedded* estás a vigiar os teus ouvintes ou leitores ou telespectadores.

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

É tudo nivelado; vai seguir sempre a visão dos vencedores; ninguém vê o outro lado.

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

O jornalista que vai à guerra; o correspondente de guerra que estavam o tempo todo lá; o jornalista é jornalista, que vai à guerra como vai a uma conferência de imprensa; não existe especialização de guerra porque cada caso é um caso (as guerras são diferentes); és um enviado como a outro sítio qualquer.

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

Cada guerra que uma pessoa vai é uma experiência de vida muito grande e nunca se vem igual; acho que a guerra nos faz menos sensíveis; relativizo a importância das coisas; às vezes só me apercebo que estive em guerra quando chego a Portugal; eu tenho *stress* (pós-traumático), mas vivo bem com isso; a guerra faz-nos conhecer a nós próprios.

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Hoje sou uma pessoa muito diferente porque estive em muitas guerras, sensibilizo-me pouco com as coisas; tenho saudades da guerra.

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J7

Jornalista: José Pedro Frazão

Órgão de Comunicação Social: Rádio Renascença

Data de realização da entrevista: 24 de Junho de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Fui em Junho de 2000 fazer um trabalho sobre um ano depois da guerra; estive um pouco por todo o Kosovo: Priština, Klina, Mitrovica, Peć, Prizren.

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Dezembro de 2000 – visita do Ministro da Defesa aos contingentes militares do Kosovo e da Bósnia.
2001 – acompanhei a missão da equipa de cientistas que foram estudar o urânio empobrecido.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve em serviço?

Afeganistão (cobertura do conflito a partir Paquistão); Bósnia; Londres 7 de Julho [não é exactamente um local de conflito].

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Por auto-proposta à redacção.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Alguna coragem; capacidade de adaptação; alguma frieza profissional; capacidade de descrição/bom repórter; resistência física; capacidade de compreender as culturas diferentes (reflecte-se na curiosidade do jornalista); adaptação.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Fiz depois [de estar no Kosovo]; fiz um curso em 2003 no Centro de Operações Especiais do Exército em Lamego, estivemos uma semana num curso para jornalistas em cenário de conflito.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Para mim é essencial; não é só documentar na parte política, eu gosto de me documentar na parte cultural, musical, até a parte geográfica, compro guias turísticos, mapas.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

Alimentação, que é muito prejudicada, comes o que houver e quando houver; em situações muito extremas é preciso fazer uma grande gestão dos sonos, dormir por ciclos, o que acaba por se reflectir com o cansaço; dificuldade de comunicação com a família, porque o trabalho fica à frente de tudo, e com os fusos horários é complicado; muita capacidade de adaptação e resistência física.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

Tecnologia: se não tiveres rede de telemóvel e não tiveres um telefone satélite é complicado trabalhar; a língua obriga a arranjar um tradutor; sem preparação alguma o acesso às fontes é mais complicado; conseguir entrevistas é mais difícil; o acesso à informação; nalguns casos dificuldades relacionadas com o facto de o nosso tradutor ser também um informador, que está acreditado para nos acompanhar.

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

90% de iniciativa do repórter; os outros 10% são sugestões que vêm de Lisboa: ou porque têm outras informações que é preciso cruzar com o repórter, ou porque têm ideia de que se pode fazer mais aqui ou ali; o repórter tem uma grande autonomia, geralmente.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

Sim, português.

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Sim. Depende, geralmente eles fazem sempre um acolhimento, há sempre um membro do contingente que está disponível; às vezes podem nos por em contacto telefónico prévio; outras vezes enviam por e-mail; o jornalista está sempre enquadrado (linguagem militar).

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

[Uma relação] Próxima (nunca tive razão de queixa), que com o tempo geralmente evolui para uma relação de compreensão mútua em que os militares percebem qual é o meu papel e eu compreende qual é o papel deles, e por tanto tento nunca ultrapassar o que tenho que fazer; geralmente eles jogam mais à defesa e eu mais ao ataque; compreensão mútua; colaboração; há uma relação de grande disponibilidade (mesmo quando não estamos junto do contingente); é uma relação de respeito; vejo-os com uma certa cumplicidade; têm semelhanças que aproximam os militares dos jornalistas, como o sentido de missão; há sempre um grande respeito onde a ética é muito importante; regra geral a relação é boa.

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Há informação reservada; censura não, nunca, mas há informação reservada deles a qual nos só sabemos muitas vezes depois; com uma relação de respeito temo-los como fontes; às vezes há informação que nós sabemos antecipadamente e que não divulgamos.

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

Se vamos ficar a dormir no contingente, a segurança compete ao contingente; não estamos com o contingente, mas vamos estar um dia com as patrulhas, com o contingente (integrados) são eles que mandam em termos de segurança.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

Colaboração e respeito.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

A NATO dá a sua perspectiva do que está a acontecer, o que não significa que seja necessariamente assim ou que não tenha que ser cruzado com informação de outras vias; havia alguma crítica à forma como a operação foi criada; a maior lição é que os militares devem falar verdade, devem gerir a informação convenientemente.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

É um risco; isso é jornalismo a sério, altamente exigente, arriscado – risco da repetição, estar sempre a entrar em directo, nalguns casos sem grande critério, estamos muito mais à frente do que os *briefings* militares nos dizem, porque estamos a observar, a relatar, o que depois tem um efeito sobre as opiniões públicas – é um aliado; é um desafio.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

No caso português nunca estivemos nessas circunstâncias; pode haver um compromisso em benefício da informação, mas o compromisso não é de esconder a verdade, é apenas de contá-la mais tarde; não há uma censura, não há uma mentira; pode não haver um relato imediato porque as condições no terreno não permitem; (questão norte-americana) quando se acompanha uma coluna militar se se pode dar ou não informação que podem por em causa a coluna militar, mas ao ponto de se forjar a realidade, não acho que os jornalistas devam violar os seus deveres éticos, admito que possa haver, acho que isto não se passa em Portugal; é muito fácil saber-se a verdade hoje em dia; mais tarde ou mais cedo a informação vai-se saber.

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Fazerem-se mais cursos para jornalistas organizados pelos militares; é necessário que por parte dos militares haja uma maior formação na área do contacto com os jornalistas, maior conhecimento sobre a realidade dos jornalistas; esconder a informação não resulta, a imagem do exército acaba por sair muito mal, porque dá a sensação que estão a esconder algo; um maior aprofundamento das relações entre os militares e os jornalistas; os militares deveriam preparar algumas rotinas ter mais treino profissional; aos jornalistas falta uma maior compreensão de uma operação militar – como se desenrolam, os termos militares, os tipos de armamento, as patentes, alguns códigos, algumas hierarquias, alguns protocolos de segurança; conhecimento dos códigos das profissões.

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – para o público português a história tem que ser contada em português; (o jornalista que está lá tem o seu) eu tenho o meu próprio olhar; é preciso ter lá alguém que diga; dar aquilo que as agências não dão.
Desvantagem – não vejo desvantagem em enviar para lá alguém; a única desvantagem é interna do jornalista, quando mandamos para lá um jornalista e ele não consegue trabalhar lá, seja pelas dificuldades que encontra no terreno, ou porque ele é incapaz por algum motivo – há jornalistas que chegam e têm medo, (é normal ter medo), ter alguns receios que tornem a sua situação lá inútil – ou dificuldades de circulação, que não consegue trabalhar lá; há um risco associado – o conhecimento que as redacções têm, e que os editores têm - mandar um repórter para lá, ele está a correr um risco, e desvalorizam o trabalho dele, não vale muito a pena (mas geralmente isso não acontece).

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

(Não há jornalistas de guerra em Portugal – podemos encontrar muitos jornalistas com experiência em cenários de guerra) Há quem defenda que isto é um trabalho mais para freelancer – que já quase que não compensa do ponto de vista dos seguros, das despesas, dos *cachet*, das ajudas de custo, dos hotéis, das despesas que tudo isto envolve – para um órgão de um país pequeno mandar; eu discordo; existe um lugar sempre para isto, porque eu acho que as guerras não vão acabar; mas é um futuro que precisa de ser redefinido do ponto de vista financeiro, e que está em mutação para alguma coisa; acontece cada vez mais um jornalista ir trabalhar para dois órgãos de comunicação social, para repartir custos.

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Repórter em áreas de conflito, mais do que cenários de guerra; são uma espécie de enviados especiais em lugares de conflito.

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

A primeira vez que fui, nem vi nada de especial, mas o contacto com coisas destruídas, e alguma miséria, foi importante para mim e vim de lá um pouco diferente; a adaptação existe: em termos pessoais, muitas vezes não apetece falar daquilo, as questões biológicas recuperam-se facilmente; do ponto de vista profissional, a adaptação por vezes é complicada, porque há pessoas que se viciam neste tipo de coisas, ter uma vida em que passas de um conflito, para uma simples conferência de imprensa, achas aquilo a coisa mais aborrecida do mundo; acho que às vezes a adaptação à vida profissional é mais difícil; há uma certa frustração depois de não se voltar a ir; há uma adrenalina que se cria na ida que se fica viciado.

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Há cenários que ficam na cabeça e outros que não; vontade de regressar aos sítios; a cabeça das pessoas muda; muda a percepção que temos até da própria vida; torna-se menos acomodado; em termos profissionais, procuras notícias dos sítios esteve.

Guião de entrevista – Jornalistas

Ficha de Transcrição

Entrevista J8

Jornalista: Carlos Santos Pereira

Órgão de Comunicação Social: Agência Lusa

Data de realização da entrevista: 14 de Julho de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Corri o Kosovo inúmeras vezes; 1981 – uns meses depois da morte do Tito; sempre que houve grandes erupções no Kosovo; estive no período da guerra propriamente dito, todo o ano de 1999 (bombardeamentos e ocupação).

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Várias vezes; normalmente eram reportagens longas.

3. Quais os outros locais de conflito em que esteve em serviço?

América Latina; África (Angola); todos os conflitos balcânicos; Afeganistão, Iraque.

4. Quais as razões/motivações que o levam a fazer este tipo de trabalho jornalístico?

Profissionais fundamentalmente; o recurso à força militar teve o papel que teve na gestão daquilo que eu costumo chamar o pós-guerra fria – deu-se uma reabilitação da força como mecanismo de resolução das questões internacionais; acompanhar o mundo e cobrir o mundo, e tentar perceber o que se passava neste mundo passava inevitavelmente entrar nos conflitos armados; juntaram-se razões de muita outra ordem, nomeadamente o relacionamento muito estreito que estabeleci com os militares.

5. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Fazer o seu trabalho honestamente; não há jornalismo de guerra, há jornalismo simplesmente, que se faz cobrindo conflitos militares, como cobrindo uma conferência de imprensa; naturalmente que o jornalismo em situações de conflito tem alguns traços específicos pela própria natureza dos assuntos que se estão a cobrir; se exige alguma qualidade específica, de forma alguma; convém perceber minimamente aquilo; se vai cobrir um conflito militar convém perceber o que está em jogo; não acho que seja preciso nenhum recurso físico, psíquico ou profissional muito especial para cobrir situações dessas; um dos segredos de qualquer reportagem é uma boa preparação; e o método de trabalho no terreno; há coisas que uma pessoa depois também aprende, que há regras, há limites de conduta militar que não se podem ultrapassar.

6. Tem algum tipo de formação na área militar?

Sim; fui militar três anos; e desde que enveredei por essa via fiz vários pequenos cursos; fiz o Mestrado em Estratégia; e cursos práticos de conduta de jornalistas em situações de guerra.

7. Antes de ir para qualquer zona de conflito, procura documentar-se?

Documentação e preparação.

8. Quais as principais dificuldades pessoais que se podem encontrar no campo?

Uma guerra é uma situação dramática, é uma descida aos infernos, portanto os envolvimento emocional são tremendos, ninguém vai para um cenário de guerra e cobre aquilo com um distanciamento olímpico; o que está em causa não é ganhar ou perder um jogo, é ganhar ou perder a vida, é ganhar e perder territórios, é o destino das pessoas; em situações em que o envolvimento emocional do repórter é extremamente grande e é preciso arcaboço (força) emocional e psíquico para resistir; já vi muita gente ter colapsos emocionais; exactamente porque o envolvimento emocional é muito grande, também por isso o perigo de se lhe toldar a lucidez e o distanciamento com que deve olhar as coisas é muito grande; já passei muita fome.

9. Quais as condições/dificuldades que existem na elaboração de reportagens?

A recolha de informação é particularmente complicada; em termos profissionais é mais exigente; são situações em que a recolha e sobretudo verificação da informação é complicada, é problemática; e sobretudo são situações que é extremamente fácil ser manipulado, porque não é possível ir a tudo, porque há locais aos quais não se tem acesso, porque a leitura do campo de batalha é complicado, mesmo tendo acesso e vendo; a exigência que qualquer profissional tem que ter – ter cuidado com as fontes, verificar e voltar a verificar as coisas, etc. – em cenário de guerra são redobradas; em que é muito fácil ser manipulado, porque o querem manipular; é uma situação em que é muito fácil fazer leituras incorrectas da situação, é fácil cometer erros em cenário de guerra.

10. No seguimento do trabalho, responde a indicações provenientes da redacção, ou as opções de reportagem são inteiramente suas?

Há uma coisa fundamental que é um diálogo permanente entre um repórter e a redacção; é fundamental um repórter estar sempre apoiado pela redacção, inclusive a comunicar-lhe informações que ele no local em que está não tem; vão dialogando e escolhendo os melhores ângulos.

11. Quando foi para o Kosovo, acompanhou algum contingente militar, português ou estrangeiro?

Sim mas por períodos muito curtos; tinha a minha agenda própria no terreno e não andava atrás deles.

12. Recebeu algum tipo de informação inicial: quer em termos de actuação quer no que diz respeito ao trabalho feito até então no local pelos militares?

Eles são inexcedíveis; aí a minha experiência é muito positiva.

13. Que tipo de relação se estabelece entre os militares e os jornalistas?

A atitude dos militares portugueses para com os jornalistas é, normalmente, de uma grande disponibilidade, de uma vontade de ajudar; encontrei o melhor espírito de colaboração, independentemente de depois haver divergências pontuais; os militares estão cada vez mais sensíveis e atentos a esse ângulo da mediatização.

14. Foi limitado, de alguma maneira, no seu trabalho por algum militar português ou estrangeiro? (censura)

Sim; mas eles estavam na sua função e eu na minha; os militares também não estão numa perspectiva muito generosa de ajudar os jornalistas; se em determinada circunstância precisarem de dar a volta ao jornalista claro que tentam fazê-lo; estão lá também para defender um determinado ponto de vista; eles não estão lá na função de auxiliares dos jornalistas, e auxiliam os jornalistas na medida em que isso os auxiliar a eles também.

15. A cargo de quem está a questão da segurança: dos jornalistas, militares ou entidade empregadora?

Cada situação é uma situação; distingo completamente conflitos regulares de conflitos irregulares: são questões completamente diferentes; uma pessoa defende-se tanto melhor quanto mais informada estiver do cenário – a informação é importante não só em termos profissionais, mas também em termos de eficácia no trabalho, mas também em termos de segurança; sabendo quais as consequências e actuação de determinado armamento, mais probabilidades tem de saber como se proteger; em cenário de guerra a gente tem que estar permanentemente a fazer este raciocínio: quanto é que vale o risco que eu vou correr, ou até que ponto ele é racional à luz da informação que eu quero obter em troca – tem que se fazer em cada passo opções realistas, partindo do velho princípio de que nenhuma informação justifica a morte do jornalista, até porque é inútil; há que fazer uma permanente avaliação dos riscos; os militares têm uma função num cenário de guerra, não são “amas-secas” dos jornalistas, mesmo assim voltamos à questão dos interesses: se os militares estão muito interessados na projecção mediática da sua acção claro que tendem mais a proteger os jornalistas; uma coisa é a situação do embedded, como foi na guerra do Iraque, e que acontece cada vez mais, em que os jornalistas são incorporados num conjunto militar, aí, de algum modo, a força militar tem obrigação de proteger os jornalistas porque ele está integrado na força; nas outras situações já é uma questão de consenso político: se há uma intervenção de uma força portuguesa, naturalmente há um mínimo de consenso que os repórteres portugueses que vão, naturalmente que os militares têm, de algum modo, a incumbência pelo menos implícita de proteger os jornalistas; o instinto normal dos militares é o de facto, o de proteger os jornalistas.

16. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

Em geral é muito boa; mas isso não impede que haja desentendimentos; há essa disponibilidade, mas também há uma maior sensibilidade podendo gerar mau estar; a maior parte de desaguisados que existem são naturalmente culpa nossa [dos jornalistas]; há coisas que uma pessoa depois também aprende, que há regras, há limites de conduta militar que não se podem ultrapassar; normalmente com eles as regras são bastante claras: você não pode ver isto, não pode dizer isto, etc.; depois é uma questão de jogar as regras do jogo ou de as violar, com as consequências que isso implica.

17. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares?

Foi das maiores operações de propaganda falsa, de mentira, se quiser, a que eu assisti na minha vida; a enormíssima campanha de mentiras que se continua a associar com a questão do Kosovo, com uma enormíssima cumplicidade dos próprios media, dos próprios jornalistas – prestaram-se alegremente à propaganda, e em muitos casos sabendo perfeitamente que o estavam a fazer; a coisa foi de tal maneira desestruturada que já nem havia a preocupação de se esconder que se estava a mentir (com a conivência dos media); os militares foram obrigados a cumprir papéis para com os quais têm um grande sentimento de revolta; os jornalistas vincularam a informação ouvindo só um dos lados; o que convida a uma reflexão profunda sobre o que são os média hoje e a relação dos média com os poderes.

18. Considera que a existência de novas tecnologias e a rapidez do jornalismo actual são uma mais-valia para a profissão ou pelo contrário, constituem uma ameaça para um “bom jornalismo”?

A função de jornalista passa por obter informação, verificar informação e contextualizar informação – colocar a peça no quadro do puzzle que lhe dá sentido; pelas próprias condições económicas dos média hoje, mas também por questões do papel que a informação tem hoje no quadro da nossa vida política e social, sobretudo por razões de concorrência entre os média, naturalmente que a pressão do imediatismo desvaloriza completamente estes três ângulos, mas em particular a verificação e a contextualização; se se despacha um repórter para um cenário qualquer, para a televisão, em termos de concorrência, de projecção junto do público, etc., é muito mais importante o dizer que o repórter está lá e ele estar constantemente a aparecer em directo do que propriamente a informação que ele recolhe, a própria orientação que se dá aos repórteres secundariza completamente a preocupação em recolher informação, é preciso é estar lá; aquilo que são as funções tradicionais do jornalista naturalmente alteram-se muitíssimo com isto; e a própria formação dos jornalistas, nomeadamente durante os estágios, aqueles períodos iniciais atiram já muito para este tipo de atitude perante a informação, isso é incontestável, com uma agravante ainda, por razões de vária ordem, mas por razões de ordem económica mais especificamente, os jornalistas mais novos tendem a transformá-los em máquinas que têm é que produzir a qualquer custo, de qualquer maneira, barato e com redacções muito pequenas; é verdadeiramente produzir em quantidade, e em quantidades completamente incompatíveis com estas funções que o jornalista deve ter; o que se pode fazer perante isso é, quem pode quem tem meios para isso, estar atento a isso, ir denunciando isso, ir explicando isso.

19. Considera que as novas tecnologias podem levar os militares a adoptar uma atitude de censura maior?

Em nome dos seus próprios interesses; para situações em que os militares sentem que é importante fazer passar uma certa mensagem mediática, se ela é realmente importante, se isso se torna absolutamente crucial, os militares tendem é cada vez mais, de algum modo, a substituir os próprios jornalistas nessa função; criam órgãos de comunicação social (como no caso da Bósnia na altura da assinatura dos acordos de Dayton).

20. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

O *embedding* é uma questão muito complicada: não há nada de errado em princípio; a cobertura das coisas é limitada; o problema não está no *embedding* em si, a cobertura era feita essencialmente com o *embedding*; o *embedding* é interessante se for completado com informação que vem de outros lados e de outros ângulos; as deficiências e a responsabilidade muitas vezes não são do jornalista que está no terreno é da redacção; onde a manipulação é feita verdadeiramente é no tratamento da informação na redacção e na maneira como é atirada para o público; tentar olhar a realidade de ângulos tão diversos e contrastantes possíveis.

21. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem - o que é fundamental para uma televisão que envia um repórter para um cenário de guerra, não é propriamente se ele vai lá recolher mais ou menos informação, é dizer que ele está lá e mostrá-lo lá; apesar de tudo cada órgão de informação deve ter uma perspectiva própria, uma orientação editorial própria, e portanto, parece-me normal que determinado jornal considere que há lá agências, mas sente que é importante para o jornal, em termos de credibilidade, em termos de prestígio, ter a sua própria visão, ter a sua própria análise, ler com os seus próprios olhos aquela realidade, e portanto investem e mandam um jornalista para lá para fazer isso; por razões de concorrência, de impacto no público, o que é preciso é mostrar que têm lá alguém.

Desvantagem: essas deslocações saem, normalmente, extremamente caras e há claramente uma tendência para enviar menos repórteres; cada vez menos os jornalistas saem, excepto em ocasiões oficiais; cada vez mais os repórteres permanentes no terreno, os correspondentes, são indivíduos locais, que evidentemente saem muito mais baratos; na maior parte das vezes que se decide fazer esse investimento é por razões de concorrência e de prestígio, e não pela real preocupação da recolha de informação.

22. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Isto é uma moda que está a acabar; nos últimos anos houve a convergência de três factores: um clima de unipolaridade de facto no quadro internacional, o domínio de uma hegemonia total dos Estados Unidos no panorama internacional, em termos militares, em termos políticos, mas também em termos de “*softpower*” (influência cultural), essa época mudou exactamente com o Kosovo – que foi o clímax e o início do fim do clima de grande consenso na área internacional (nos métodos e instrumentos de gestão de crises pela comunidade internacional) – decorreu num contexto em que esta própria gestão das crises, e nomeadamente nesta componente da intervenção militar passou por uma fortíssima projecção mediática; esta aposta na projecção mediática, casou-se com uma disponibilidade e uma aptência também dos média para este tipo de cenários; estas foram as três condições que ditaram a forte presença dos conflitos nos media e toda esta mania do jornalismo de guerra; se quer a minha opinião esta era está a passar; dou-lhe dois sintomas claros: hoje praticamente não se inscreve ninguém em cadeiras e cursos (mestrados) de jornalismo de guerra; esta função que a guerra, as intervenções militares, teve e a projecção mediática que os acompanhou, obedeceu a determinados objectivos estratégicos que entretanto estão consumados ou estão consumados; há, além do mais, um desgaste do público – hoje banalizou-se um bocado; por todas essas razões, vamos assistir a um apagamento, pelo menos durante um período destas coisas do jornalismo de guerra; foi também um fenómeno de conjugação de uma moda, de uma disponibilidade da opinião pública, do interesse comercial dos média e do interesse político dos poderes, acontece que esses três efeitos estão a esgotar progressivamente; o jornalismo de guerra vai passar de moda, pura e simplesmente.

23. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

A função de um correspondente, a função de um repórter, a função de um enviado, isso não são palavras ocas, designam funções específicas no domínio da informação; (adota-se a designação que corresponda às funções que são desempenhadas no terreno).

24. Como é a adaptação à vida “normal”, isto é, o regresso?

É uma questão eminentemente individual; se me pergunta o meu caso pessoal, evidentemente, a minha personalidade, os meus nervos, a minha maneira de estar na vida, etc., alteraram-se; como jornalista o que me marcou mais, o sentimento de revolta pela mentira, pela manipulação, etc.; o jornalismo é, apesar de tudo, muito do domínio do efémero.

25. O que muda depois de vir destes conflitos e qual a perspectiva com que volta para estes cenários?

Que se passa por situações potencialmente traumáticas, claro que sim; depende das situações e da personalidade de cada um; passei por muita coisa e vi muita coisa, e há muita coisa que me dói muito, eu realmente isso alterou-me.

Guião de entrevista – Militares

Ficha de Transcrição

Entrevista M1

Militar: Coronel Calçada

Data de realização da entrevista: 19 de Junho de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

A missão do agrupamento Bravo durou de Agosto de 1999 a Abril de 2000; 7 de Agosto de 1999 entrámos no Kosovo e ocupámos o sector de Klina; integrados na Brigada Multinacional Oeste (Comando Italiano).

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Não voltei a estar no território.

3. Que tipo de funções desempenhou enquanto lá esteve?

Comandante do Agrupamento Bravo e, ao mesmo tempo, do Contingente Nacional.

4. Possui algum tipo de formação na área da Comunicação Social/Jornalismo?

Sim; em todos os cursos de promoção e qualificação que se fazem no Exército Português existem módulos de Comunicação Social; também fiz o Curso Superior de Guerra em França que tinha um módulo bastante alargado de Comunicação Social; no curso de promoção Oficial General que fiz no ano passado, o meu trabalho de investigação social era também no âmbito da Comunicação Social; é uma formação importante, pois o jornalismo é um factor caracterizador do teatro operacional, e é um factor influenciador do potencial da unidade, para o bem e para o mal.

5. Estiveram alguns jornalistas com o seu contingente? Quantos e quanto tempo?

Com o contingente, no período de entrada, sim, naturalmente; depois a meio da missão esteve uma equipa de reportagem do Correio da Manhã; no fim da missão esteve também uma equipa da SIC, mas a fazer a rendição da unidade.

6. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

A postura dos militares (que estão ao serviço do país, e como tal dos jornalistas), e também a minha, eu estava ali para ajudar os jornalistas a cumprir o seu trabalho; a única coisa que nós pedimos é que esse respeito seja mútuo; se esse respeito for mútuo e a verdade for contada tal como ela foi vista obviamente que não há problema; o que se pede ao jornalista é que conte os factos tal como eles se passaram, independentemente de juízos de valor; se isso acontecer é evidente que a é ótima; vi da postura dos jornalistas uma pontinha de orgulho por aquilo que estavam a ver o agrupamento fazer.

7. Teve algum tipo de problemas com os jornalistas?

Não, nenhum; a única coisa, mas que não constituiu problema, foi quando estávamos a chegar lá, a reconhecer o sítio onde íamos ficar, a instalarmo-nos, a segurança, em fim uma série de actividades que careciam da minha total atenção, e a certa altura, a jornalista da Antena1 só me queria entrevistar e eu dizia-lhe que não podia – nesse aspecto os jornalistas também têm que perceber que em certas situações de maior ou de menor risco, um comandante está é preocupado com a sua missão e os seus homens, não pode é abstrair-se de tudo para falar com o jornalista, e os jornalistas têm que perceber isso.

8. Quais as condições pessoais e de trabalho que o exército oferece aos jornalistas?

Quando vão embedded são as mesmas condições que os militares; quando não vão andam e comem connosco, têm um sítio para montar o computador, e as condições são as condições mínimas para poder funcionar – isso arranja-se; nunca se deve dar ao jornalista mais condições do que se dá aos próprios soldados.

9. São tomadas medidas para facilitar o trabalho dos jornalistas?

Sim; depende muito da personalidade do jornalista e do militar; nunca houve problemas.

10. São dadas indicações iniciais (briefings) aos jornalistas?

Sim; a dois níveis: primeiro, um jornalista antes de ir para o teatro de operações passa pelo Estado-maior General e nessa altura será “*briefado*” ali de forma global; quando lá chega obviamente que também (qual a missão genérica).

11. É tomado algum tipo de medida no controlo da informação divulgada (censura) ou esteve nalguma situação em que simplesmente não podia divulgar a informação?

Não; a partir do momento em que nos dizemos que o jornalista pode ir com a patrulha, então relate tudo, não há censura; se a situação for demasiado arriscada, simplesmente dizemos que os jornalistas não vão com a patrulha.

12. Qual a influência que as novas tecnologias podem operar no que diz respeito à divulgação da informação?

Poderá dificultar o trabalho; do ponto de vista tático, se forem divulgadas coisas que são obviamente classificadas, pode dificultar; o jornalista tem que perceber que a sua acção de divulgação não pode, por um lado, por em causa a vida de compatriotas, e por outro lado não pode comprometer o cumprimento da missão; é uma autocensura que tem que ser imposta: o jornalista já sabe a informação, mas divulga-a mais tarde; do ponto de vista da política e da estratégia, tem influência, porque hoje os governos são escrutinados pela opinião pública e publicada, e por consequência andam um pouco a reboque dessa opinião pública, se começarem a ser divulgadas informações de um teatro de operações que depois geram um mau estar na opinião pública e publicada pode fazer tremer um governo.

13. É atribuída alguma responsabilidade ao Exército Português, no que diz respeito aos civis nacionais no território, nomeadamente os jornalistas, ainda que não tenham chegado ao local com nenhum contingente militar? (segurança)

Não; a missão da unidade não é essa; obviamente que se estiver em causa a integridade física no momento, obviamente os militares cumprem e fazem a segurança ao jornalista em causa, mas como missão não podem fazer isso; no caso concreto dos jornalistas *embedded*, aí já é diferente, porque aí já fazem parte da unidade.

14. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

É óbvio que é preciso ter coragem; mas mais importante que a coragem física é a coragem moral – para afrontar o seu chefe de redacção, suponho que possam ser pressionados para contar coisas que não aconteceram só para serem mais bombásticas, e ele deve ter essa coragem moral para recusar escrever sobre algo que não aconteceu; tem que ser uma pessoa objectiva, o máximo possível; ser uma pessoa bem formada.

15. Como classifica o processo de comunicação entre o exército e os jornalistas?

Acho que não é burocrático; acho que é bastante informal e bastante cúmplice.

16. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares? (questão da NATO)

É natural que tenha acontecido, porque depois dos bombardeamentos, os aviões são seguidos por outros que têm sensores que recolhem imagens, assim como os satélites, e é com base nisso que são dadas as informações; o jornalista que está lá tem uma visão totalmente diferente; quando os boletins de informação de qualquer organização se baseiam também na *human intelligence* (relatórios dos militares que estavam no terreno) obviamente que o comunicado é mais concreto e mais perto da verdade; Lição: isso acontecerá sempre, e as alianças e os países têm que estar preparados para isso; mentir não; e depois é preciso ver o que é que interessa à opinião pública.

17. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Formação; e uma questão de postura perante a vida; respeito mútuo; respeito das missões de cada um e pelo trabalho dos outros; partindo do princípio que as pessoas são honestas, dizem a verdade, não dizem mal por dizer.

18. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – a guerra é uma actividade humana e o jornalismo reporta actividades humanas, como tal deverá ser relatada, contada e informada.
Desvantagem – não vejo qualquer desvantagem; a desvantagem a acontecer é no comportamento do jornalista em si – tem que cumprir o seu papel como deve ser.

19. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Enquanto houver guerra, obviamente que haverá sempre lugar ao jornalista que vai contar como é que essa guerra se passou, com verdade, com objectividade, sem preconceitos; e julgo que esse futuro é um futuro não desejável, ninguém gosta da guerra.

20. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Jornalista é a profissão; uma coisa é a profissão outra coisa é o que se está a fazer; no caso está a fazer reportagem, por isso está a reportar, por isso é o repórter.

Guião de entrevista – Militares

Ficha de Transcrição

Entrevista M2

Militar: Tenente-Coronel Lourenço

Data de realização da entrevista: 26 de Junho de 2008

Local: Porto

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

2000 de Fevereiro a Agosto; todo o Kosovo, devido às funções de *PIO – Public Information Officer*.

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Não voltei ao Kosovo.

3. Que tipo de funções desempenhou enquanto lá esteve?

PIO – Public Information Officer.

4. Possui algum tipo de formação na área da Comunicação Social/Jornalismo?

Na altura não tinha, estudei, vi os regulamentos, as normas, as directivas que havia a nível da KFOR; actualmente tenho formação porque em 2007 tive a possibilidade de frequentar um curso no Instituto de Estudos Superiores Militares precisamente sobre Comunicação Social; ajuda a compreender as necessidades profissionais dos jornalistas.

5. Estiveram alguns jornalistas com o seu contingente? Quantos e quanto tempo?

RR – José Pedro Frazão; RDP e RTP por telefone; tivemos jornalistas de comunicação social escrita de Braga e de Vila Real; (regional e nacional).

6. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

Tenho gratas recordações porque houve uma relação desde início muito franca e muito transparente, e isso permitiu também criar uma base de confiança que foi importante para as actividades profissionais; conseguimos um relacionamento muito bom, nós explicámos os condicionalismos que tínhamos, eles compreenderam; houve sempre esta relação de franqueza e isso depois foi um garante de um bom relacionamento, que resultou inclusive em bons artigos jornalísticos; conseguimos, no nosso interesse, que transmitissem notícias ou artigos com mais profundidade com fidelidade à verdade daquilo que se passa.

7. Teve algum tipo de problemas com os jornalistas?

Não; foi uma experiência muito positiva e gratificante.

8. Quais as condições pessoais e de trabalho que o exército oferece aos jornalistas?

Apoio dentro das limitações: chegámos a dar alojamento, alimentação, pusemos viaturas à disposição para os transportar a vários locais de interesse, sempre acompanhados por mim (que era o oficial de informação pública), e também para acompanhar os nossos militares em missões operacionais que os nossos militares tinham para eles conhecerem a realidade.

9. São tomadas medidas para facilitar o trabalho dos jornalistas?

Sim; houve abertura por parte do comando não só para os receber, como também para prestar todo o apoio que eles precisassem dentro das nossas limitações.

10. São dadas indicações iniciais (briefings) aos jornalistas?

Sim, sempre.

11. É tomado algum tipo de medida no controlo da informação divulgada (censura) ou esteve nalguma situação em que simplesmente não podia divulgar a informação?

A nossa preocupação foi sempre de permitir que eles conseguissem obter toda a informação, para depois sim fazerem o artigo e tirarem as conclusões que entendessem; nunca houve intenção de condicionar os juízos deles, houve sim a intenção de mostrar a realidade toda para que eles pudessem transmitir com fidelidade o que se estava a passar lá, essa foi sempre uma grande preocupação da nossa parte; há uma regra muito importante: ou não dizemos ou dizemos a verdade (não mentir).

12. Qual a influência que as novas tecnologias podem operar no que diz respeito à divulgação da informação?

Não as vejo como um perigo; obrigam-nos a estar mais atentos; existem esses meios, e ainda bem, porque permitem fazer um trabalho de maior qualidade dos jornalistas, e com mais oportunidade de notícia; para nós não considero uma ameaça, desde que estejamos alertados para o facto e utilizemos uma política que eu considero para a informação pública, que é a verdade.

13. É atribuída alguma responsabilidade ao Exército Português, no que diz respeito aos civis nacionais no território, nomeadamente os jornalistas, ainda que não tenham chegado ao local com nenhum contingente militar? (segurança)

Se está tudo oficializado (autorização superior), nesta situação o jornalista tem que compreender que tem que seguir as indicações que nos damos porque são no sentido de preservar a segurança dele; no fundo, uma coisa é o jornalista que vai lá, que encaminhou um pedido pelo Estado-maior do Exército para ir visitar a força operacional portuguesa, e é autorizado; outra coisa é se for um jornalista que por iniciativa da redacção dele ou que é um freelancer, que vai pelos seus próprios meios para o Kosovo, que nos bate lá à porta a dizer que quer ver e tirar fotografias; neste segundo caso, se ele andar pelo Kosovo a responsabilidade da segurança dele é só dele e do órgão a que pertence, caso contrário não, desde que seja um pedido oficial, autorizado, nós depois asseguramos a segurança nas actividades que ele desenvolver connosco.

14. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Bom senso; prudência; honestidade; informação – estudar o sítio de conflito para onde vai, isso é importante para que o trabalho dele seja mais eficiente; disponibilidade – estar sempre pronto para ir à procura da notícia, portanto não ser comodista; resistência física e saúde; perspicácia; facilidade em comunicar, simpatia; ter um discurso de respeito às religiões (sensatez), isso é fundamental (porque isso ou é logo uma porta aberta enorme, ou é logo uma porta enorme a bater no nariz); ser muito cuidadoso com susceptibilidades de raças ou religiões; não tenho dúvida que alguns na prática são uns heróis; os cursos que têm sido dados são benéficos para os jornalistas (para que tenham uma melhor percepção do teatro de operações e de como se comportarem dentro do mesmo, estando por vezes associado também a questões de segurança).

15. Como classifica o processo de comunicação entre o exército e os jornalistas?

No caso concreto das Forças Armadas, uma preocupação que sempre tivemos, sempre que houve algum acontecimento que pudesse dar origem a uma notícia eu fiz questão de me antecipar sempre aos jornalistas – fazia um *press release* em que divulgava aos órgãos de comunicação social – dava factos objectivos, dizia a verdade, não fazia considerações, mas dizia o que tinha acontecido: não deixava criar boatos; foi bom porque os jornalistas depois confiavam que nós transmitíamos fielmente os acontecimentos, passaram a dar credibilidade aos nossos *press releases* e a esperar por eles – inclusivamente com os jornalistas locais (tiveram mais notícias, sobretudo sobre o contingente português).

16. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares? (questão da NATO)

O conjunto de notícias (similares) chegam a um “centro” e nesse “centro” as pessoas ligam essas notícias, fazem a análise e às vezes fazem interpretações/avaliações, essas avaliações podem diferir de pessoa para pessoa de acordo com os seus conhecimentos e de acordo com o conhecimento todo que tem da realidade; há 2 aspectos: as conferências de imprensa que são dadas pelo porta-voz destas forças, que eu sou completamente a favor de relatar factos, e o jornalista se quiser depois tirar ilações faz de acordo com a experiência profissional dele e outros contactos que possa ter locais, de confiança ou não de confiança, que podem induzir numa informação mais válida ou mais errada de acordo com as fontes que ele tem.

17. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Uma é a formação: os militares todos têm que compreender qual é papel que os jornalistas estão lá a fazer e que precisam de informação; os militares com a função de PIO devem estar preparados para poder colaborar no trabalho dos jornalistas e preservar, paralelamente, a imagem do seu próprio contingente; da parte dos jornalistas deve haver respeito pela actividade dos militares, pelos condicionalismos que os militares às vezes impõem (não é nada contra o trabalho dos jornalistas); os jornalistas têm que ter a percepção que nós estamos ali para fazer o nosso trabalho, e que o nosso trabalho implica riscos, quer para nós quer para os cidadãos autóctones daquela zona de conflito, e que por vezes por causa da nossa segurança, impomos condicionalismos aos jornalistas; o jornalista deve preocupar-se com notícias de valor e não com notícias sensacionalistas; deve ser um jornalismo sério.

18. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – numa sociedade da informação como a actual tem que haver quem faça esse papel, até para as pessoas saberem o que é que se está a passar, e os decisores políticos, porque se estiverem bem informados podem decidir melhor; transmitir fielmente o que se está a passar no terreno eu considero fundamental (por vezes chegam ainda antes dos militares); (se não fossem os jornalistas a estar no terreno, no Sudão ou noutros conflitos, como é que nós sabíamos logo que estava a haver um genocídio?).
Desvantagem – não vejo desvantagem desde que seja transmitida a verdade; eu acho que o jornalista deve estar presente, deve é estar consciente do perigo e informar-se para onde vai; deve fazer também um estudo em termos de saúde do local para onde vai.

19. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Há; acho que tem muito mercado de trabalho; existe uma certa conflitualidade actual em vários pontos do globo que mostra claramente que vão continuar a haver estes conflitos, e outros hão-de surgir, e portanto vai haver mercado de trabalho por parte deste tipo de repórter e de jornalista.

20. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

O entendimento que tenho disso é um repórter que vai fazer uma reportagem; ou um enviado especial; para nós normalmente é o jornalista;

Guião de entrevista – Militares

Ficha de Transcrição

Entrevista M3

Militar: Coronel Geada

Data de realização da entrevista: 23 de Outubro de 2008

Local: Lisboa

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

8 de Agosto de 1999 estávamos no Kosovo; recebemos no porto de Salonica todo o material que vinha de navio; o aquartelamento foi em Klina; quando chegámos ao Kosovo já tínhamos uma zona pré-destinada, que era uma antiga fábrica; (a missão durou 6 meses e 18 dias).

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Só estive essa primeira e única vez; e não quero voltar pela saudade.

3. Que tipo de funções desempenhou enquanto lá esteve?

2º Comandante do Agrupamento Bravo para o território do Kosovo.

4. Possui algum tipo de formação na área da Comunicação Social/Jornalismo?

Não; tirando os cursos que tiramos ao longo da carreira; depois de estar na repartição de informações (trabalho puramente militar) passei para a repartição de assuntos civis (e relações públicas) do Comando Operacional (CIMIC); considero [importante]; todo o saber não ocupa lugar.

5. Estiveram alguns jornalistas com o seu contingente? Quantos e quanto tempo?

Recebemos jornalistas da Lusa e da RDP que nos acompanharam; recebemos por duas visitas: do, na altura, Primeiro-Ministro António Guterres; e, na altura, o Ministro da Defesa Castro Caldas; nessa altura foram acompanhados por jornalistas; [Klina era um entroncamento, e toda a gente passava por ali] por isso recebemos militares e jornalistas estrangeiros – devido ao TACP português; a Lusa esteve muito presente, assim como a RDP Antena1.

6. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

[Não é hostil, pelo contrário.] Penso que cada um deve demarcar os seus limites, como é lógico; penso que cada vez mais a sociedade militar ou a instituição militar está mais aberta, mas é lógico que há coisas que são próprias, que são inerentes, e que portanto não se devem dizer; penso que foi um relacionamento muito amistoso; nós [portugueses] quando estamos longe do nosso cantinho e encontramos um português, seja jornalista ou não (...), e sabendo perfeitamente que o nosso comportamento ou inter-relação entre um militar e um jornalista, claro que essa relação podendo ser previamente institucional poderá passar a pessoal, e fora de Portugal, e em especial nestas missões, e em especial quando temos jornalistas a acompanhar-nos o relacionamento pessoal supera o próprio institucional; e fora de Portugal isso é determinante.

7. Teve algum tipo de problemas com os jornalistas?

Não.

8. Quais as condições pessoais e de trabalho que o exército oferece aos jornalistas?

Na primeira vez não (entrada no Kosovo), eles ficaram com as operações especiais, porque não tínhamos condições; nas outras vezes eles dormiram lá (sobretudo a quando das visitas); havia toda a necessidade que estivessem juntos [com os militares]; a vivência no seio daquilo que quer transmitir é fundamental (para o jornalista); a não ser que as condições de perigo, de segurança sejam um bocadinho complicadas, aí sim já convém que os jornalistas tenham os cursos, porque há questões de segurança que eles têm que saber para nós nos despreocuparmos um pouco, não é desleixar; quando uma pessoa não sabe nada, tem que ser uma preocupação directa, na outra situação a preocupação é como as outras tropas, já está imbuído da formação, de todos os procedimentos que se devem adoptar perante várias situações.

9. São tomadas medidas para facilitar o trabalho dos jornalistas?

Uma operação é sempre delineada com vários factores, alguns deles têm a ver com a temporização, isto é, nós temos um espaço de tempo para actuar naquele local e se excedermos o espaço de tempo podemos ter baixas; se o acompanhamento por parte dos jornalistas dessa missão incorrer nos tais excessos de tempo, e consequentemente baixas, é lógico que nós aconselhamos e dizemos que não; se for uma missão perfeitamente humanitária, de apoio à paz mas que não envolva grandes riscos, eu não tenho dúvidas que poderá ser, mas também não nos podemos alargar muito; em situações de guerra sim, o jornalista deve acompanhar sim, integrado numa força, se possível depois ou durante devem ser dadas armas para autodefesa, porque nós nunca sabemos quando é que o grupo é desmembrado, mas não deve interferir directamente, ou seja, deve fazer o seu trabalho mediante a busca que lhe dão; (adequar o trabalho e não exigir).

10. São dadas indicações iniciais (briefings) aos jornalistas?

A primeira vez não, porque nós também chegámos numa situação complicada [esta primeira vez refere-se à entrada no Kosovo em Agosto de 1999]; mas depois nós fizemos, a quando das duas visitas, em especial, um *press release*; reunimos os jornalistas e fizemos o ponto da situação; assim como eles também tiveram acesso, na visita do Ministro Castro Caldas, ao *briefing* do Ministro.

11. É tomado algum tipo de medida no controlo da informação divulgada (censura) ou esteve nalguma situação em que simplesmente não podia divulgar a informação?

Não sei se aconteceu lá, mas posso falar genericamente; não é censura; o principal responsável de todos os homens é o comandante, e o comandante tem que ter consciência daquilo que pode e não pode dizer; ele [o comandante] tinha uma autonomia, uma capacidade de gestão da situação e, portanto, tinha que ter uma pertinência de divulgação da informação que tinha, que dispunha, para não criar também riscos às suas tropas; como em risco estão vidas, estão forças humanas, muitas vezes parece que é censura, mas acaba por não ser; alguns conseguem trabalhar as palavras, há muitas pessoas que não conseguem trabalhar palavras e como tal, esses que não conseguem trabalhar palavras poderão parecer que têm um ar de censura mas não têm – inibe-se a dizer, precisamente para não dizer a mais; penso que não há censura, há sim uma noção do risco de revelar, nem que seja nas palavras implícitas, pequenos nadas; não é censura, é preservar a integridade da força.

12. Qual a influência que as novas tecnologias podem operar no que diz respeito à divulgação da informação?

Não tenho dúvidas de que é uma mais-valia, até pela própria rapidez, fluência; agora é uma preocupação; temos é que estar atentos e criar normas de segurança; [a utilização por jornalistas] não é um factor de risco para as operações militares; não tem perigo nenhum – há encriptação na transmissão da informação de decisão; as novas tecnologias, se as soubermos empregar, são sempre boas; nunca é uma barreira, pelo contrário.

13. É atribuída alguma responsabilidade ao Exército Português, no que diz respeito aos civis nacionais no território, nomeadamente os jornalistas, ainda que não tenham chegado ao local com nenhum contingente militar? (segurança)

Sim [a segurança deverá ser partilhada]; nós neste momento vivemos, e infelizmente algumas pessoas sobrevivem, num mundo em que está bi-facetado, é um mundo que se pretende seja melhor, quer em termos de trabalho quer em termos de convivência, e depois vivemos também num mundo que tem uma grande influência financeira, económica, para mim essa partilha da responsabilidade tem a ver um pouco com isso – porque na minha casa, mesmo com os meus familiares, eu sou o responsável por eles, porque se acontece alguma coisa a eles eu sou o responsável por eles porque eles estão no meu espaço de gestão, e em especial quando as condições de segurança são muito mais difíceis ou muito mais preocupantes, eu tenho que também duplicar a minha atenção, como tal não deixo de ter a responsabilidade; mas ao ter essa responsabilidade tudo o que acontece após isso, que podem ser cuidados médicos, que não deixam de ser da minha responsabilidade, mas como a atenção ao cumprimento de algumas normas não foram tidas em conta e o cobrir deste espaço de repor a verdade acaba por se atribuir à parte seguradora, então entra a parte económica; muitas vezes a segurança, a marcação do limite de segurança tem a ver com isso, e o levar guarda-costas e o levar seguradora, ou alguém que possa tomar conta de uma situação futura tem a ver como envolvimento socioeconómico no mundo de hoje; essa interpretação [de que cabe aos militares a responsabilidade de proteger os jornalistas] é válida, sujeita a uma rectificação a partir do momento que o jornalista tenha o tal curso de formação: que já está imbuído de algumas regras que permite que o indivíduo mantenha ou faça a segurança próxima, a segurança adequada; se o indivíduo não tem essas regras, a preocupação é redobrada, e eu ainda tenho que ter mais preocupação; mas há situações em que ele pode cometer erros que para ele são fulminantes e para mim também; mas também um indivíduo com um curso de formação em ambiente de guerra acaba por ter uma libertinagem de segurança, acaba por deturpar os factores da segurança (pode haver excesso de segurança); tem que haver um conhecimento, e também, fundamentalmente, um contacto pessoal; quando um grupo de jornalistas tem uma missão ou um trabalho de ir para uma área de operações, eu penso que deve fazer numa área da retaguarda, não digo um estágio, mas ali um dia ou dois, para ficar, apesar de ter o curso, a normalizar as suas rotinas, porque aquelas que tinha do anterior não são aquelas que vai ter, a normalizar para que quando entrar em conflitos directos já esteia perfeitamente centralizado.

14. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Estofo físico; muitas vezes tem que se ter fibra, porque perante as vicissitudes das situações fora do comum da nossa vivência, e sistematicamente a suportado por elas, muitas vezes o nosso subconsciente manda-nos uma mensagem a dizer “estou cansado”, e massacra-nos ou martela-nos de tal maneira que começamos a desmotivar, e essa desmotivação entra em confronto com a obrigatoriedade de ter que realizar o trabalho (pode levar a cometer erros); o indivíduo tem que saber alguns termos militares para poder também informar adequadamente (quando não sabemos é melhor não informar); deve haver um conhecimento prévio da situação e dos termos militares; se quer fazer uma coisa, um indivíduo tem que ter vontade, tem que ter determinação.

15. Como classifica o processo de comunicação entre o exército e os jornalistas?

Existem pessoas adequadas; devem ser pessoas específicas; sendo uma entidade é perfeitamente natural, ela tem é que ser aberta, e fala a uma só voz, já apurando todos os *inputs* que lhe possam ter chegado; uma só voz é fundamental; tem é que fazê-lo com o conhecimento de todas as situações.

16. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares? (questão da NATO)

Nos *briefings* muitas vezes são dadas as transmissões genéricas, generalistas, gerais, e muitas vezes não a essência dos problemas, das dificuldades e muitas vezes dos actos heróicos de quem os fez; talvez esta dessintonia tenha a ver com isso; tem-se uma noção do que é mesmo não o sendo – o resultado é aquele e acabou [falta a noção do que se passou para alcançar o objectivo]; os patamares de visão e transmissão são diferentes (da NATO para a patrulha o terreno é visto de forma distinta – têm uma abrangência diferente); normalmente há sempre uma tendência *soft* da transmissão das perdas e uma tendência *hard* da transmissão dos efeitos positivos; é preciso saber gerir as informações e ser muito objectivo.

17. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

É uma questão de mentalidades; o trabalho de um jornalista ou de um militar numa acção é: um o bem da pátria, ou o cumprir com as alianças que o país tem, o outro é dar a informação à opinião pública e fazer o seu trabalho – temos que criar o bem, neste tipo de missões, de Portugal, porque não é adequado um jornalista português dizer mal, por exemplo, numa conferência internacional; também tem a ver com a ética profissional – não quer dizer que tem que dizer bem ou que tem que dizer mal, tem é que pensar no seu objectivo primordial que é Portugal; se calhar as missões não se coadunam, não são muito ajustáveis, mas todos nós temos um bem comum; tem que haver [uma convivência], marcar o limite; cada um ter a sua missão e não interferir com a do outro: não querer saber mais do que o outro pode dizer e não dizer menos do que o outro que quer saber mais; a boa convivência entre jornalistas e militares tem a ver com isto: saber transmitir e saber receber, e não tentar receber mais do que o que pode e nem tentar não dizer tudo o que deve.

18. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – perante os nossos pares, se Portugal está envolvido numa situação, numa conferência de imprensa do nosso escalão superior [exemplo a NATO], se os outros países estão e nós não estamos com certeza que ficamos mal; devemos fazer sempre o acompanhamento, sobretudo quando estão tropas portuguesas; necessidade da informação por parte das famílias dos militares que estão lá.

Desvantagem – é necessário ter cuidado com e como a informação é transmitida e obedecer aos trâmites normais [obedecer à hierarquia militar; questão da informação às famílias em caso de acidente e à necessidade de sensibilidade nestas situações].

19. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

O jornalismo de guerra não é só no seio da guerra, é quando existe conflito (que inclui as acções diplomáticas), como tal quando existe conflito deve existir; não sujeito e só à guerra, que implica muitos riscos; devem estar também no acompanhamento das missões; devemos ter a serenidade de ter a informação nos vários momentos para podermos fazer a extracção do que é importante; temos que ter uma ideia global.

20. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Eu acho que a designação das coisas tem evolução com o tempo, mas é claro que é importante designar o mais cedo possível, para se saber o que é; não concordo com o jornalista de guerra; sendo uma situação de destacado, cada “dono” (patrão) do jornalista tem a sua designação porque ele é que lhe dá a missão; a designação tem a ver com a missão; a designação deve ser generalista podendo abarcar a missão toda, e depois a especificidade é de cada um que a tem; penso que o enviado é um nome infeliz, porque implica sempre que está subordinado a alguém, que recebe e transmite a informação desse alguém; jornalista é a classe; o repórter não é um termo infeliz; talvez o repórter não seja má escolha, porque é o objectivo dele que lá está a recolher informação; é um termo feliz, mas temos que apurar melhor.

Guião de entrevista – Militares

Ficha de Transcrição

Entrevista M4

Militar: Major Noruegas

Data de realização da entrevista: 10 de Novembro de 2008

Local: Évora

1. Em que circunstâncias foi para o Kosovo: quando foi, em que regiões esteve?

Primeira missão, em Agosto de 1999, para a área de Klina, com o contingente.

2. No período em estudo (1999-2001) quantas vezes foi enviado para o território kosovar?

Tive uma segunda missão, em Agosto de 2005, aí para a zona de Priština.

3. Que tipo de funções desempenhou enquanto lá esteve?

Adjunto de companhia.

4. Possui algum tipo de formação na área da Comunicação Social/Jornalismo?

Durante a academia, e depois mais tarde tivemos umas palestras dadas pelos jornalistas.

5. Estiveram alguns jornalistas com o seu contingente? Quantos e quanto tempo?

Sim; sei que estiveram um número bem grande; nós fomos os primeiros a entrar no teatro do Kosovo; 15, talvez; fizemos-lhe escolta e acompanhámo-los nos arredores de Klina.

6. Qual a postura que se estabelece entre militares e jornalistas?

Na primeira missão, dizíamos-lhes o que é que podiam filmar, porque de facto haveria situações que poderiam ser mal interpretadas em Portugal; tínhamos que estar atentos, por não cumprirem as normas estabelecidas; havia uma ligação aberta;

7. Teve algum tipo de problemas com os jornalistas?

Não.

8. Quais as condições pessoais e de trabalho que o exército oferece aos jornalistas?

Escolta e levavam-nos aos sítios onde é possível filmar; eles quando chegam dizem-nos o que querem filmar e nós apresentamos um leque de hipóteses para eles filmarem; havia uma abertura completa em relação a isso.

9. São tomadas medidas para facilitar o trabalho dos jornalistas?

Sim; limitamo-nos a dar aquilo que eles pretendem, aquilo que eles querem [tendo sempre em linha de conta a informação que não pode ser divulgada].

10. São dadas indicações iniciais (briefings) aos jornalistas?

Tínhamos que transmitir os briefings.

11. É tomado algum tipo de medida no controlo da informação divulgada (censura) ou esteve nalguma situação em que simplesmente não podia divulgar a informação?

No teatro de operações há informação que nós temos conhecimento, que está confidencial; não se pode permitir tudo; há coisas que se fossem passar directamente na televisão levava a que a opinião pública interpreta-se mal.

12. Qual a influência que as novas tecnologias podem operar no que diz respeito à divulgação da informação?

As novas tecnologias dificultam algumas coisas; para eles isso é bom, agora nós nunca sabemos se estão a gravar directamente ao ter uma conversa natural connosco ou se não estão a gravar; [controlo] não queria acreditar que isso acontece, mas às vezes é capaz de acontecer.

13. É atribuída alguma responsabilidade ao Exército Português, no que diz respeito aos civis nacionais no território, nomeadamente os jornalistas, ainda que não tenham chegado ao local com nenhum contingente militar? (segurança)

Há sempre responsabilidade; primeiro ele é um cidadão como outro qualquer; nós estamos ali numa missão de implementação de paz ou de manutenção de paz, por isso seja ele português ou não, o contingente faz a protecção; depois, é um cidadão português, e como portugueses que somos temos obrigação de os defender; agora, de facto, acontecem situações em que nos dizemos aos jornalistas “não pode passar para ali, porque se passar para ali há risco”, a partir do momento em que nós lhe dizemos há risco e ele passa, ele é que está a transgredir, não somos nós; nós também não podemos por os nossos militares em cheque porque ele assim o decidiu; é, é isso mesmo [uma questão de responsabilidade partilhada].

14. Quais considera serem os atributos pessoais e profissionais necessários para a prossecução do trabalho jornalístico em áreas de conflito?

Acho que eles devem ter espírito de aventura; gosto pelo risco; são um pouco como os militares, gostam de estar na frente.

15. Como classifica o processo de comunicação entre o exército e os jornalistas?

Actualmente está muito melhor; antigamente nós não éramos informados de quem eram os jornalistas, só na hora é que conseguíamos essa informação.

16. Como classifica a operação de informação que foi estabelecida para este cenário de conflito? Quais as lições que se podem retirar, tanto para os jornalistas como para os militares? (questão da NATO)

Um das coisas que sempre tentei fazer foi não estar a mentir aos jornalistas, mas muitas das vezes tem que se explicar ao jornalista qual é que a informação que ele pode comunicar e o que é que ele não pode comunicar; sei que tem evoluído bastante daí para cá, agora nessa altura, muitas das vezes acontece essa situação até porque temos que estudar um pouco o teatro de operações, e o Kosovo não era daqueles em que o próprio jornalista estava na sua tenda a publicar para o próprio inimigo (como aconteceu agora no Iraque); temos que ser sinceros o máximo possível com os jornalistas e os jornalistas também têm que pensar um pouco e ponderar a sua comunicação.

17. Quais as mudanças mais substanciais que considera necessárias, tanto por parte dos militares como dos jornalistas, para a relação que se estabelece na actualidade entre estes dois actores em áreas de conflito?

Acho que muita coisa já está a melhorar, por exemplo, permitir aos jornalistas tirar alguns cursos, não lhes chamaria cursos de guerra, mas cursos de ensinamentos militares; depois tem que existir um bom relacionamento: os militares têm que ser abertos, frontais e dizer aquilo que sabem aos jornalistas, não omitir; o jornalista também tem que ter o bom senso de perceber aquilo que pode transmitir; neste cenário o jornalista se recebe uma ordem tem que cumprir e não questionar, porque os militares têm mais conhecimentos sobre o terreno; tem que haver entreaajuda entre os militares e os jornalistas.

18. Quais são então as principais vantagens e desvantagens deste tipo de jornalismo?

Vantagem – aos militares que são enviados para estas missões, muitas das vezes é-lhes cortado o contacto com a população cá, e quando se corta essa ligação, nós militares sabemos que estamos bem, apesar de estarmos longe, mas é muito importante para a família naquele lado saber que nós estamos bem; aí o jornalismo, uma das vantagens, é mostrar que nós estamos bem; acima de tudo é manter calma a população que cá está, os familiares.

Desvantagem – muitas das vezes é divulgar aquilo que não havia interesse de divulgar, aquilo que a população civil iria interpretar mal, mas penso que isso está a ser corrido aos poucos e poucos.

19. Como encara o futuro da profissão, isto é, considera que existe um lugar para a profissão? Que futuro é esse?

Considero que existe um futuro; por vezes os militares também aproveitam os jornalistas para comunicar e para dizer aquilo que ele quer que seja dito; esperemos bem que sim [que o futuro seja sempre para melhorar].

20. Qual a designação que considera mais correcta: jornalista/ correspondente/ repórter em áreas de conflito?

Não acho que seja um jornalista de guerra, acho que por vezes é um jornalista que lhe dão a oportunidade de ter alguns conhecimentos técnicos, da tropa, da guerra, que é enviado para lá; chamava-lhe um jornalista privilegiado.

Entrevista	Código: enquadramento	Segmento do texto
Entrevista-J1	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	Durante os bombardeamentos em Março e Abril de 1999
Entrevista-J1	Onde esteve? (1ª vez)	Lado sérvio
Entrevista-J2	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	Entrei na Sérvia em Junho, quando as tropas da NATO entram no território; o hotel sérvio tinha um serviço que nos levava até ao Kosovo – estive 3 semanas.
Entrevista-J2	Onde esteve? (1ª vez)	Estive um mês na Albânia e fiz a cobertura dos conflitos a partir daí Entrei na Sérvia em Junho Kosovo
Entrevista-J3	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	Primavera de 2000; depois da assinatura dos Acordos de Kumanovo
Entrevista-J3	Onde esteve? (1ª vez)	Estive em Klina a acompanhar o trabalho dos militares portugueses (fiquei no aquartelamento) – depois percorri toda a província.
Entrevista-J4	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	Durante os bombardeamentos, render um colega
Entrevista-J4	Onde esteve? (1ª vez)	Kosovo
Entrevista-J5	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	1998 – Kosovo (quando o UÇK estava numa ofensiva militar na região; questão dos refugiados).
Entrevista-J5	Onde esteve? (1ª vez)	Kosovo
Entrevista-J6	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	Em 1999
Entrevista-J6	Onde esteve? (1ª vez)	Priština; Mitrovica com os albaneses e os sérvios
Entrevista-J7	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	Fui em Junho de 2000 fazer um trabalho sobre um ano depois da guerra
Entrevista-J7	Onde esteve? (1ª vez)	Estive um pouco por todo o Kosovo: Priština, Klina, Mitrovica, Peć, Prizren.
Entrevista-J8	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez)	1981 – uns meses depois da morte do Tito; sempre que houve grandes erupções no Kosovo; estive no período da guerra propriamente dito, todo o ano de 1999 (bombardeamentos e ocupação).
Entrevista-J8	Quando foi para o Kosovo? (1ª vez) \1999	Estive no período da guerra propriamente dito, todo o ano de 1999 (bombardeamentos e ocupação).
Entrevista-J8	Onde esteve? (1ª vez)	Corri o Kosovo inúmeras vezes

Entrevista-M1	Quando foi para o Kosovo? (1ªvez)	A missão do agrupamento Bravo durou de Agosto de 1999 a Abril de 2000; 7 de Agosto de 1999 entrámos no Kosovo e ocupámos o sector de Klina; integrados na Brigada Multinacional Oeste (Comando Italiano).
Entrevista-M1	Onde esteve? (1ªvez)	A missão do agrupamento Bravo durou de Agosto de 1999 a Abril de 2000; 7 de Agosto de 1999 entrámos no Kosovo e ocupámos o sector de Klina; integrados na Brigada Multinacional Oeste (Comando Italiano).
Entrevista-M2	Quando foi para o Kosovo? (1ªvez)	2000 de Fevereiro a Agosto; todo o Kosovo, devido às funções de <i>PIO – Public Information Officer</i> .
Entrevista-M2	Onde esteve? (1ªvez)	2000 de Fevereiro a Agosto; todo o Kosovo, devido às funções de <i>PIO – Public Information Officer</i> .
Entrevista-M3	Quando foi para o Kosovo? (1ªvez)	8 de Agosto de 1999 estávamos no Kosovo; recebemos no porto de Salónica todo o material que vinha de navio; o aquartelamento foi em Klina; quando chegámos ao Kosovo já tínhamos uma zona pré-destinada, que era uma antiga fábrica; (a missão durou 6 meses e 18 dias).
Entrevista-M3	Onde esteve? (1ªvez)	8 de Agosto de 1999 estávamos no Kosovo; recebemos no porto de Salónica todo o material que vinha de navio; o aquartelamento foi em Klina; quando chegámos ao Kosovo já tínhamos uma zona pré-destinada, que era uma antiga fábrica; (a missão durou 6 meses e 18 dias).
Entrevista-M4	Quando foi para o Kosovo? (1ªvez)	Primeira missão, em Agosto de 1999, para a área de Klina, com o contingente.
Entrevista-M4	Onde esteve? (1ªvez)	Primeira missão, em Agosto de 1999, para a área de Klina, com o contingente.

Tabela 5 – Enquadramento: quando e onde estiveram os jornalistas e os militares da primeira vez que foram enviados para o Kosovo

	Entrevista- J1	Entrevista- J2	Entrevista- J3	Entrevista- J4	Entrevista- J5	Entrevista- J6	Entrevista- J7	Entrevista- J8	Totais
Afeganistão	1	0	1	0	0	1	1	1	5
Albânia	0	0	0	0	1	1	0	0	2
América Latina	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Angola	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Bósnia	1	1	1	0	1	1	1	0	6
Croácia	0	1	0	0	1	1	0	0	3
Eslavónia	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Eslovénia	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Geórgia	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Iraque	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Macedónia	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Moçambique	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Palestina	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Ruanda	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Sahara Ocidental	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Sérvia	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Timor	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Turquia	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Zaire	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Todas as guerras balcânicas	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Locais de tensão	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Nenhum	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Tabela 6 – Outros locais de conflito em que estiveram, a serviço, os jornalistas entrevistados

Entrevista	Código: dificuldades pessoais e profissionais no campo	Segmento do texto
Entrevista-J1	Pessoais [Adaptação/Alimentação/Saúde/ Outros]	Adaptar-se ao que há e não ser esquisito; põe à prova a flexibilidade mental e a adaptação a novas realidades e novas culturas Essencial levar filtros de água Uma mini-farmácia Deve-se ir o mais ligeiro possível
Entrevista-J1	Profissionais [Acesso à informação/Controlo da informação/Envio do trabalho]	Acesso ao sítio onde acontecem as coisas A manipulação, controlo e propaganda; Dependência do envio pela internet e de que alguém leve o material para transmitir o que eles fazem.
Entrevista-J2	Pessoais [Alimentação/Alojamento/Outros]	Não havia comida Nem sítio para ficar No Kosovo a economia estava colapsada
Entrevista-J2	Profissionais [Acesso à informação/Circulação/Comunicações/Custos/Envio do trabalho]	Conseguir um intérprete e compreender os locais [população] Deslocação na própria área/ movimentação; Comunicações Contenção dos orçamentos portugueses (por exemplo alugar carro nestas zonas é muito caro). Conseguir enviar o trabalho
Entrevista-J3	Pessoais [Adaptação/Alojamento]	Sempre senti que tinha capacidade de me adaptar Durmo em qualquer lado, podemos sentir alguma falta de conforto
Entrevista-J3	Profissionais [Acesso à informação/Circulação/Custos]	Quando o desconhecimento de linguagem e falta de um intérprete dificulta o acesso às fontes; quando queremos estar informados logo pela manhã e não conseguimos ler os jornais porque não percebemos a língua – tentar ler os jornais e traduzir directamente Limite à liberdade de circulação Depende muito dos meios e do orçamento que nós temos para as reportagens (que deriva do país que temos).
Entrevista-J4	Pessoais [Alimentação/Não teve muitas dificuldades]	Íamos aos restaurantes, a bares, íamos conhecer a noite de Belgrado, as pessoas levava-nos a conhecer as famílias – o guia/intérprete. Não registei grandes dificuldades, pelo contrário até tive sérvios que me ajudaram, que tentavam ultrapassar o clima que havia na cidade

Entrevista-J4	<p>Profissionais</p> <p>[Acesso à informação/Circulação/Controlo da informação]</p>	<p>Mas não houve nenhum local que me tenha sido vetado, não complicava muito – ia a locais mais turísticos, falava com as pessoas, filmava alguma coisa;</p> <p>Em Belgrado estava numa situação de guerra e temos os movimentos muito controlados – todos os dias tínhamos que ir a uma espécie de centro de imprensa controlado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, todos os dias tínhamos que declarar pormenorizadamente os locais onde íamos fazer reportagem e onde íamos filmar e onde íamos entrevistar pessoas – mediante isso é que nos passavam uma autorização que tínhamos que mostrar se aparece-se a polícia;</p> <p>Antes era aprovar-nos o que nós queríamos fazer – o que obriga a um método de trabalho muito organizado (censura prévia);</p> <p>Depois de fazermos as peças elas tinham que ser visionadas antes de virem para cá – íamos ao centro e mostrar cada um dos trabalhos – havia uma vantagem porque não falavam a língua (censura à posteriori).</p>
Entrevista-J5	<p>Pessoais</p> <p>[Adaptação/Alimentação/Saúde/Outros]</p>	<p>A adaptação ao local;</p> <p>Conheço jornalistas, por exemplo, que iam para aqueles sítios e não comiam um grão da gastronomia local porque tinham medo</p> <p>Não domínio da língua; a história daquelas pessoas é diferente da tua, e aí tens que fazer um esforço extraordinário para compreender de facto quem é aquela gente;</p> <p>Tentares fazer amigos – conhecer esse tipo de pessoas é meio caminho andado; nos íamos para lá, apanhávamos um comboio, íamos para lá com uma mala e um computador, com algum dinheiro, estávamos num hotel.</p>

<p>Entrevista-J5</p>	<p>Profissionais [Acesso à informação/Circulação/Custos/Feedback da redacção]</p>	<p>Excursões organizadas pelos militares e eram muito limitadas; O ângulo das reportagens também depende muito das pessoas com quem estás lá; canalizares toda a tua reportagem num único sentido, isso torna-se propaganda - há a tendência para se começar a rotular as pessoas; isso depois também depende da experiência e dos contactos, dos contactos que se tem no terreno, se tens bons contactos no terreno isso é meio caminho andado para fazer muita coisa. A liberdade de movimentos muito limitada, os jornalistas ficaram dependentes do Ministério da Defesa, precisavam de autorização para circular; fundamental conhecer pessoas lá Excursões organizadas pelos militares e eram muito limitadas; Indústria dos tradutores; diferenças muito grandes com outros órgãos de comunicação (em termos de condições de trabalho e de segurança – uma logística diferente; diferenças em termos de custos); Uma coisa muito importante é saber o eco daquilo que está a sair aqui, porque isso é uma coisa que nos ajuda muito, é um precioso incentivo; se não te dizem nada, das duas uma, ou é porque não estão a gostar daquilo que tu estás a escrever, ou então estás a ter uma abordagem em relação à situação que não está a agradar à direcção ou ao editor, e aí das duas uma, ou tens uma conversa com ele por telefone, o que é sempre desagradável, e ele pode dizer-te que era melhor forçar este aspecto ou que dês mais atenção a isto, mas eu estou no terreno e acho que esse aspecto é um aspecto secundário, entra-se numa situação muito complicada, e pode ser a última reportagem que faz; pode levar o jornalista a moldar o seu próprio comportamento, a autocensurar-se de alguma forma, a prescindir efectivamente de escrever, ou de fazer uma crónica, ou de fazer uma reportagem que ele considerava na sua consciência profissional que é a que deveria ser feita e também no fundo a adaptar-se – depois não quer ter problemas quando chegar cá, e quer continuar a fazer reportagem, e não quer ser despedido; esse tipo de pressões, algumas mais claras, outras que são enviadas de uma forma mais sub-reptícia, podem efectivamente moldar e podem efectivamente condicionar o trabalho do repórter; creio que neste momento a situação se agravou;</p>
----------------------	---	--

Entrevista-J6	Pessoais [Adaptação/Alimentação/Alojamento/Saúde]	De resto adapto-me aos sítios de forma bastante rápida. Comida; O Inverno [é difícil], por causa do frio, na cidade não há aquecimento; Devemos levar medicamentos e o tabaco – o cigarro é ouro e entra facilmente no mercado negro;
Entrevista-J6	Profissionais [Compreender o que se passa/Comunicações]	Perceber quem é o inimigo, de que lado se está Não saber o que está a acontecer para lá do sítio onde se está; só podemos contar apenas o que está a acontecer naquele momento e naquele local. As comunicações, hoje são menos [complicado]
Entrevista-J7	Pessoais [Adaptação/Alimentação/Alojamento/Outros]	Muita capacidade de adaptação e resistência física. Alimentação, que é muito prejudicada, comes o que houver e quando houver; Em situações muito extremas é preciso fazer uma grande gestão dos sonos, dormir por ciclos, o que acaba por se reflectir com o cansaço Dificuldades de comunicação com a família, porque o trabalho fica à frente de tudo, e com os fusos horários é complicado;
Entrevista-J7	Profissionais [Acesso à informação/Comunicações/Controlo da informação]	A língua obriga a arranjar um tradutor; sem preparação alguma o acesso às fontes é mais complicado; conseguir entrevistas é mais difícil; o acesso à informação; Tecnologia: se não tiveres rede de telemóvel e não tiveres um telefone satélite é complicado trabalhar; Nalguns casos dificuldades relacionadas com o facto de o nosso tradutor ser também um informador, que está acreditado para nos acompanhar.
Entrevista-J8	Pessoais [Alimentação/Emoções]	Já passei muita fome. Uma guerra é uma situação dramática, é uma descida aos infernos, portanto os envolvimento emocionais são tremendos, ninguém vai para um cenário de guerra e cobre aquilo com um distanciamento olímpico; o que está em causa não é ganhar ou perder um jogo, é ganhar ou perder a vida, é ganhar e perder territórios, é o destino das pessoas; em situações em que o envolvimento emocional do repórter é extremamente grande e é preciso arcaboço (força) emocional e psíquico para resistir; já vi muita gente ter colapsos emocionais; exactamente porque o envolvimento emocional é muito grande, também por isso o perigo de se lhe toldar a lucidez e o distanciamento com que

		deve olhar as coisas é muito grande;
Entrevista-J8	Profissionais [Acesso à informação/Controlo da informação]	A recolha de informação é particularmente complicada; em termos profissionais é mais exigente; são situações em que a recolha e sobretudo verificação da informação é complicada, é problemática; E sobretudo são situações que é extremamente fácil ser manipulado, porque não é possível ir a tudo, porque há locais aos quais não se tem acesso, porque a leitura do campo de batalha é complicado, mesmo tendo acesso e vendo; a exigência que qualquer profissional tem que ter – ter cuidado com as fontes, verificar e voltar a verificar as coisas, etc. – em cenário de guerra são redobradas; em que é muito fácil ser manipulado, porque o querem manipular; é uma situação em que é muito fácil fazer leituras incorrectas da situação, é fácil cometer erros em cenário de guerra.

Tabela 7 – As dificuldades pessoais e profissionais dos jornalistas no campo

Entrevista	Código: condições oferecidas aos jornalistas	Segmento do texto
Entrevista-M1	Pessoais	Quando vão embedded são as mesmas condições que os militares; quando não vão andam e comem connosco
	Profissionais	Têm um sítio para montar o computador, e as condições são as condições mínimas para poder funcionar – isso arranja-se;
Entrevista-M2	Pessoais	Chegámos a dar alojamento, alimentação
	Profissionais	Pusemos viaturas à disposição para os transportar a vários locais de interesse, sempre acompanhados por mim (que era o oficial de informação pública), e também para acompanhar os nossos militares em missões operacionais que os nossos militares tinham para eles conhecerem a realidade. Houve abertura por parte do comando não só para os receber, como também para prestar todo o apoio que eles precisassem dentro das nossas limitações.
Entrevista-M3	Pessoais	Nas outras vezes eles dormiram lá (sobretudo a quando das visitas); havia toda a necessidade que estivessem juntos [com os militares]; a vivência no seio daquilo que quer transmitir é fundamental (para o jornalista); a não ser que as condições de perigo, de segurança sejam um bocado complicadas, aí sim já convém que os jornalistas tenham os cursos, porque há questões de segurança que eles têm que saber para nós nos despreocuparmos um pouco, não é desleixar; quando uma pessoa não sabe nada, tem que ser uma preocupação directa, na outra situação a preocupação é como as outras tropas, já está imbuído da formação, de todos os procedimentos que se devem adoptar perante várias situações.
		Se o acompanhamento por parte dos jornalistas dessa missão incorrer nos tais excessos de tempo, e consequentemente baixas, é lógico que nós aconselhamos e dizemos que não; se for uma missão perfeitamente humanitária,

	Profissionais	de apoio à paz mas que não envolva grandes riscos, eu não tenho dúvidas que poderá ser, mas também não nos podemos alargar muito; em situações de guerra sim, o jornalista deve acompanhar sim, integrado numa força, se possível depois ou durante devem ser dadas armas para autodefesa, porque nós nunca sabemos quando é que o grupo é desmembrado, mas não deve interferir directamente, ou seja, deve fazer o seu trabalho mediante a busca que lhe dão; (adequar o trabalho e não exigir).
Entrevista-M4	Profissionais	Escolta e levavam-nos aos sítios onde é possível filmar; eles quando chegam dizem-nos o que querem filmar e nós apresentamos um leque de hipóteses para eles filmarem; havia uma abertura completa em relação a isso; limitamo-nos a dar aquilo que eles pretendem, aquilo que eles querem [tendo sempre em linha de conta a informação que não pode ser divulgada]

Tabela 8 – As condições pessoais e profissionais oferecidas aos jornalistas

Entrevistas	Código: processo de comunicação	Segmento de texto
Entrevista-M1	Informal	Bastante informal e bastante cúmplice
Entrevista-M2	Confiança e credibilidade	Foi bom porque os jornalistas depois confiavam que nós transmitíamos fielmente os acontecimentos, passaram a dar credibilidade aos nossos press releases e a esperar por eles – inclusivamente com os jornalistas locais (tiveram mais notícias, sobretudo sobre o contingente português).
	Dizer a verdade	Sempre que houve algum acontecimento que pudesse dar origem a uma notícia eu fiz questão de me antecipar sempre aos jornalistas – fazia um press release em que divulgava aos órgãos de comunicação social
	Deve antecipar-se	Dava factos objectivos, dizia a verdade, não fazia considerações, mas dizia o que tinha acontecido: não deixava criar boatos;
Entrevista-M3	Profissionais específicos	Existem pessoas adequadas; devem ser pessoas específicas; sendo uma entidade é perfeitamente natural, ela tem é que ser aberta, e fala a uma só voz, já apurando todos os <i>inputs</i> que lhe possam ter chegado; uma só voz é fundamental; tem é que fazê-lo com o conhecimento de todas as situações
Entrevista-M4	Evoluiu positivamente	Actualmente está muito melhor; antigamente nós não éramos informados de quem eram os jornalistas, só na hora é que conseguíamos essa informação

Tabela 9 – O processo de comunicação